1911
1920
1930
1940
1950
1960
1970
1980
1990
2000

2010 relatório e contas Consolidado

CA Crédito Agrícola

100 Centenário 1911-2011

Juntos somos mais.

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO 7

I. PERFIL DO GRUPO FINANCEIRO CRÉDITO AGRÍCOLA

1. Órgãos Sociais da Caixa Central 14

2. Organograma do Grupo 18

3. Principais Indicadores do SICAM 19

II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1. Enquadramento Internacional 21

2. Economia Portuguesa 29

3. Mercados Financeiros 35

4. Mercado Bancário 42

III. EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE NAS PRINCIPAIS ÁREAS

Referência Introdutória 52

1. Actividade Comercial 54

1.1. Depósitos e Outros Recursos 56

1.2. Evolução do Crédito 58

1.3. Meios Electrónicos de Pagamento 64

1.4. Canais Complementares 70

1.5. Área Internacional, Emigração e Representações Exteriores 79

2. Actividade Financeira e Mercado de Capitais 86

2.1. Estratégia de Actuação na Área de Tesouraria 86

2.2. Caixas Empresas Associadas e *Corporate Desk* 88

2.3. Função Financeira no Grupo Crédito Agrícola 88

2.4. Controlo de Risco na Área de Tesouraria 89

2.5. Intermediação no Mercado de Capitais 90

3. BancaSeguros 92

4.1. Seguros – Ramos Reais 92

4.2. Seguros – Ramo Vida 96

4. Serviços Financeiros Especializados 99

4.1. Gestão de Activos e Fundos de Investimento 99

4.2. Assessoria Financeira Especializada 107

5. Áreas de Suporte, Enquadramento e Auditoria 113

5.1. Gestão de Risco 113

5.2. Auditoria Interna 117

5.3. Compliance 119

5.4. Controlo Interno 121

5.5. Provedor do Cliente 123

IV. ANÁLISE FINANCEIRA

1. Demonstração de Resultados 129

2. Evolução do Balanço 141

3. Grupo Crédito Agrícola 151

V. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO

1. Balanço e Demonstração de Resultados 158

2. Notas Explicativas Anexas às Contas Consolidadas 166

3. Certificação Legal de Contas 265

4. Parecer do Conselho Consultivo 267

VI. COMPOSIÇÃO DO GRUPO

1. Caixa Central e Empresas do Grupo 273

2. Caixas Associadas de Crédito Agrícola Mútuo 275

ANEXOS

Relatório Anual da Comissão para a Matéria Financeira 289

Parecer da Comissão para as Matérias Financeiras
ao Conselho Geral e de Supervisão 292

Conselho Geral e de Supervisão

Mensagem do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão

Exmos. Senhores

Presidentes e Representantes das Caixas de Crédito Agrícola,

No último exercício, apesar da conjuntura muito adversa que atravessamos, o Crédito Agrícola conseguiu ainda resultados positivos significativos, que no total ascenderam a 36 milhões de euros, com os capitais próprios a atingirem quase 1.100 milhões de euros, e o activo líquido a ultrapassar os 14.000 milhões, valores que duplicam os que o Grupo evidenciava há apenas cinco ou seis anos atrás.

Embora com resultados bem inferiores aos de 2008 e 2007 – de cerca de 120 milhões de euros, níveis recorde, em cada um desses anos –, e até mesmo inferiores aos de 2009, exercício já marcado pela conjuntura de crise, o Crédito Agrícola pôde assim reforçar a sua, hoje já bastante sólida, situação patrimonial.

A redução dos resultados ficou a dever-se, como todos sabem pelo que sentiram na evolução das condições de exploração das suas Caixas, à descida abrupta e extrema das taxas *euribor*, que nos prazos mais curtos ficaram em níveis de quase 0%, induzida pelas medidas de emergência decididas pelo Banco Central Europeu para suportar o sistema financeiro da Zona Euro e estimular a actividade económica.

As medidas do BCE, para além da redução da sua taxa directora, em apenas alguns meses, de 4,25% em meados de 2008 para apenas 1% em Maio de 2009, permanecendo neste nível durante todo ano de 2010, envolveram injecções massivas de liquidez no sistema financeiro, de modo a responder às carências de liquidez de grande número de instituições de crédito, perante a secagem dos mercados de refinanciamento que a crise suscitou.

Fazendo as taxas *euribor* descerem para níveis mínimos extremos, tal continuou em 2010, como já tinha sido o caso em 2009 – sobretudo no segundo semestre –, a penalizar severamente as nossas condições de exploração, através da deterioração da margem financeira, quer ao nível das Caixas quer da Caixa Central, uma vez que uma parte muito importante da nossa carteira de crédito se encontra indexada a esses referenciais de mercado, e, além disso, a rentabilização da reserva de liquidez do Grupo, que à Caixa Central cabe gerir, enfrentou, neste ambiente de taxas de juro interbancárias extremamente baixas, limitações e condicionantes acrescidas.

Deste modo, o Crédito Agrícola, cuja posição de liquidez era – como continua a ser – bastante confortável, viu as suas condições de exploração serem gravosamente afectadas por um factor para nós totalmente exógeno, decorrente da política adoptada pelas autoridades monetárias, que, no respeitante ao objectivo visado ao nível das instituições financeiras, procurou responder a um problema que não temos.

O Crédito Agrícola reagiu a esta situação através de um esforço de diversificação da base de proveitos, que é fundamental prosseguir, de modo a reduzir a dependência em que as nossas condições de exploração ainda se encontram da rentabilidade da actividade de intermediação. Esta diversificação manifestou-se, em particular, no crescimento do saldo de comissões e da margem complementar, o qual veio atenuar, ao nível do impacto no produto bancário, a descida da margem financeira, embora apenas parcialmente.

As oportunidades que foram suscitadas pela subida dos juros da dívida pública soberana a partir, sobretudo, de Maio, vieram aliviar a pressão sobre a margem financeira do SICAM, permitindo uma certa recuperação nesta componente do produto bancário, que, contudo, para o SICAM no seu todo, acabou por registar ainda um decréscimo em relação ao valor já bastante esmagado de 2009, conduzindo a uma perda de margem, comparativamente ao nível de 2008, de quase 98 milhões de euros.

Assim, sem que nada tivesse mudado para pior na gestão que fizemos das nossas Caixas e do Grupo em geral, continuámos a ter os nossos resultados fortemente prejudicados, como já sucedera em 2009, em consequência de factores exógenos ligados à política monetária, mais negativa, nestes dois últimos anos, no seu impacto sobre os resultados do Crédito Agrícola do que os efeitos da própria crise.

Esta situação foi aliás intensificada pelo facto de as taxas de remuneração dos recursos, embora evoluindo também em baixa, não se terem reduzido na mesma medida das taxas do crédito, uma vez que a concorrência interbancária no domínio da captação se manteve intensa, agravando-se mesmo na parte final do ano, ao mesmo tempo que se manteve a preferência dos aforradores pelo alongamento dos prazos dos depósitos.

Naturalmente, a crise económica e financeira faz-se sentir também no crescimento do crédito vencido, subindo o rácio de crédito vencido a mais de 90 dias do SICAM para 4,9% em Dezembro de 2010, contra 4,1% no final de 2009, sendo, no entanto, de notar que o crédito vencido a menos de 90 dias se reduziu. É aliás digno de realce o facto de o crescimento do crédito vencido se mostrar, até ao momento, menos expressivo no Crédito Agrícola do que no sistema bancário no seu conjunto, se considerarmos o acréscimo verificado no crédito em incumprimento desde Dezembro de 2007 (situação anterior à crise).

Na presente conjuntura, porém, é imperioso que nos mantenhamos particularmente vigilantes no acompanhamento da carteira de crédito e determinados nos esforços de recuperação, pois o bom acompanhamento da carteira e a eficácia na recuperação são aspectos chave da gestão do crédito numa época de dificuldades como a que estamos a viver.

No tocante ao crédito vencido é ainda de destacar a redução que, mesmo em valor absoluto, se verificou na Caixa Central, na qual o montante total do crédito em incumprimento se reduziu em 8 milhões de euros comparativamente ao final de 2009, o que constitui uma evolução particularmente marcante na presente conjuntura.

Apesar da forte redução dos resultados registada pelo Grupo no seu todo, é de referir que apenas oito Caixas – contra cinco em 2009 – apresentaram prejuízos em 2010, embora se tenham verificado reduções muito significativas dos resultados num grande número de Caixas.

No tocante à Caixa Central, os seus resultados situaram-se, em 2010, em cerca de 2 milhões de euros, contra 1 milhão de euros em 2009, num contexto em que a instituição manteve a política conservadora de reforço de provisões extraordinárias que tem seguido nos últimos exercícios.

No exercício de 2010 prosseguiu o movimento de fusões entre Caixas, hoje em dia fundamentalmente norteado pelo objectivo de reforço das estruturas operativas das Caixas intervenientes, e não pela necessidade de resolução de desequilíbrios financeiros, concretizando-se mais três fusões, o que trouxe o número total de Caixas, no final do ano, para 85, correspondendo a um activo por Caixa de cerca de 132 milhões de euros e a uma rede, incluindo a sede, de 8 balcões. O movimento de fusões, ao conduzir a instituições melhor dimensionadas e dotadas de estruturas operativas mais sólidas e profissionalizadas, foi um factor importante para que as Caixas tivessem podido suportar as condições adversas decorrentes da conjuntura.

Assim, pode dizer-se que no seu conjunto as Caixas apresentaram em 2010 um nível de desempenho que, no contexto dos factores exógenos referidos, se pode qualificar como favorável. Na verdade, apesar da crise, as Caixas, no seu todo - embora existam, como se sabe, situações de disparidade -, ainda conseguiram no ano findo, relativamente a importantes aspectos da actividade, níveis de desempenho em conformidade com os normativos em vigor, excepção feita, como seria de esperar, aos indicadores que, directa ou indirectamente, são influenciados pela margem financeira.

A evolução já conhecida para 2011 mostra, porém, uma recuperação neste agregado ao nível do SICAM, reflexo da ligeira subida, entretanto registada, nas taxas *euribor* - apesar da persistência da forte concorrência pelos recursos, que continua a pressionar a margem financeira no lado dos custos -, e também da melhor remuneração dos activos financeiros dada a evolução dos juros da dívida pública.

No entanto, a actual conjuntura encerra grandes desafios e incertezas, pelo que temos de continuar a encarar o futuro com a necessária prudência e ponderação. A extremada concorrência a que temos assistido no domínio da captação, associada a outros factores que poderão igualmente fazer-se sentir nesse domínio, é, sem dúvida, um dos problemas actuais de maior acuidade, fazendo emergir, como objectivo de alta prioridade, a defesa da base de depósitos do Grupo, na qual assenta a forte posição de liquidez que o Crédito Agrícola tem mantido.

O mesmo modo, dadas as condicionantes que confrontamos e o actual enquadramento macroeconómico desfavorável, temos que definir as políticas necessárias para minorar o impacto da crise sobre as condições de exploração do Grupo e desde logo das Caixas, e pôr em prática medidas que para tal possam contribuir.

Tal requer a implementação das iniciativas, que se integram nas linhas de orientação plasmadas no Plano de Actividades para 2011, que mantêm actualidade, dirigidas à sustentação do negócio, à defesa da base de depósitos, ao aumento da margem complementar, bem como as que permitam melhorar a eficácia nos processos de recuperação de crédito e a resolução pelas Caixas do património recebido em dação em cumprimento, e ainda as que promovam a racionalização de estruturas e procedimentos consistente com a redução de custos operativos, sem perder de vista a melhoria dos serviços.

Tudo isto assente numa postura estratégica de grande prudência, focada no que o Crédito Agrícola já faz bem, evitando a diversificação, nesta conjuntura muito complexa, para novas áreas em que o Crédito Agrícola não tem tradição, sem prejuízo de nos mantermos abertos à angariação de novo negócio de bom risco.

Neste contexto, importa também referir o trabalho em curso relativo à reestruturação da Caixa Central, distinguindo as áreas comerciais, de tesouraria, de prestação de serviços e de supervisão, acompanhamento e orientação das Caixas.

O período que estamos a viver é, na verdade, particularmente difícil, implicando desafios de monta para as instituições financeiras. No que ao Crédito Agrícola diz respeito, porém, a sólida estrutura financeira de que desfruta, e a capacidade operativa e funcional de que se dotou nos últimos anos, são factores que, a par do nível de confiança que as Caixas têm sabido preservar junto das comunidades a que se encontram ligadas, continuam a posicionar-nos favoravelmente para a superação dos desafios que enfrentamos.

Na verdade o Crédito Agrícola atingiu um ponto crucial na sua evolução, tendo-se projectado decisivamente para um lugar de relevo no sistema financeiro nacional, que começa a fazer jus à real implantação que o Grupo detém no país e à força que um número significativo de Caixas possuem no seu mercado local. Temos que nos manter firmemente unidos para, com serenidade, conjugação de esforços e grande determinação, mas também com inteligência e bom senso, prosseguirmos perante a complexidade das actuais condições a evolução positiva que conseguimos nos últimos anos, chegando ao fim deste período de crise financeira, económica e social, pelo menos tão fortes como actualmente.

Não podemos alterar os factores exógenos que condicionam a nossa situação, mas o futuro do Crédito Agrícola continua a construir-se, no dia a dia, com o trabalho de cada um de nós, nas Caixas, na Caixa Central e nas Empresas do Grupo.

Lisboa, Março de 2011

O Presidente do Conselho Geral e de Supervisão

I. PERFIL DO GRUPO FINANCEIRO CRÉDITO AGRÍCOLA

1. Órgãos Sociais da Caixa Central

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras de Viriato

Presidente

Nuno Carlos Ferreira Carrilho

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Cantanhede e Mira

Vice- Presidente

Carlos Alberto Pereira Martins

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Bairrada e Aguieira

Secretário

João Batista Moreira Peres

CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal

Presidente

Carlos Alberto Courelas

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores

Francisco Amâncio Oliveira Macedo

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Baixo Mondego

António João Mota Cachulo da Trindade

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Guadiana Interior

José Artur Palma Estrela

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Porto de Mós

Jorge Manuel da Piedade Volante

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Região do Fundão e Sabugal

João Fernandes Chendo

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de S. Teotónio

António Manuel Nobre Louçã

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Sotavento Algarvio

João Lázaro da Cruz Barrote

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vale do Sousa e Baixo Tâmega

Henrique Vasconcelos Teixeira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Presidente

João António Morais da Costa Pinto

Vogal

Licínio Manuel Prata Pina

Vogal

Renato Manuel Ferreira Feitor

Vogal

José Fernando Maia Alexandre

Vogal

Maria Júlia de Almeida Rocha

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Deloitte e Associados, S.R.O.C., S.A.

Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

CONSELHO CONSULTIVO

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Baixo Vouga

Presidente

José Luís Sereno Gomes Quaresma

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albufeira

João Manuel Correia da Saúde

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alenquer

Hélio José de Lemos Rosa

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Batalha

Afonso de Sousa Marto

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Beja e Mértola

Francisco José Salgueiro Correia

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Douro, Corgo e Tâmega

Alcino Pinto dos Santos Sanfins

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lourinhã

António Augusto Nascimento Mateus

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Ribatejo Norte

Arnaldo Filipe Rodrigues Santos

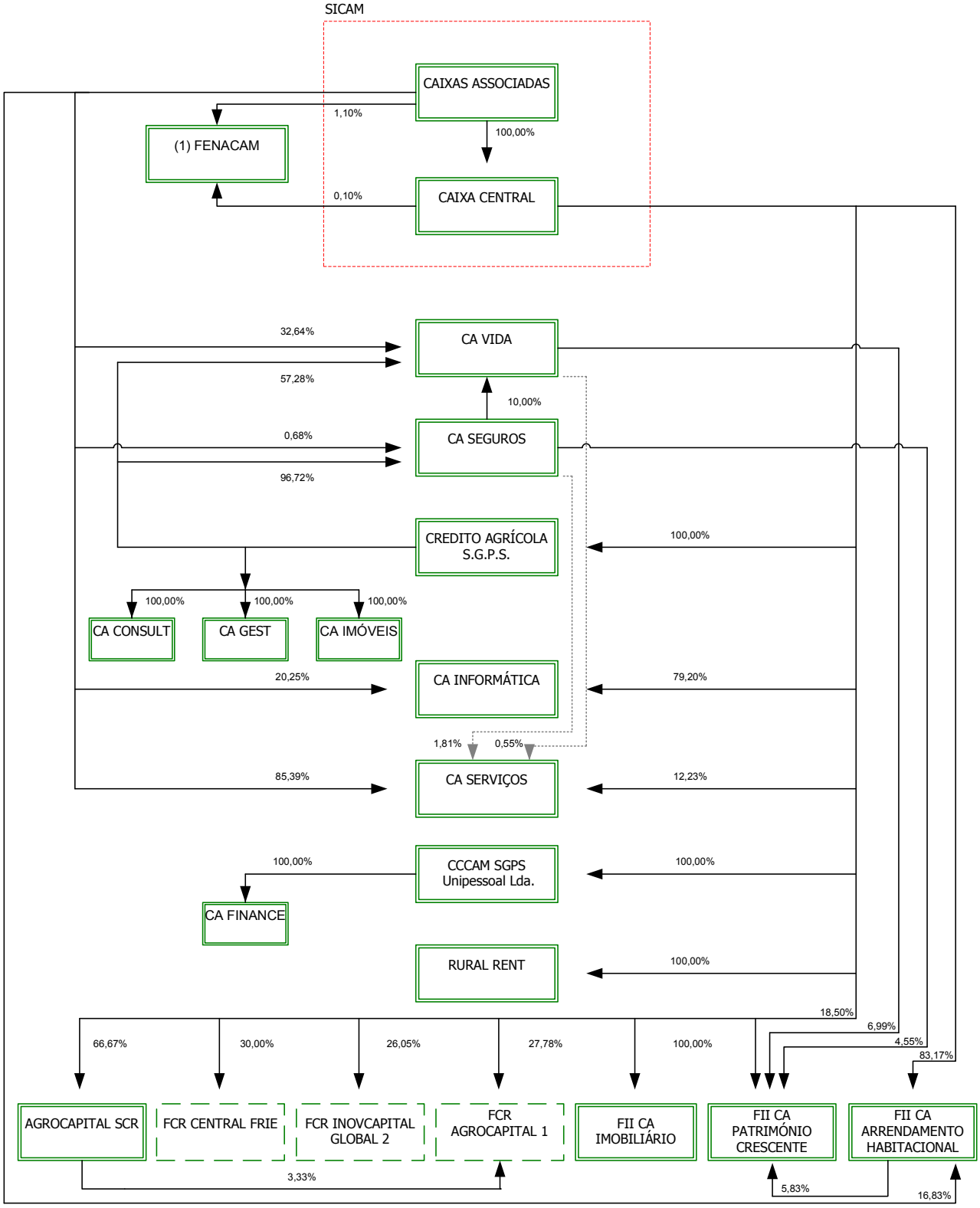
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Zona do Pinhal

Ângelo de Jesus Antunes

Por inerência, nos termos do nº 2 do artigo 35º dos Estatutos da Caixa Central

Adriano Augusto Diegues

2. Organograma do Grupo



(1) A FENACAM detém 98,78% do seu próprio capital »total GCA=99,98%

CONSOLIDAÇÃO INTEGRAL

CONSOLIDAÇÃO POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

À data: 31/12/2010

3. Principais Indicadores do SICAM

EVOLUÇÃO DO SICAM

Valores em milhões de Euros

		2002 Dez.	2003 Dez.	2004 Dez.	2005 Dez.	2006 Dez.	2007 Dez.	2008 Dez.	2009 Dez.	2010 Dez.
Depósitos de clientes		6.863	7.181	7.599	8.174	8.671	9.158	9.613	10.070	9.989
Créditos sobre Clientes		6.387	6.690	6.942	7.290	7.464	7.467	8.373	8.859	8.606
Activo Líquido		7.946	8.251	8.696	9.319	10.044	10.566	11.447	12.097	13.213
Situação Líquida		520	570	657	738	828	874	979	1.000	1.026
Margem Financeira		307	306	316	326	352	387	403	315	306
Produto Bancário		370	376	396	404	424	486	513	424	445
Resultado Líquido		33	81	90	87	96	113	121	42	36
Rácio de Solvabilidade - GCA (%)	**a)**	10,5%	11,3%	12,9%	14,0%	14,4%	14,4%	13,3%	12,7%	13,4%
Tier 1 - GCA (%)	**a)**	8,1%	9,1%	10,4%	10,5%	11,6%	11,5%	12,0%	11,8%	12,6%
Rácio de Transformação (%):										
- geral		93,1%	93,2%	91,4%	89,2%	86,1%	81,5%	87,1%	88,0%	86,2%
- s/papel comercial		86,4%	88,5%	86,7%	85,5%	81,5%	79,3%	82,0%	84,0%	86,2%
Rácio de Eficiência do SICAM (%)		52,5%	52,1%	52,5%	55,2%	58,4%	54,1%	55,5%	69,4%	67,1%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) (%)		6,4%	14,1%	13,7%	11,8%	11,5%	13,0%	12,4%	4,2%	3,5%
Rentabilidade dos Activos (ROA) (%)		0,4%	1,0%	1,0%	0,9%	1,0%	1,1%	1,1%	0,3%	0,3%
Rácio de cobertura do crédito vencido (%)		73,6%	94,7%	98,4%	105,4%	113,6%	108,9%	136,0%	127,4%	127,8%
Número de CCAM		126	120	118	111	105	100	92	88	85
Número de Balcões (Total do SICAM)	**b)**	584	598	616	628	632	647	670	680	689
Activo Líquido Médio por CCAM	**c)**	61.543	67.026	71.754	81.993	91.648	102.500	116.924	127.626	132.375
Número médio de balcões/CCAM	**d)**	4,6	5,0	5,2	5,6	6,0	6,4	7,2	7,6	8,0

a) valores dos Rácios para 2002 a 2006 calculados de acordo com as regras de PCSB, 2007 em NCAs e 2008 e 2009 NICs. A partir de Março 2008, com os critérios de Basileia II
b) Inclui os balcões da Caixa Central
c) em milhares de Euros
d) apenas balcões das CCAM

II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1. Enquadramento Internacional

A profunda recessão que se verificou à escala quase planetária na sequência do colapso dos empréstimos à habitação *subprime* nos Estados Unidos da América e suas sequelas, poderá no plano internacional ter atingido o seu ponto mais crítico na parte final de 2008 e no primeiro semestre de 2009.

Com efeito, a partir de meados de 2009, e prolongando-se por 2010, começaram a manifestar-se indícios de retoma em algumas das principais economias, embora o vigor dessa retoma seja ainda questionado, uma vez que voltaram a surgir sinais de abrandamento, e na maior parte dos países a recuperação não conseguiu travar o aumento do desemprego.

O início de recuperação que se observou ficou, aliás, a dever-se à conjugação de diversos factores, alguns excepcionais, tais como:

- a necessidade de reconstituição de *stocks* de numerosos tipos de bens, em consequência da *destockagem* massiva que, como reacção de pânico, se verificou com o impacto inicial da recessão;
- as extraordinárias medidas de sustentação e de estímulo económico e financeiro, quer no âmbito da política monetária quer na esfera orçamental, adoptadas em numerosos países, na sequência das reuniões internacionais de alto nível no seio do G20 e em outros fóruns;
- a continuação do ritmo de crescimento elevado nas economias emergentes, nomeadamente no Brasil e na Ásia, e nesta em especial na Índia e China, onde de resto foram igualmente adoptadas medidas de sustentação da actividade económica.

Cedo se colocou a questão de saber se a recuperação que se estava a esboçar, ao ser tributária das medidas públicas de sustentação do nível de actividade, teria capacidade para se manter após a descontinuação dessas medidas, as quais, obviamente, dado o seu carácter extraordinário, e em certos aspectos até heterodoxo, não podem ser indefinidamente prolongadas no tempo.

Pôs-se igualmente em dúvida se o aumento do nível de actividade induzido pela reconstituição de *stocks* seria, só por si, suficiente para transmitir um impulso mais abrangente e duradouro ao sistema económico – como sucede em geral nas pequenas recessões -, ou se mais não seria que um efeito pontual e limitado.

Os dados mais recentes sobre a evolução do nível de actividade nos principais pólos económicos adensaram, na verdade, as dúvidas quanto à recuperação, ao mesmo tempo que sugerem estarmos em presença de uma retoma heterogénea, centrada nos países emergentes, e com os pólos mais desenvolvidos a mostrarem dificuldade em manterem a reanimação das suas economias sem os apoios das políticas públicas, agora que o efeito, temporário, da reconstituição de *stocks* se desvaneceu.

Com efeito, nas economias emergentes o crescimento mostra-se muito robusto, nalguns casos evidenciando até sobreaquecimento, acompanhado de tensões inflacionistas, sendo de assinalar o contributo importante da procura interna, que respondeu positivamente às medidas de cariz expansionista adoptadas pelas autoridades nalguns desses países.

Assim, a China, a Índia e o Brasil, três dos mais importantes países emergentes, terão registado em 2010 taxas de crescimento de 10,3%, de 9,7% e de 7,5% respectivamente. Admite-se, porém, que estas economias venham a apresentar uma certa desaceleração em 2011, devido às medidas para travar o sobreaquecimento, cujo impacto poderá ser especialmente marcante no caso da China, a qual acaba de ultrapassar o Japão como segunda maior economia em termos do valor global do PIB.

No panorama das grandes economias emergentes, apenas a Rússia apresentou em 2010 um crescimento mais modesto, da ordem de 4,0%, que se segue, aliás, a uma quebra muito pronunciada em 2009 (-7,9%).

Em contrapartida, nas principais economias desenvolvidas a recuperação mostrou-se mais débil e incerta, existindo ameaças quanto à sua sustentação, o que ultimamente foi agravado pela turbulência dos mercados financeiros fruto da percepção de maior risco na dívida soberana de diversos estados com níveis elevados de défices orçamentais e de dívida pública, que incide sobretudo nos países em que a deterioração significativa das contas públicas se conjuga com a subsistência de fragilidades estruturais, que prejudicam o crescimento.

Um factor importante subjacente à menor dinâmica relativa de crescimento nas economias maduras é a desalavancagem financeira que, como reacção à crise, os diferentes agentes económicos privados (famílias e empresas) têm vindo a efectuar, com o intuito de reduzirem o seu grau de endividamento, e limitando consequentemente os seus gastos seja de consumo, seja de investimento.

A este impacto depressivo da desalavancagem do sector privado, têm-se associado, em diversos países, as medidas para o reequilíbrio das contas públicas, que agem no mesmo sentido, verificando-se uma ênfase na correcção dos défices mesmo em países - como é o caso da Alemanha -, que, no presente, mantêm finanças públicas reconhecidas como sólidas e cuja dívida tem mesmo funcionado como activo de refúgio perante a turbulência dos mercados. (Apesar de o seu défice estatal também ter subido com a crise).

Esta situação reflecte igualmente o baixo nível dos índices de confiança dos consumidores – negativamente afectados com o desemprego em alta – e das empresas, com expectativas negativas perante uma procura deprimida para os seus produtos.

Um aspecto que, no entanto, funcionou como factor de sustentação da retoma em algumas economias avançadas, sobretudo aquelas dotadas de sectores exportadores mais competitivos, foi o facto de a profunda quebra do comércio internacional que ocorreu em 2008 e 2009 ter atingido o fundo, verificando-se um ressurgimento em 2010. Assim, a economia alemã, a de maior peso na Zona Euro, que havia sofrido um importante impacto negativo com o afundamento do comércio mundial, apresenta-se agora como a mais florescente da Zona Euro, graças à dinâmica do seu sector exportador, tendo registado em 2010 um crescimento de 3,6 %. Este crescimento deverá reduzir-se, no entanto, em 2011, para 2,2%, devido ao efeito desacelerador resultante do abrandamento esperado nas economias emergentes.

Evolução da Economia Mundial Taxas de crescimento Δ% PIB						
	2006	2007	2008	2009	2010 [Est.]	2011 [Proj.]
Países Desenvolvidos	**3,0**	**2,7**	**0,2**	**-3,4**	**3,0**	**2,5**
EUA	2,8	2,1	0,0	-2,6	2,8	3,0
Japão	2,4	2,3	-1,2	-6,3	4,3	1,6*
Zona Euro	2,8	2,7	0,5	-4,1	1,8	1,5
Paises em Desenvolvimento	**7,9**	**8,3**	**6,0**	**2,6**	**7,1**	**6,5**
China	11,6	13,0	9,6	9,2	10,3	9,6
Índia	9,8	9,4	6,4	5,7	9,7	8,4
Rússia	7,4	8,1	5,2	-7,9	3,7	4,5
Brasil	3,8	5,7	5,1	-0,6	7,5	4,5
Economia Mundial	**5,1**	**5,2**	**2,8**	**-0,6**	**5,0**	**4,4**
Δ% Comércio Munidal**	**9,3**	**7,3**	**3,0**	**-10,7**	**12,0**	**7,1**

* Crescimento previsto antes do recente acidente sísmico e suas sequelas

* * Bens e serviços

Fonte: FMI, Wordl Economic Outlook (Update, Janeiro/11)

A Zona Euro no seu conjunto apresentou em 2010 um crescimento bem mais modesto que o da Alemanha, de apenas 1,8%, e poderá ainda desacelerar ligeiramente para 1,5% em 2011. Na França, o crescimento em 2010 foi de 1,6%, na Itália de 1,0% e no caso da Espanha, principal mercado das exportações portuguesas, registou-se uma redução do PIB de 0,2% no ano findo, perspectivando-se um início de recuperação, mas ainda incerto, em 2011.

Nos EUA, país onde a actual crise teve origem, a recuperação que se verificara no início de 2010 alimentou a esperança de que a retoma económica estava no bom caminho, mas o crescimento acabou por fraquejar a partir do meio do ano, ficando em apenas 2,8% no conjunto de 2010 – o que *a priori* se diria um bom desempenho para uma economia madura como é a americana – mas que é inferior ao potencial do país e não tem permitido absorver o desemprego. A taxa de desemprego americana manteve-se assim em 9,4%[1] (Novembro), nível considerado elevado e que levou as autoridades dos EUA a prolongarem as medidas de estímulo à economia, designadamente na esfera monetária, mantendo a taxa de juro de referência – a taxa dos fundos federais – no nível de praticamente 0% (ou seja, numa banda entre 0% e 0,25%) em que se encontra desde Dezembro de 2008 e dando continuidade às injecções de liquidez no sistema financeiro e na economia, através de criação de moeda pela Reserva Federal.

[1] Os números de Jan/2011 indicam uma descida para 9,0%, evolução positiva que importa ver se se consolida nos próximos meses.

Contribuiu igualmente para esta opção o facto de a situação no mercado residencial nos E.U.A. se manter frágil, e com tendência a piorar caso fossem retiradas as medidas de incentivo, introduzidas após a crise, para a compra de habitações.

Por outro lado, foi reconhecido pelas autoridades económicas americanas que o contributo positivo da variação de existências (reconstituição de *stocks*) para o crescimento económico se esgotou, e não foi substituído por qualquer outro factor de crescimento endógeno, pois quer o investimento empresarial quer o consumo das famílias se mantiveram contidos. Ao mesmo tempo, as exportações, que ganharam algum dinamismo no período em que o valor do dólar desceu significativamente face a outras divisas, também não têm ultimamente mostrado uma dinâmica positiva.

Finalmente, no outro grande pólo entre as economias avançadas, o Japão, verificou-se uma apreciável recuperação em 2010 – crescimento de 4,3% –, por razões semelhantes às apontadas para a Alemanha, e igualmente pelas mesmas razões antevê-se uma marcada desaceleração para 1,6% em 2011[2].

Evolução da Economia Europeia
Taxas de crescimento Δ% PIB

	2006	2007	2008	2009	2010 [Est.]	2011 [Proj.]
Zona Euro	**2,8**	**2,7**	**0,5**	**-4,1**	**1.8**	**1,5**
Alemanha	3,0	2,5	1,0	-4,7	3,6	2,2
França	2,2	2,3	0,1	-2,5	1.6	1,6
Itália	1,8	1,6	-1,3	-5,0	1,0	1,0
Espanha	3,9	3,6	0,9	-3,7	-0,2	0,6

Fonte: FMI, Wordl Economic Outlook (Update, Janeiro/11)

A profunda recessão verificada em 2008-2009, e a conjuntura deprimida que se seguiu, teve gravosas implicações nas contas públicas de grande número de países, algumas das quais já se encontravam desequilibradas ou em equilíbrio frágil.

[2] Previsão anterior ao recente sismo e suas sequelas

Com efeito, o impacto adverso da crise nas receitas do Estado e o aumento da despesa que lhe esteve associado, quer na componente automática – com a escalada do subsídio de desemprego – quer na componente discricionária em que se inserem as políticas de estímulo fiscal, acrescidas, nalguns países, pela necessidade de apoios massivos ao sistema bancário, veio causar pressões inusitadas em tempo de paz às finanças públicas da generalidade dos países.

Em numerosos casos, o saldo negativo das contas públicas em 2009 ultrapassou 5% do PIB, chegando a exceder nos Estados Unidos, Reino Unido, Grécia, Irlanda e Espanha, os 10%. Em 2010 registou-se apenas uma ligeira redução que não foi aliás geral, acentuando-se o peso do défice nalguns casos, sendo o exemplo extremo o da Irlanda, em que o défice das contas públicas, com os fundos necessários para evitar o colapso do seu sistema financeiro, ultrapassou mesmo os 30% do PIB.

Do mesmo modo, a dívida pública subiu para perto de 100% do PIB, ou supera este nível, inclusive em países que, ainda em 2007, tinham contas públicas basicamente equilibradas. No caso particular do Japão, a dívida pública atinge quase 200% do PIB, embora com a característica diferenciadora de ser dívida essencialmente interna.

Impacto da crise financeira nas finanças públicas

	Saldo contas públicas/PIB (%)					Dívida Pública/PIB (%)				
	2007	2008	2009	2010 (E)	2011 (P)	2007	2008	2009	2010 (E)	2011 (P)
Alemanha	-0,2	-0,1	-3,3	-5,0	-4,7	65,1	66,0	73,2	78,8	81,6
França	-2,7	-3,4	-7,5	-8,0	-7,4	63,8	68,0	77,6	83,6	88,6
Espanha	+2,2	-3,9	-11,2	-9,8	-8,8	36,2	39,7	53,2	64,9	72,5
Itália	-1,5	-2,7	-5,3	-5,3	-5,0	103,5	106,1	115,8	118,2	118,9
Irlanda	+0,2	-7,2	-14,3	-11,7*	-12,1	25,0	43,9	64,0	77,3	87,3
Grécia	—	-7,7	-13,6	-9,3	-9,9	—	99,2	115,1	124,9	133,9
Holanda	+0,3	+0,9	-5,3	-6,3	-5,1	45,6	58,2	60,9	66,3	69,6
Reino Unido	-2,6	-5,4	-11,5	-12,0	-10,0	44,1	52,0	68,1	79,1	86,9
Suíça	2,2	0,9	-0,4	-1,3	-0,9	44,3	40,9	38,8	38,2	37,2
Bélgica	-0,2	-1,3	-6,0	-5,0	-5,0	84,0	89,8	96,7	99,0	100,9
Japão	-2,5	-5,6	-6,9	-6,7	-6,6	187,7	172,0	189,2	193,5	194,9
EUA	-2,9	-5,3	-11,0	-10,0	-9,9	62,9	70,7	84,0	93,6	102,5

Fonte: DI/Caixa Central com base na Moody's Investment Services
E/P: Estimativa/Previsão
* Integrando o apoio do Estado Irlandês aos bancos em dificuldades, o défice sobe para o nível colossal de 32% do PIB.

Esta situação das finanças públicas é um factor que tem condicionado o comportamento dos mercados financeiros (ver adiante), verificando-se a subida pronunciada dos *yields*, a par com alguma volatilidade das dívidas soberanas julgadas de maior risco em relação às que são consideradas mais sólidas. Os títulos desta última têm funcionado como activos de refúgio face às incertezas subsistentes, apesar de os respectivos estados apresentarem também défices significativamente mais altos que no passado recente, nalguns casos até mais elevados do que os de alguns países da periferia europeia, e evidenciavam tendência de elevação do peso da dívida no PIB. Nas últimas semanas de 2010, aliás, mesmo os *yield* das dívidas soberanas da Alemanha, dos EUA e do Reino Unido subiram significativamente.

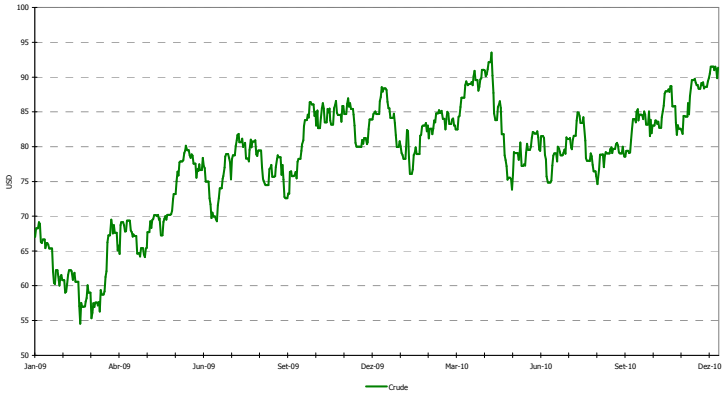
A crise económica que atravessamos tem tido, por outro lado, como era inevitável, consequências muito adversas no mercado de trabalho, tendo a taxa de desemprego atingido níveis elevados na generalidade dos países, gerando, assim, o risco de tensões sociais crescentes, que se têm agudizado com a reacção às medidas de austeridade e contenção, que também afectaram algumas prestações sociais, nomeadamente, no referente aos subsídios de desemprego, postas em prática em diversos países. Na Zona Euro no seu conjunto a taxa de desemprego rondou os 10%, tendo na vizinha Espanha ultrapassado já os 20,2%, correspondendo a mais de 4 milhões de desempregados.

Por outro lado, no tocante à evolução dos preços, a baixa que se produziu em 2009 com o impacto do ambiente recessivo, que fez diminuir consideravelmente a procura agregada, e em particular provocou a descida da cotação das matérias-primas básicas, incluindo o petróleo bruto, foi invertida, tendo-se assistido ao longo de 2010 a uma evolução ascendente dos preços, que afastou o receio de deflação – fenómeno que, a verificar-se, constituiria um sério obstáculo adicional à retoma, como o exemplo do Japão, de mais de duas décadas, demonstra à evidência.

A inflexão no comportamento dos preços em 2010 foi, em grande medida, influenciada pela subida gradual do preço do petróleo bruto, que começou na segunda metade de 2009, e que, tendo-se esbatido ligeiramente ao longo de 2010, conheceu novo impulso na parte final do ano, em que igualmente se verificou uma escalada nos preços dos produtos alimentares básicos, bem como de matérias primas industriais (v.g. metais).

Assim, em particular na Zona Euro, a taxa média de inflação, aproximou-se do *target* de 2% do BCE, tendo a taxa homóloga mensal de Dezembro ultrapassado mesmo esse nível, tendência que se manteve em Janeiro, em que a subida dos preços atingiu 2,4%. O BCE continua a considerar, porém, não haver receios de uma deriva inflacionista na Zona Euro, que ponha em perigo o cumprimento do seu *target* [3].

Evolução do Preço do Petróleo



Fonte: DF/Caixa Central, com base em Bloomberg

Evolução do Preço das Commodities Agricolas (base 100 a 01/01/2010)

Fonte: DF/Caixa Central, com base em Bloomberg

Taxas de inflação
Δ% Preços no consumidor

Dez. 2010

	2009	2010
EUA	-1,5	+1,5
Zona Euro	-0,3	+2,2
Alemanha	-0,3	+1,7
França	-0,2	+1,8
Itália	+0,2	+1,9
Espanha	-0,8	+3,0

Fonte: The Economist (Janeiro2011)

[3] A evolução dos preços nos últimos meses e a percepção de que a retoma poderá estar em vias de se consolidar nalgumas das principais economias da Zona Euro, levou o BCE a alterar recentemente a sua taxa directora para 1,25%, e a dar sinais de que pretende começar a inflectir o cariz da sua actual política monetária, reduzindo o seu carácter acomodatício.

2. Economia Portuguesa

A economia portuguesa, que em 2009 sofreu um considerável choque recessivo, traduzido num decréscimo do PIB de 2,7%, em consequência sobretudo da retracção no sector imobiliário e da queda das exportações induzida pela crise económica e financeira internacional, registou na parte inicial de 2010 uma certa recuperação, com o PIB a crescer, em termos homólogos, 1,7% e 1,4% nos primeiro e segundo trimestres, respectivamente, estimando-se que, no conjunto do ano, e apesar de algum afrouxamento nos últimos meses, a taxa de crescimento tenha ainda ficado em 1,3%[4].

Em grande parte a recuperação observada explica-se por um efeito de base, ou seja, essencialmente espelha a importante queda do nível de actividade observada no ano transacto, mas é no entanto de realçar, como positivo, o comportamento favorável das exportações – nas presentes circunstâncias da nossa economia uma variável chave para a retoma -, e que se estima tenham em 2010 crescido 9% em termos reais, com comportamento dinâmico quer dos serviços quer das exportações de mercadorias. Estas, em termos nominais, cresceram 14,8% até Novembro, beneficiando porém do referido efeito de base, pois em 2009 haviam registado uma quebra de 20%. Em especial observou-se um crescimento com alguma expressão das nossas vendas externas para mercados fora da Zona Euro, numa diversificação geográfica que é imprescindível consolidar.

Evolução do comércio externo (Δ%)
Var.Hom%

	2007	2008	2009	2010
Exportação de mercadorias	8,9	1,7	-18,4	14,8
Importação de marcadorias	7,4	7,1	-20,0	9,6
Exportação de serviços	16,0	5,3	-8,8	7,6
Importação de serviços	8,4	8,0	-8,5	4,2

Dados até Novembro/2010
Fonte: BdP, Indicadores de conjuntura; Jan/2011

[4] Os números finais já divulgados pelo INE situam a taxa em 1,4%.

O consumo privado, ao expandir-se em 1,8%, ainda deu, em 2010, um contributo importante para o crescimento do PIB, que igualmente beneficiou de um aumento significativo do consumo público, de 3,2%, reflectindo o impacto de algumas das medidas de estímulo fiscal destinadas a mitigar o impacto da crise internacional e a suportar o nível da actividade económica. Em 2009 o consumo público crescera também quase 3%, não só por efeito do impacto das medidas de estímulo já adoptadas nesse ano, como em consequência do afrouxamento da contenção que vinha sendo seguida em anos anteriores.

O crescimento do PIB em 2010, no entanto, fica abaixo do previsto para a média da Zona Euro e da União Europeia no seu todo. As medidas de austeridade contidas no PEC, implicando agravamento da carga fiscal e contenção da despesa pública, e mais ainda as novas medidas, mais gravosas, para o saneamento das finanças públicas, decididas em finais de Setembro último, vão ter impacto, sobretudo, no nível de actividade económica de 2011, prevendo assim o Banco de Portugal que se assista a uma nova retracção da economia no ano em curso, com o PIB a decair em 1,3%, previsão que, em termos gerais, é compartilhada por várias organizações internacionais.

A perspectiva contida no Orçamento de Estado, no entanto, é de que o Produto Interno Bruto ainda cresça marginalmente, em 0,2% no corrente ano, o que, com o consumo privado a cair, segundo as projecções, em 2,7%, e o consumo público a retrair-se em 4,6%, a par da já referida retracção da FBCF, só seria possível com uma expansão das exportações ao nível de dois dígitos (que não se pode porém excluir).

Evolução das componentes do PIB
v.h. em %

	2006	2007	2008	2009	2010 Est.	2011 Prev.
Consumo Privado	1,1	1,6	1,8	-1,0	1,8	-2,7
Consumo Público	-0,3	0,0	0,8	2,9	3,2	-4,6
FBCF	-2,0	3,1	-1,8	-11,9	-5,0	-6,8
Exportações	9,1	7,5	-0,3	-11,8	9,0	5,9
Importação	4,2	5,6	2,8	-10,9	5,0	-1,9
PIB	1,3	1,9	0,0	-2,6	1,3*	-1,3**
Procura Interna	0,3	1,6	1,2	-3,4	0,6	-3,9
Export.Líquidas	1,0	0,3	-1,2	0,8	0,7	2,5

Fonte:

- 2008, 2009: BdP, Boletim Económico, Outono 2010
- 2010,2011: BdP, Boletim Económico, Inverno 2010

* Números recentes do INE elevaram a variação do PIB para 1,4%

**A projecção do Governo contida no OGE é de crescimento do PIB em 0,2%.

A Formação Bruta de Capital Fixo, que é a componente do PIB de que depende o aumento e adaptação da capacidade produtiva nacional, sendo portanto crucial para o crescimento futuro da economia, voltou a registar uma diminuição expressiva em 2010, após ter registado uma acentuada queda em 2009 (-11,9%) e ter caído na maior parte dos últimos anos, com excepção de 2007. Naturalmente que as medidas de austeridade referidas vêm ainda agravar o cenário, já pouco favorável, para a evolução do investimento, quer na vertente empresarial quer na residencial, para além de implicarem cortes nos investimentos do Estado e das autarquias, pelo que as perspectivas para 2011 são de que a FBCF volte a cair (-6,8% em relação a 2010).

Considerando mais em detalhe a evolução do nível de actividade económica em Portugal, verificou-se para a produção industrial um acréscimo de apenas 2,3% até Novembro de 2010, que é muito escasso considerando que nos dois anos anteriores se assistira a uma redução da actividade na indústria (de -3,4% em 2008 e -10,1% em 2009), observando-se inclusivamente uma nova queda na produção de bens de investimento, depois de descida em anos sucessivos, particularmente pronunciada em 2009. A evolução na parte final do ano poderá já ter sido afectada pelo provável efeito adverso das medidas para conter o défice das contas públicas, uma vez que os indicadores da actividade industrial para o primeiro semestre tinham sido menos negativos.

Indicadores de actividade na economia portuguesa
Δ%

	2007	2008	2009	2010
Produção Industrial	1,1	-3,4	-10,1	2,3 *
da qual,				
Bens de investimento	-2,3	-3,8	-17,9	-2,3*
Vendas de cimento p/ mercado interno	0,9	-6,6	15,6	-7,0
Vendas de veículos comerciais				
Ligeiros	6,1	-19,0	-29,8	17,4
Pesados	6,4	-0,5	-39,4	-5,9
Vendas de automóvies ligeiros passageiros	3,7	5,7	-24,5	38,8
Índice vendas a retalho (deflacionado)	0,3	0,2	-1,9	-0,5

* Até Novembro

Fonte: BdP, Indicadores de conjuntura, Jan/2011

O panorama é idêntico nas vendas a retalho e nas vendas de cimento no mercado interno, que tinham registado retracção considerável em 2009, não apresentando qualquer recuperação em 2010, com as vendas de cimento a caírem de novo (cerca de 7%). Só nas vendas de veículos ligeiros o comportamento observado em 2010 evidenciou uma recuperação importante, tendo o crescimento nas vendas de viaturas comerciais sido de 17,4% e de 38,8% na de passageiros, havendo factores fiscais que explicam o comportamento da procura, sobretudo na parte final do ano (antecipação do aumento do IVA). Nos veículos pesados, porém, voltou a registar-se nova quebra das vendas (-5,9%) depois da enorme diminuição que já se observara em 2009 (-39,4%).

Neste quadro deprimido da economia nacional, são numerosas as empresas a cessar, a interromper ou a diminuir a laboração, e poucas a expandir a sua actividade. Assim, o desemprego tem vindo a aumentar a ritmo considerável, atingindo a taxa de desemprego, em Setembro último, o máximo histórico de 10,7%[5] da população activa. O número de desempregados inscritos nos serviços oficiais atinge, nesta altura, quase 550 mil[5]. Em 2009 a taxa de desemprego situara-se em 9,5%. Paralelamente, o desemprego de longa duração subiu para 54,2%, contra 46,54% em 2009. A taxa de desemprego em Portugal é, presentemente, já das mais elevadas da Zona Euro, ficando apenas aquém das da Espanha (que como vimos está em 20,2%), Grécia (11,6%) e Bélgica (11,3%). Como vimos, a taxa de desemprego média da Zona Euro é de 10%.

Desemprego e Inflação

	2007	2008	2009	2010
Taxa de desemprego (%)	8,0	7,6	9,5	10,7*
Desemprego de longa duração (%)	48,8	49,8	46,5	54,2*
Desempregados (v.h.%)	+4,9	-4,8	23,8	15,5*
Inflação (IPC v.h.%)*	2,5	2,6	-0,8	1,4
da qual				
prod. energéticas	3,5	6,5	-8,0	9,5
bens alimentares	2,8	4,2	-2,5	0,4

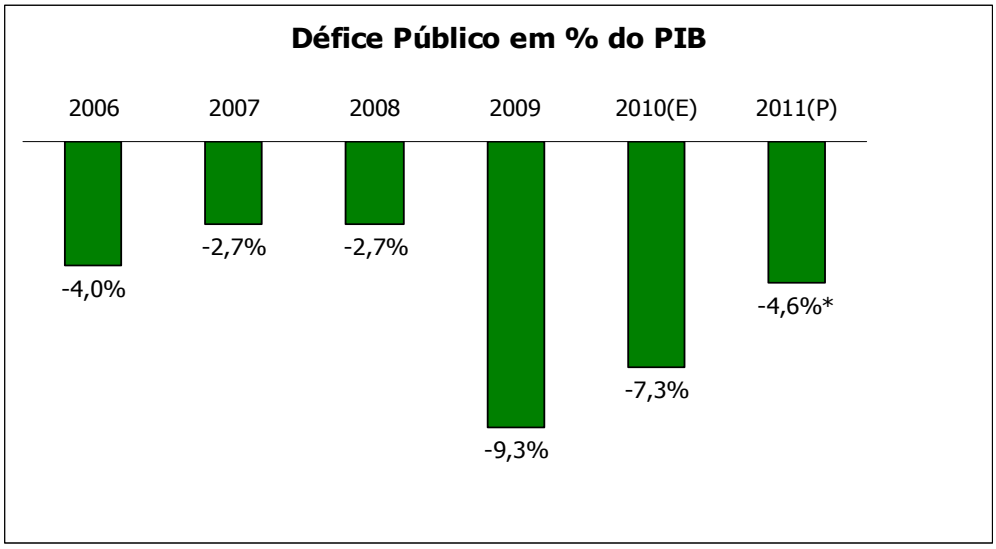
* Até Novembro

Fonte: BdP, Indicadores de conjuntura, Set 2010 e Jan 2011

Em conjunto com a redução das receitas do Estado, designadamente fiscais, em consequência

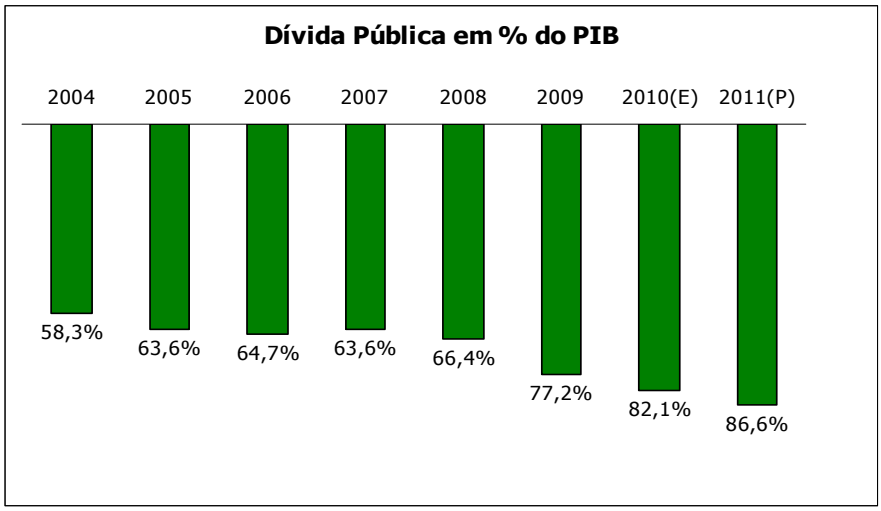
da retracção do nível de actividade económica, o forte aumento do desemprego, ao fazer disparar os encargos com subsídios de desemprego - sobre uma base de despesa pública ainda excessiva e agravada pelo impacto de gastos e medidas recentes -, provocou uma derrapagem das contas do Estado. Assim, o défice das contas públicas disparou de 2,7% do PIB em 2008 para 9,3% em 2009, criando uma situação de emergência fiscal, que levou à necessidade de adopção de medidas drásticas de contenção e de agravamento fiscal, procurando o Governo limitar o défice público de 2010 a 7,3% do PIB. Este objectivo acabou por ser conseguido, embora com o contributo de receitas extraordinárias.

Esta situação fiscal, a par do ambiente de desconfiança que se criou nos mercados financeiros internacionais em relação à dívida soberana de alguns países da Zona Euro e que fez subir a pique o custo das novas emissões de dívida do Estado português, levou o Governo a decidir a adopção de um novo pacote de medidas de austeridade, anunciado no final de Setembro, visando o corte do défice, que incluem o agravamento de vários impostos (entre os quais a subida da taxa geral do IVA para 23%) e redução em diversas despesas, afectando os salários de funcionários públicos e certas prestações sociais, bem como o investimento público. Tendo em conta o esperado impacto dessas medidas, o Orçamento para 2011 projecta um défice das contas públicas de 4,6% do PIB, meta que, a ser alcançada, traduzirá sem dúvida uma correcção importante do défice, a qual, no entanto, para surtir o efeito desejado, terá que ser consolidada nos anos imediatos, e acompanhada de melhoria do crescimento da economia.



[5] Os números de Janeiro de 2011 indicam já uma taxa de desemprego de 11,1%, correspondendo a cerca de 620.000 desempregados

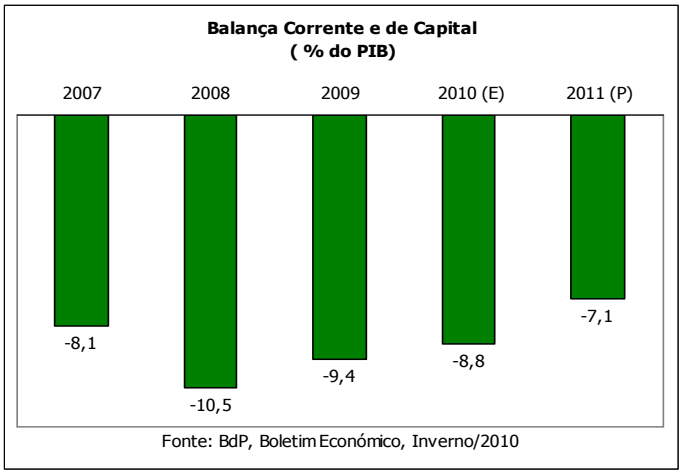
Neste estado de coisas, o peso da dívida pública no PIB - em última análise o indicador chave para a tranquilização dos mercados financeiros -, que no triénio 2005-2007 se tinha mantido num nível relativamente sustentável de cerca de 63-64%, subindo com o primeiro impacto da crise para 66,4% em 2008, saltou para 77,2% em 2009, projectando-se que atingisse 86% em 2010 (ou 83,5% na revisão de Julho). Este nível poderá porém vir a ser superado dado que a execução orçamental nos meses mais recentes aponta para um agravamento do défice, e o crescimento do PIB pode vir a ser prejudicado pelas medidas de austeridade anunciadas (embora o principal impacto destas, como se referiu, só venha a produzir-se em 2011).



No tocante à taxa de inflação que, em 2009, como noutros países, fora negativa, - no caso português de -0,8% -, fazendo recear que a economia pudesse entrar numa espiral deflacionista – o que tenderia a agravar a recessão – verificou-se uma correcção em 2010, voltando a ser positiva e situando-se em termos médios homólogos em 1,4%. Na Zona Euro no seu conjunto, como vimos, a inflação aproxima-se da meta de 2% do BCE.

Finalmente há a referir que, à semelhança do que ocorreu em 2009, as necessidades de financiamento exterior da economia portuguesa se reduziram ligeiramente, tendo o défice da Balança Corrente e de Capital no conjunto de 2010 descido para 8,8% do PIB, contra 9,4% em 2009 e 10,5% em 2008. Para tal contribuiu a evolução positiva das exportações, que tem excedido, nos últimos meses, o crescimento das importações, projectando-se que o défice em 2011 volte de novo a descer. Esta evolução vai no sentido certo, mas como sabemos o financiamento da economia faz-se através do acesso dos bancos nacionais aos mercados financeiros externos, o qual se encontra restringido nas presentes circunstâncias, tornando

difícil a sustentação dos níveis actuais do défice da Balança Corrente e de Capital da economia portuguesa, mesmo com a melhoria verificada.



3. Mercados Financeiros

A evolução dos mercados financeiros internacionais permaneceu em 2010 muito condicionada pela persistente incerteza que atrás descrevemos, quanto à sustentação da retoma da economia nos principais países. A ainda débil recuperação de confiança neste pós-crise, continuou assim a ocasionar periódicos assomos de fuga para a qualidade sempre que os indicadores económicos teimam em não evidenciar uma trajectória de recuperação convincente.

A utilização da capacidade produtiva permanece baixa e, como se referiu, as taxas de desemprego elevadas, deprimindo o investimento e o consumo privado.

O sistema bancário prossegue o saneamento e o reequilíbrio da estrutura de financiamento do seu balanço, ao mesmo tempo que pondera o impacto sobre as suas futuras condições de exploração das alterações, em matérias de regulação, que se antecipam (Basileia III), circunstâncias que vêm contribuindo para o amortecimento e restrição da oferta de crédito.

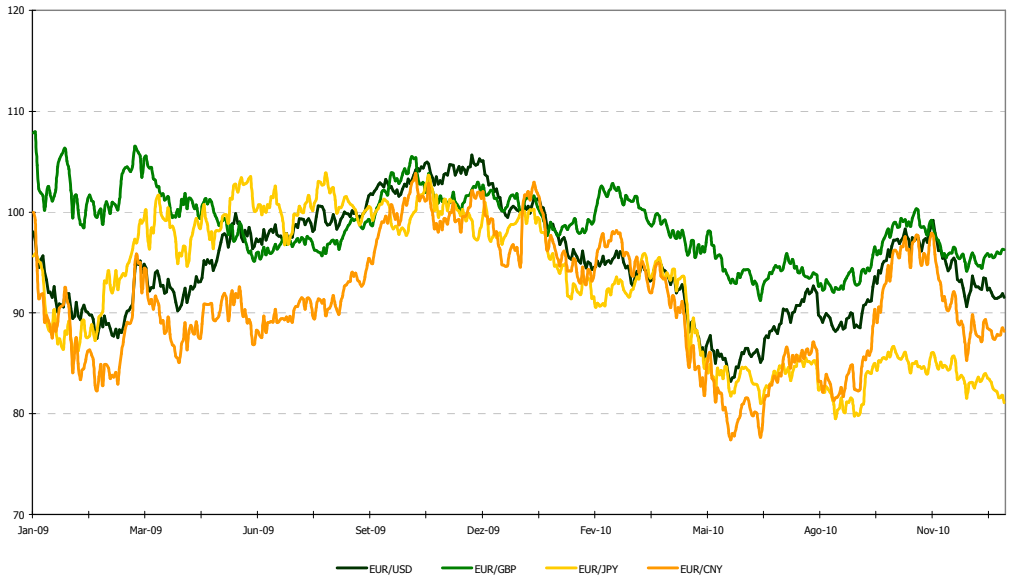
Sem que muitos dos seus efeitos sejam ainda visíveis, as políticas de consolidação dos défices públicos entretanto postas em prática, nomeadamente na Europa, desmontando a bateria de apoios públicos extraordinários implementados no auge da crise, fazem perigar a indispensável compensação, pelo sector público, da anemia e vulnerabilidades da procura privada.

Finalmente, subsistem elevados desequilíbrios externos que a insuficiente afirmação da retoma e as assimetrias de comportamento entre as economias dos diferentes países tendem a cristalizar.

Na Zona Euro em particular, mas com repercussões nos comportamentos de aversão ao risco dos investidores na generalidade dos mercados, a crise grega, desencadeada pela revelação do importante agravamento das suas contas públicas pelo governo saído das últimas eleições, rapidamente contaminou os designados países da periferia, entre os quais Portugal.

Na circunstância, e apesar da reacção das autoridades dos países da Zona Euro, a turbulência nos mercados escalou para o patamar de uma verdadeira crise do Euro, ultimamente mitigada por um plano conjunto orientado para o apoio ao financiamento dos países membros em dificuldades, desde logo à Grécia, com o aval técnico e participação do FMI. Entre Janeiro e Dezembro a cotação do Euro face ao Dólar norte-americano acabou assim por cair de 1,4324 USD para 1,3384 USD (atingindo um máximo de 1,4513 USD a 11 de Janeiro e um mínimo de 1,1923 USD a 7 de Junho de 2010).

Evolução das Principais Moedas (base 100 a 01/01/2010)



Ao mesmo tempo, assistia-se ao alargamento pronunciado do *spread* entre a *yield* da dívida pública alemã e a *yield* das obrigações dos países da periferia. As obrigações da dívida pública grega com prazo de 2 anos chegaram a atingir 26% na abertura da sessão de 28 de Abril, fixando-se em níveis próximos dos 19% no final dessa sessão, indiciando a expectativa por parte dos investidores de um iminente incumprimento. Em Portugal, as *yield* da dívida pública atingiram máximos de 6,418% e de 7,357%, respectivamente, nos prazos de 2 e de 10 anos, e apesar de terem entretanto descido, permanecem ainda em níveis elevados[6].

Na sequência do primeiro surto agudo de alargamento dos *spreads* entre as *yields* dos países periféricos, registado em finais de Abril, início de Maio – período durante o qual a Grécia foi forçada a pedir formalmente ajuda à União Europeia e ao FMI – foi atingido, em 9 de Maio de 2010, um acordo europeu para a criação da Facilidade Europeia de Estabilização Financeira (European Financial Stability Facility (EFSF)) com o objectivo de transmitir aos mercados um sinal de união entre os membros da Zona Euro e dissuadir deste modo qualquer ataque especulativo às dívidas dos países em questão[7].

As características do EFSF – entre as quais o seu carácter temporário e as dúvidas quanto ao nível efectivo de vinculação de todos os países participantes – não impediu que as *yields* da dívida pública dos países periféricos voltassem a subir e os *spreads* face à dívida alemã alargassem para níveis incomportáveis a médio prazo.

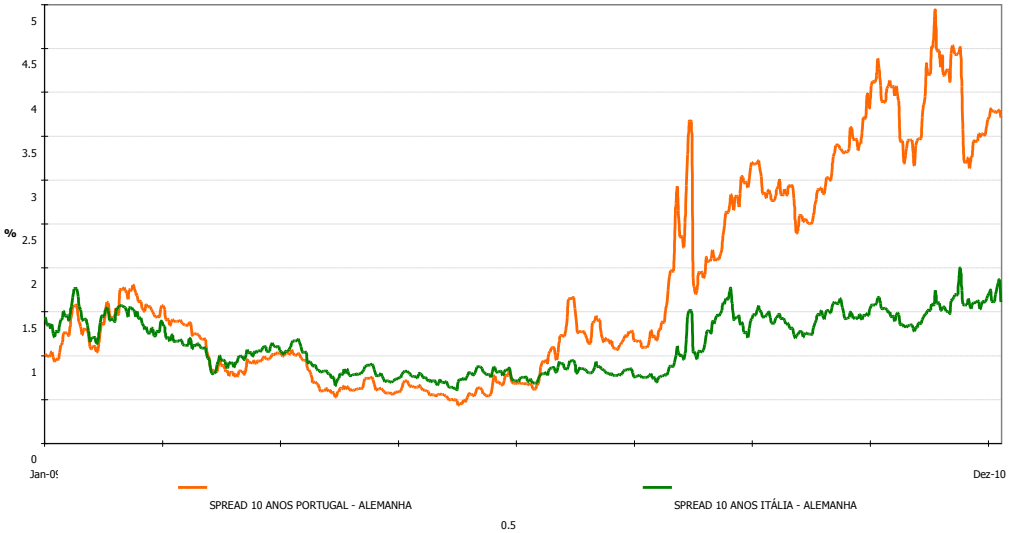
Assim, no final de Novembro, também a Irlanda, a braços com gravíssimos problemas no seu sistema financeiro, se viu forçada a recorrer à EFSF.

---

[6] As *yield* sofreram recentemente novo agravamento apresentando-se particularmente elevadas em meados de Fevereiro

[7] Entrou entretanto (início de Fevereiro) na agenda política da Zona Euro e da EU, por iniciativa conjunta da Alemanha e da França, a tentativa de criação de mecanismos de coordenação económica, procurando, por essa via, promover uma maior estabilidade no funcionamento da Zona Monetária, e consolidar a moeda única.

Spreads Face à Dívida Pública Alemã a 10 Anos



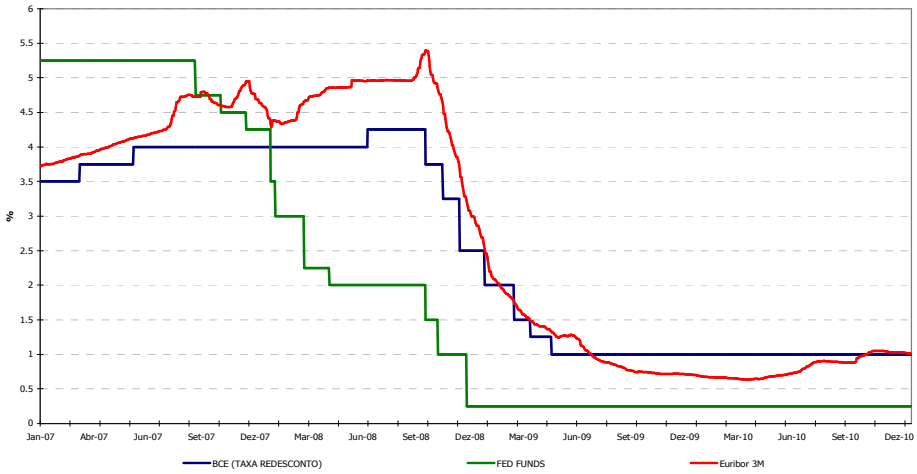
Fonte: DF/Caixa Central, com base em Bloomberg

Esta persistente conjuntura de incertezas e ténues níveis de confiança, acabou por determinar a manutenção das taxas de juro oficiais próximas de 0%, como nos EUA e no Reino Unido, para além da situação já de longa data do Japão, bem como a prossecução das facilidades de financiamento extraordinárias às instituições de crédito no âmbito da política monetária. Nos EUA e noutros países prosseguiu igualmente a intervenção directa pelo banco central nos mercados de financiamento de instituições de crédito[8], de empresas e do imobiliário, sendo assim sucessivamente postergada a perspectiva do desmantelamento progressivo destas políticas extremas, ultra-acomodatícias.

Não obstante, o BCE pôde já iniciar a drenagem da elevada liquidez injectada nos bancos, e por estes retida, sendo renovado apenas parcialmente (132 mil milhões de euros) e por prazo inferior (3 meses) o financiamento com prazo de contratação de 1 ano, no montante de 442 mil milhões de euros, que concedera em Junho de 2009. Consequentemente, assistiu-se a alguma reactivação dos mercados monetários interbancários e à normalização das taxas de juro de curto prazo, que estavam esmagadas pela liquidez excessiva, que se transmitiu ao longo do segmento curto da curva de rendimentos. As taxas de referência Euribor nos prazos de 3 e de 6 meses, subiram assim de um mínimo de, respectivamente, 0,634% e 0,944% para

1,006% e 1,227% no final de 2010, num contexto em que a taxa directora do BCE se mantém invariante em 1% (nível em que se encontra desde Maio de 2009)[9].

Evolução da Euribor 3M e das Taxas Directoras da Zona Euro e dos EUA



Os mercados de obrigações continuaram a ser em geral favorecidos como resultado da manutenção de comportamentos de aversão ao risco e do diferimento de qualquer perspectiva de acendimento da inflação. As *yields* das obrigações de dívida pública norte-americanas e alemã a 2 e a 5 anos situavam-se no final de 2010 em 0,61% e 2,01% (norte-americanas) e 0,86% e 1,84% (alemãs), respectivamente, contra 1,14% e 2,69% (norte-americanas) e 1,33% e 2,42% (alemãs) no final de 2009. No entanto, no pós-crise e também como resultado da crise dos países da periferia da Zona Euro, assistiu-se a uma segmentação dos riscos pelos investidores que se reflecte em diferenças de *spread* significativas.

Não obstante as persistentes interrogações ditadas pelo contexto, mas afastado o receio de uma verdadeira depressão económica, o que ditara já uma recuperação generalizada dos mercados a partir do segundo trimestre de 2009, o mercado accionista foi favorecido, na parte inicial do ano, pelos indicadores de retoma, se bem que voláteis, pelos resultados das empresas e, no tocante aos bancos da Zona Euro, pelas pontuações obtidas nos testes de *stress*, as quais se saldaram na passagem da generalidade das instituições, com raras excepções.

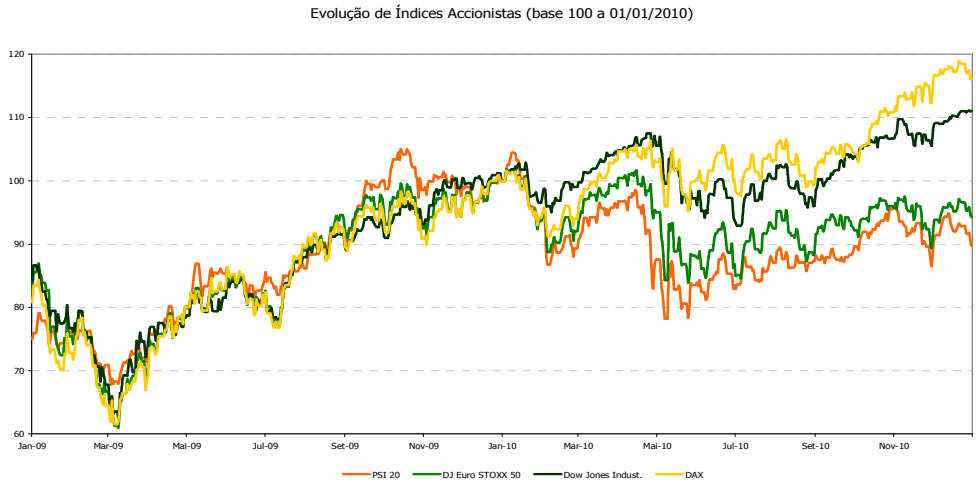
---

[8] A Reserva Federal dos EUA deu entretanto indicações, já muito recentemente, de que quer atenuar o grau acentuadamente acomodatício da sua política monetária, mas os últimos (fim de Abril) dados relativos ao crescimento e ao emprego não são animadores.

[9] Como se referiu atrás, a inflexão da política do BCE já se iniciou, tendo em particular a sua taxa directora sido elevada, nas últimas semanas, em 25 pb (para 1,25%).

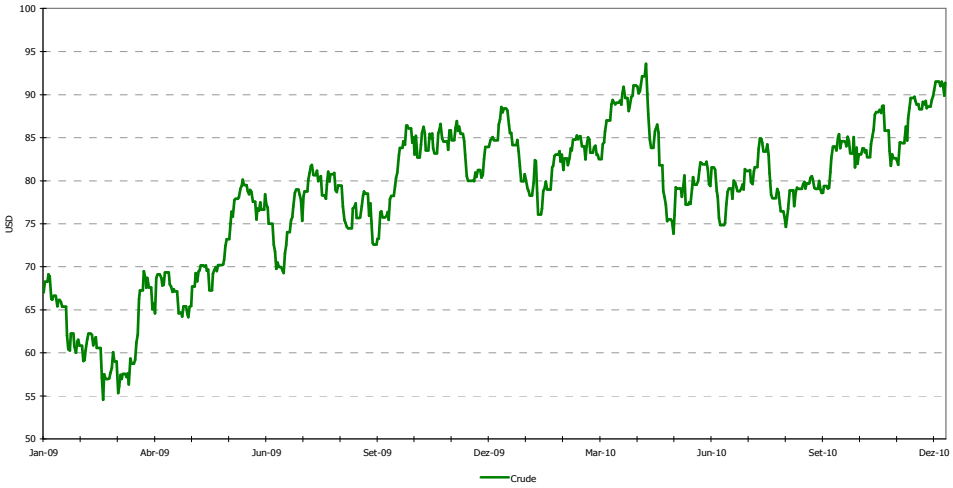
As interrogações sobre a dívida soberana de vários Estados, e a aversão ao risco que suscitaram, acabaram no entanto por neutralizar grande parte dos ganhos anteriores nos principais mercados bolsistas, em especial na Europa.

Assim, os índices *Dow Jones Industrial Average, Dow Jones EuroStoxx50* e o PSI20 registavam no final de 2010 variações de 11,02%, -5,81% e de -10,34% desde o início do corrente ano. No entanto, verificou-se alguma diferenciação entre mercados, mantendo, por exemplo, o índice relativo ao mercado alemão, o DAX, uma evolução ascendente.



Face à insuficiente recuperação operada nas principais economias internacionais, a evolução dos mercados de produtos básicos vem sendo sobretudo influenciada por determinantes específicas da sua oferta e pelo efeito da corrente de notícias sobre as expectativas relativas aos mesmos, nomeadamente no tocante aos bens energéticos e alimentares. O preço do barril de Brent (referência para o preço dos combustíveis na Europa) subiu de 82,52 USD, no final de 2009 para 96,26 USD, no final de 2010, estando entretanto, com o estalar da crise no Maghreb e Médio Oriente, já acima do nível de 100 USD, mantendo uma tendência de subida.

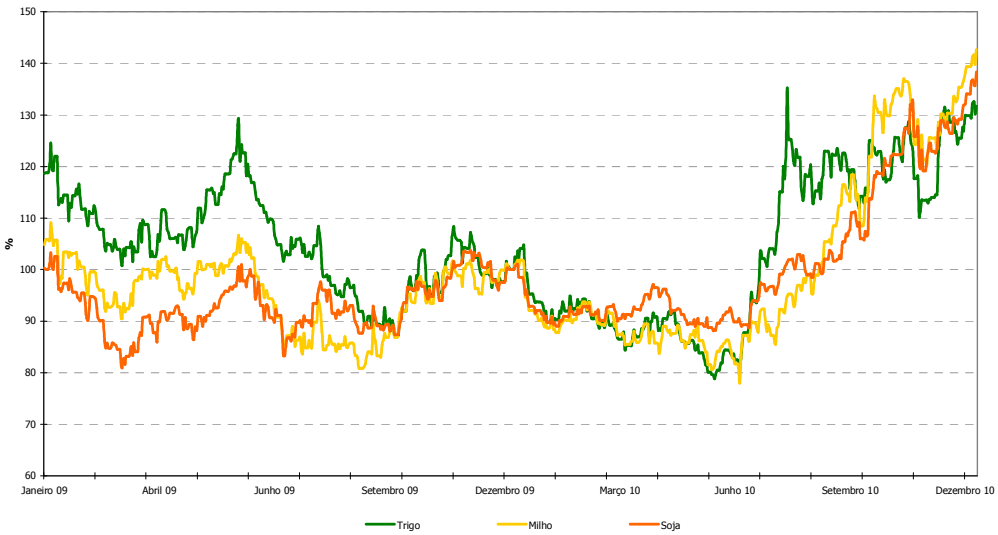
Evolução do Preço do Petróleo



Fonte: DF/Caixa Central, com base em Bloomberg

Ao nível dos principais índices dos produtos agrícolas, o preço do trigo subiu cerca de 32%, o do milho 43% e o da soja 38%.

Evolução do Preço das Commodities Agricolas (base 100 a 01/01/2010)



Fonte: DF/Caixa Central, com base em Bloomberg

4. Mercado Bancário

A situação actual do mercado bancário está fortemente influenciada pelas dificuldades dos principais bancos nacionais em se financiarem junto dos mercados internacionais, que vêm intensificar os constrangimentos que já sentiam para o desenvolvimento normal da sua actividade decorrentes de restrições de balanço.

Para obviar à dificuldade no acesso aos mercados financeiros, ou ao maior custo dos financiamentos, as instituições bancárias têm recorrido ao financiamento directo junto do BCE e têm vindo a adaptar as suas estratégias e actuação às presentes dificuldades, o que se traduz no seguinte:

- retracção ou contenção na concessão de crédito novo;

- forte intensificação dos esforços na captação de depósitos, dando lugar a uma subida muito marcante das taxas de juro oferecidas.

Outro aspecto fundamental da actual situação do mercado é a persistência, apesar da ligeira recuperação que se verificou recentemente, do baixo nível das taxas *euribor*, que, no tocante à sua actividade doméstica, penalizou a margem financeira dos diferentes bancos, e naturalmente em maior medida daqueles em cuja carteira de crédito têm peso elevado os empréstimos a prazos longos indexados a esses referenciais de mercado. Alguns bancos, no entanto, conseguiram, pelo menos em parte, compensar esta evolução com os proveitos da sua actividade internacional.

As diversas instituições que se confrontam com um custo de *funding* mais elevado devido ao aumento da percepção de risco em relação à periferia da Zona Euro, têm vindo a responder a este estado de coisas ajustando os *spreads* que praticam no crédito, mas tal, em geral, só é viável no crédito novo ou nas renovações de créditos ou facilidades pré-existentes. Assim, as taxas médias de crédito mantiveram uma evolução descendente ao longo de quase todo o ano de 2010 e só na parte final se verificou uma inflexão dessa tendência. Em Junho de 2010, a taxa média do crédito a empresas situava-se em 3,31%, contra 4,02% em Junho de 2009, sendo sobretudo vincada a descida observada na taxa média do crédito à habitação que caiu,

nesse período, de 3,08% para apenas 1,86%. Ainda em Dezembro de 2008 a taxa média do crédito à habitação era de 5,86%, explicando-se, naturalmente, a redução abrupta que registou pelo facto de a esmagadora maioria dos contratos respectivos estarem indexados à *euribor* a 6 meses. Só no crédito a particulares para consumo (e outros fins) a redução na taxa média do crédito foi mais esbatida, ao passar de 8,00% em Junho de 2009 para 7,76% no mesmo mês de 2010.

Nos últimos meses do ano foi possível começar a inverter este estado de coisas, registando-se uma subida nas taxas médias dos diferentes agregados de crédito, mais vincada no caso do crédito a empresas, em que o aumento da respectiva taxa média entre Junho e Novembro de 2010 foi de 0,33 p.p., contra +0,20 p.p. no caso do crédito à habitação.

Variação das taxas médias dos agregados de crédito

	Δ pp Jun 09 - Jun10	Δ pp Jun 10 - Nov 10
Crédito a empresas	-0,71	+0,33
Crédito à habitação	-1,22	+0,20
Crédito Pessoal (consumo …)	-0,24	+0,11

Na remuneração dos depósitos verificou-se igualmente, durante parte do ano, um ajustamento em baixa, acompanhando a descida da *euribor*, posicionando-se a sua taxa média, em Junho de 2010, em 1,46%, contra 2,37% em Junho de 2009. No entanto, na parte final do ano, a conjugação do início da recuperação nas taxas *euribor* com a intensificação da concorrência pelos recursos, levou à subida da taxa média entre Junho e Novembro em 0,46 p.p., que excede significativamente o aumento das taxas médias do crédito no mesmo período.

Esta concorrência interbancária na captação, cuja continuidade se pode prever - pelas razões acima apontadas num contexto em que os diversos bancos mantêm rácios de transformação de recursos em crédito ainda elevados -, vai funcionar como um factor impulsionador da subida da remuneração dos depósitos, obrigando as instituições a procurarem compensar a perda adicional de margem financeira daí adveniente através do ajustamento em alta do preço do crédito.

Nível de Taxas de Juro Médias no Sistema Bancário										
	2006 Dez	2007 Dez	2008 Jun	2008 Dez	2009 Jun	2009 Dez	2010 Jun	2010 Nov	Δpp Jun10 - Jun09	Δpp Nov - Jun10
Depósitos até 2 anos	2,72	3,58	3,72	3,99	2,37	1,67	1,46	1,92	-0,91	+0,46
Crédito a empresas*	5,39	6,15	6,29	6,14	4,02	3,34	3,31	3,64	-0,71	+0,33
Crédito à habitação	4,79	5,51	5,63	5,86	3,08	2,00	1,86	2,06	-1,22	+0,20
Crédito pessoal (consumo...)	8,07	8,75	8,98	9,04	8,00	7,32	7,76	7,87	-0,24	+0,11

* Sociedades não financeiras

Fonte: BdP, Indicadores de Conjuntura, Set/2010

A desfavorável conjuntura macroeconómica conduz, no entanto, a que não existam condições propícias para a expansão do negócio bancário na vertente creditícia, uma vez que a crise leva a uma retracção da procura por parte das empresas – que atrasam decisões de investimento e que, em virtude de menor actividade, não têm necessidade de aumentar o seu financiamento corrente, salvo obviamente aquelas que se encontrem, por qualquer razão, com dificuldades de tesouraria – e também dos particulares – cujos níveis de confiança se encontram naturalmente em baixa, levando muitos, quando podem, a procurar recompor os seus níveis de poupança.

A este efeito do lado da procura, associa-se, do lado da oferta, a necessária maior selectividade e rigor na concessão por parte dos bancos, dadas as profundas alterações no ambiente de negócio, que arrastam um agravamento dos riscos, e também, como já se referiu, as restrições de balanço de algumas instituições - por razões de liquidez ou de solvabilidade -, a que se justapõem as dificuldades em se refinanciarem nos mercados financeiros.

Acresce que as novas exigências em matéria de capital decorrentes de Basileia III vêm limitar ainda mais a margem de manobra das instituições para o normal desenvolvimento da sua actividade na vertente do crédito, apesar de o impacto total das novas normas no ajustamento dos balanços só se produzir a prazo. Assim, algumas instituições iniciaram já um processo de desalavancagem, visando a redução do seu rácio de transformação, através, normalmente, da venda de parte da carteira de crédito, como parte do seu processo evolutivo para o novo enquadramento de Basileia III.

Evolução dos Agregados de Crédito Variação homóloga em %								
	Dez-08	Mar-09	Jun-09	Set-09	Dez-09	Mar-10	Set-10	Nov-10
Total	8,5	6,2	4,7	4,6	3,0	2,8	2,2	2,1
Empresas	14,0	10,9	8,8	7,0	1,7	0,8	0,2	0,6
Particulares	4,2	2,4	1,3	2,5	4,1	4,6	4,0	3,4
Habitação	3,9	2,4	1,5	3,1	5,1	5,5	5,1	4,6
Consumo	12,1	5,5	3,3	1,8	1,8	2,0	1,0	-1,2

Fonte: Banco de Portugal

Neste contexto, observa-se que o saldo do crédito a empresas no conjunto do sistema bancário, que em Dezembro de 2008 apresentava um crescimento de 14% sobre o mês homólogo do ano anterior, e apresentara um crescimento ainda de 8,8%, em Junho de 2009, cresceu apenas 0,5% em Junho de 2010, o que sem dúvida corresponde a uma retracção extrema em termos de crédito novo, mantendo-se a taxa de crescimento neste agregado em níveis diminutos até ao final do ano (0,2% em Setembro e 0,6% em Novembro).

Constata-se, no entanto, que no crédito a particulares, apesar da manifesta retracção no crédito ao consumo, que em Novembro apresentava uma variação negativa em termos homólogos, não se regista uma desaceleração tão vincada, graças ao crédito à habitação, que depois de um forte abrandamento no decurso de 2009, retomou, nos últimos meses, uma evolução positiva, embora a ritmo muito menor que o observado até meados da actual década.

Este crescimento, embora modesto, do crédito à habitação, contrasta de modo bem marcante com a evolução do crédito a empresas, e cria certamente perplexidade pela dualidade que parece existir entre o financiamento ao tecido empresarial e o financiamento do investimento residencial. Poderá explicar em parte esta evolução a procura, pelas diferentes instituições, de soluções para se libertarem de imóveis habitacionais recebidos em dação ou em resultado de execução de hipotecas, levando-as a manterem uma actividade com alguma expressão no crédito habitacional. Acessoriamente, mas porventura sem grande impacto global, verifica-se que alguns bancos de origem estrangeira, de pequena dimensão, continuam a apostar no crédito à habitação como variável estratégica para aumentarem a sua quota de mercado em Portugal.

No que se refere aos depósitos de particulares e de empresas (i.e., sociedades não financeiras) verificou-se um crescimento significativo entre Dezembro de 2007 e Dezembro de 2008 (de + 10,6%) e de novo entre Junho de 2008 e Junho de 2009, embora com alguma desaceleração (+8,9%)[10]. Sobretudo no primeiro período, este crescimento dos depósitos, no contexto da fraca dinâmica da economia em que ocorreu, ter-se-á ficado a dever, em parte, à conversão em depósitos convencionais de poupanças anteriormente mantidas em instrumentos "fora do balanço" e em certificados de aforro, como sugere o facto desse crescimento ter sido especialmente forte no caso dos particulares (+ 14% entre Dez/07 e Dez/08). Após um período em que, com a baixa das taxas de juro, estas aplicações alternativas voltaram a ganhar maior atractividade, as preferências dos clientes reorientaram-se para os depósitos convencionais, face ao nível de taxas de juro que os bancos actualmente estão a oferecer. Assim, os depósitos totais nas instituições bancárias em Portugal, cujo crescimento homólogo decaíra para 1,7% em Junho passado, apresentam agora um crescimento mais expressivo, atingindo 5,7%, em termos homólogos no mês de Novembro. Deve, no entanto, notar-se que este crescimento está influenciado pelo aumento de 17,5% verificado nos depósitos de empresas, tendo a expansão, nos particulares, sido de apenas 2,6%. O crescimento nos depósitos de empresas explica-se, porém, por factores excepcionais decorrentes de transacções financeiras de elevado montante, que permitiram um afluxo elevado e ocasional, de depósitos, mas centrado num número circunscrito de instituições.

Evolução dos depósitos de empresas e particulares no sistema bancário (variação homóloga em %)

	2008 Dez	2009 Jun	2009 Dez	2010 Jun	2010 Nov
Depósitos de empresas	-2	+5,9	+5,3	-0,6	+17,5
Depósitos de particulares	+14,4	+9,8	+1,3	+2,2	+2,6
Total	**+10,6**	**+8,9**	**+2,1**	**+1,7**	**+5,7**

Fonte: BdP, Boletim Estatístico

Os efeitos da conjuntura económica adversa estão naturalmente a manifestar-se, em termos bastante impressivos, na evolução do crédito malparado, que se elevou para 4,2% em Novembro de 2010, subida observada quer nos particulares quer nas empresas, afectando, quanto a estas, praticamente todos os sectores de actividade, embora com particular incidência

[10] Considerando a globalidade dos depósitos, e não apenas os de empresas e particulares, o crescimento nesse período foi de 7,7%.

na construção (8,4% de crédito vencido) e imobiliário (5,3%).

No segmento de particulares é especialmente acentuado o crescimento do incumprimento no crédito ao consumo, em que o crédito vencido aumentou em mais de 450 milhões de euros entre Dezembro de 2007 – período em que já se notava um agravamento do incumprimento – e Junho de 2009, o que corresponde a um incremento de 89,5%, com novo aumento de 359 milhões de euros até Novembro passado. Em percentagem do valor total da respectiva carteira, o crédito ao consumo em incumprimento representava 6,2% em Junho de 2009, contra 3,7% em Dezembro de 2007 (e apenas 3,1% em 2005). Em Novembro passado o rácio de crédito vencido já subira, entretanto, para 8,5% da carteira. Esta forte subida nos níveis de incumprimento do crédito ao consumo era de esperar numa situação de crise económica, com significativo aumento do desemprego, e salários em atraso, uma vez que as responsabilidades associadas a crédito ao consumo são, como se sabe, em situação de necessidade, aquelas cujo cumprimento é preferencialmente diferido pelos mutuários.

Crédito Vencido no Sistema Bancário Nacional

	2007 Dez	2008 Dez	2009 Jun	2009 Dez	2010 Jun	2010 Nov*
I. Em valor (milhões de euros)						
Particulares	**2.207**	**2.877**	**3.503**	**3.661**	**3.989**	4.297
Habitação	1.264	1.570	1.780	1.870	1.937	1.982
Consumo	505	759	957	1.032	1.149	1.316
Empresas	**1.487**	**2.514**	**4.136**	**4.594**	**5.174**	**6.162**
de que Construção e Imobiliário	590	1.217	2.026	1.998	2.408	2.983
II. Em % da carteira						
Particulares						
Habitação	1,3	1,5	1,7	1,7	1,7	1,7
Consumo	3,7	4,9	6,2	6,6	7,4	8,5
Empresas	**1,5**	**2,2**	**3,5**	**3,9**	**4,4**	**5,0**

* Em Dezembro/10 verificou-se uma significativa redução do crédito vencido evidenciado pelo sistema bancário nacional

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico

No crédito à habitação, os níveis de incumprimento subiram menos marcadamente, mantendo-se o rácio de crédito vencido em Novembro passado em 1,7% - o mesmo que se verifica desde Junho de 2009, contra 1,3% em Dezembro de 2007. Tal corresponde a um incremento de 516 milhões de euros em valor absoluto no período de Dezembro de 2007 a Junho de 2009, e de mais 202 milhões até Junho de 2010.

Crédito Vencido no Sistema Bancário Nacional Evolução				
	Δ absoluta Milhões de euros		Δ%	
	Jun-09 Dez-07	Jun-10 Jun-09	Jun-09 Dez-07	Nov-10 Jun-09
Particulares	**1.296**	**794**	**58,7**	**22,7**
do qual:				
Habitação	516	202	40,8	11,3
Consumo	452	359	89,5	37,5
Empresas	**2.649**	**2.026**	**178,1**	**49,0**
das quais				
Construção e Imobiliário	1.436	957	371,3	47,2
TOTAL	**3.617**	**2.820**	**97,9**	**36,9**

Fonte: Ibid

No segmento empresarial, o aumento do crédito mal parado, como se referiu, foi particularmente importante nas actividades ligadas à construção e imobiliário, em que passou de 590 milhões de euros em Dezembro de 2007 para 2.026 milhões em Junho de 2009 e 2.983 milhões em Novembro último. O aumento do crédito vencido neste sector, desde Dezembro de 2007 até Novembro de 2010, totaliza 2.393 milhões de euros no conjunto do sistema bancário nacional, ou seja, mais de metade (51,2%) do incremento total do crédito vencido no segmento de empresas no conjunto dos bancos neste período.

Globalmente, em percentagem do valor da carteira, o crédito vencido do conjunto do segmento empresarial situava-se em Novembro último em 5,0%, contra apenas 1,5% em Dezembro de 2007, e 3,5% em Junho de 2009. Em valor absoluto, o aumento do crédito vencido neste sector desde Dezembro 2007 é de 4.675 milhões de euros, de que 2.026 milhões acresceram ao incumprimento desde Junho de 2009. Encontravam-se com crédito vencido cerca de 20% das empresas, cujas dificuldades se repercutem sobre outras por via de atrasos na liquidação dos seus compromissos, facto que é agravado pelos próprios atrasos que o Estado regista no pagamento aos seus fornecedores, potenciando o crescimento do crédito mal parado no sector bancário.

Na análise da evolução do crédito vencido por regiões, constatamos que a subida dos níveis de incumprimento desde Dezembro de 2007 foi particularmente forte no Algarve (mais que quintuplicou) e na região de Lisboa (em que quadruplicou). Verifica-se também que os Açores são a região com menor índice de incumprimento. A principal conclusão, todavia, é que a onda de incumprimento no crédito está a varrer todo o país, sendo provável que as regiões em que

se observou, até aqui, menor crescimento, venham a evidenciar subidas mais acentuadas nos próximos tempos. É ainda interessante referir que o Crédito Agrícola apresenta níveis de incumprimento significativamente inferiores à média do sector nos Açores e também inferior, embora mais próximo da média, no Alentejo, sendo os nossos rácios superiores nas restantes regiões.

Evolução do Crédito Vencido empresarial por regiões

Crédito vencido em % da carteira

	2007 Dez	2008 Jun	2008 Dez	2009 Jun	2009 Dez	2010 Set
Norte	2,5	2,8	3,1	4,3	4,3	4,9
Centro	2,5	2,6	2,9	4,1	4,3	5,6
Lisboa	1,2	1,5	1,9	3,8	3,9	4,8
Alentejo	2,4	3,3	2,9	5,0	5,5	6,0
Algarve	0,9	1,1	1,2	3,0	3,9	5,3
Açores	1,0	1,2	1,5	3,2	2,3	2,9

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico

Outra perspectiva de análise é a da incidência do incumprimento no segmento empresarial em função dos montantes de crédito concedido, verificando-se que é nos escalões de menor montante de crédito – que correspondem igualmente, como é natural, às empresas e negócios de menor dimensão – que se constatam os maiores índices de incumprimento, embora haja agravamento do crédito vencido em todos os escalões dimensionais. Verifica-se que só no escalão de responsabilidades acima de 5 milhões de euros é que o rácio médio de crédito vencido do segmento empresas é inferior a 7%. Esta análise por escalões dimensionais evidencia, assim, que os níveis de incumprimento no SICAM, a nível global, não estão desalinhados com os do conjunto do sector, tendo em conta o perfil dimensional da nossa base de clientes.

Rácios de crédito vencido empresariais por escalões do crédito concedido						
[Intervalos em euros]	2007 Dez	2008 Jun	2008 Dez	2009 Jun	2009 Dez	2010 Set
< 20.000	10,6	11,0	11,1	12,6	14,0	15,2
20.000 – 50.000	7,3	7,7	8,0	9,3	9,9	11,1
50.000 – 100.000	5,9	6,6	6,9	8,5	9,0	10,2
100.000 – 200.000	4,8	5,5	6,0	7,2	7,9	8,8
200.000 – 400.000	4,0	4,4	4,7	6,1	6,5	7,9
400.000 – 1.000.000	3,5	4,0	4,6	6,3	6,7	7,8
1.000.000 – 5.000.000	2,6	3,2	3,5	5,0	5,6	7,2
> 5.000.000	0,4	0,7	1,0	2,7	2,6	3,2

Fonte: BdP, Boletim Estatístico

III. EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE NAS PRINCIPAIS ÁREAS

Referência Introdutória

Apesar da continuação da conjuntura extremamente desfavorável, que nalguns aspectos importantes para as condições de exploração das instituições financeiras se agravou mesmo em relação a 2009, o Grupo Crédito Agrícola conseguiu ainda em 2010 um resultado positivo, ao mesmo tempo que se deu continuidade à política seguida nos últimos anos de reforço de provisões extraordinárias.

No tocante ao exercício findo são de salientar, em especial, os seguintes aspectos na evolução do Grupo e/ou do SICAM:

- O Activo líquido consolidado do Grupo Crédito Agrícola ultrapassou a marca dos 14 mil milhões de euros em Dezembro último, e o do SICAM superou 13 mil milhões;

- O rácio de cobertura do crédito vencido por provisões do SICAM manteve-se em 128%, face a 127% em 2009, o que compara com uma cobertura de 76,3% em Dezembro de 2002;

- O rácio *Tier 1* situou-se, em Dezembro último, em 12,6 - acima do mínimo de 8% definido como recomendação pelo Banco de Portugal;

- O rácio de eficiência (custos de estrutura/produto bancário) manteve-se elevado devido ao impacto adverso da diminuição da margem financeira no produto bancário, mas registou, apesar disso, uma melhoria, contrariando a tendência recente;

- O saldo de comissões (SICAM), ao atingir 110,5 milhões de euros, aumentou significativamente o seu contributo para o produto bancário, complementando a recuperação conseguida na segunda metade do ano na margem financeira, o que permitiu que, mesmo com condições adversas de exploração, o produto bancário do SICAM ainda crescesse 5,1% em relação ao ano anterior.

Em termos de *marketing* e de política comercial foi privilegiada a gestão do preçário e o lançamento de produtos de captação.

O Grupo prosseguiu, por outro lado, com a execução de projectos relevantes nos domínios organizacional e tecnológico, destacando-se, entre estes, a implementação de nova solução de balcão (*front office*), e a oferta de novas funcionalidades aos clientes nos canais complementares.

Na área de cartões, o Crédito Agrícola alargou a sua actividade à função de *acquirer.*

Merece igualmente referência o facto de o Grupo continuar a ganhar posição na área seguradora, tendo a sua companhia de ramos reais sido pelo terceiro ano consecutivo distinguida como a melhor seguradora em ramos reais no seu segmento.

1. Actividade Comercial

A actividade comercial do Grupo Crédito Agrícola em 2010 foi condicionada por factores decorrentes da complexa conjuntura que atravessamos, da evolução dos mercados financeiros e da política do BCE, tendo igualmente reflectido as opções de estratégia e de gestão, que determinaram as prioridades assumidas.

Apesar da conjuntura extremamente desfavorável, o Grupo Crédito Agrícola conseguiu ainda em 2010 um resultado positivo, ao mesmo tempo que manteve a política seguida nos últimos anos de manutenção e reforço de provisões prudenciais, no sentido da consolidação financeira do SICAM e do Grupo.

O cenário actual da economia portuguesa, coloca especiais desafios na vertente do crédito, obrigando a uma apreciação particularmente rigorosa dos riscos associados, bem como à intensificação da actividade de acompanhamento e ao reforço da recuperação.

Além disso, e embora o GCA não enfrente limitações de liquidez, e dispunha de confortável solvabilidade em termos globais dado o seu rácio *Tier 1* de mais de 12%, o ambiente geral do negócio não tem favorecido a expansão do crédito.

A actividade comercial em 2010 foi também norteada pela necessidade de se aumentar o contributo da margem complementar para o produto bancário, de forma a compensar o estreitamento da margem financeira, o que teve implicações na actuação da rede de balcões no respeitante aos produtos e tipo de operações privilegiadas.

Paralelamente, e à semelhança do verificado em 2009, a captação de recursos foi condicionada, por um lado, pela actual conjuntura económica, que se caracteriza pelo fraco crescimento do produto interno bruto nominal, e consequentemente, por um reduzido crescimento da poupança global, e por outro, pela agressividade comercial que outras instituições financeiras têm evidenciado e que se manifesta no nível das taxas de remuneração oferecidas. Como se sabe, a generalidade das instituições de crédito em Portugal, à parte o Crédito Agrícola, apresentam ainda rácios de transformação de recursos em crédito elevados, sendo natural que este factor condicione a sua política na vertente da captação.

No seu conjunto, os recursos de clientes ao nível do balanço desceram, face à conjuntura que se descreveu, 0,8% em relação a 2009, ficando ligeiramente abaixo de 10 mil milhões de euros.

No respeitante aos recursos fora do balanço procurou-se manter uma actividade dinâmica na sua colocação, dada a importância de que se revestem para a retenção de clientes, funcionando como sucedâneos dos produtos tradicionais, para além do seu potencial para a geração de comissões, e consequentemente para o aumento da margem complementar.

Este conjunto de factores, reflectiu-se na actividade comercial do SICAM que está, em grandes números, espelhada nos seguintes indicadores:

Valores em milhões de euros

BALANÇO DO SICAM	2009	2010	Δ Abs.	Δ %
ACTIVO (LÍQUIDO)	**12.096,9**	**13.212,8**	**1.115,9**	**9,2%**
do qual,				
Crédito a Clientes (bruto)	8.858,8	8.606,2	-252,6	-2,9%
Aplicações em I.C.'s	907,6	76,7	-830,9	-91,5%
Investimentos detidos até à maturidade	1.249,0	3.465,1	2.216,1	177,4%
PASSIVO	**11.097,2**	**12.186,4**	**1.089,1**	**9,8%**
do qual,				
Recursos de Clientes	10.070,1	9.988,7	-81,4	-0,8%
Recursos de I.C.'s, excepto Bancos Centrais	550,0	227,4	-322,6	-58,6%
Bancos Centrais	150,8	1.650,9	1.500,1	994,8%
SITUAÇÃO LÍQUIDA	**999,7**	**1.026,4**	**26,7**	**2,7%**

O activo líquido consolidado do SICAM ultrapassou os 13 mil milhões de euros, observando-se um crescimento de 9,2% em relação ao valor de 2009.

Em 2010 verificaram-se alterações significativas na estrutura do balanço, que se referem em detalhe no ponto IV.2.. Contrariamente ao verificado nos anos anteriores, o aumento do activo líquido não é explicado directamente pelas rubricas Crédito a Clientes e Aplicações em IC's, que sofreram diminuições de 2,9% e 91,5%, respectivamente.

A diminuição do Crédito a Clientes ficou a dever-se essencialmente à diminuição de aplicações em papel comercial, verificada ao nível da Caixa Central.

A diminuição de aplicações em I.C.'s veio na linha do ajustamento já operado em 2009, atento

o binómio risco/rentabilidade, que aconselhou a diversificação para outros tipos de activos financeiros.

Em contrapartida registou-se um aumento significativo no valor das aplicações em títulos (ver ponto IV.2.).

É de referir que tendo o decréscimo verificado no crédito a clientes (-2,9%) sido superior ao verificado nos recursos de clientes (-0,8%), tal conduziu a uma diminuição no rácio de transformação, de 88% em 2009 para 86,2% em 2010, mantendo-se portanto este indicador em nível bastante conservador. Assim, o valor dos depósitos continua a exceder largamente o crédito concedido, conservando o SICAM uma forte posição de liquidez no seu balanço.

Valores em milhões de euros, excepto %

	2009	2010	Δ Abs. 10/09	Δ% 10/09
Recursos de Clientes	10.070,1	9.988,7	-81,4	-0,8%
Crédito a Clientes	8.858,8	8.606,2	-252,6	-2,9%
Rácio de Transformação (%)	**88,0%**	**86,2%**	**-**	**- 1,8 p.p.**

Excluindo as aplicações em papel comercial, o crédito a clientes apresentaria um crescimento de 1,4% e o rácio de transformação, por sua vez, evoluiria de 83,4% em 2009 para 85,2% em 2010.

1.1. Depósitos e Outros Recursos

Apesar do menor crescimento da economia e do ambiente marcadamente recessivo que caracteriza a actual conjuntura, a que acresce a continuada intensificação da concorrência interbancária na área da captação de recursos e da menor atractividade, durante boa parte de 2010 – dado o baixo nível das taxas –, dos depósitos tradicionais, é de destacar que os depósitos de clientes do SICAM sofreram apenas uma ligeira diminuição, como se referiu, de 0,8%, mantendo-se num valor global próximo de 10 mil milhões de euros.

Para esta sustentação da base de depósitos foi fundamental a postura e actuação comercial das Caixas Agrícolas e a profunda ligação que mantêm às populações locais, que advém da prática da banca de proximidade, característica do modelo de negócio das Caixas.

Refira-se ainda que, contrariamente ao verificado em anos anteriores, a evolução dos Depósitos a Prazo e de Poupança foi em sentido contrário à dos Depósitos à Ordem, tendo-se, nos primeiros, uma redução de 2,6%, explicável pelos factores já referidos, e nos segundos um crescimento de 4,6%.

SICAM

Valores em milhões de euros, excepto %

Depósitos de Clientes	2009	2010	Δ Abs.	Δ%
Depósitos à Ordem	2.526,3	2.642,4	116,2	4,6%
Depósitos a Prazo e Poupanças	7.509,3	7.316,8	-192,5	-2,6%
Encargos a pagar líquidos	34,5	29,4	-5,1	-14,7%
Total	**10.070,1**	**9.988,7**	**-81,4**	**-0,8%**

No que respeita aos recursos fora do balanço é de assinalar um crescimento significativo de 11,2% nos seguros de capitalização, que passaram do valor total de 715,7 milhões de euros em 2009 para 795,8 milhões no final de 2010.

Valores em milhões de euros, excepto %

Recursos fora do Balanço	2009	2010	Δ Abs.	Δ%
Fundos de Investimento	**367,0**	**367,3**	**0,3**	**0,1%**
Mobiliários	123,4	111,8	-11,6	-9,4%
Imobiliários	243,6	255,5	11,9	4,9%
Seguros de Capitalização	**715,7**	**795,8**	**80,1**	**11,2%**
Total	**1.082,7**	**1.163,1**	**80,4**	**7,4%**

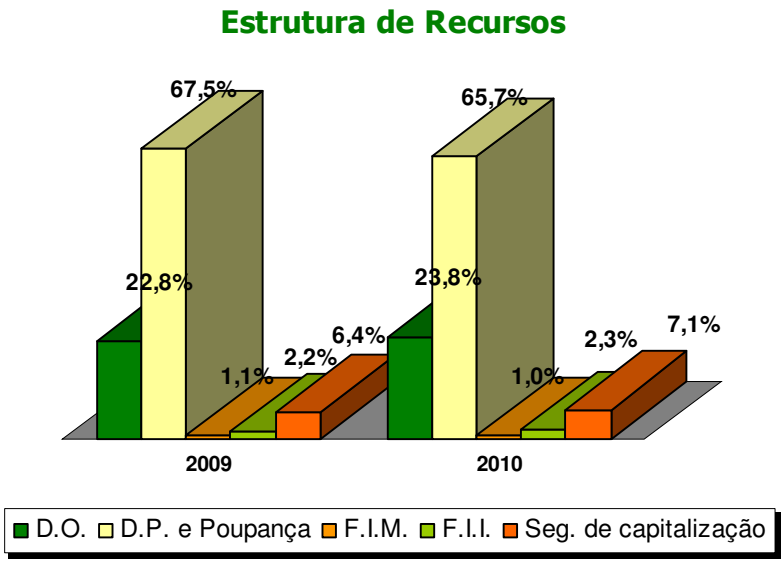
Já nos fundos de investimento mobiliário o valor da carteira no final de 2010 (de 367,3 milhões de euros) é praticamente igual ao do final de 2009, registando-se um crescimento de apenas 0,1%.

No entanto, nos fundos de investimento imobiliário observou-se um crescimento de 4,9%, passando o valor da respectiva carteira para 255,5 milhões de euros – contra 243,6 milhões no fim de 2009.

O aumento dos recursos em fundos de investimento imobiliário deveu-se essencialmente à subscrição de unidades de participação no fundo CA Património Crescente.

É de notar que o Fundo CA Património Crescente voltou, tal como sucedera em 2008 e 2009, a ser o único fundo imobiliário no mercado com um volume de subscrições consistentemente superior ao dos resgates, o que atesta a popularidade desta opção de investimento junto dos clientes do Crédito Agrícola e do público em geral.

Refira-se ainda que, apesar da evolução crescente dos recursos fora do balanço e da ligeira redução dos depósitos, a estrutura de recursos não sofreu grande alteração, mantendo-se o peso dominante dos depósitos tradicionais, os quais representavam, no final de 2010, cerca de dois terços dos recursos totais confiados ao Grupo.



1.2. Evolução do Crédito

Em 2010, como já se referiu, o volume do crédito no SICAM evidenciou um decréscimo de 2,9% face ao período homólogo anterior, sendo o crédito a empresas o que mais contribuiu para essa evolução (-6,8%).

O crédito concedido pela Caixa Central registou uma diminuição de 323 milhões de euros e o das Caixas Agrícolas um aumento de cerca de 70 milhões de euros. A evolução do crédito da Caixa Central deveu-se essencialmente à redução das aplicações em papel comercial, que sofreram um decréscimo de 370 milhões de euros. Não considerando o papel comercial, parte significativa do qual beneficia de garantias de outros bancos, e portanto corresponde essencialmente a aplicações de liquidez, mais do que a actividade creditícia propriamente dita, o crescimento do crédito concedido a empresas ao nível do SICAM cifrar-se-ia em 1,8%, e o do crédito total em 1,4%.

Valores em milhões de euros, excepto %

CRÉDITO a CLIENTES	2009	2010	Variação		Estrutura
			absoluta	relativa	2010
Crédito a Clientes (1)	**8.858,8**	**8.606,2**	**-252,6**	**-2,9%**	**100,0%**
Empresas	4.418,7	4.118,6	-300,1	-6,8%	47,9%
Particulares	4.440,1	4.487,6	47,6	1,1%	52,1%
do qual crédito vencido a mais de 90 dias (2	366,8	420,7	53,9	14,7%	4,9%
Rácio de crédito Vencido (2/1)	4,1%	4,9%	-	-	-
Compromissos perante terceiros	**1.130,2**	**1.306,3**	**176,1**	**15,6%**	**100,0%**
dos quais					
linhas de crédito irrevogáveis	662,5	854,9	192,4	29,0%	65,4%
linhas de crédito revogáveis	413,2	301,3	-111,9	-27,1%	23,1%
Garantias Prestadas [1]	**361,7**	**301,5**	**-60,1**	**-16,6%**	**n.a.**

[1] Inclui garantias e avales prestados e créditos documentários de importação

O **crédito vencido** no SICAM no final de 2010 apresentou um crescimento de 14,7% comparativamente a 2009, expandindo-se de 366,8 milhões de euros no final desse exercício para 420,7 milhões no termo de 2010. Nesta conjuntura de crise, é de notar que esta evolução, embora expressiva, denota uma desaceleração em relação ao crescimento do crédito vencido observado no exercício anterior.

O rácio de crédito vencido a mais de 90 dias atingiu em 2010 um valor de 4,9%, contra 4,1% em Dezembro de 2009, tendo tal incremento sido alavancado pelo decréscimo no valor global da carteira de crédito a clientes.

Como se comenta com mais desenvolvimento no ponto IV.2, é de assinalar a diminuição de crédito vencido há menos de 90 dias no contexto da evolução global do crédito vencido.

Relativamente aos **Compromissos perante Terceiros**, assistiu-se a um acréscimo de 15,6% face ao exercício de 2009 – de 1.130,2 milhões para 1.306,3 milhões de euros - devido essencialmente à evolução dos compromissos irrevogáveis, que aumentaram globalmente cerca de 192,4 milhões de euros.

No que concerne, por sua vez, às **Garantias Prestadas,** verificou-se um decréscimo no seu valor global em 16,6%, para o que será factor explicativo a quebra de actividade no sector imobiliário e de obras públicas, o qual é um dos principais geradores da procura deste tipo de garantias.

Evolução do crédito por tipo de operação

Valores em milhões de euros, excepto %

	2009	2010	Δ Abs.	Δ %
Crédito à Habitação [a)]	2.341,7	2.459,7	118,1	5,0%
Contas Correntes Caucionadas	665,1	643,2	-21,9	-3,3%
Descontos Comerciais	90,0	77,1	-13,0	-14,4%
Leasing	169,9	190,3	20,4	12,0%
Cartões de Crédito	42,6	39,7	-2,9	-6,9%
Descobertos	28,2	24,9	-3,3	-11,6%
Operações com o Estrangeiro	9,8	10,8	1,0	10,3%
Papel Comercial	463,4	93,8	-369,6	-79,8%
Contratos de Financiamentos [b)]	5.026,5	5.046,6	20,1	0,4%
Rendimentos a receber (líq.)	36,9	35,5	-1,4	-3,8%
Receitas com rendimento diferido (líq.)	-15,3	-15,4	-0,1	0,7%
Crédito a Clientes (1)	**8.858,8**	**8.606,2**	**-252,6**	**-2,9%**
Compromissos perante terceiros (2)	**1.130,2**	**1.306,3**	**176,1**	15,6%
dos quais				
linhas de crédito irrevogáveis	662,5	854,9	192,4	29,0%
linhas de crédito revogáveis	413,2	301,3	-111,9	-27,1%
Garantias Prestadas (3)	**361,7**	**301,5**	**-60,1**	-16,6%
Subtotal (2+3)	1.491,9	1.607,9	116,0	7,8%
Total (1+2+3)	**10.350,7**	**10.214,1**	**-136,6**	**-1,3%**

[a)] A rubrica Crédito à Habitação inclui o "Crédito Multiusos" (C.H. complementar)

[b)] Inclui empréstimos de maturidades diversas.

Na evolução do crédito por tipologia de operações é de destacar o seguinte:

O **crédito à habitação** do SICAM cresceu a um ritmo muito superior ao evidenciado pelo sector bancário no seu conjunto (5% no caso do Crédito Agrícola *versus* 2,6% no sistema bancário). Para tal poderá ter contribuído uma inflexão da estratégia seguida por outras instituições, que deixaram de usar o crédito à habitação como um vector de crescimento, perante as dificuldades da conjuntura e as restrições de balanço que possam enfrentar,

situação que não se verifica no Crédito Agrícola, que mantém ampla margem de manobra para a expansão da actividade creditícia, naturalmente com cuidada selecção dos riscos.

Tal como já veio sucedendo nos anos anteriores, a **locação financeira** continuou a ser uma tipologia de financiamento privilegiada pelos clientes do Crédito Agrícola, sendo de destacar que mais de 90% das Caixas Associadas intervieram na celebração de contratos de locação financeira destinados aos seus clientes (ver desenvolvimento no ponto 1.1.2.3). O valor total dos financiamentos nesta modalidade passou assim de 169,9 milhões de euros em 2009 para 190,3 milhões em 2010, correspondendo a um acréscimo de 12%.

Na quase totalidade das tipologias de crédito verificou-se, porém, uma retracção do volume de crédito em 2010, explicável pelo desfavorável ambiente de negócio.

Assim, e para além do caso particular do papel comercial já comentado anteriormente, registou-se uma redução significativa nos descontos comerciais (-14,4%), nas operações sobre cartões (-6%), nas contas correntes (-3,3%) e, também nos descobertos (-11,6%), correspondendo esta última, no entanto, a uma evolução desejável para a melhoria da qualidade da carteira. Em sentido contrário, nas operações sobre o estrangeiro teve-se um crescimento do seu valor global de 10,3%, mas em valor absoluto de diminuta expressão, face ao reduzido peso que esta componente ainda mantém na carteira de crédito do SICAM.

Finalmente, tal como se dá conta no Relatório e Contas da Caixa Central, e contrariamente ao verificado nos últimos anos, o crédito agenciado registou um pequeno crescimento de 2,4%, aumentando ligeiramente a sua importância na carteira da Caixa Central (de 6,1% em 2009 para 6,5% em 2010).

Valores em milhares de euros, excepto %

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO AGENCIADO	2009	2010	Variação Absoluta	%
Crédito à habitação	208.917	199.103	-9.814	-4,7%
Cartões de crédito	23.562	20.469	-3.093	-13,1%
Descontos comerciais	869	1.204	336	38,7%
Contas correntes caucionadas	23.474	24.504	1.030	4,4%
Financiamentos [1]	167.020	180.185	13.166	7,9%
Leasing	117.636	129.091	11.456	9,7%
Operações com o estrangeiro	1.975	2.094	118	6,0%
TOTAL	**543.452**	**556.650**	**13.197**	**2,4%**

A rubrica Crédito à Habitação inclui o "Crédito Multiusos" (CH complementar)

[1] Inclui descobertos e empréstimos de maturidades diversas, quer em moeda nacional quer estrangeira.

a) Empresas

No segmento de empresas, como se referiu, verificou-se, em termos globais, um decréscimo de 6,8% essencialmente explicado pela quebra no crédito sob a forma de papel comercial.

À excepção da locação financeira (+12,7%), e da rubrica, de reduzida expressão, de operações sobre o estrangeiro, todas as restante registaram quebras, reflectindo a actual conjuntura depressiva, que tem conduzido à retracção na procura de crédito viável, bem como a uma atitude de maior contenção por parte das Caixas, face ao agravamento dos factores de risco com que actualmente se deparam.

Valores em milhões de euros, excepto %

EMPRESAS	2009	2010	Variação absoluta	Variação relativa	Estrutura 2010
Crédito a Empresas	**4.418,7**	**4.118,6**	**-300,1**	**-6,8%**	**100,0%**
- Contas Correntes Caucionadas	558,9	551,7	-7,2	-1,3%	13,4%
- Descontos Comerciais	78,8	69,9	-8,9	-11,3%	1,7%
- Locação Financeira (Leasing)	140,3	158,2	17,8	12,7%	3,8%
- Financiamentos [1]	3.640,7	3.338,8	-301,9	-8,3%	81,1%
do qual Papel Comercial	463,4	93,8	-369,6	-79,8%	2,3%

[1] Inclui descobertos e empréstimos de maturidades diversas, quer em moeda nacional quer estrangeira.

b) Particulares

No segmento de particulares, a evolução da carteira de crédito traduziu-se numa variação positiva de 1,1% relativamente ao exercício anterior.

Valores em milhões de euros, excepto %

PARTICULARES e MICRO-NEGÓCIOS	2009	2010	Variação absoluta	Variação relativa	Estrutura 2010
Crédito a Particulares	**4.440,1**	**4.487,6**	**47,6**	**1,1%**	**100,0%**
- Crédito à Habitação [1]	2.341,7	2.459,7	118,1	5,0%	54,8%
- Crédito ao Consumo	395,6	388,0	-7,6	-1,9%	8,6%
do qual Cartões de Crédito	41,9	38,8	-3,1	-7,4%	0,9%
- Locação Financeira (Leasing)	28,3	31,1	2,8	9,7%	0,7%
- Outro Crédito por Desembolso de Fundos [2]	1.674,5	1.608,9	-65,7	-3,9%	35,9%

[1] A rubrica Crédito à Habitação inclui o "Crédito Multiusos" (C.H. complementar)
[2] Inclui descobertos, efeitos descontados, contas correntes e empréstimos de maturidades diversas.

Esta evolução consubstanciou-se essencialmente no acréscimo já referido de 5% relativamente a 2009 no Crédito à Habitação, que correspondeu a um aumento do crédito concedido para essa finalidade de 118,1 milhões de euros.

Em sentido contrário, o crédito ao consumo, no conjunto do SICAM, registou um decréscimo de 1,9%, reflexo do maior rigor na concessão deste tipo de crédito, em resultado da alteração dos factores de risco que lhe são inerentes, e também como consequência de uma retracção da procura com nível de risco aceitável.

O crédito ao consumo continua, aliás, a representar apenas uma pequena parcela do crédito concedido a particulares (8,6%) face aos restantes produtos, em cuja estrutura continua a ter peso dominante o crédito à habitação – 54,8% –, como igualmente se verifica no conjunto do sistema bancário.

c) Locação Financeira

Como já se referiu, a locação financeira foi a tipologia de crédito com maior crescimento, sendo que apenas seis Caixas Associadas não intervieram na celebração de contratos de locação financeira destinados aos seus clientes.

Nestes termos, a carteira de crédito em locação financeira, no valor global de 190,3 milhões de euros, teve um aumento de aproximadamente 12%, sendo parte significativa desse acréscimo imputável a activos das Caixas Agrícolas no âmbito do regime de ***leasing em consórcio***, que se iniciou no 2º trimestre de 2009 e que no final de 2010 já representava 5,8% do total do crédito concedido através desta tipologia de crédito.

Milhares de euros ou %

	2009	2010	Variação Absoluta	%
Caixa Central	167.085	179.305	12.220	7,3%
Caixas Associadas	2.813	11.035	8.222	292,3%
Total	**169.898**	**190.340**	**20.442**	**12,0%**

O sector empresarial não financeiro representa mais de 80% do valor da carteira de crédito nesta área de negócio, enquanto os particulares e pequenos negócios representam cerca de 16%. O sector público estatal e o sector financeiro continuam a ter um peso residual na carteira de crédito em leasing.

Numa análise ao tipo de bem locado, verificou-se um aumento no crédito em leasing nos diversos tipos de bens mas com menor expressão no caso do leasing de equipamentos, cujo aumento foi apenas de 2,7%. No entanto, os equipamentos continuam a ter peso predominante na estrutura do crédito em leasing.

Se valor, em milhares de euros

Tipo de bem locado	2009	2010	Variação 09/10		Estrutura	
			Absoluta	%	2009	2010
Viaturas	51.288	57.099	5.811	11,3%	30,2%	30,0%
Equipamentos	65.267	67.042	1.775	2,7%	38,4%	35,2%
Imóveis	53.343	66.199	12.856	24,1%	31,4%	34,8%
Total	**169.898**	**190.340**	**20.442**	**12,0%**	**100,0%**	**100,0%**

O *leasing automóvel*, por sua vez, vem apresentando um peso crescente no financiamento da aquisição de viaturas ligeiras, tendo sido responsável em 2010 por 68% do total de contratos para essa finalidade, representando o crédito daí resultante, em Dezembro último, cerca de 33% da carteira de crédito para aquisição de veículos ligeiros.

1.3. Meios Electrónicos de Pagamento

A actividade desta área tem vindo a ser fortemente influenciada pela alteração do Modelo de Negócio para os Meios de Pagamento, a nível Europeu, com implicações estruturais a nível do mercado nacional e impacto na oferta comercial e sua rentabilidade. Outro factor relevante prende-se com o agravamento do cenário actual da economia portuguesa, colocando fortes desafios ao crescimento de produtos de crédito, bem como ao controlo dos riscos que lhe estão associados.

A nível do Grupo Crédito Agrícola, identificam-se algumas oportunidades para esta área de actividade, a saber:

- Alteração do Regime Jurídico do SICAM, dá mais margem de manobra às CCAM para o registo na sua própria carteira do crédito concedido via Cartões;

- A proximidade das CCAM aos seus Clientes potencia o desenvolvimento do negócio com Comerciantes, a nível de Terminais de Pagamento Automático e Cartões *CoBranded*;

- A base de associados do GCA pode ser explicada com a oferta de novos produtos, tendo em vista a sua fidelização, maior envolvimento comercial e o aumento do capital próprio das CCAM.

Novos Produtos e Serviços

a) Serviço de Acquiring "Rede CA&companhia"

Foi lançado no ano de 2010 o novo serviço de Acquiring "Rede CA&companhia", que passou a oferecer uma evidente vantagem competitiva no Serviço TPA, alargando a oferta à aceitação das Marcas Internacionais VISA e Mastercard, sendo o Crédito Agrícola uma das poucas Instituições nacionais com este serviço.

Os comerciantes, clientes ou não do Grupo Crédito Agrícola, podem, com este novo serviço, aceitar Cartões de Débito e Crédito Nacionais e estrangeiros nos seus estabelecimentos, permitindo assim melhorar a sua competitividade.

Em 2010, 20% do parque de TPAs foi migrado para o novo serviço de *Acquiring*, o que permitiu inverter o resultado do serviço TPA que, pela primeira vez, regista valores positivos.

O novo serviço permitiu à nossa rede comercial promover a angariação de novos comerciantes, aumentando assim a carteira destes clientes e, consequentemente, o parque de TPAs.

Com o novo Serviço de *Acquiring* verificou-se ainda um crescimento de 18% da facturação em TPA, aumentando assim o *float* nas contas de depósitos à ordem do Grupo CA.

b) Cartão de Associado "Clube A"

Foram realizadas as actividades preparatórias para o lançamento do Cartão de Associado "Clube A". Trata-se de uma iniciativa enquadrada no programa do Centenário do Crédito Agrícola, e consistirá na emissão de Cartões Visa Business, Classic e Débito Diferido, dirigidos exclusivamente aos seus associados, quer empresas quer particulares.

Este cartão irá permitir a identificação do associado e da Caixa a que pertence, mas será também um meio de pagamento aceite na rede Multibanco e Marcas Internacionais.

O Cartão será lançado com a denominação de "Clube A" - Clube de Associados do Crédito Agrícola, com um programa de fidelização orientado para este segmento de clientes/associados, permitindo a obtenção de bónus, num leque alargado de produtos e serviços de Banca e Seguros, bem como um conjunto significativo de descontos na aquisição de bens e serviços junto de parceiros do Grupo CA.

c) Cartões AEP

Foram lançados cartões de crédito *CoBranded* AEP – Associação Empresarial de Portugal, denominados Cartão AEP *Plus* e Cartão AEP *Access*, nas vertentes Business, destinados aos Associados da AEP e Membros da Comunidade não Associados da AEP, respectivamente.

Esta parceria contempla ainda o Programa AEP Empreendedor, visando o apoio ao tecido empresarial português, com um leque alargado de produtos e serviços financeiros oferecidos pelo Crédito Agrícola.

d) Cartão *Contactless*

Foi desenvolvido um piloto do Cartão *CONTACTLESS*, em parceria com a SIBS e com os principais bancos emissores, com o lançamento de um produto *Mastercard* (débito) e de um Produto Visa (crédito). Este piloto permitiu ao GCA a emissão de um produto inovador que brevemente, e com uma comunicação centrada na comodidade de utilização, permitirá o aumento da utilização de cartões em transacções de pequeno montante (guerra ao *cash*), bem como uma maior penetração na nossa base de clientes.

Desenvolvimento das Parcerias CoBranded

Em 2010, foi desenvolvida e consolidada a actividade de apoio à rede comercial, orientada para o segmento empresarial, com a realização de protocolos para cartões *CoBranded* e a dinamização do Cartão CA&companhia.

No final do ano de 2010, contava-se com um total de 24 parcerias que potenciaram o crescimento do envolvimento comercial, o *cross selling* e a fidelização dos clientes.

Alterações Regulamentares

- Foram efectuadas, no âmbito do Decreto-Lei 133/2009, as alterações nas Propostas de Cartões, Condições Gerais de Utilização e Fichas de Informação Normalizada;

- Foram ainda efectuadas as alterações inerentes ao DL 317 (transposição para a ordem jurídica interna da Directiva nº 2008/48/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa a contratos de crédito a consumidores);

- Foi realizada a análise e definição funcional da nova Aplicação de Crédito *Scoring* e procedeu-se ao acompanhamento do Projecto Risco II, de responsabilidade do Gabinete de Riscos, bem como foi dado apoio ao arranque do projecto junto da rede comercial.

Controlo de Riscos da Actividade

- A relação entre o número de fraudes detectadas e o número de transacções permaneceu contida, ao mesmo nível do período homólogo;

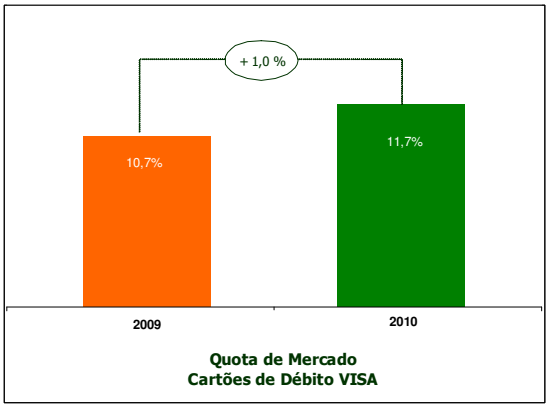
- Foi efectuado o reforço da função Planeamento de Novos Projectos e o Controlo de Actividade de Suporte/Pós Venda, com novos aplicativos internos;

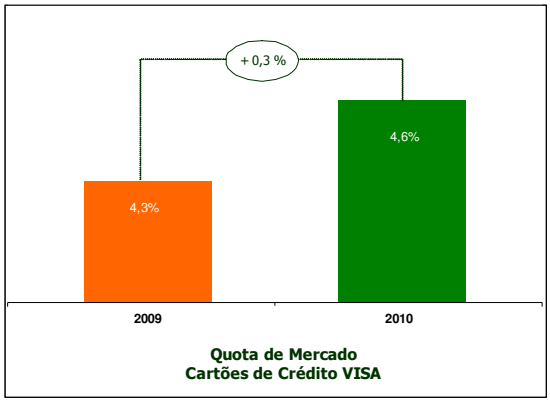
- Encontra-se em desenvolvimento o novo Processo de Controlo de Qualidade para os procedimentos internos do DMEP relacionados com o CA Serviços, a SIBS e outras entidades.

Resumo dos Principais Indicadores 2010

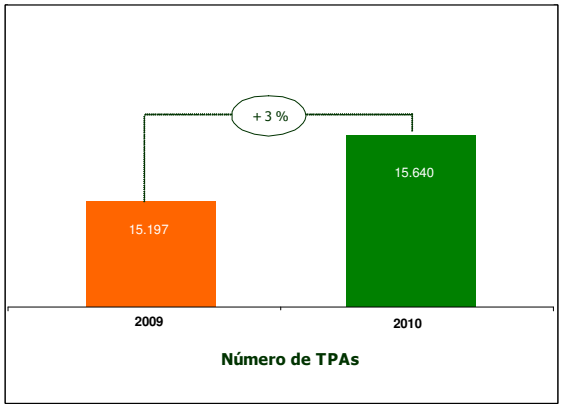
A actividade desta área durante o ano de 2010 teve um acréscimo bastante positivo que se reflecte nos seguintes indicadores:

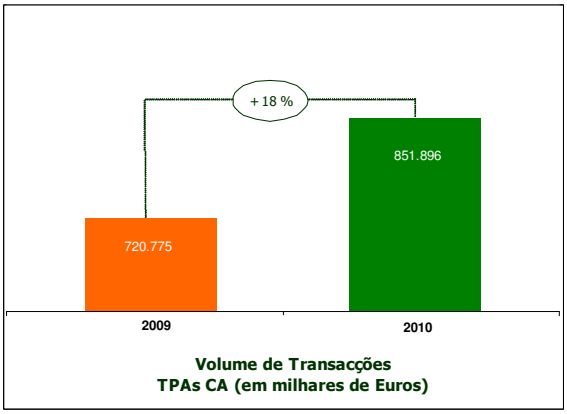
- Aumento da quota de mercado em número de Cartões de Débito e Crédito:





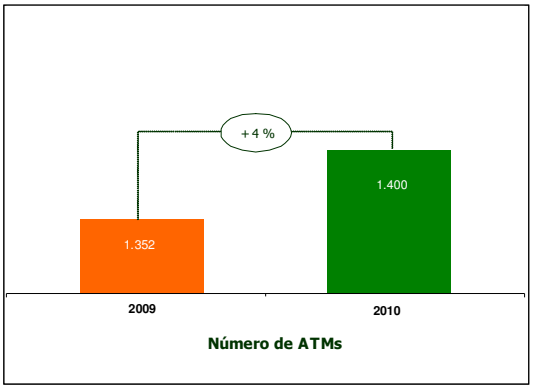
- Aumento do Número e Volume de Transacções efectuadas com os Cartões de 8% e 21%, respectivamente;

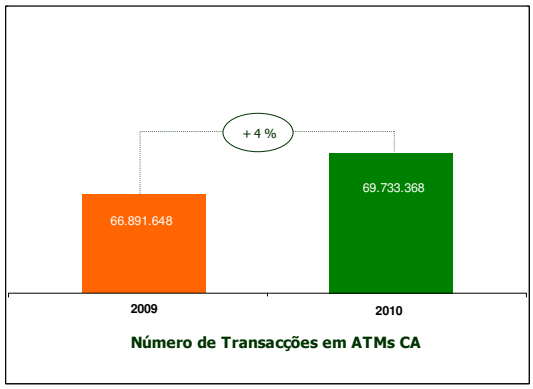




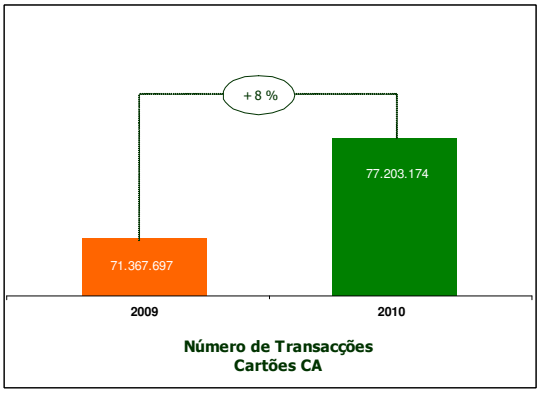
- o parque de ATM´s do Crédito Agrícola integrados na rede Multibanco registou um crescimento de 4% relativamente ao ano anterior e apresenta uma quota de mercado de 10%;

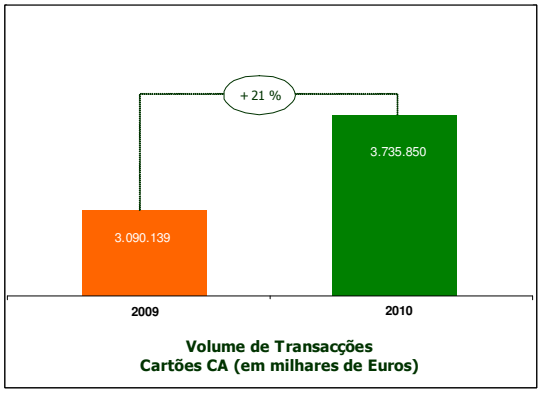
-





- A instalação de Terminais de Pagamento Automático continuou a registar uma evolução positiva, o que permitiu alcançar a quota de Mercado de 6% bem como um aumento do volume de transacções em TPAs do CA de 18%;





1.4. Canais Complementares

Os canais electrónicos, complementares à actividade desenvolvida pelas redes de agências, têm vindo a representar cada vez mais um factor importante de melhoria da acessibilidade dos clientes bancários à sua Instituição de Crédito, permitindo-lhes optimizar custos e processos e em simultâneo promover e gerar novo negócio, ao mesmo tempo que fortalece a imagem de modernidade e inovação das instituições.

Foi com este propósito que a Caixa Central, ao longo de 2010, no âmbito dos projectos tecnológicos que tem vindo a desenvolver, continuou a apostar na implementação de novas funcionalidades nos canais complementares transaccionais e informativos, com vista a oferecer aos Clientes do Crédito Agrícola, uma oferta alargada de soluções financeiras e disponibilizar à rede Comercial todas as condições necessárias à sua divulgação e comercialização, em linha com as melhores práticas do mercado.

Em síntese, passamos a descrever os aspectos mais relevantes ocorridos ao longo do ano de 2010:

- Crescimento significativo das adesões ao serviço de recuperação de crédito da Linha Directa, por parte das CCAM, levando a um ajustamento da equipa de Operadores. Este ajustamento permitiu dar a resposta adequada à procura registada, que aumentou face às condições particulares do mercado e permitiu ainda melhorar os níveis de recuperação;

- Disponibilização de novas funcionalidades no serviço CA *On-Line*:

  √ Transferências Permanentes e Múltiplas;

  √ Transferências Internacionais;

  √ Operações Frequentes e Pré-Autenticadas;

  √ Outras funcionalidades e melhorias realizadas.

- Durante o ano 2010, foram realizadas duas campanhas comerciais de canais que tiveram como principais objectivos divulgar o serviço CA *On-Line* aos clientes particulares do Crédito Agrícola, com vista a reforçar a carteira de Clientes aderentes e aumentar a adesão ao SAF (Sistema de Autentificação Forte);

- Dando cumprimento às obrigações legais e regulamentares, foram realizados no decorrer do ano de 2010, desenvolvimentos significativos nos serviços Linha Directa (Decreto-Lei 134/2009) e Balcão 24 (Instrução nº 1/2010 do BdP);

- Arranque da aplicação de Gestão de Alertas para o serviço CA *On-Line* que passou a permitir à equipa do gabinete de canais Complementares (GCC) alocada à actividade, diagnosticar e prevenir eventuais tentativas de fraude, promovendo simultaneamente a divulgação das melhores práticas de segurança junto da rede comercial e clientes;

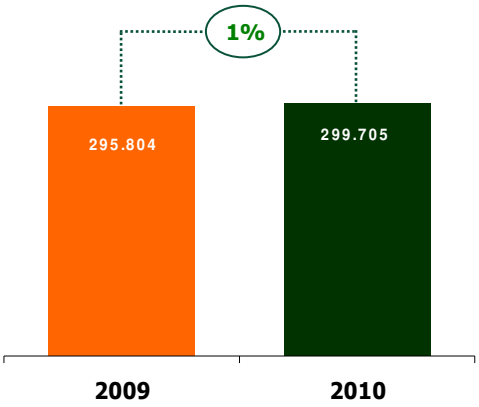
- Lançamento no segundo semestre do ano de 2010, de um novo canal digital – TV Corporativa e Gestão de Atendimento –, cujos conteúdos passam a ser geridos pelo GCC, permitindo disponibilizar nas diversas instalações do Grupo CA, uma comunicação integrada, com informação de campanhas nacionais e locais, dados de mercado, notícias nacionais e locais e agenda cultural por distritos;

- No final do ano foi concluído o projecto de reorganização de conteúdos do Site CA, que passou a contemplar a segmentação da oferta de Clientes – Particulares e Empresas –, novo *Webdesign*, disponibilização da opção de pesquisa, nova estrutura, apresentação de micro-sites das Caixas Associadas e melhorado processo de pesquisa das mesmas, actualização e validação de todos os conteúdos, integração de novas informações de mercado, entre outros desenvolvimentos.

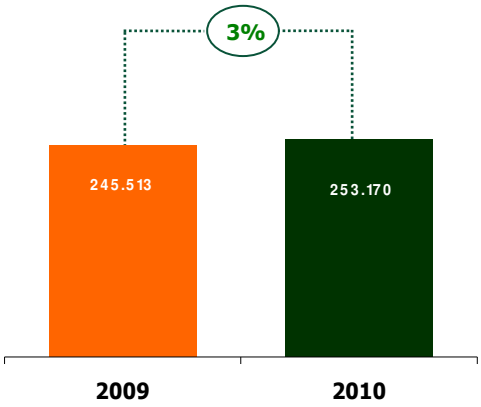
Nas alíneas seguintes estão representadas as acções que mais se destacaram em cada canal, ao longo do ano, e os principais indicadores registados em cada um dos serviços.

A) Linha Directa (*Contact Center*)

O serviço Linha Directa transaccional registou em 2010 um crescimento de 1% nos contactos *Inbound* (Contactos Recebidos). O número de Clientes que contactou o serviço registou, igualmente, um crescimento de 3% face ao ano anterior.



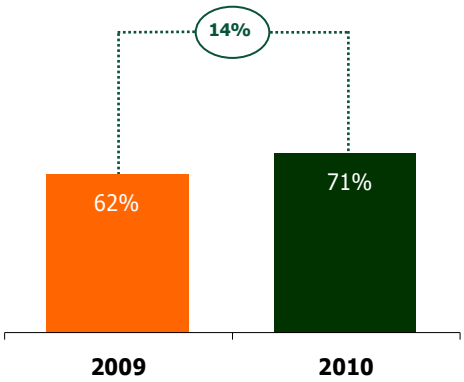
Total de Contactos Inbound



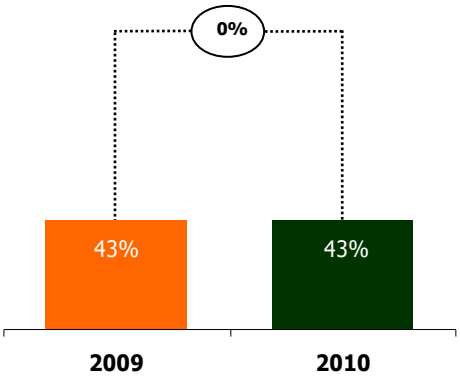
Total de Contactos de Clientes

Relativamente às acções de *Outbound* realizadas, destacam-se as acções de Telecobranças para crédito próprio (15 CCAM até final de 2010, mais 50% face a 2009), crédito agenciado e cartões de crédito.

Os resultados destas acções registaram 71% de Clientes Recuperados e 43% de montante recuperado. Estes valores traduzem, para 2010, um aumento de 14% em Clientes recuperados e, apesar do crescimento significativo dos montantes a recuperar, mantiveram-se os mesmos níveis de recuperação registados em 2009.

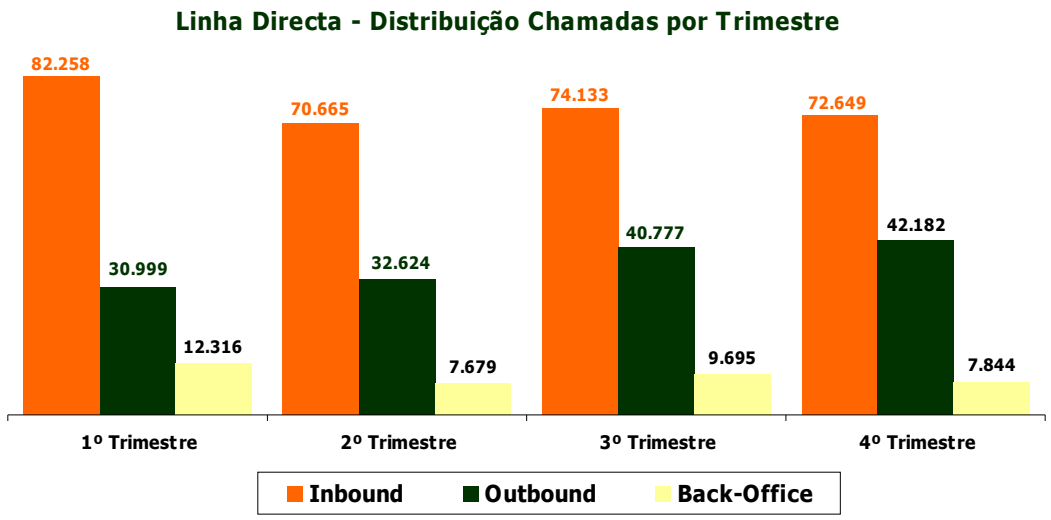


Telecobranças - Clientes Recuperados



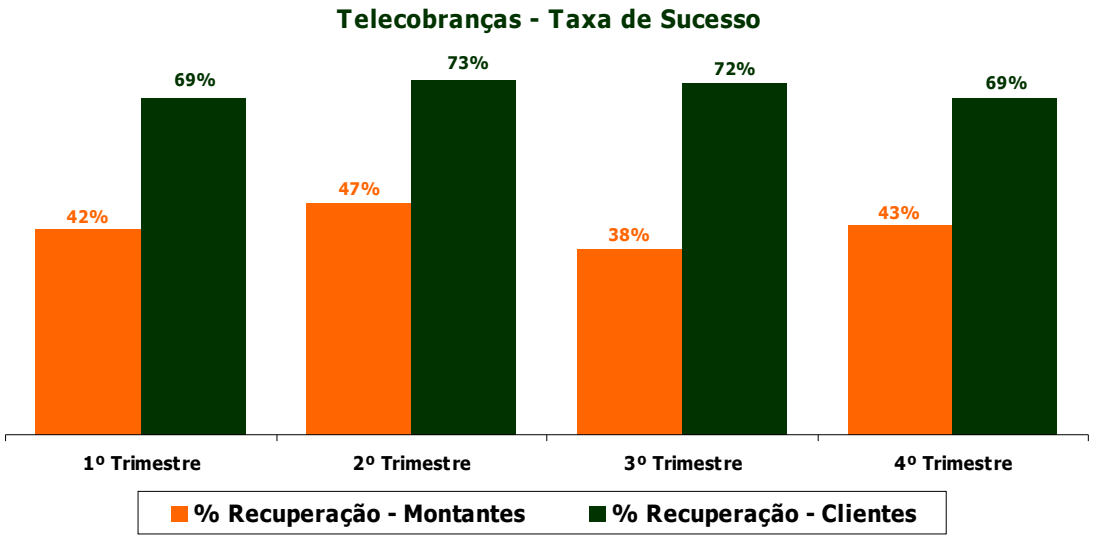
Telecobranças - Montantes Recuperados

Embora pouco expressiva, tendo em conta o período de instabilidade financeira que estamos a atravessar, a subida registada nos clientes recuperados resulta dos esforços de recuperação desenvolvidos ao longo do ano.



Notas:

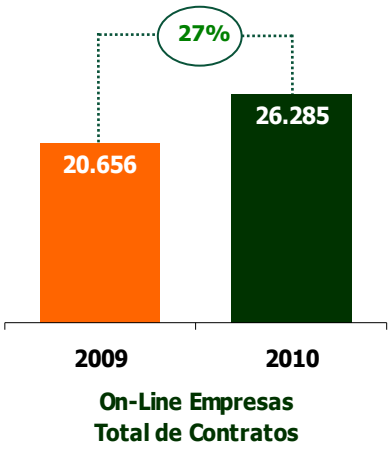
- ***Inbound*** **–** Atendimento telefónico dos Clientes e Caixas (Chamadas recebidas).
- ***Outbound*** – Acção de Recuperação de Crédito Vencido, Telemarketing e Call-Back (Chamadas efectuadas).
- ***BackOffice*** – Faxes/E-mails recebidos e enviados e trabalho administrativo.



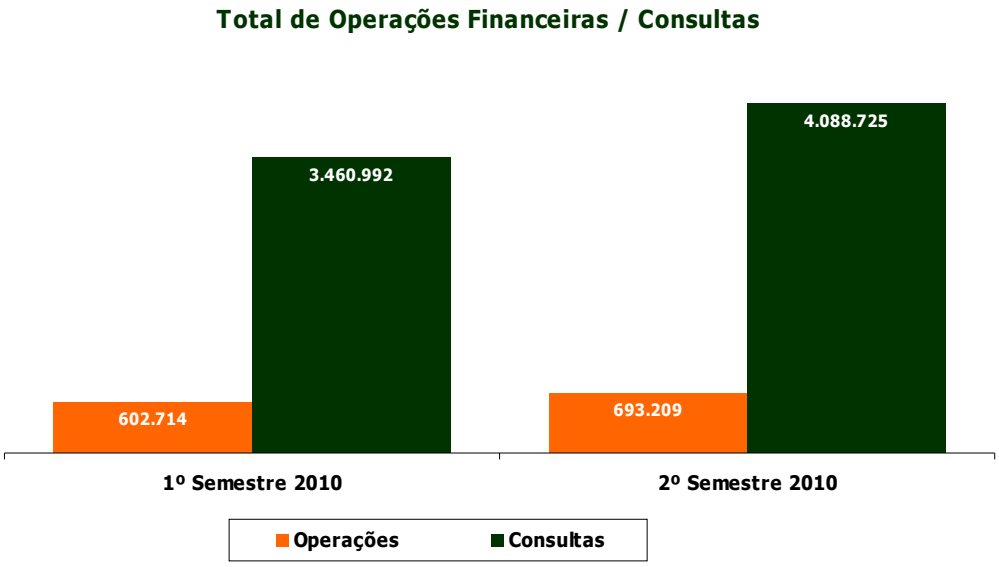
B) Evolução do Serviço de Internet Banking – CA On-Line

B1) CA *On-Line* Empresas

No Serviço CA *On-Line* Empresas registou-se um crescimento de cerca de 27% nas adesões, em relação ao ano 2009.

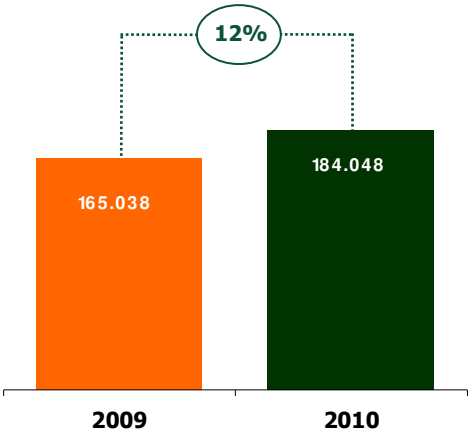


Ao analisarmos a evolução semestral do volume de transacções do Serviço CA *On-Line* Empresas em 2010, verifica-se um crescimento de 18% do 1º para o 2º Semestre.

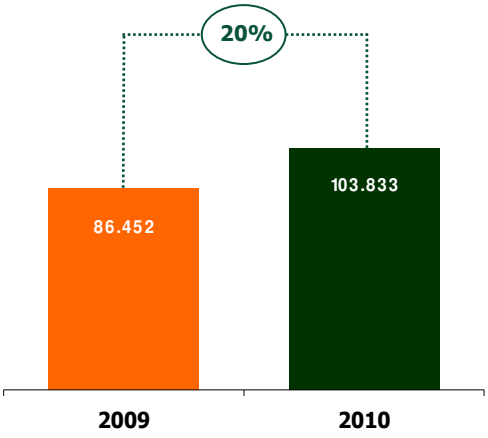


B2) CA *On-Line* Particulares

O Serviço CA *On-Line* Particulares registou um crescimento de cerca de 12% nas Adesões ao Sistema MultiCanal. As Adesões Activas do Serviço CA *On-Line* Particulares representaram um crescimento de 20% face ao ano 2009.



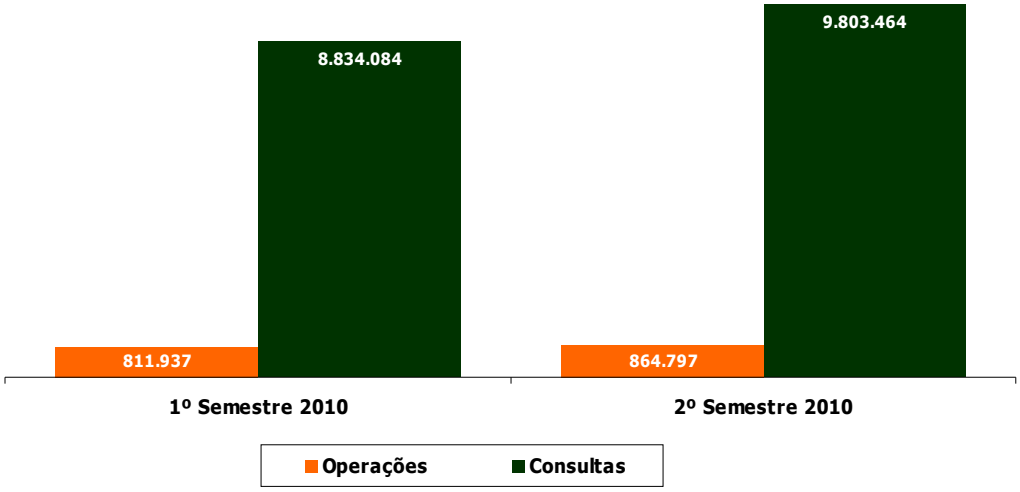
On-Line Particulares
Total de Contratos



On-Line Particulares
Adesões Activas

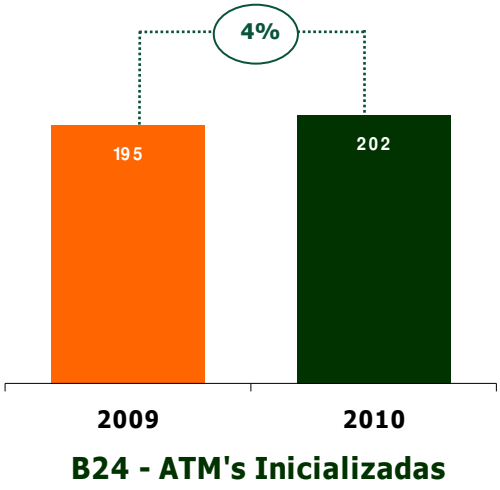
A evolução semestral do volume de transacções do Serviço CA *On-Line* Particulares em 2010, representou um crescimento de 11% do 1º para o 2º Semestre.

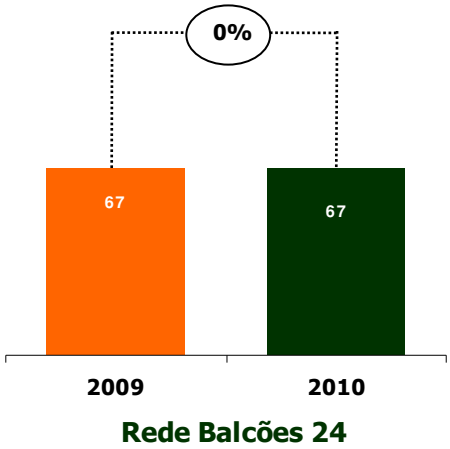
Total de Operações Financeiras / Consultas



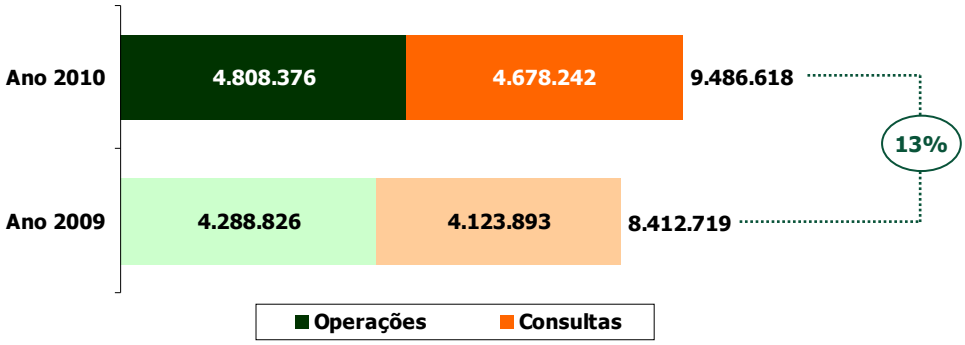
C) Evolução do Serviço Balcão 24

O Serviço Balcão 24, que conta já com 6 anos de existência, terminou o ano de 2010 com 202 equipamentos em pleno funcionamento nas agências de 67 Caixas e da Caixa Central, representando um crescimento de 4% nos serviços inicializados, face a 2009. O menor crescimento na instalação de novos equipamentos está relacionado com o modelo de negócio e de rentabilidade adoptado, sendo no entanto de notar que as agências de maior dimensão, têm em geral Balcão 24.



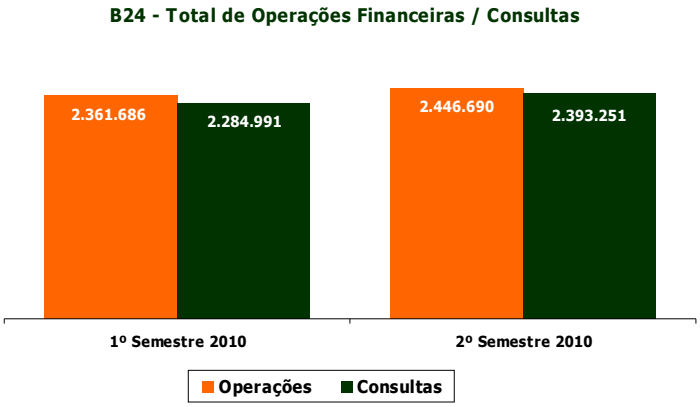


O número total de transacções registou um crescimento de 13%, face ao ano 2009. O número médio de transacções por mês e por equipamento situou-se em 3.914.



A taxa média de transferência das transacções atingiu valores acima dos 20%.

No quadro seguinte é apresentada a evolução semestral do volume de transacções do serviço Balcão em 2010.



24

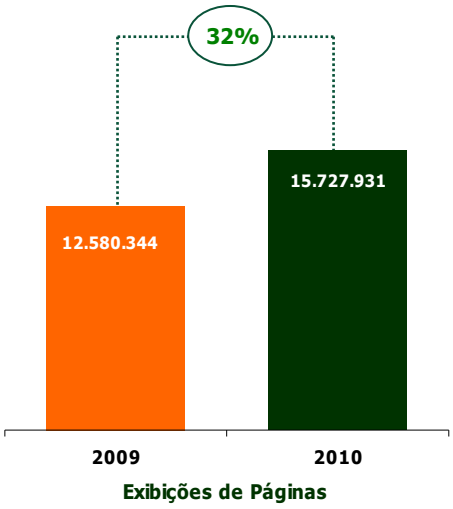
Salienta-se ainda que o 2º Semestre de 2010, com 4.839.941 operações realizadas, registou um crescimento no total de operações de 4%, face ao 1º semestre de 2010 (4.646.677).

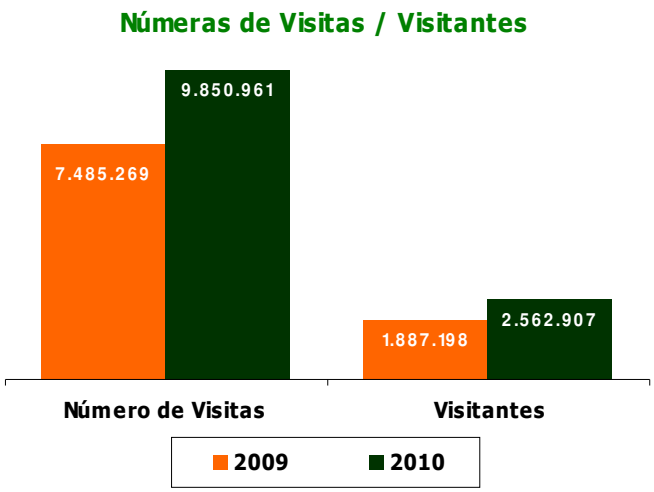
D) Site Institucional Crédito Agrícola (www.creditoagricola.pt)

Em 2010 registaram-se 9.850.961 visitas (+32% face a 2009) ao Site Institucional do Grupo Crédito Agrícola, representando uma média de 821.000 visitas por mês, as quais foram efectuadas por 2.562.907 visitantes únicos.

Estas visitas resultaram em 15.727.931 páginas vistas o que reflecte um crescimento de 25% face ao número de páginas vistas em 2009 (12.580.344).

De seguida, apresentam-se os principais indicadores de actividade do Site Institucional do Crédito Agrícola (www.creditoagricola.pt) durante ano 2010:





1.5. Área Internacional, Emigração e Representações Exteriores

a) Área Internacional

A actividade do Departamento Internacional desenvolveu-se em quatro vertentes:

- Atribuição de limites a Instituições de Credito;

- Relação com bancos correspondentes;

- Participação nos grupos de trabalho relacionados com sistemas de pagamento;

- Promoção do negócio internacional.

A análise de risco de contraparte continuou a ser uma prioridade do Departamento Internacional.

A melhoria do ambiente macroeconómico na União Europeia permitiu que no primeiro trimestre do ano se voltasse a considerar a atribuição de limites a mais um certo número de países e instituições.

Ao longo de todo o ano procedemos ao acompanhamento das instituições financeiras e países tendo em vista a monitorização do risco de crédito e risco país, a mitigação das perdas potenciais e a preservação da qualidade da carteira.

A implementação do acordo de Basileia III vai afectar profundamente o mercado de serviço de pagamentos. Este acordo acarreta exigências de liquidez e necessidade de investimento que tornam este negócio pouco atractivo para certas instituições. É expectável que apenas os grandes bancos especializados em serviços de pagamento mantenham a prestação destes serviços.

No último trimestre do ano esta situação começou a tornar-se uma realidade e alguns dos nossos correspondentes históricos mostraram a vontade de cessar este tipo de serviço ou proceder à revisão das condições.

Para dar resposta a esta situação iniciámos a análise das alternativas para negociação de condições com os nossos contrapartes – manutenção de contas *nostro, clearing, cash-letter, trade services* – de forma a assegurar a nossa actividade internacional com o máximo de qualidade e eficiência.

Os pagamentos SEPA prosseguiram o seu desenvolvimento como previsto realçando-se o lançamento dos débitos directos. O Departamento Internacional manteve a sua participação nos grupos de trabalho no âmbito da CISP (Comissão Interbancária para os Sistemas de Pagamento) e da EBA (*European Bank Association*).

Na área da promoção do negócio a nossa acção foi reduzida já que não se verificou significativa solicitação das áreas comerciais do Crédito Agrícola. Mantivemos a produção de estatísticas relativas às operações de comércio internacional, de acordo com diversos critérios, por caixa, por cliente e por produto, de forma a assegurar o acompanhamento da evolução do negócio internacional.

Em 2010, as operações de comércio internacional intermediadas pelo Crédito Agrícola atingiram 1.670,5 milhões de euros representando um crescimento de 16,1% em relação ao ano anterior.

O crescimento do número de operações foi, no entanto, significativamente maior – 32,3% – o que confirma a tendência de descida do valor médio das operações e consequente diminuição da rentabilidade.

O crescimento do volume de operações ficou a dever-se, exclusivamente, ao aumento das operações não documentárias em 16,8%, que são as de menor valor acrescentado.

Operações de Estrangeiro

Valores em milhares de euros excepto %

	2009		2010		2010/2009
	Volume	Estrutura %	Volume	Estrutura %	Δ%
Operações Documentárias (*)	59.283	4,1%	58.675	3,5%	-1,0%
Operações Não-Documentárias	1.379.799	95,9%	1.611.810	96,5%	16,8%
Total	**1.439.082**	**100,0%**	**1.670.484**	**100,0%**	**16,1%**

(*) Inclui saldos a Dezembro/2010 das operações que envolvem crédito

As operações documentárias, de maior rentabilidade, registaram um decréscimo em montante de 1%.

A quota de mercado situa-se em 1,8% representando um ligeiro acréscimo relativamente a Dezembro de 2009.

Comércio Internacional - Quota do C.A.

Valores em milhões de euros excepto %

	Nacional(*)	CA(**)	Quota de Mercado
2009	83.136	1.384	1,7%
2010	93.551	1.670	1,8%

(*) Valores do Comércio Internacional de Mercadorias e Serviços

(**) Exclui Emigração

b) Emigração e Representações Exteriores

A Área da Emigração e Representações Exteriores (AERE) é uma estrutura vocacionada para o negócio do segmento dos não residentes em Portugal e desenvolve a sua actividade focando-se em dois pólos de actividade:

- Promoção do negócio

- Exploração de nichos de mercado ao nível de produtos e serviços especializados;
- Antena de captação de oportunidades de negócio para todo o Grupo;
- Divulgação e *cross-selling* de produtos e serviços, nomeadamente no âmbito dos Seguros, Fundos de Investimento e Assessoria financeira e de gestão;
- Detecção de novos mercados internacionais para a expansão do Grupo Crédito Agrícola.

- Operação do Negócio

- Gestão financeira, operacional e comercial das Sucursais Exteriores, da CA *Finance* (Sociedade Gestora de Activos), dos Escritórios de Representação e restantes representações exteriores do Grupo CA;
- Gestão do negócio direccionado para o segmento dos Imigrantes em Portugal, nomeadamente através do serviço *Western Union*;
- Captação de recursos no exterior, contribuindo assim para a diversificação de fontes de *funding* do Grupo;
- Articulação entre as Caixas Associadas e as representações exteriores, em tudo o que respeita ao negócio com não residentes.

Emigração

Este segmento específico tem uma implementação no Grupo que tem crescido sustentadamente ao longo dos últimos anos, mercê por um lado, da excelente distribuição geográfica que o Crédito Agrícola possui em Portugal, mas também do dinamismo das representações exteriores.

Sintoma desta actividade é a evolução das remessas de emigração que vêem registando um crescimento sustentado, tal como se pode verificar através da análise da quota de mercado do Grupo CA. Quanto aos depósitos provenientes da diáspora constata-se uma descida do montante aplicado em produtos especificamente dedicados ao segmento Emigração, em

consonância com o comportamento das estatísticas nacionais que têm apresentado nos últimos anos uma tendência decrescente. Assim, aferimos um crescimento de 5,4% em volume de remessas (6,1% em número de operações), conferindo ao Grupo CA uma quota de mercado de cerca de 15,5%% e uma diminuição de 4% nos depósitos.

REMESSAS DE EMIGRAÇÃO

Volume em milhares de €, excepto %

	Nº Oper.	Volume	Q.M
2007	427.652	319.701	12,4%
2008	473.741	336.393	13,5%
2009	515.502	347.337	15,4%
2010	547.143	366.011	15,5%
Δ 09/10	**6,1%**	**5,4%**	

DEPÓSITOS DE EMIGRAÇÃO

Valores em milhares de €, excepto %

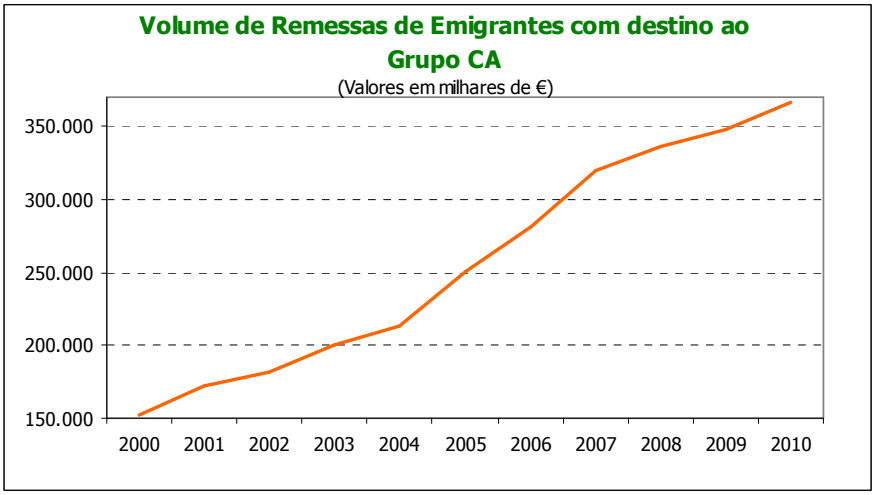
	Nacional	Grupo CA	Q.M
2007	7.240.000	255.312	3,5%
2008	7.837.000	261.077	3,3%
2009	7.670.000	265.288	3,5%
2010	7.481.000	254.792	3,4%
Δ 09/10	**-2,5%**	**-4,0%**	

Não inclui os DP's de Emigrantes na SFE

Esta descida verificada nos depósitos de Emigrantes não representará uma efectiva descidas dos recursos, já que com o desaparecimentos dos benefícios fiscais associados aos produtos "Poupança Emigrante", as remessas recebidas são canalizadas para a oferta global de produtos e serviços do Grupo Crédito Agrícola.

Imigração

Este segmento de clientes tem vindo a receber uma dedicação crescente com a AERE a gerir e coordenar a implementação do serviço de transferências *Western Union* em toda a rede do Crédito Agrícola. Desta forma registou-se em 2010 um crescimento acentuado dos valores transaccionados, que cresceram mais de 90% (movimentando-se mais de 8,5 milhões de Euros), com reflexo nas comissões inerentes ao serviço que cresceram acima de 85%.



Sucursais Financeiras Exteriores

A crescente competição por recursos, que decorre da crise de liquidez nacional e internacional, tem necessariamente um impacto nas taxas médias dos recursos, assistindo-se a uma subida das mesmas, o que conjugado com uma retracção do crédito concedido, relacionado com considerações de análise de risco mais exigentes, tem um impacto nefasto sobre a margem financeira. A preocupação na sustentabilidade e solidez traduz-se num rácio de solvabilidade da Sucursal de Cabo Verde que se cifra em 26%.

Ainda assim as Sucursais Exteriores do Grupo CA registaram resultados positivos apreciáveis que se situaram em cerca de 243 mil Euros, com os activos sob gestão a atingirem os 70 milhões de Euros.

Destaque ainda para a implementação de uma nova ferramenta de suporte informático que irá permitir flexibilizar a oferta de produtos, garantido a diversidade e competitividade dos mesmos.

CA Finance

A CA *Finance* é uma IFI em Cabo Verde, especializada na Gestão de Activos.

Coloca à disposição de Clientes institucionais e particulares serviços especializados de gestão de activos financeiros, totalmente personalizados, assegurando uma informação permanente:

- Gestão de Carteiras de Investidores Institucionais;
- Gestão de Carteiras de Investidores Particulares:
- Gestão de Fundos de *Private Equity* e Capital de Risco, em estreita colaboração com a CA *Consult*;
- Gestão de fundos de investimento imobiliário.

A actividade em 2010 centralizou-se essencialmente na prospecção de novos mercados e na preparação da montagem de diversas operações de fundos imobiliários.

Em 2011 haverá um enfoque na dinamização do negócio internacional, em parceria com a empresa do Grupo – CA Consult (empresa especializada em banca de Negócios) e uma expansão para novos mercados exteriores, potenciando a detecção de oportunidades de negócio bancário e de consultoria.

Definem-se assim como principais linhas estratégicas, o impulsionar da actividade comercial das actuais representações exteriores e o alargamento da rede para mercados de elevado potencial de negócio para o grupo CA, bem como o desenvolvimento da actividade da CA *Finance* consubstanciada na oferta de Fundos de Investimento Mobiliário e Imobiliário.

2. Actividade Financeira e Mercado de Capitais

2.1. Estratégia de Actuação na Área de Tesouraria

O desenvolvimento da crise financeira reflectiu-se em comportamentos de aversão ao risco por parte dos investidores, afectando quase indiferenciadamente a generalidade dos mercados. Estes comportamentos só começariam a alterar-se a partir do segundo trimestre de 2009, como resultado do afastamento do pior cenário (de colapso financeiro e económico) que a evolução da crise até essa altura vinha mantendo em aberto. Para a gestão das aplicações da tesouraria, estes desenvolvimentos foram-se traduzindo no usufruto de margens de crédito – em activos convencionalmente sem risco – sem precedentes.

Ao mesmo tempo, o conjunto dos Bancos Centrais e, nomeadamente, o Banco Central Europeu (BCE) foram despoletando uma bateria de medidas extraordinárias, dentre as quais a descida precipitada das taxas directoras que arrastaram a aterragem das taxas de referência de mercado (Euribor) em níveis próximos de 0%.

Assim, já ao longo de 2009, de harmonia com a orientação definida pelo Conselho de Administração Executivo (CAE), a tesouraria tinha podido alongar o prazo das suas aplicações ancorando a remuneração respectiva enquanto as taxas de juro de mercado desciam, usufruir de margens de crédito sem precedentes nas suas aplicações e gerar uma margem financeira adicional, neste caso aproveitando a inclinação positiva da curva de taxas de juro, ao alongar o prazo das aplicações, como referido, e ao financia-las no curto prazo.

Para além da sustentação da margem financeira da Caixa Central, esta orientação e estratégias tiveram especialmente em vista apoiar as Caixas Associadas na defesa da sua base de depósitos, sob o efeito da redobrada intensidade da concorrência, como resultado da perturbação e deficiente funcionamento dos mercados interbancários e de capitais, e pela inércia de aceitação pela clientela de taxas de remuneração dos depósitos muito mais baixas que assim não acompanharam a descida das taxas de juro de mercado induzida pelo BCE, com a consequência de uma significativa diminuição da margem destes recursos. Através da gestão da tabela de taxas de juro de remuneração dos depósitos das Caixas Associadas e do lançamento de produtos específicos (Depósito a Prazo Especial de Cobertura), a Caixa Central

tinha assim já promovido, ao longo de 2009, uma transferência significativa de margem financeira para as Caixas Associadas.

Deve dizer-se que, contrariamente às expectativas e sobretudo como resultado dos desenvolvimentos da crise da zona euro, as condições de mercado para o desenvolvimento das estratégias de tesouraria anteriormente mencionadas, genericamente, não só se mantiveram como se aprofundaram mesmo ao longo de 2010. Se é certo que com alguma normalização da situação dos mercados, iniciada no segundo trimestre de 2009, como referido, se foi assistindo a uma contracção consistente das margens de crédito dos activos de tesouraria em geral, tal tendência foi contudo acompanhada por uma segmentação da percepção de risco pelos investidores. No caso particular da República Portuguesa e dos emitentes nacionais, a crise grega e os efeitos de contágio desta última aos países da designada periferia do euro, motivaram com efeito um aumento considerável do rendimento das suas obrigações em todos os prazos. Paralelamente, foi-se assistindo ao sistemático diferimento da perspectiva de desarmamento (phasing-out) da bateria de medidas extraordinárias implementadas pelo BCE, nomeadamente da subida da sua taxa directora e do regresso ao sistema de leilão nas suas operações de política monetária, face à anemia da retoma e à turbulência que se precipitou sobre a zona euro na sequência da crise grega.

A acentuação da inclinação positiva, já de si elevada, da curva de taxas de juro portuguesa, permitiu em 2010 não só extrair maior rendimento e margem da estratégia até aí implementada como intensificá-la, dentro de patamar compatível com o controle do risco de taxa de juro, mediante a deslocação da estrutura das suas aplicações para dívida pública, simultaneamente refinanciadas a taxas de juro persistentemente baixas.

Foi assim possível ao longo de 2010 incrementar o rendimento e margem das aplicações da tesouraria, dando condições à Caixa Central para apoiar a defesa da base de depósitos das Caixas Associadas e a sustentação da sua margem financeira, designadamente através do lançamento de produtos indexados ao rendimento da dívida pública para cobertura dos depósitos das Caixas Associadas junto da Caixa Central.

Evolução dos Activos sob Gestão do Departamento Financeiro

Valores em milhares de €

	Montante		Variação		% do Total	
	31.12.09	31.12.10	Absoluta	Relativa	2009	2010
M. Monetário, P. Comercial e Depósitos BdP	1,509,088	273,053	-1,236,035	-81.9%	54.8%	7.6%
Obrigações	1,246,895	3,307,595	2,060,700	165.3%	45.2%	92.4%
Total	**2,755,983**	**3,580,648**	**824,665**	**29.9%**	**100.0%**	**100.0%**

2.2 Caixas Empresas Associadas e Corporate Desk (CEACD)

Ao longo de 2010, o CEACD continuou a desenvolver o projecto de cooperação com as Caixas Associadas e com as Áreas Comerciais da Caixa Central para a promoção, venda e distribuição de produtos de tesouraria e de mercados financeiros.

Com a criação de mecanismos especiais para a cobertura de depósitos a prazo por parte das CCAM junto da Caixa Central, nomeadamente o Depósito a Prazo Especial e o Depósito a Prazo Indexado à Dívida Pública, coube ao CEACD o acompanhamento dos produtos e a sua adaptação às situações concretas colocadas pelas CCAM perante as suas necessidades específicas. Para tal, foram elaborados mecanismos de controlo e reporte da utilização dos produtos por parte das CCAM.

2.3. Função Financeira no Grupo Crédito Agrícola

Em 2010 consolidou-se a Função ALM – Gestão de Activos e Passivos tendo o Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), agora com a participação directa de Caixas Associadas, centrado a sua atenção no desenvolvimento de soluções que pudessem contribuir para mitigar o impacto do contexto de mercado sobre a margem financeira da Caixa Central e do SICAM.

Num contexto de elevada incerteza promoveu-se igualmente a concretização de acções tendentes ao aumento da liquidez disponível em balanço.

O ALCO continua a contribuir de forma decisiva para aprofundar a gestão dos riscos de balanço associados a cada Entidade do SICAM e ao GCA como um todo, de forma integrada e consistente, e assim também concorrer para a análise articulada e a tomada de decisão, no âmbito deste Comité, das diferentes vertentes funcionais relevantes para a actividade, nomeadamente, a financeira, a de risco e a comercial.

Em 2010 começaram a ser produzidas análises de avaliação dos riscos de balanço a nível de cada Caixa Associada, tendo a mesma passado a ser distribuída para uma melhor fundamentação das decisões estratégicas ao nível de cada unidade do Grupo Crédito Agrícola e não apenas a um nível consolidado.

2.4. Controlo de Risco na Área de Tesouraria

Durante o ano de 2010 deu-se continuidade ao projecto de implementação de uma nova solução de suporte integrado às actividades do *front*, *back* e *middle office* do Departamento Financeiro (Sistema Calypso). Em 2010, a solução que vinha sendo utilizada foi definitivamente descontinuada, tendo a operação corrente associada à gestão da tesouraria migrado integralmente para a nova solução.

Dando continuidade a este projecto, em 2011 será concluída a revisão dos processos internos de funcionamento, ajustando-os às potencialidades da nova solução informática, e continuando a adequar a gestão dos riscos operacional, de mercado e de contraparte às mais elevadas exigências da respectiva gestão e controle.

Em 2011, aproveitando as potencialidades da nova solução informática serão ainda parametrizados produtos adicionais, importantes para o reforço da eficiência da gestão da tesouraria e com vasto campo de aplicação comercial no âmbito da actuação do CEACD.

2.5. Intermediação no Mercado de Capitais

No exercício de 2010 continuou a registar-se um crescimento dos proveitos globais associados à actividade de intermediação no mercado de capitais.

No entanto, a actividade de corretagem, à vista e a prazo, foi afectada negativamente pela situação de crise dos mercados financeiros. Aquela evolução negativa foi mais que compensada pelo aumento dos proveitos das actividades de custódia e de organização de Programas de Papel Comercial, conforme quadros abaixo:

Valores em milhares de euros

Actividade	Valor		Comissões Brutas	
	2010	2009	2010	2009
Mercado à Vista	1.174.992	1.118.238	175	272
Custódia/Depositário *	1.301.297	1.141.029	1.823	1.385
Programas de Papel Comercial *	180.783	120.041	710	442

(*) Saldo a 31 de Dezembro

Valores em milhares de euros

Actividade	Nº de Contratos transaccionados		Comissões Brutas	
	2010	2009	2010	2009
Mercado Futuros	19.663	35.062	83	164

O crescimento dos volumes processados na actividade de recepção e transmissão de ordens não resultou no aumento dos proveitos, uma vez que foi determinado pela expansão das operações originadas nas entidades do Grupo, sujeitas a comissões de custódia/depósito que cobrem os custos da corretagem.

Assim, foi na actividade de Custódia e Depositário que se verificou um aumento significativo dos proveitos face ao ano anterior, decorrente do crescimento das carteiras de que a Caixa Central é custodiante ou depositário.

O número de contas de títulos abertas ultrapassou, no final do ano, as 7.100 contas.

Manteve-se em 2010 o crescimento da movimentação de contas de títulos, com respectivo depósito de acções e constituição de penhor, associada a processos de concessão de crédito com a intervenção das Sociedades de Garantia Mútua, com um número acumulado de 872 contas.

O número de clientes com acesso à plataforma de negociação em Bolsa, no Internet Banking do Crédito Agrícola - CA *Online*, aumentou de 3.393 em 2009 para 4.501 no final de 2010.

Para reforço do rácio de solvabilidade *Tier 1* da Caixa Central, foi preparada a organização de mais uma emissão de Títulos Especiais de Investimento, no montante de 14,5 milhões de euros, que irá ser colocada nos primeiros meses de 2011. Aquela emissão tem características de dívida subordinada equiparada a fundos próprios de base, com prazo indeterminado, e destina-se a colocação exclusivamente junto das CCAM Associadas.

Salienta-se, também, o crescimento da actividade de organização de Programas de Emissão de Papel Comercial, com colocação particular, realizado em colaboração com o Gabinete Comercial de Empresas. Foram organizados 3 novos Programas, com um montante total de cerca de 75 milhões de euros, e mantida a actividade dos restantes, tendo sido realizadas 136 emissões de Papel Comercial ao longo do ano. Neste âmbito, foram implementadas novas funcionalidade de gestão automática destas operações.

Em articulação com a CA Serviços e outros Departamentos e Gabinetes da Caixa Central, procedeu-se à integração na aplicação RURIS de algumas funcionalidades que se encontravam numa aplicação departamental, permitindo a descontinuação desta última.

O Departamento de Títulos colaborou na preparação e realização de acções de formação presenciais aos Colaboradores do Crédito Agrícola, no âmbito dos Programas FORBASIC e SABERES+, bem como de acções pontuais sobre o Mercado de Capitais e a pedido de Caixas Associadas.

3. Banca-Seguros

3.1. Seguros – Ramos Reais

A CA Seguros foi novamente reconhecida e eleita pela revista Exame, pelo terceiro ano consecutivo, como a **melhor seguradora Não Vida** no seu segmento de dimensão, na sua edição especial de 2010 dedicada à Banca & Seguros. Este reconhecimento traduz o equilíbrio dos rácios de actividade e financeiros da CA Seguros e a respectiva distinção pela comparabilidade com as suas congéneres no mercado nacional.

A CA Seguros reafirmou em 2010 a consolidação da sua estratégia de bancasseguros no âmbito dos Seguros Não Vida numa relação directa com a actividade das Caixas Agrícolas na prestação de um serviço financeiro completo aos seus Associados e Clientes, tendo registado um crescimento no montante de prémios brutos emitidos de 3,1%, com um total de 77,3 milhões de euros, ou seja, muito acima do crescimento do mercado Não Vida em Portugal (+0,7%).

A esta evolução correspondeu também um crescimento no número de clientes e de apólices em carteira, respectivamente, de 5% e 9%, relativamente ao ano anterior. Em 2010, a CA Seguros representou cerca de 15% dos prémios de Seguros Não Vida, emitidos no mercado, através do canal bancasseguros.

A par desta evolução positiva de carteira, verificou-se uma redução da taxa média global de sinistralidade em 1,8 pontos percentuais enquanto esta taxa se agravou 2,2 pontos percentuais em termos do mercado Não Vida.

Para além dos referidos indicadores de actividade, merecem especial relevo os aspectos relacionados com a qualidade do serviço prestado pela CA Seguros, com a estreita colaboração das Caixas Agrícolas, que se traduz, por exemplo, no muito reduzido número de reclamações e, especialmente, nos excelentes tempos de regularização de sinistros do ramo Automóvel, conforme transparece do relatório de conduta de mercado publicado pelo Instituto de Seguros de Portugal. O adequado funcionamento e articulação interna entre as diversas áreas da CA Seguros e as permanentes melhorias introduzidas associadas a uma eficiente gestão de

sinistros têm sido, por isso, um factor de qualidade distintivo na prestação de serviços a Clientes e terceiros e que constituem, sem dúvida, uma das pedras de toque pelas quais a CA Seguros pauta a sua actividade.

Nesta linha de procura de um desempenho a caminho da Excelência, a CA Seguros encetou, ainda, em 2010 o seu projecto de Gestão da Qualidade com vista à Certificação para que, de uma forma integrada, promova consistentemente a realização da respectiva Visão e Missão.

A CA Seguros adopta políticas de subscrição, avaliando os riscos que subscreve, paralelamente com políticas de preços que permitem manter um nível adequado de prémios face à experiência de sinistralidade e aos custos de gestão inerentes. Essas políticas contemplam a mitigação e diversificação dos riscos, definindo limites quanto ao risco retido e obtendo coberturas apropriadas de resseguro bem como procura assegurar os mecanismos adequados à sua monitorização e controlo.

No desenvolvimento da sua estratégia, a CA Seguros continua a assumir a actividade de Bancasseguros em ligação exclusiva ao Crédito Agrícola, no âmbito de um quadro institucional de cooperação, com o objectivo de prestar um serviço de elevada qualidade e assegurando elevados níveis de protecção na área dos seguros Não Vida.

O reforço desta estratégia passa por um constante incentivo a um maior envolvimento de todos os Colaboradores do Crédito Agrícola, cuja eficácia se revela no facto de o número de balcões e de colaboradores que prestam activamente este serviço de intermediação terem novamente aumentado em 2010 ultrapassando já o número de 2.400. Este envolvimento de toda a rede comercial traduziu-se num crescimento dos prémios brutos emitidos de 5,1% (sem inclusão do Seguro de Colheitas), correspondendo aos objectivos traçados de expansão da actividade.

A V Convenção Anual da CA Seguros contou com a presença dos colaboradores das Caixas Agrícolas que atingiram os objectivos definidos para essa qualificação. Outros incentivos distinguiram igualmente os colaboradores das Caixas Agrícolas com melhor performance na venda de seguros. Unanimemente os Colaboradores das Caixas Agrícolas participantes têm elogiado estas iniciativas e referem-nas como um dos factores mais motivantes para a contínua melhoria da sua performance comercial.

A CA Seguros colaborou também, ao nível das campanhas integradas, com o Departamento de Marketing da Caixa Central, procurando capitalizar sinergias ao nível da venda cruzada de produtos bancários e de seguros. Merece destaque a campanha de Marketing **B3 – CA Mais Segurança**, com a assinatura "*agora os imprevistos têm solução*".

A comunicação teve presença regular nos meios de informação do Grupo e a página na *internet* continuou a dar suporte à visibilidade da marca. Contribuiu-se, igualmente, com uma participação activa no estabelecimento do plano de Marketing do Grupo CA para o ano de 2010.

Em 2010, foi lançado o novo produto **CA CliniCard**, o qual teve uma excelente aceitação dos nossos Clientes, e no contexto de uma campanha muito bem sucedida, que gerou prémios emitidos de quase 2 milhões de euros.

A boa performance ao nível da produção nova teve um impacto positivo sobre a dimensão da carteira de seguros, que atingiu 374 mil apólices em vigor em 31 de Dezembro de 2010, um aumento de 9% em relação ao final do ano anterior. Da mesma forma, o número de Clientes com apólices em vigor aumentou 5%, de 193 mil para 203 mil, tendo-se aumentado o número médio de apólices por cliente, de 1,77 para 1,84.

A taxa de penetração da CA Seguros nos Clientes do Crédito Agrícola tem evoluído de forma positiva ao longo dos últimos anos, registando no final do ano de 2010 um valor de 18,3%, o que representa um enorme potencial de crescimento.

A taxa de sinistralidade global situou-se em 54,8% – antes de imputação de custos por funções –, o que representa uma redução em relação ao ano anterior, não obstante a manutenção de uma política de provisionamento conservadora, reflexo de uma maior sinistralidade real face a anos anteriores.

Os custos operacionais registaram uma redução de 8,4% em 2010, traduzindo uma política rigorosa de gestão de recursos e de gastos, incluindo a redução dos fornecimentos e serviços externos e das amortizações do exercício.

O resultado líquido apurado em 2010 foi de 3,1 milhões de euros, o que representa um crescimento de 21% relativamente ao ano anterior.

Pelo quarto ano consecutivo, a Assembleia-Geral da CA Seguros aprovou a proposta de pagamento de dividendos aos Accionistas, desta vez pelo montante de 1,440 milhões de euros, o que corresponde a 0,20 euros por acção e a cerca de 46,5% do Resultado Líquido do exercício.

A CA Seguros manteve um elevado nível de cobertura das garantias financeiras exigidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, apesar da evolução menos favorável relacionada com o registo de menos-valias potenciais na carteira de dívida pública portuguesa, tendo-se encerrado o exercício com um montante de capitais próprios de 22,7 milhões de euros.

No activo, os investimentos financeiros registaram um crescimento de 1,0%, não obstante a forte perda de valor da dívida pública portuguesa, representando 77,2% do activo total. No passivo, a CA Seguros manteve uma política prudente ao nível do provisionamento, tal como em anos anteriores. Globalmente, as provisões técnicas aumentaram 3,9 milhões de euros, situando-se em 31 de Dezembro de 2010 no valor total de 108,2 milhões de euros.

As responsabilidades relativas aos segurados encontram-se devidamente asseguradas em 31 de Dezembro de 2010 quer ao nível da representação das provisões técnicas quer ao nível da margem de solvência, em que a taxa de cobertura se situa em 194%, um valor claramente acima da média do mercado Não Vida. Refira-se ainda que os activos elegíveis para a representação das provisões técnicas asseguravam um grau de cobertura de 123%.

Unidade: milhares de euros

CA Seguros	2008	2009	2010
Prémios Brutos Emitidos	73.077	74.934	77.289
Activo	139.250	148.306	154.840
Capitais Próprios	22.618	26.575	22.655
Resultado Líquido	1.656	2.565	3.097
Nº Colaboradores no final do ano	137	139	142

3.2. Seguros – Ramo Vida

O cumprimento das linhas orientadoras delineadas no seu Plano Estratégico, permitiu à CA Vida um crescimento de 22% no volume de prémios brutos emitidos, traduzido em 254,4 milhões de euros, fechando 2010 com um Resultado Líquido de 6,1 milhões de euros. Tendo em consideração os resultados alcançados, e mantendo a prática de anos anteriores, o Conselho de Administração Executivo da CA Vida propôs a distribuição de dividendos pelos Accionistas, no montante de 750 mil euros, proposta esta aprovada em Assembleia Geral.

Dada a instabilidade dos mercados financeiros ao longo do ano, a CA Vida foi adequando a sua política de investimentos às evoluções verificadas, tendo sempre presente a preservação da rentabilidade e aceitando um risco moderado.

O ano de 2010 caracterizou-se pela consolidação do conjunto de iniciativas iniciadas no ano anterior, das quais se destaca a reestruturação da oferta global de soluções disponíveis no Grupo CA, continuando a Companhia a apostar na inovação e diferenciação dos Produtos com vista à melhoria do serviço prestado pelo Grupo e à satisfação global das necessidades dos Clientes. Não obstante, e pela importância que assume, a Companhia continuou a promover o envolvimento comercial com a sua rede de distribuição.

De referir que a CA Vida tomou importantes decisões que permitiram melhorar o reconhecimento do esforço que as Caixas Agrícolas desenvolveram ao longo do ano. A implementação e reforço do modelo de comissionamento extraordinário, muito favoreceu a actividade, a qual, aliada ao incremento da competitividade das soluções da CA Vida, permitiu a sustentabilidade do negócio vida junto do Grupo CA. Em consequência disso, o valor das comissões pagas registou um significativo incremento, de 71% face ao ano anterior, e a quota de mercado da CA Vida voltou a registar uma evolução interessante, passando da 9ª posição para a 7ª posição, atingindo já 2,1% deste mercado tão competitivo.

De destacar também as 215.405 apólices existentes em carteira, tendo estas registado um aumento de 9% face ao ano anterior.

A actividade de Fundos de Pensões em 2010, no que se refere à gestão de fundos de pensões abertos, caracterizou-se pelo alargamento significativo da base de Clientes com um aumento de cerca de 80% no seu número face ao final de 2009, revelando, por um lado, a aposta feita pela CA Vida na oferta de soluções de reforma em particular de fundos de pensões e por outro lado, uma oferta de produtos cada vez mais adequada às necessidades e ao perfil de risco dos Clientes.

A formação tem sido uma aposta contínua da Companhia, representando esta um forte investimento a todos os níveis, contribuindo para a preparação, dedicação e desenvolvimento dos recursos humanos de todo o Grupo CA. Para além de cumprir o Plano de Formação, a CA Vida disponibilizou-se para apresentar propostas visando a progressão dos níveis de conhecimentos técnicos necessários a uma prestação de serviços assertiva, proactiva e dinâmica. Em simultâneo, dando resposta às necessidades pontuais de cada Caixa Agrícola, a Companhia desenvolveu por sua iniciativa diversas acções de actualização de conhecimentos.

A Companhia iniciou o desenvolvimento de um Sistema de Informação de Gestão que visa suportar os processos de controlo e análise da actividade e reforçar a informação de gestão actualmente produzida para suporte à decisão. Foram desenvolvidas igualmente novas funcionalidades para o sistema de gestão documental, aumentando a interligação ao sistema base da Companhia, optimizando a classificação, circulação e consulta dos documentos recebidos, permitindo ganhos de eficiência aos vários Departamentos da Companhia.

Reforçaram-se os mecanismos de controlo, através da disponibilização de ferramentas de automatização, integração e validação de informação, de acordo com as políticas de Gestão de Riscos e Controlo Interno, efectuando-se também as adequações às directivas regulamentares do Sector no que respeita a esta matéria.

A antecipação das dificuldades a nível dos Mercados Obrigacionistas e a coordenação ao nível da gestão de activos, permitiu à CA Vida, nos produtos de Capitalização, atribuir uma remuneração aos seus Clientes a título de Participação de Resultados, cuja taxa garantida é fixada numa base anual, segundo valores muito competitivos.

Uma palavra de registo para o investimento que a CA Vida desenvolveu na sua área de atendimento telefónico, quer na implementação de uma plataforma tecnológica, bem como no reforço da equipa que compõe aquela área de trabalho, permitindo a optimização da qualidade de resposta nesta importante área de prestação de serviço às Caixas Agrícolas e Clientes.

Atentos ao impacto que a apresentação dos produtos têm sobre a decisão do Cliente, a CA Vida reorganizou a sua linha de produtos segundo segmentos de necessidade/finalidade, apostando numa linha de comunicação jovem, moderna e apelativa. Os novos suportes de comunicação apresentam-se em primeiro lugar como uma ferramenta de venda das várias soluções existentes, facilitando também ao Cliente a identificação do produto que mais se ajusta às suas necessidades.

Valores em milhares de euros

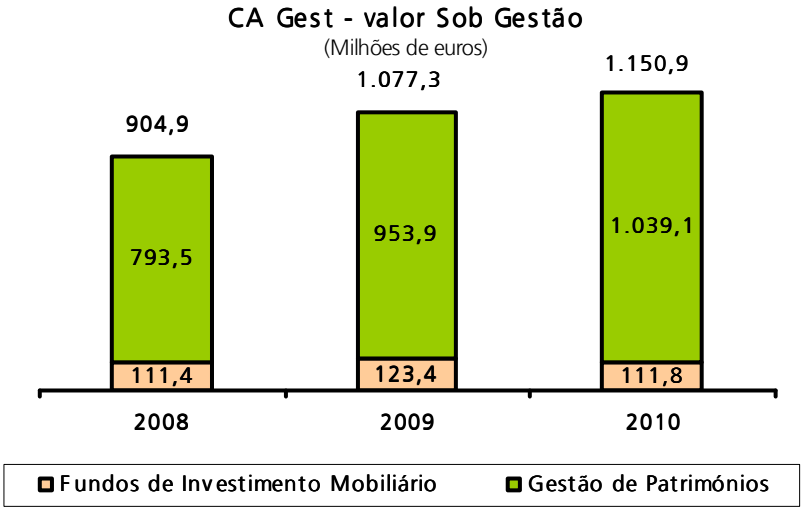
RUBRICA	2009	2010
Prémios Brutos Emitidos	207.990	254.442
Contribuições para Fundos de Pensões	4.695	3.788
Activo Líquido	797.608	872.793
Capitais Próprios	43.199	45.290
Resultado Líquido	6.015	6.107
Nº Colaboradores no final do ano	44	42

4. Serviços Financeiros Especializados

4.1. Gestão de Activos e Fundos de Investimento

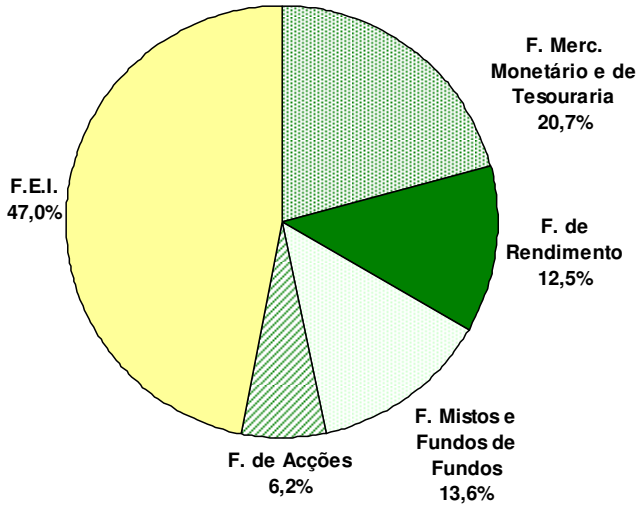
O valor global dos activos sob gestão da CA Gest apresentou em 2010 um crescimento de 6,9%, totalizando 1.150,9 milhões de euros.

O valor líquido global dos fundos de investimento mobiliário geridos pela CA Gest e comercializados pelo Crédito Agrícola totalizava 111,8 milhões de euros, em Dezembro de 2010, o que corresponde a uma redução de 9,3% face a Dezembro de 2009. Esta evolução negativa foi, ainda assim, menos desfavorável do que a média do sector (-17,4%).



Para esta evolução contribuiu sobretudo o decréscimo de 15,8% dos OICVM, tendo em conta que os Fundos Especiais de Investimento não apresentaram uma variação significativa, uma vez que o lançamento de novos F.E.I. e a valorização dos activos compensaram a redução do valor sob gestão decorrente da liquidação do Fundo Raiz Top Capital que chegou ao seu termo.

Repartição dos Activos sob Gestão por Tipo de Fundo



Em 2010, o montante sob gestão de carteiras de clientes ultrapassou pela primeira vez os mil milhões de euros, tendo atingido os 1.039,1 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento face ao ano anterior de 8,9%. Esta evolução positiva ficou inteiramente a dever-se ao crescimento das carteiras de clientes institucionais.

Com efeito, o montante sob gestão das carteiras de clientes institucionais aumentou 9,21%, enquanto as carteiras de clientes particulares registaram um decréscimo de 10,5%.

O crescimento do montante das carteiras sob gestão da sociedade acima da média do sub-sector é responsável por um ligeiro ganho de quota de mercado – 1,3% em 2009 e 1,5% em 2010 – mantendo o 7º lugar no ranking nacional.

A CA Gest procurou adequar a sua oferta a um contexto particularmente marcado pela aversão ao risco no mercado doméstico e pela subida das taxas de juro em Portugal, prosseguindo a sua política de diversificação da oferta de fundos de investimento, de forma a contribuir para o enriquecimento da oferta de produtos de valor acrescentado aos associados e clientes do Crédito Agrícola.

Assim, prosseguindo uma orientação que nos últimos anos tem vindo a privilegiar os fundos que têm como objectivo, para além do reembolso do capital investido, a obtenção de um rendimento competitivo, foi lançado o Fundo Especial de Investimento Aberto **CA Rendimento Crescente**, com um período de Pré-Subscrição que decorreu entre 17 de Maio e 25 de Junho de 2010. Este novo Fundo tem como objectivo:

a) Proporcionar, no final do período de investimento de 5 anos, o reembolso do capital investido;

b) Proporcionar um rendimento anual líquido correspondente à aplicação de taxas de rendimento crescentes sobre o capital investido, sendo todas essas taxas de rendimento determinadas na data de constituição do Fundo e divulgadas no dia útil seguinte em todos os locais de comercialização do Fundo.

Para atingir estes objectivos, o capital aplicado pelos Participantes no Fundo é investido numa carteira de, pelo menos 10 Obrigações, denominadas em euros, de taxa fixa, emitidas por entidades com *Rating* igual ou superior a A-, emitidas por Estados da União Europeia ou empresas com maturidade a 5 anos e que, na data de vencimento, sujeito à capacidade de reembolso dos emitentes, proporcionarão, no seu conjunto, para além do reembolso do valor nominal, um rendimento, que assegure o pagamento dos rendimentos definidos para o Fundo.

Adicionalmente, foi criado o primeiro fundo de capital garantido gerido pela sociedade, pelo que, entre 15 de Novembro e 17 de Dezembro de 2010, a CA Gest lançou o Fundo Especial de Investimento Aberto de Capital garantido **CA Rendimento Fixo**, que:

a) Garante, na data de liquidação do Fundo um valor de reembolso de 5 (cinco) euros por cada unidade de participação, apenas exigível naquela data;

b) Proporciona rendimentos periódicos líquidos correspondentes à aplicação ao valor base da unidade de participação (5 euros) da taxa anual fixada na data de constituição do Fundo e divulgada no dia útil seguinte em todos os locais de comercialização do Fundo e no site da CMVM;

c) Proporciona um rendimento adicional na data de liquidação do Fundo, correspondente à aplicação ao valor base da unidade de participação (5 euros) da taxa fixada na data de constituição do Fundo e divulgada no dia útil seguinte em todos os locais de comercialização do Fundo e no site da CMVM.

Para garantir estes objectivos o Fundo investiu em emissões de dívida Soberana.

Os títulos que têm data de maturidade anterior à data de liquidação serão adquiridos a este Fundo no dia anterior à data da sua maturidade pela Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, ao valor nominal. No dia útil anterior à data de liquidação do Fundo, todos os títulos cujo reembolso ainda não tenha ocorrido serão vendidos pelo seu valor nominal à Caixa Central que se comprometeu a adquiri-los por esse valor ao Fundo.

Assim, pela natureza dos compromissos formais assumidos entre o Fundo e a Caixa Central para a recompra dos títulos com vencimento antes da data de liquidação do Fundo, bem como dos ainda não reembolsados, que perfazem a totalidade da carteira, o capital inicial do Fundo que corresponde ao valor de 5 euros por unidade de participação é garantido aos participantes na data de liquidação.

Por outro lado, chegou ao seu termo em Dezembro o Raiz Top Capital – Fundo Especial de Investimento Fechado, que teve como objectivo:

a) Obter, na data final de reembolso, 100% do capital inicialmente subscrito na data de constituição do Fundo, independentemente da evolução dos mercados, mas sujeita à capacidade financeira das entidades emitentes dos instrumentos de dívida que integram a carteira do Fundo;

b) Obter, na data final de reembolso, uma remuneração total líquida correspondente a da 80% diferença entre a variação acumulada de um cabaz composto em partes iguais pelos Fundos de Investimento Mobiliário Franklin Mutual European Fund – Class AAC, Oyster European Opportunities, Pioneer Funds – Top European Players, DNCA Centifolia, Schroder International – European Equity Alpha e a variação do DJ STOXX50 Return Index.

Em conformidade com o determinado no respectivo Prospecto, o valor global líquido do Fundo apurado em 18 de Dezembro de 2010, foi de 10.726.934,04 euros, reflectindo uma valorização de 4,54% do capital inicial.

Deste modo, o valor final da unidade de participação foi de 10,4547 euros.

O valor de liquidação do Fundo foi pago aos participantes em 20 de Dezembro de 2010, conforme o estabelecido no respectivo Prospecto.

A CA Gest colaborou activamente no desenvolvimento de novos produtos de capitalização destinados a diversificar a oferta dos seus clientes institucionais, designadamente da CA Vida, ao mesmo tempo que prosseguiu o reforço e sofisticação das metodologias de gestão destas carteiras, com especial preocupação no que se refere à gestão de risco.

Com o objectivo de alargar a comercialização dos Fundos de Investimento ao canal electrónico, designadamente através do CA *Online*, que se reveste de grande importância para o desenvolvimento da actividade da CA Gest, foi iniciada a definição dos serviços a disponibilizar nesse canal, com o apoio da CA Consult.

Em colaboração com a CA Consult, encontra-se em desenvolvimento o aprofundamento do modelo da comunicação institucional e comercial da sociedade com o SICAM, tendo em vista ampliar e tornar mais eficazes as formas e canais de comunicação e enriquecer a informação prestada pela CA Gest.

Também em colaboração com a CA Consult, encontram-se em reestruturação a informação de gestão da sociedade, bem como os respectivos processos de recolha e produção de informação.

A CA Gest e a CA Finance iniciaram o processo de colaboração com vista ao lançamento de Fundos de Investimento Mobiliário em Cabo Verde.

Principais Indicadores Financeiros

Valores em milhares de euros

	2009	2010	Variação	
			Valor	Variação
Margem Financeira	20,1	12,6	-7,5	-37,3%
Produto Bancário	1.903,0	2.129,6	226,6	11,9%
Custos Funcionamento	1.724,1	1.920,1	196,1	11,4%
Resultado Líquido	104,2	133,2	29,1	27,9%
Activo (Líquido)	4.051,8	4.285,7	233,9	5,8%
Passivo	605,9	706,6	100,7	16,6%
Situação Líquida	3.445,9	3.579,1	133,2	3,9%

A margem financeira, constituída exclusivamente pela remuneração das aplicações financeiras da sociedade, registou um aumento de 62,7%, decorrente do aumento da taxa média de remuneração dessas aplicações.

Este acréscimo e o aumento das comissões líquidas, em linha com o aumento do valor global sob gestão, estão na base do crescimento de 11,9% do produto bancário e do resultado líquido.

A diminuição da comercialização dos Fundos de investimento Mobiliário traduziu-se num decréscimo de 6,3% das comissões de comercialização, que atingiram os 343,5 mil euros.

À semelhança do ano anterior e para fazer face a eventuais efeitos negativos, embora não determinados, associáveis a responsabilidades derivadas do exercício da gestão dos fundos de investimento mobiliário e das carteiras de clientes, no contexto de incerteza em que está a ser desenvolvida a actividade da sociedade, a CA Gest decidiu reforçar em 40 mil euros a provisão anteriormente constituída.

Em consequência do aumento do produto bancário, superior ao agravamento dos custos, os resultados antes de impostos registaram um acréscimo de 17,1%, atingindo os 209,5 mil euros.

Por sua vez, os resultados líquidos de impostos, cifraram-se em 133,2 mil euros, traduzindo um aumento de 27,9% face ao ano anterior.

Os activos totais aumentaram 5,8%, traduzindo o aumento das aplicações financeiras de 311,9 mil euros, o que significou um acréscimo de 12,9% relativamente ao fecho do exercício anterior.

Os capitais próprios ultrapassaram os 3,5 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo igualmente de 3,9% face ao ano anterior.

A rentabilidade dos capitais próprios registou uma evolução positiva e situou-se em 3,9%, abaixo da média dos últimos 5 anos que foi de 9,1%.

4.1.1. Fundos de Investimento Imobiliário

Fundo CA Património Crescente

O Fundo CA Património Crescente concluiu o seu quinto exercício completo de actividade com cerca de 127 milhões de euros sob gestão (em 2009 era de 95,9 milhões), correspondentes a 10.146.812 unidades de participação (em 2009 eram 7.890.827). A variação corresponde a 2.849.291 unidades subscritas e 593.306 unidades resgatadas.

No final do seu quinto exercício completo, o Fundo CA Património Crescente tinha já 3.459 participantes (2.712 participantes em 2009) que subscreveram o Fundo em 321 balcões (245 balcões em 2009) da rede do Crédito Agrícola, correspondentes a 72 Caixas (64 CCAM em 2009).

Com a falta de liquidez dos Bancos e o aumento da remuneração dos depósitos a prazo, verificou-se, a partir do segundo semestre, uma diminuição das subscrições no Fundo. No entanto, o CA Património Crescente voltou, tal como em 2008 e 2009, a ser o único Fundo do mercado que teve sempre mais subscrições que resgates. Consequentemente, conseguiu

realizar negócios em condições extremamente vantajosas para os seus participantes, consolidando a imagem de um dos melhores Fundos do mercado, apesar de ser ainda um dos mais pequenos.

Já no início de 2011, o Diário Económico, numa comparação entre os cerca de 600 Fundos de Investimento (Mobiliário e Imobiliário) geridos por gestoras nacionais, indicou o CA Património Crescente como o **2º Melhor Fundo Nacional**, tendo também sido o 5º Melhor Fundo Nacional em Rendibilidades nos últimos 5 anos, apenas superado por Fundos de Acções Internacionais.

Fundo CA Arrendamento Habitacional

O Fundo iniciou a respectiva actividade em 23 de Outubro de 2009, com um capital de 50 milhões de euros, tendo concluído o seu segundo exercício de actividade com cerca de 49,3 milhões de euros sob gestão, correspondentes a 500.000 unidades de participação.

Fundo CA Imobiliário

O Fundo, tendo iniciado a sua actividade em 1 de Setembro de 2005 com um capital de 12 milhões de euros, atingiu em 31 de Dezembro passado o seu quarto exercício completo de actividade com cerca de 182,7 milhões de euros sob gestão (em 2009:170,9 milhões) correspondentes a 20.011.927 unidades de participação (em 2009 eram 18.138.214). Este aumento do volume de activos deve-se, fundamentalmente, aos efeitos da degradação da situação económica verificada.

4.2. Assessoria Financeira Especializada

Enquanto unidade de Assessoria Financeira Especializada no âmbito da Banca de Negócios do Grupo Crédito Agrícola, a CA Consult tem por objecto a promoção e o desenvolvimento de negócios no sector empresarial, privado ou público, a internacionalização de empresas e a angariação de capitais alheios e próprios. Por outro lado caracteriza-se por ser dotada de competências técnicas, conhecimento sectorial e veículos de investimento que, articulados com a oferta de Banca Comercial, constituem factores críticos de sucesso do Grupo Crédito Agrícola.

Ao longo destes seis anos de implementação do seu modelo de negócio, a CA Consult tem vindo a desenvolver a sua oferta de forma progressiva. Em 2006 iniciou a prestação de serviços nas áreas de assessoria de gestão estratégica e de acompanhamento a Fundos e veículos de investimento; em 2008 acumulou as vertentes de assessoria financeira (*M&A, Corporate Finance* e *Project Finance*); em 2010, dando sequência a operações internacionais por parte dos seus clientes, acrescentou às competências anteriores, a vertente de internacionalização, focada, prioritariamente, nos mercados do Brasil, Cabo-Verde e Angola.

Numa perspectiva sectorial, o desenvolvimento focou-se em sectores considerados estratégicos para o Grupo, contribuindo para a notoriedade da marca, nomeadamente, *Agribusiness*, Florestas, Energias Renováveis e no Desenvolvimento Regional e Rural, seja em Portugal, seja em mercados externos.

Em simultâneo, desenvolveu actividades no sector da Saúde, em Portugal e no Brasil, e prospectou projectos e transacções em outros sectores, destacando-se, a Distribuição Alimentar, *Facility Services*, o sector das Embalagens, as Telecomunicações e o sector Financeiro - em especial, o desenvolvimento de novos fundos e veículos de investimento.

Neste contexto, o *portfolio* de produtos e serviços de Banca de Negócios do Grupo, desenvolvido pela CA Consult, no ano de 2010, contemplou as seguintes áreas:

- Assessoria e acompanhamento a Capital de Risco e participadas;
- Assessoria financeira nas vertentes de *M&A*, *Corporate Finance* e *Project Finance;*

- Assessoria financeira e de gestão, externa e interna ao Grupo Crédito Agrícola;
- Promoção e desenvolvimento do Negócio Internacional.

Assessoria e acompanhamento a Capital de Risco e participadas

Num contexto de conjuntura económica desfavorável, nacional e internacional, a CA Consult esteve envolvida na apreciação, para os Fundos de Capital de Risco que acompanha, de 20 intenções de investimento (mais do 6 que em 2009), das quais 12 foram angariadas em 2010, configurando operações de *start-up*, redimensionamento e aumentos de capital para cobertura financeira de investimento produtivo e/ou comercial e operações de internacionalização

As novas propostas de participação foram originadas nos sectores da biotecnologia indústria da cortiça, da consultoria para os negócios e a gestão, fabricação de produtos à base de carne, preparação e conservação de batatas, transformação da madeira, viticultura, refeições pré-cozinhadas e produção de favo e painéis de papel.

Foram aprovadas pelos órgãos próprios dos dois Fundos de Capital de Risco (FCR) cinco operações, tendo sido executadas em 2010 duas delas e mantendo-se as três restantes em fase de negociação com os Promotores. No termo do exercício encontravam-se, em diferentes fases do processo de apreciação, as restantes cinco propostas de investimento.

Em 2010, verificou-se a alienação total de uma participada do FCR CENTRAL FRIE e formalizado o exercício de opção de venda de uma participação detida pelo FCR AGROCAPITAL1.

A actividade de angariação de oportunidades centrou-se essencialmente no sector do *agribusiness* e para o efeito muito contribui a manutenção, pela CA Consult, de um amplo levantamento sectorial à escala nacional, com caracterização económico-financeira de PMEs elegíveis para investimentos do FCR. Tal levantamento permitiu detectar 48 *targets* junto dos quais se pretende, em 2011, realizar contactos personalizados com o objectivo de angariar oportunidades de investimento.

Adicionalmente prosseguiu o objectivo de reforçar a presença do Grupo na área de Capital de Risco, designadamente na apreciação da oportunidade de alargamento a outros sectores de actividade. Neste contexto a CA Consult desenvolveu as seguintes actividades:

- assessorou a AGROCAPITAL nas análises relativas ao Grupo de Trabalho criado pelo Despacho n.º 2841/2010, visando a criação de um Programa de Apoio à Concentração de Cooperativas Agrícolas;

- analisou, com as entidades públicas relevantes, a oportunidade de constituição de um Fundo de Capital de Risco dirigido aos sectores da aquicultura e transformação dos produtos da pesca; e

- prosseguiu a apreciação de oportunidades de constituição de outros Fundos de Capital de Risco que permitam colmatar "falhas de mercado" e melhor rentabilizar a estrutura e conhecimento da Sociedade, nomeadamente nos domínios da fileira vinícola / recuperação de crédito.

Nas vertentes de *M&A*, *Corporate Finance* e *Project Finance*, e atento o contexto económico e financeiro actual, a CA Consult procurou dirigir os seus esforços para a conclusão com sucesso dos mandatos contratados e para o desenvolvimento de oportunidades em mandatos *cross-border* principalmente entre os mercados Europeus e o Brasil, tendo concluído, com sucesso, transacções de reestruturação da dívida financeira e na estruturação e montagem de financiamentos nos sectores da Saúde e das Energias Renováveis. Foram ainda angariados mandatos de assessoria financeira em *Project Finance* no sector das Energias Renováveis.

No que respeita aos serviços de Assessoria financeira e de gestão externas ao Grupo, manteve o seu enfoque em Portugal, tendo executado quatro mandatos relativos a empresas dos sectores da Saúde, *Agribusiness* e do sector do Estado, no âmbito de parcerias público-privadas.

A assessoria prestada internamente ao Grupo apresentou um decréscimo significativo em 2010, fruto da progressiva redução de utilização de consultores externos por parte do Grupo, nomeadamente, da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL.

No decorrer de 2010, a CA Consult foi solicitada pela Caixa Central para desenvolvimento de actividades.

Em complemento, a CA Consult desenvolveu actividades de assessoria de gestão estratégica que, não apresentando remunerações associadas, se enquadram numa perspectiva de valor a acrescentar ao Grupo Crédito Agrícola, das quais se evidenciam a produção de *research* e propostas de actuação, em temas tão diversos como:

- a constituição de um FII, alavancado em activos no sector da distribuição alimentar e, sustentado financeiramente num DP estruturado com vista a atribuir rendibilidades acima de mercado, aos excedentes das Caixas Associadas;
- a optimização do Rácio de Solvabilidade da Caixa Central;
- a estratégia de desenvolvimento da Banca de Negócios do Grupo Crédito Agrícola;
- a identificação dos impactos da introdução do novo pacote de medidas Basileia III no sistema bancário; e
- a proposta de criação de um Centro de Competências na CA Consult, para o desenvolvimento do negócio internacional (não bancário).

Quanto à actividade de promoção e desenvolvimento de Negócio Internacional, a diversificação geográfica, iniciada em meados de 2009, tem vindo a demonstrar um potencial elevado de geração de novos negócios. Por este motivo, em 2010, a CA Consult formalizou uma nova área orgânica na sua estrutura, denominada Área Internacional, cujos objectivos são o desenvolvimento de actividade e procura de parceiros em novos mercados externos e a promoção e prospecção de oportunidade de negócio nesses mercados.

Neste contexto, desenvolvemos serviços específicos e diferenciados, alavancando na estrutura que o Crédito Agrícola possui em Cabo Verde e num conjunto de parcerias estabelecidas com entidades locais, no Brasil, Angola e Moçambique, com o objectivo angariar conhecimento local de elevada qualidade e proceder ao despiste de oportunidades que sejam benéficas à CA Consult, e consequentemente, ao Grupo.

Assim, e em complemento à parceria com a *Pandion Partners*, foram desenvolvidas novas parcerias com o objectivo de conferir acesso aos mercados externos, das quais se destacam, a Organização Não Governamental americana - *Technoserve* - no âmbito dos PALOPs e a *One Business*, para o Brasil. Complementarmente, a CA Consult tornou-se, em 2010, associada da ELO - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, com o objectivo de alavancar a detecção de oportunidades na promoção e desenvolvimento do intercâmbio económico, social, científico e cultural entre Portugal e os países em vias de desenvolvimento, em particular com os Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Como consequência, foram desenvolvidas actividades de prospecção e de desenvolvimento com o objectivo de desencadear projectos e transacções em mercados externos, cujos benefícios se esperam demonstrar durante 2011 e 2012, tendo em atenção o investimento efectuado junto de instituições multilaterais mundiais**,** nomeadamente, o Banco Alemão para o Desenvolvimento do *Agribusiness* – DEG, o Banco Europeu de Investimento – BEI, a Cooperação Luxemburguesa e entidades públicas e privadas como são os casos, do Governo central e local, em Cabo Verde e o Sistema Cooperativo de Crédito Brasileiro e entidades de Gestão de Activos, no Brasil.

Do ponto de vista dos resultados, apesar de um aumento do nível de actividade, face ao ano anterior, de cerca de 2%, o resultado líquido atingiu, em 2010, um valor negativo de cerca de 258 mil euros. Este resultado, que é agravado pelo custo da actividade sob risco próprio, particularmente, o investimento em promoção e prospecção de negócio, não representa, no entanto, a efectiva produção da CA Consult, nomeadamente na componente de proveitos provindos de comissões de sucesso, na medida em que não integra valores contratados e não facturados, por não consideração do ciclo de desenvolvimento dos projectos. Estes resultados reflectem:

- Um decréscimo no *cash-flow* operacional (EBITDA) de cerca de 74%, provocado principalmente pelo reforço de perdas por imparidade para dívidas de clientes de cobrança duvidosa, pela renegociação de contratos que implicaram uma não recuperação de cerca de 75% dos valores previamente contratados e pelo aumento dos FSE em 17%, associados, sobretudo, ao desenvolvimento do Negócio Internacional;

- Aumento nas depreciações a amortizações;

- Um aumento nos juros relacionados com financiamentos obtidos.

Na perspectiva contabilística, os principais indicadores de performance de exploração, demonstram:

- Um aumento significativo dos activos líquidos, influenciado, essencialmente, por contas a receber;

- A redução do Valor Acrescentado Bruto em 4%, como resultado do aumento do valor de FSE's e das imparidades de dívidas a receber, e um aumento pouco significativo em relação às vendas e serviços prestados;

- A rentabilidade dos capitais próprios foi negativa (54%) decorrente do prejuízo do exercício.

Em 2010, a empresa realizou um aumento de capital de 50 mil euros e recorreu a prestações acessórias no montante de 100 mil euros.

Valores em milhares de euros

CA Consult	2008	2009	2010
Activo Líquído	839	654	944
Situação Líquida	472	325	217
Resultado Líquido	51	-147	-258
Nº Colaboradores Efectivos	21	19	19

5. Áreas de Suporte, Enquadramento e Auditoria

5.1. Gestão de Risco

A actividade da Caixa Central na vertente do risco tem vindo a ser objecto de um programa de transformação, de modo a enquadrar-se nas orientações e nos normativos que decorrem de toda a estrutura do Acordo de Basileia II.

Neste sentido, para além da segregação funcional entre a actividade comercial no domínio do crédito e a análise e acompanhamento das operações e dos dossiers, procedeu-se à criação de uma área de metodologias de risco, através do Gabinete de Riscos, que culmina este processo de segregação. Posteriormente, foi ainda criada uma estrutura exclusivamente dedicada à recuperação de crédito.

No decurso de 2010, prosseguiram as iniciativas neste âmbito, para cabal cumprimento das exigências de natureza regulamentar, e melhorando, paralelamente, as práticas, procedimentos e metodologias de avaliação de risco, mormente no domínio do crédito.

O projecto de desenvolvimento da "**Função Risco**", é transversal a todo o SICAM, sendo constituído por diversos projectos de diferente natureza e amplitude, mas formando um todo coerente entre si.

Dos principais projectos que neste domínio se concluíram, se desenvolveram ou se iniciaram ao longo de 2010, destacaram-se os seguintes:

MODELO DE IMPARIDADE – Promoveu-se o aprofundamento dos processos de cálculo e de distribuição do valor das imparidades pelas Caixas do SICAM, na vertente colectiva, de modo a permitir uma quantificação do valor da imparidade, Caixa a Caixa, mais consistente com a qualidade da carteira.

ADEQUAÇÃO DO CAPITAL INTERNO AO PERFIL DE RISCO – Em linha com as orientações emanadas pelo Banco de Portugal, através da Instrução 15/2007, a Caixa Central continuou a assegurar a análise e a produção do respectivo relatório, em base consolidada, o qual, para além da mera obrigação regulamentar, constitui um importante referencial para a gestão estratégica do GCA.

TESTES DE ESFORÇO – De acordo com a Instrução 32/2009, ajustaram-se os modelos de análise de cenários e de sensibilidade, tomando como referencial as magnitudes projectadas pelo Banco de Portugal para um determinado conjunto de variáveis. Estes testes incidem sobre a situação consolidada do SICAM.

SOLUÇÃO DE PROPOSTAS E *CREDIT SCORING* (SPCS) – Conforme disposto no Aviso 5/2007 e na Instrução 11/2007 do Banco de Portugal, de acordo com as melhores práticas ao nível da gestão de risco, as instituições de crédito devem definir metodologias consistentes para avaliar a estabilidade e o desempenho dos seus sistemas de notação de risco e respectivas estimativas dos parâmetros.

Com este propósito, a Caixa Central continuou a realizar, regularmente, o exercício de *backtesting* dos modelos em uso em todo o SICAM os quais, durante 2010, incidiram sobre o modelo do crédito à habitação e crédito multiusos e sobre o modelo de crédito pessoal, tendo os resultados alcançados confirmado o adequado poder discriminante dos mesmos.

FERRAMENTA DE GESTÃO DE GARANTIAS – Esta iniciativa visa sistematizar um novo processo de registo de todas as garantias recebidas, subjacentes às operações de crédito do SICAM, permitindo uma caracterização detalhada, de forma a sustentar a melhoria dos processos de cálculo de provisões e de requisitos de capital e a melhorar a gestão do risco e o acompanhamento dos dossiers de crédito. Com esta finalidade, no decurso do ano transacto, entrou em produção uma emulação do sistema Profile que possibilitará também corrigir e completar a informação actualmente existente.

MODELO DE *RATING* PARA EMPRESAS – Foi desenvolvido e implementado um modelo heurístico de *rating*, suportado na Plataforma de Automatização de Processos, cuja entrada em produção veio a ocorrer já na 1ª quinzena de Janeiro de 2011. Com esta nova metodologia de notação de risco para empresas visa-se uniformizar a análise, do ponto de vista do risco intrínseco, dos clientes e das respectivas operações de crédito, possibilitando ao Grupo continuar a desenvolver e a melhorar a sua capacidade de gestão do risco, com base numa visão mais exacta do perfil de risco da sua carteira.

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO – Prosseguiram os trabalhos conducentes à estruturação do sistema de controlo interno do SICAM, dando cumprimento aos requisitos regulamentares definidos pelo Aviso 5/2008, do Banco de Portugal.

INFRA-ESTRUTURA DE SUPORTE AO RISCO – Em 2010 iniciou-se a implementação de uma "Infra-estrutura de Suporte ao Risco (ISR)" a qual, dando continuação ao trabalho desenvolvido com a "Infra-estrutura de Suporte ao Marketing (ISM)", utilizará a mesma arquitectura tecnológica e partilhará o *Data warehouse* corporativo de arquitectura SAS, entretanto criado, completando-o com a informação referente ao risco.

DISCIPLINA DE MERCADO – Conforme disposto no Aviso 10/2007, do Banco de Portugal, a Caixa Central procedeu à elaboração, em base consolidada, e à divulgação pública do relatório anual onde detalhou as principais políticas e práticas do Grupo Crédito Agrícola na gestão dos diferentes riscos, referenciado como Relatório de Disciplina de mercado.

CENTRAL DE BALANÇOS – Visando acomodar o novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), procedeu-se ao desenho das novas funcionalidades a implementar nesta base de dados e, em simultâneo, procedeu-se à realização de diversas acções de formação, essenciais à actualização de conhecimentos de toda a estrutura comercial e, em particular, dos analistas de risco do Grupo Crédito Agrícola. Enquanto ferramenta crítica de suporte ao modelo de *rating* para empresas, está previsto o seu integral alinhamento até meados de 2011.

RISCO DE CONCENTRAÇÃO – de acordo com a Instrução 2/2010 do Banco de Portugal, foram desenvolvidas as metodologias para a análise do risco de concentração do Grupo, e elaborado em Junho de 2010 o Relatório sobre risco de concentração do SICAM relativo à posição a 31/12/2009.

MELHORIA DE PROCESSOS – Ainda na linha de recomendações do Banco de Portugal, designadamente em matéria de supervisão prudencial, que sistematizam orientações decorrentes do enquadramento de Basileia II, a Caixa Central desenvolveu, ainda, diversos projectos com o objectivo de:

- Aperfeiçoar o processo de cálculo de provisões de acordo com o Aviso 3/95;
- Identificar, de forma automática, os contratos da carteira de crédito renegociados e os contratos reestruturados, de forma a suportar os adequados cálculos de imparidade;
- Implementar a gestão automatizada e descentralizada dos Grupos Económicos e de Risco, cuja entrada em produção se prevê que venha a ocorrer até ao final do 1º semestre de 2011;
- Manter actualizado todo a estrutura normativa da Caixa Central, no que se refere à gestão do risco de crédito, pelo que iniciou o processo de actualização da Norma Geral de Crédito, da Norma de Crédito à Habitação e do Manual de Procedimentos de Imparidade; e
- Promover a difusão regular, junto das Caixas de todas as orientações adoptadas pela Caixa Central visando alcançar uma homogeneidade de práticas e comportamentos em todo o SICAM.

5.2. Auditoria Interna

A actividade de auditoria e controlo, a cargo do Departamento de Auditoria e Controlo (DAC), tem como missão o apoio ao Órgão de Administração, formulando recomendações de melhoria do sistema de controlo interno; contribuindo para a geração de valor e ao mesmo tempo apoiar os responsáveis operacionais no cumprimento dos objectivos globais estabelecidos, numa lógica de contribuição para a implementação e avaliação de procedimentos de controlo interno de forma a minimizar o risco da actividade.

O seus objectivos estão centrados na auditoria às Áreas Funcionais (Negócio e Suporte) da Instituição, de acordo com o definido no Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal e Regulamento 3/2008 da CMVM, designadamente no art. 305º do CVM, visando acrescentar valor à organização através da identificação de fragilidades no Sistema de Controlo Interno, promovendo a minimização dos riscos da actividade, contribuindo para a qualidade dos processos, boa execução dos procedimentos definidos e reforço do Sistema de Controlo Interno.

A Auditoria e Controlo assegura ainda outras actividades, com ênfase para o processo de prevenção da fraude e investigação de ocorrências efectivas. Neste contexto, insere-se também o cumprimento da regulamentação sobre Prevenção do Branqueamento de Capitais.

No âmbito da dinamização e apoio aos Auditores do Crédito Agrícola, e ao desenvolvimento da função Auditoria Interna no SICAM, continuaram a ser concretizadas diversas iniciativas, cujos resultados têm contribuído para consolidar a "Comunidade de Auditores do Crédito Agrícola". Destas, salientamos:

- Assessoria à Comissão de Auditoria e Controlo Interno;
- Auditorias Comuns no SICAM;
- Realização de Acções de Partilha de Conhecimento associadas às Auditorias Comuns;
- Disponibilização de novos Programas de Auditoria para algumas áreas Funcionais;
- Realização do 2.º Encontro de Auditores Internos do Crédito Agrícola;

- Concretização da "Newsletter do Auditor CA" com edição bimestral;
- Realização do concurso "Melhores Práticas em Auditoria Interna;
- Revisão permanente da aplicação informática de apoio à função auditoria (SIAI).

Salientamos a iniciativa "Auditorias Comuns no SICAM", cujos objectivos se pautam pela uniformidade de procedimentos e identificação de fragilidades comuns, a qual tem revelado uma aderência extraordinária das CCAM, em prol de um objectivo comum.

O processo de implementação da função nas CCAM tem evoluído de uma forma progressiva e consolidada, quer pelo interesse manifestado em aderir ao modelo, quer pela crescente exigência regulamentar, quer ainda pelo crescimento e reforço das estruturas das CCAM.

As Caixas cuja estrutura ainda não lhes permite ter no seu quadro um auditor dedicado, têm aderido progressivamente ao Modelo de Prestação de Serviços disponibilizado pela Caixa Central, sendo 12 as que actualmente se encontram nesta modalidade.

O DAC assegura ainda a função Auditoria Interna na CA GEST.

5.3. *Compliance*

Acompanhando a intensa acção normativa do legislador e do Banco de Portugal que marcou em especial o ano de 2009, a Função *Compliance*, no primeiro semestre do ano de 2010, incidiu em grande medida na promoção e acompanhamento dos projectos que estavam em curso.

Assim, foi necessário desenvolver e assegurar alguns planos de contingência, designadamente em matéria de depósitos à ordem, a prazo e poupanças, até que os necessários automatismos informáticos fossem implementados e disponibilizados ao SICAM.

Procurou-se também garantir, na definição de requisitos destas ferramentas, e na respectiva implementação e testes, a sua conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Ainda neste período, e em consequência da entrada em vigor do Aviso do Banco de Portugal nº. 8/2010, referente aos requisitos mínimos de informação que devem ser satisfeitos na divulgação das condições com efeitos patrimoniais dos produtos e serviços financeiros disponibilizados ao público pelas instituições de crédito, esta estrutura atribuiu prioridade à validação destes requisitos, consubstanciados no Preçário do Grupo Crédito Agrícola.

Com impacto significativo no negócio, o Banco de Portugal publicou em 2010 o Aviso nº. 2/2010, que estabeleceu novos deveres de informação relativamente ao crédito à habitação e créditos conexos, tendo a responsabilidade pela implementação dos requisitos deste diploma sido atribuída à área de *Compliance,* que criou um Grupo de Trabalho e assegurou a articulação com o CA Serviços. Os trabalhos desenvolvidos permitiram disponibilizar na data da entrada em vigor destas novas regras as ferramentas informáticas, devidamente testadas, possibilitando a automatização do cumprimento da generalidade dos deveres de informação previstos naquele Aviso. Promoveram-se ainda reuniões de esclarecimento respeitantes a esta matéria, que contaram com a adesão de todas as CCAM do SICAM.

No último trimestre do ano foi lançado um projecto de actualização de informação de clientes titulares de contas de depósito, que envolve a intervenção de todas as instituições do SICAM,

para as quais foram definidos os procedimentos, instrumentos, e ferramentas de controlo. Este projecto, para além do objectivo de cumprir normativos obrigatórios de diversa natureza, permitirá uniformizar as condições gerais que regulam as relações das instituições do Grupo com os respectivos clientes, e constituirá um contributo importante para a melhoria da qualidade da informação constante nas bases de dados respectivas.

Durante o ano de 2010 foi prestado apoio aos *Compliance Monitors* do SICAM, esclarecendo ou encaminhando as questões por eles colocadas, e emitindo quando necessário, ou conveniente, Circulares e Recomendações, reforçando a sua natureza independente no Sistema de Controlo Interno do Grupo e promovendo a implementação de uma cultura de *Compliance* no Grupo.

O contributo dos *Compliance Monitors* das CCAM na identificação de oportunidades de melhoria e respectivo reporte à área de *Compliance* da Caixa Central, com vista à redução dos riscos de *Compliance*, e à optimização da satisfação dos clientes em conformidade com a legislação e regulamentação em vigor e com as melhores práticas do mercado, é um reflexo da solidificação da cultura de *compliance* que se pretende implementar.

Paralelamente a esta actividade, e no âmbito das suas atribuições respeitantes às relações com as entidades reguladoras, foram acompanhadas activamente diversas iniciativas promovidas pelo Banco de Portugal e pela Associação Portuguesa de Bancos, permitindo para uma maior participação do Grupo Crédito Agrícola na função normativa levada a efeito pelo Banco de Portugal, e evidenciando também junto destas entidades as particularidades do Grupo Crédito Agrícola.

No âmbito da monitorização do risco de *Compliance*, têm sido desenvolvidas metodologias com vista a detectar incumprimentos e aperfeiçoar as soluções implementadas. Foram ainda identificados procedimentos com desvios à legislação em vigor e estabelecidas medidas com vista à correcção desses desvios, encontrando-se as mesmas implementadas ou a sua implementação em curso.

5.4. Controlo Interno

O Sistema de Controlo Interno constitui uma das prioridades permanentes da Caixa Central, permanecendo por este motivo como uma das áreas de maior relevo no âmbito do programa de transformação da Função Risco. As iniciativas promovidas nesta área têm como objectivos, por um lado, a melhoria do sistema de controlo interno da Caixa Central e do SICAM e a sua adequação ao nível e tipologia de riscos a que as instituições se encontram expostas e, por outro lado, a adopção de processos e metodologias com carácter sistemático, que assegurem a sua resposta atempada aos requisitos legais e de regulação do sector financeiro.

As iniciativas em curso enquadram-se num plano de trabalhos que tem vindo a ser desenvolvido nos últimos anos como resposta aos desafios colocados ao Crédito Agrícola, e à generalidade das instituições financeiras, pelo Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal e Regulamento n.º 3/2008 da CMVM. Para este efeito foi constituído um grupo de trabalho interno integrando as três funções de controlo previstas nas referidas regulações, a Gestão de Risco, a Auditoria Interna e o Compliance, bem como a área de Organização, com a missão de identificar, propor e promover a implementação das medidas necessárias para assegurar o alinhamento da Caixa Central e do SICAM com os requisitos expressos na referida regulamentação.

Para além das iniciativas de desenvolvimento do sistema de controlo interno, o Grupo de Trabalho tem vindo também a assegurar a execução das actividades de gestão corrente do sistema de controlo interno, designadamente a produção do reporte que lhe está associado, incluindo o relatório anual de controlo interno, e o acompanhamento das iniciativas aprovadas para a resolução dos constrangimentos identificados pelas funções de controlo.

De entre as iniciativas estruturantes desenvolvidas durante o ano de 2010, destacam-se:

- A finalização da primeira fase de mapeamento sistemático dos riscos e controlos associados com os processos de negócio da Caixa Central, assegurando a cobertura dos processos considerados críticos à luz de critérios objectivos como a relevância material;

- O desenvolvimento, no âmbito do *framework* de gestão do sistema de controlo interno, de um questionário de avaliação do sistema de controlo interno a realizar periodicamente pela Caixa Central com vista à identificação sistemática e exaustiva de necessidades de melhoria e correcções ao nível das diferentes componentes de gestão do sistema de controlo interno;

- O desenvolvimento da metodologia de testes à eficácia dos controlos no âmbito do sistema de controlo interno, com a realização, no final do ano de um projecto-piloto de aplicação da metodologia a um conjunto de processos prioritários. A metodologia, com os ajustes determinados pelas conclusões deste projecto-piloto, deverá ser aplicada à generalidade dos controlos documentados, determinando a execução de testes periódicos de acordo com a sua relevância material.

Ao nível das actividades de gestão corrente do sistema de controlo interno, destacam-se:

- A produção dos relatórios de controlo interno da Caixa Central e do Grupo Crédito Agrícola e a coordenação do processo de produção dos relatórios de controlo interno das Caixas Associadas do SICAM e das empresas e filiais do Grupo abrangidas pelo âmbito do Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal e Regulamento n.º 3/2008 da CMVM, de acordo com a metodologia definida em anos anteriores;

- O acompanhamento sistemático dos constrangimentos já identificados sobre o sistema de controlo interno e das iniciativas definidas para os mitigar, assegurando o reporte interno e externo associado;

- A realização da versão inicial do questionário interno de avaliação do sistema de controlo interno de acordo com o Framework de gestão do sistema de controlo interno adoptado.

Também especialmente relevante no contexto da melhoria do sistema de controlo interno da Caixa Central e do SICAM foi o início da exploração, no final do ano de 2010 e numa fase inicial no âmbito da Caixa Central, da Plataforma de Automatização de Processos e do Sistema de Gestão Documental.

Estes sistemas oferecerão um suporte importante para o sistema de controlo interno, quer ao nível da gestão do sistema, no que respeita à evidenciação da execução dos controlos executados no âmbito dos processos de negócio e respectivos testes, quer ao nível da melhoria do controlo interno no SICAM, ao assegurar ao nível da execução dos processos a realização dos controlos considerados críticos face aos riscos identificados nos mesmos processos.

5.5. Provedor do Cliente

No ano de 2010, o Gabinete do Provedor do Cliente do Crédito Agrícola registou 682 reclamações, número este que é praticamente idêntico ao que se verificou em 2009. Registe-se que tal ocorre após um crescimento muito significativo de 2008 para 2009 (cerca de 65%).

	2008	2009	2010
Nº Reclamações	414	686	682

O contexto supra descrito manifesta-se sem prejuízo das crescentes facilidades e meios disponibilizados aos Clientes para apresentarem as reclamações bem como a ampla divulgação das condições e direitos que lhes assistem. Todavia, ponderando a generalidade das reclamações apresentadas nos últimos dois anos, é possível concluir que se verificou neste último período uma alteração qualitativa nos fundamentos e sustentação das reclamações verificando-se que a generalidade das comunicações reclamativas apresentadas revelaram maior factualidade e focalização, constatando-se que foram objecto de preparação prévia e elaboração mais cuidada. Diminuíram assim as reclamações feitas com carácter mais emotivo e imediatista, bastas vezes sem fundamentação objectiva, e passaram a registar-se processos reclamativos que exigem das Entidades reclamadas uma acrescida atenção na análise e uma rigorosa preparação da resposta ao reclamante.

Porém, mesmo no Relatório intercalar de 2010 elaborado e emitido pela Supervisão Comportamental do Banco de Portugal, o Crédito Agrícola situa-se, em quase todos os domínios, como uma das Instituições de Crédito menos reclamada (o número de 682 corresponde, genericamente e em média, a uma reclamação por ano e por balcão).

Quanto à distribuição por canal de entrada, constata-se que o Gabinete do Provedor do Cliente do Crédito Agrícola continua a ser o primeiro e principal destinatário de apresentação de reclamações, confirmando-se assim a convicção na correcção do modelo adoptado, bem como numa actividade que granjeou a confiança e o reconhecimento progressivo dos clientes do CA neste processo relacional. Isto, pesem as alternativas dos meios legais de acesso ao Livro de Reclamações e a existência do Portal do Cliente Bancário no "site" do Banco de Portugal.

Origem	Nº Reclamações 2009	Nº Reclamações 2010
Gabinete Provedor do Cliente	244	235
Linha Directa/CCCAM	90	83
Livro de Reclamações	162	184
Banco de Portugal	157	117
Outros	33	63
Total	**686**	**682**

Quanto à tipologia dos reclamantes, continuou a verificar-se maior incidência nos Particulares.

Tipo Reclamante	Nº Reclamações 2009	Nº Reclamações 2010
Associação	10	5
Empresa	85	66
Outros	4	11
Particular	587	600
Total	**686**	**682**

Relativamente ao percentual de casos em que o Provedor do Cliente constatou fundamentos para a reclamação (e, em consequência, as Entidades reclamadas alteraram o seu posicionamento inicial), verifica-se que em 2010 tal valor se situou em 23,4% do total de reclamações registadas (incrementado contudo para 27% se também se considerarem os casos em que foi apenas reconhecida razão parcial às pretensões do reclamante). O primeiro indicador compara com os 24% registados em 2009 e os 18% verificados em 2008.

De qualquer forma, da análise deste aspecto específico do processo reclamativo, pode evidenciar-se que, em 2010, um número significativo dos casos em que a reclamação foi

atendida teve origem num procedimento específico lançado pelo Crédito Agrícola e que veio a verificar-se como susceptível de reanálise, sendo posteriormente alterado em favor das

pretensões dos reclamantes. No remanescente verificaram-se situações genericamente resultantes de lapsos ou omissões sem especial impacto ou gravidade e que foram prontamente reconhecidas e sanadas pelas reclamadas.

A distribuição das reclamações por tipologia de Assunto reclamado está espelhada no seguinte quadro:

Assunto	Nº Reclamações 2009	Nº Reclamações 2010
Atendimento e Instalações	26	37
Cartões	76	93
Central de Responsabilidades de Crédito	20	22
Cheques	104	71
Comissões e Despesas	0	123
Contas de Depósito	98	88
Credito a Empresas	0	3
Crédito à Habitação	65	37
Crédito ao Consumo (e outros créditos)	73	68
Débitos Directos/Cobranças	4	2
Infra-estruturas (ATM)	9	8
Infra-estruturas (Redes POS outros)	1	1
Operações com Numerário	3	6
Outros Assuntos	149	83
Seguros - ISP	8	10
Titulos de Capital	31	22
Transferências	8	5
Valores mobiliários - CMVM	7	3
Contrafacções e/ou Notas Falsas	3	0
Não Disponibilização do Livro de Reclamaçõe	1	0
Total	**686**	**682**

Neste domínio importa ressaltar que, em 2010 os itens "Comissões e Despesas" e "Cartões" asseguraram quase um terço das reclamações registadas. Da análise efectuada à generalidade destas duas tipologias de reclamações é possível extrair uma conclusão que se considera de salientar: existem ainda fragilidades no processo (bilateral) de comunicação regular entre a Instituição e os Clientes, originando omissões, equívocos e considerações mútuas frequentemente desadequadas e distantes da realidade dos factos. Sem prejuízo dos mecanismos alavancadores de uma literacia financeira acrescida que se espera ver mais consolidada nos Clientes, compete também às Caixas Agrícolas melhorar e valorizar, não tanto a quantidade de informação fornecida mas mais a sua qualidade pedagógica e o momento adequado para a sua concretização.

A este propósito, será conveniente destacar três iniciativas:

- foi reformulada no ano de 2010, a monofolha indicativa das Boas Práticas na guarda e utilização de cheques, com o intuito de ser amplamente divulgada e distribuída aos clientes estando já disponível no "site" do CA e nas CCAM para o efeito;

- foi alterado, no mesmo "site" do CA, o campo informativo sobre a actividade do Provedor do Cliente, de forma a que contenha não só os dados essenciais de contacto mas também um conjunto de sugestões e recomendações aos Clientes e utilizadores dos serviços do crédito Agrícola;

- foram preparadas e agendadas (para concretização no 1º semestre de 2011) um conjunto de contactos directos entre o Gabinete do Provedor do Cliente e as Caixas Agrícolas, por forma a que sejam analisados, de forma conjunta, os procedimentos, metodologias, perspectivas de análise, conceitos e atitudes adoptadas em processo reclamativo.

Globalmente, importa ainda assinalar que:

Vinte das 86 IF's que integram as Instituições do Crédito Agrícola Mútuo (ICAM) registaram um volume de reclamações com uma média superior ao conjunto do seu Sistema Integrado. Todavia, apenas em 4 Instituições este desvio foi manifestamente significativo.

A Caixa Central registou especificamente 7,5% do total das reclamações recebidas por todo o Crédito Agrícola, com especial incidência no item Cartões de débito e crédito (12). As restantes reportam-se aos vários serviços prestados pela Instituição (Contas Depósito, Comissões e Despesas, Crédito Habitação, entre outros).

No número total das reclamações apresentadas sobre a Caixa Central foi reconhecido fundamento para o acto em 20% das situações analisadas.

Continua a verificar-se que as ICAM mais reclamadas (incluindo a Caixa Central, pela sua natureza específica e centralizadora de alguns serviços) situam-se maioritariamente em meios

urbanos.

Finalmente, o Provedor do Cliente, em 2010, continuou a registar com agrado e apreço, uma crescente colaboração das Caixas de Crédito Agrícola e uma acção mais interventiva e analítica no que concerne à preparação e sustentabilidade dos processos de resposta assertiva aos Clientes reclamantes.

IV. Análise Financeira

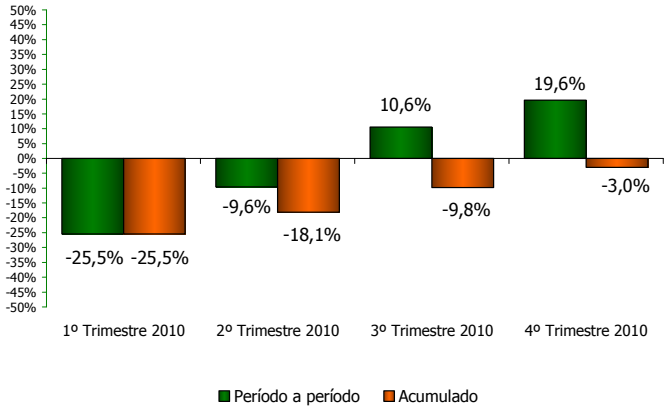
1. Demonstração de Resultados

Na parte inicial de 2010 as condições prevalecentes nos mercados financeiros e no mercado bancário mantiveram-se acentuadamente adversas para a Caixa Central e Caixas Associadas (SICAM), prolongando a situação pouco propícia que se verificou nos últimos meses de 2009, em consequência sobretudo do nível esmagado das taxas euribor, com impacto fortemente negativo na margem financeira.

A partir porém do segundo trimestre, o esboço de uma paulatina, ainda que muito ligeira, recuperação nas taxas euribor, e as oportunidades suscitadas pela subida dos yields da dívida soberana nacional, vieram melhorar, nalguma medida, a rentabilidade da actividade de intermediação.

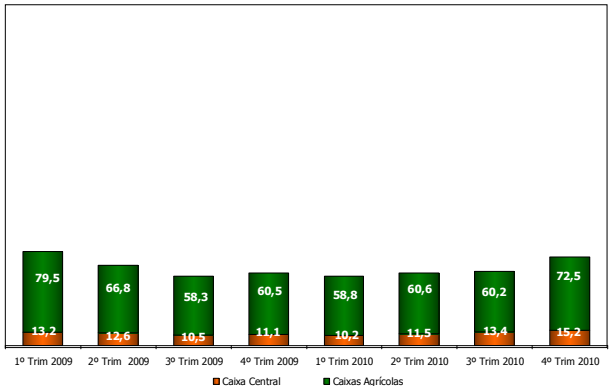
Assim, a margem financeira da Caixa Central, que no termo do primeiro trimestre de 2010 acusava uma variação negativa de 22,8% em relação ao período homólogo de 2009, registou no segundo trimestre ainda uma quebra, mas já mais atenuada (de 8%), e foi recuperando nos períodos subsequentes.

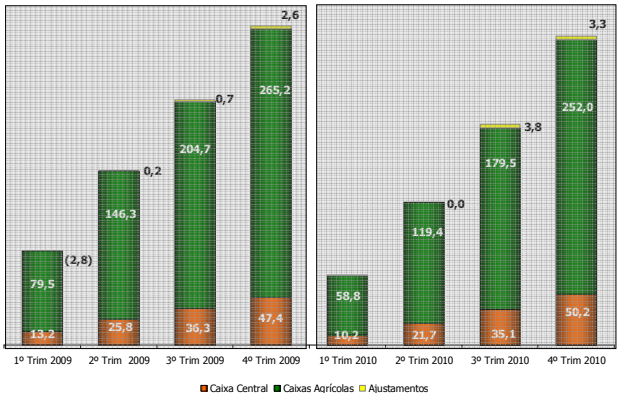
Evolução da Margem Financeira do SICAM (Δ % homóloga)



No caso das Caixas Associadas, a margem financeira caiu continuadamente, em termos homólogos, ao longo de 2010, mas essa queda foi-se esbatendo período a período, em resultado da incidência dos mesmos factores que permitiram inflectir a evolução da margem financeira da Caixa Central, mas manteve-se, apesar disso, negativa para o conjunto do ano.

Deste modo, a margem financeira do SICAM ainda registou em 2010 uma redução de 3% em relação a 2009 – menos 9,6 milhões de euros. O SICAM perfez assim dois exercícios consecutivos com redução da margem financeira, embora com amortecimento da queda observada em 2008 (-21,8%).





No caso das Caixas Associadas, a evolução da margem financeira, para além do esmagamento das taxas euribor e do seu impacto adverso nos proveitos do crédito, reflectiu também a pressão sobre o custo dos recursos devida à forte concorrência pelos depósitos, que se fez sentir ao longo de todo o ano e se acentuou nos últimos meses.

Esta situação exigiu a adopção de medidas, ao nível da Caixa Central, no sentido de suportar a margem financeira das Caixas Associadas e de lhes dar meios de defesa da sua base de depósitos.

EVOLUÇÃO SEMESTRAL DA MARGEM FINANCEIRA
SICAM

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2008	2009	2010	Variação 10/09	
				Abs.	%
1º semestre	195,3	172,3	141,0	-31,3	-18,1%
2º semestre	207,9	142,9	164,6	21,7	15,2%
Total	**403,2**	**315,2**	**305,6**	**-9,6**	**-3,0%**

Assim, dando continuidade à situação vigente desde o 2º trimestre de 2009, a Caixa Central manteve durante todo o ano de 2010 o nível de remuneração dos depósitos das Caixas acima das taxas euribor do prazo correspondente. No mesmo sentido, em Maio, foi criado um depósito especial indexado à dívida pública, possibilitando às Caixas um incremento de remuneração. Finalmente, face à evolução positiva da sua margem financeira em base individual, a Caixa Central elevou, em Novembro, as taxas correntes de remuneração dos depósitos das Caixas em 1 ponto percentual nos diferentes prazos até um ano.

Decompondo a evolução da margem financeira do SICAM nas suas principais componentes, resulta uma redução de 11,6% nos juros activos, não compensada pela diminuição que também se observou nos juros passivos, pois embora em termos percentuais se tenha tido, quanto a estes, uma redução de 25%, em valor absoluto a quebra nos juros activos foi mais pronunciada (cerca de 60 milhões de euros versus 50,3 milhões).

MARGEM FINANCEIRA
SICAM

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2008	2009	2010	Variação 10/09	
				Abs.	%
Juros recebidos	**676,9**	**516,6**	**456,6**	**-60,0**	**-11,6%**
Aplicações em Instituições de Crédito	85,5	37,7	6,6	-31,1	-82,4%
Crédito sobre Clientes	558,0	425,8	344,8	-81,0	-19,0%
Aplicações em Títulos	33,5	53,0	105,2	52,2	98,3%
Juros pagos	**273,7**	**201,4**	**151,0**	**-50,3**	**-25,0%**
Recursos de Instituições de Crédito	15,6	7,2	12,0	4,8	66,0%
Recursos de Clientes	246,8	177,2	112,4	-64,7	-36,5%
Outros passivos financeiros	11,3	17,0	26,6	9,6	56,7%
Margem financeira	**403,2**	**315,2**	**305,6**	**-9,6**	**-3,0%**

Para a evolução dos juros activos verificou-se um contributo muito diferenciado nas diversas componentes dos activos financeiros, em resultado quer de alterações na composição do balanço comparativamente a 2009, quer das variações observadas nos níveis de remuneração dos diferentes tipos de activos, que evoluíram de forma desigual.

Assim, os juros relativos a operações de clientes reduziram-se em cerca de 19% (menos 81 milhões de euros), reflectindo a redução no valor global do crédito (-2,9%), mas sobretudo a acentuada redução em 2010 na taxa média destes activos comparativamente a 2009. Refira-se que a diminuição do valor do crédito a clientes é grandemente explicada pela não renovação de parte substancial da carteira de papel comercial da Caixa Central, porque, excluindo este factor, verificou-se um ligeiro crescimento no crédito a clientes quer da Caixa Central quer das Caixas Associadas, como se refere no ponto 4.2.

Os juros decorrentes de aplicações em instituições de crédito apresentaram uma contracção ainda mais pronunciada, de cerca de 82,4%, em consequência da reorientação das aplicações de excedentes do SICAM, a cargo da Caixa Central, para outros activos financeiros, sobretudo dívida pública nacional de prazo relativamente curto, factor que por sua vez explica o grande incremento observado nos juros de aplicações em títulos (+98,3%) em que se integram este tipo de aplicações. É de notar que algumas Caixas também incrementaram as suas posições em dívida pública, contribuindo igualmente para a variação nesta categoria de proveitos. A evolução indicada para os juros de aplicações em títulos já reflecte, por outro lado, o efeito da amortização do desconto dos títulos adquiridos abaixo do par, e do prémio nos adquiridos acima do par.

No respeitante aos juros passivos, os juros de depósitos de clientes registaram um decréscimo de 36,5% (menos 64,7 milhões), essencialmente em resultado da baixa da sua taxa de remuneração média, acompanhando, embora em termos menos acentuados que no crédito, o esmagamento das taxas euribor. O efeito volume não foi significativo para a redução do valor dos juros dos depósitos, uma vez que o valor global desses recursos se manteve próximo do nível de 2009.

PRODUTO BANCÁRIO
SICAM

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2008	2009	2010	Estrutura 2008	Estrutura 2009	Estrutura 2010
Margem Financeira	**403,2**	**315,2**	**305,6**	**78,6%**	**74,4%**	**68,6%**
Comissões líquidas	87,0	91,1	110,5	17,0%	21,5%	24,8%
Resultado de operações financeiras	-0,5	2,8	7,1	-0,1%	0,7%	1,6%
Outros resultados de exploração	23,3	14,6	22,0	4,5%	3,4%	4,9%
Margem complementar	**109,8**	**108,4**	**139,7**	**21,4%**	**25,6%**	**31,4%**
Total	**513,0**	**423,6**	**445,3**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Face ao peso que a margem financeira detém no produto bancário do SICAM, a evolução que se descreveu repercutiu-se negativamente neste agregado, o qual no entanto, mercê do contributo de outras componentes, ainda registou uma variação positiva, em relação a 2009, de 5,1% (mais 21,6 milhões de euros), mas continuando abaixo do respectivo valor de 2008.

Em particular, é de salientar a evolução do saldo de comissões, o qual registou um crescimento de 91,1 para 110,5 milhões de euros, crescimento que se verificou quer nas Caixas Agrícolas (+19,3%) quer na Caixa Central (+21,3%).

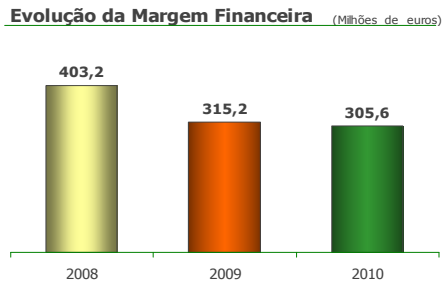
COMISSÕES	2008	2009	2010	Variação 10/09 Abs.	Variação 10/09 %
Comissões recebidas	**96,9**	**101,6**	**121,6**	**20,0**	**19,7%**
Por garantias prestadas	6,0	5,6	5,2	-0,4	-7,7%
Por serviços prestados	67,6	73,1	84,9	11,8	16,2%
Outras	23,3	22,8	31,5	8,6	37,8%
Comissões pagas	**9,9**	**10,5**	**11,1**	**0,7**	**6,3%**
Por serviços bancários de terceiros	9,3	9,8	10,6	0,8	7,9%
Outras	0,6	0,6	0,5	-0,1	-17,9%
Comissões líquidas	**87,0**	**91,1**	**110,5**	**19,4**	**21,3%**

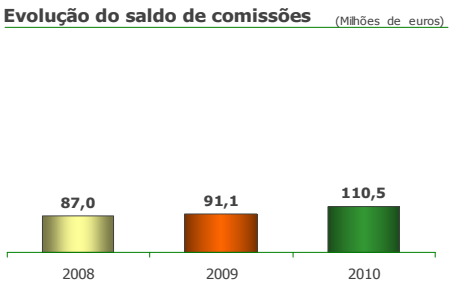
As comissões de colocação e comercialização de seguros, que aumentaram em cerca de 5 milhões de euros relativamente a 2009, e as relativas a operações de cartões, com um acréscimo de cerca de 2 milhões de euros, estão entre as que mais contribuíram para a expansão observada nos proveitos de comissões, mas verificou-se um incremento também significativo em diversas comissões de serviços bancários, denotando esta evolução a maior atenção que as Caixas estão a dar à diversificação da sua base de proveitos.

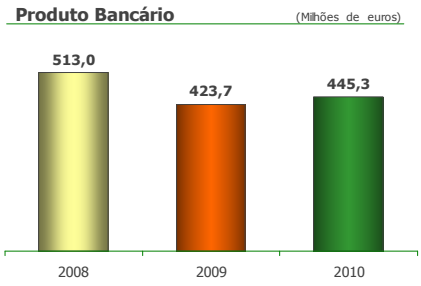
É igualmente de relevar a melhoria nos resultados de activos financeiros, que atingiram cerca de 7,1 milhões de euros, em 2010, contra 2,8 milhões em 2009, correspondendo a um crescimento percentual de 159,2%.

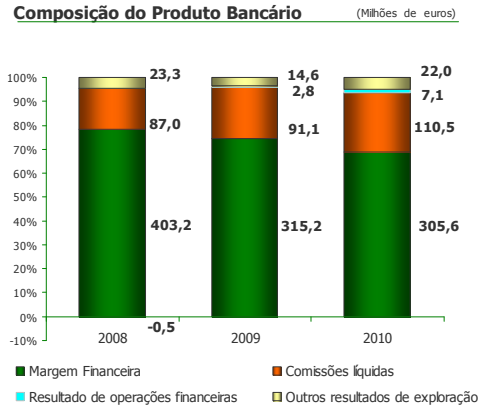
Por fim, no tocante à rubrica de outros resultados de exploração, o valor alcançado, de cerca de 22 milhões de euros, excede também, em termos bastante significativos, o registado em 2009, que fora de cerca de 14,6 milhões, representando um incremento de 50,7%. Para esta evolução contribuiu relevantemente a diminuição da contribuição para o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, redução que atingiu quase 7 milhões de euros em relação à contribuição de 2009, em resultado da alteração da respectiva taxa de 0,2% para 0,1%. Com efeito, nas outras componentes que entram nesta rubrica residual verificou-se um relativo equilíbrio nos ganhos e nas perdas, sendo a variação global pouco expressiva.

Com esta evolução das diferentes componentes do produto bancário, a margem financeira reduziu o seu peso neste agregado de 74,4% em 2009 para apenas 68,6% no ano findo, e simetricamente verificou-se uma subida importante no peso relativo do saldo de comissões, que se elevou de 21,5% em 2009 para 24,8%. Por sua vez, os resultados de activos financeiros registaram em 2010 um contributo para o produto bancário de 1,6%, face a menos de 0,7% no ano anterior, e o peso dos outros resultados de exploração elevou-se igualmente de 3,4% em 2009 para 4,9% em 2010.









No tocante aos custos de funcionamento, estes ascenderam em 2010 a 282,9 milhões de euros, montante que representa um acréscimo de 1,4% quando comparado com o dispêndio de 278,9 milhões registado em 2009, traduzindo uma evolução relativamente contida neste tipo de encargos.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE FUNCIONAMENTO

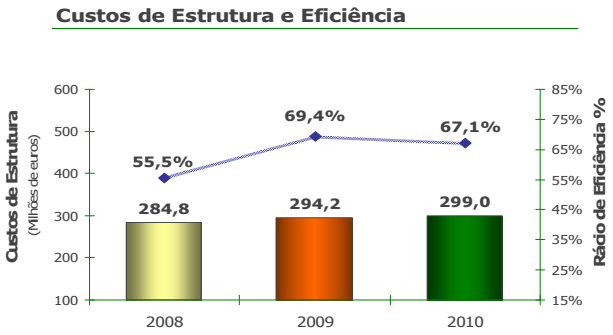
Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2008	2009	2010	Variação 10/09	
				Abs.	%
Custos de Funcionamento	**270,2**	**278,9**	**282,9**	**4,0**	**1,4%**
dos quais:					
Custos de Pessoal	149,3	155,2	158,7	3,4	2,2%
Gastos Gerais Administativos	120,9	123,6	124,2	0,6	0,5%
Amortizações	**14,6**	**15,4**	**16,1**	**0,7**	**4,9%**
Custos de estrutura	**284,8**	**294,2**	**299,0**	**4,8**	**1,6%**

Os custos com pessoal sofreram um acréscimo ainda de 2,2%, mas os gastos gerais administrativos cresceram apenas 0,5%, evidenciando uma estabilização face à evolução que se observara anteriormente – de 2008 para 2009 o crescimento nos gastos gerais administrativos fora de 2,3%. Esta evolução continua a reflectir um esforço de contenção, a despeito dos encargos acrescidos para o pleno cumprimento das novas obrigações em matéria regulamentar e supervisional.

Acrescentando aos custos de funcionamento as amortizações de imobilizado, que subiram de 15,4 milhões para cerca de 16 milhões de euros (+4,9%), os custos de estrutura do SICAM apresentaram no exercício um crescimento de 1,6%.

Perante a evolução do produto bancário e a contenção conseguida nos custos de funcionamento e de estrutura, o rácio de eficiência do SICAM (custos de estrutura/produto bancário), reduziu-se ligeiramente do nível de 69,4% que atingira em 2009 para 67,1% em 2010, nível que, no entanto, se apresenta ainda bastante elevado face aos valores que o SICAM apresentava tradicionalmente para este indicador, e aos quais só será possível regressar com uma recuperação significativa do produto bancário.



Considerando mais em detalhe a evolução dos gastos gerais administrativos, constata-se que, apesar do moderado crescimento global, se registaram subidas expressivas, e mesmo bastante consideráveis, nalgumas rubricas, de que se destacam "avenças e honorários", com um dispêndio 21,2% superior ao de 2009, e "encargos judiciais, de contencioso e notariado" (+12,0%), porventura reflectindo, num e noutro caso, o maior peso dos encargos de contencioso em consequência da conjuntura. Houve acréscimos igualmente expressivos nas despesas de "conservação e reparação" (+15,3%) e no consumo de "água, energia e combustíveis" (+9,6%).

O crescimento na rubrica "serviços especializados de informática", uma das mais significativas em valor absoluto, situou-se em 3,1%, sendo de notar que inclui prestações de serviços de entidades exteriores ao Grupo Crédito Agrícola (isto é, prestações não relativas ao CA Serviços e CA Informática) com um crescimento de 20,5%. Tais prestações de entidades exteriores ao Grupo representaram 19,8% do acréscimo total dos gastos com serviços especializados de informática em 2010. Excluindo estas prestações, o crescimento verificado foi de 2,6%.

A diminuição mais expressiva nos custos de funcionamento ocorreu na rubrica "publicidade e edição de publicações", em que se registou um corte de 32,8%, correspondendo a cerca de 2,7 milhões de euros – de 8,2 milhões em 2009 para 5,5 milhões em 2010 – e que reflecte, naturalmente, a decisão tomada, e incorporada no Plano de Actividades para 2010, de redução do orçamento de marketing do Grupo, a que acresce alguma contenção em despesas desta natureza, com incidência a nível local, da parte das Caixas.

Verificou-se ainda uma redução significativa na rubrica "impressos e material de consumo corrente" (-12,4%) e uma certa diminuição em "deslocações, estadas e representação" (-4,0%), não registando as demais rubricas grandes variações em relação aos valores gastos em 2009.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS
(Principais rubricas)

Valores em milhares de euros, excepto percentagens

	2008	2009	2010	Variação 10/09	
				Abs.	%
Água, energia e combustíveis	4.949	5.018	5.499	480,9	9,6%
Impressos e mat.consumo corrente	4.146	3.731	3.268	-463,1	-12,4%
Rendas e alugueres	7.108	8.399	8.478	79,5	0,9%
Comunicação e expedição	10.808	11.421	11.523	102,1	0,9%
Publicidade e publicações	9.195	8.180	5.497	-2.682,6	-32,8%
Avenças e honorários	6.380	6.795	8.233	1.437,6	21,2%
Conservação e reparação	6.454	5.842	6.738	895,5	15,3%
Encargos judiciais, contencioso e notariado	3.469	2.496	2.797	300,7	12,0%
Serviços especializados de informática *	35.170	37.271	38.436	1.164,8	3,1%

* Inclui os encargos relativos ao serviço de banca telefónica (Linha Directa)

As provisões do exercício, totalizando 103,6 milhões de euros, excederam significativamente o montante das provisões de 2009 (80,5 milhões), denotando este aumento sobretudo a constituição e/ou reforço de provisões associadas a crédito vencido ou de cobrança duvidosa, incluindo provisões de carácter extraordinário, de montante relativamente expressivo, efectuadas por decisão de gestão, a título prudencial, atendendo à complexidade da actual conjuntura.

PROVISÕES DO EXERCÍCIO

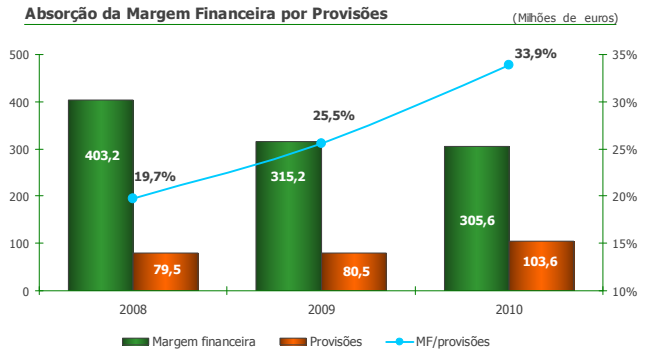
Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2008	2009	2010	Variação 10/09	
				Abs.	%
Correcção de valor em crédito de clientes	77,6	77,9	104,3	26,4	33,9%
Imparidade de outros activos	1,2	2,6	-0,9	3,5	-133,8%
Total (*)	**79,5**	**80,5**	**103,6**	**23,1**	**28,7%**

(*) Incluindo outras rubricas de reduzido valor

Na análise das provisões para crédito é ainda de relevar a diminuição das provisões para riscos gerais de crédito, no valor de cerca de 1,8 milhões de euros, e que advém, essencialmente, da redução da carteira de papel comercial da Caixa Central.

Em virtude da redução da margem financeira, quer em 2009 quer em 2010, e da tendência de aumento do crédito vencido, a absorção da margem financeira por provisões, traduzindo também o efeito das provisões extraordinárias, atingiu 33,9% no exercício findo, contra 25,5% em 2009 e 19,7% em 2008.



O resultado antes de impostos, de cerca de 42,7 milhões de euros, contra 48,9 milhões em 2009, está igualmente afectado pelas provisões extraordinárias. Uma vez que tais provisões não são consideradas custo fiscal, os impostos sobre lucros do exercício, correlativos aos resultados fiscalmente relevantes, atingem cerca de 19,6 milhões de euros (taxa efectiva de 46,0%), a que corresponde um reconhecimento de impostos diferidos de 13,3 milhões. Em 2009, os impostos correntes situavam-se em cerca de 16 milhões, correspondendo a uma taxa efectiva de 32,8% com impostos diferidos de 9,5 milhões.

DECOMPOSIÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

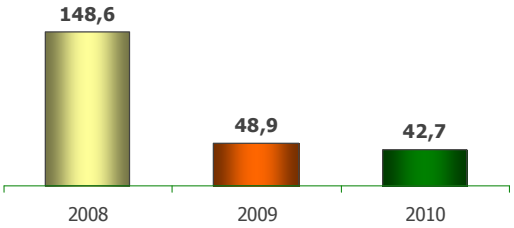
Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2008	2009	2010	Variação 10/09	
				Abs.	%
Margem Financeira	403,2	315,2	305,6	-9,6	-3,0%
Comissões	87,0	91,1	110,5	19,4	21,3%
Result.Activos Financeiros	-0,5	2,8	7,1	4,3	155,3%
Outros result. (liq.) de exploração	23,3	14,6	22,0	7,4	50,9%
Produto Bancário	**513,0**	**423,7**	**445,3**	**21,6**	**5,1%**
Custos de funcionamento	270,2	278,9	282,9	4,0	1,4%
Amortizações	14,6	15,4	16,1	0,7	4,9%
Provisões	79,5	80,5	103,6	23,1	28,7%
Resultado antes de Impostos	**148,6**	**48,9**	**42,7**	**-6,3**	**-12,8%**
Impostos correntes	-44,5	-16,0	-19,6	3,6	-22,3%
Impostos deferidos	17,0	9,5	13,3	3,8	40,6%
Resultado Líquido	**121,1**	**42,3**	**36,3**	**-6,0**	**-14,2%**
Cash Flow	215,3	138,2	156,1	17,8	12,9%

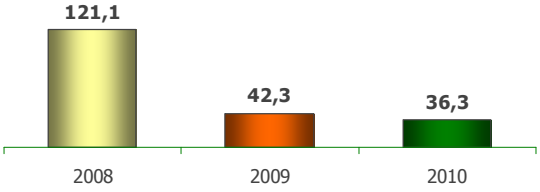
O resultado líquido do exercício cifrou-se, assim, em 36,3 milhões de euros, contra 42,3 milhões no ano anterior, o que representa uma redução de 14,1%, espelhando bem as condições adversas em que decorreu a exploração do SICAM em 2010, mesmo comparativamente a um exercício já em conjuntura de crise, como foi o de 2009.

A evolução nos três primeiros meses de 2011 mostra uma inflexão deste estado de coisas, mormente ao nível do comportamento da margem financeira – variável crítica para a melhoria dos resultados em relação aos dois últimos exercícios -, mas a conjuntura actual continua a encerrar riscos e desafios consideráveis, que se agravaram ultimamente, obrigando-nos a encarar as perspectivas para o ano em curso com prudência acrescida.

Resultado Antes de Impostos (Milhões de euros)



Resultado Líquido (Milhões de euros)



	ROE	=	ROA	x	Activo * / Situação Líquida *
2008	13,08%	=	1,1041%	x	11,84
2009	4,28%	=	0,360%	x	11,89
2010	3,59%	=	0,287%	x	12,49

* Média com base nos valores dos extremos

INDICADORES DE RENDIBILIDADE* E EFICIÊNCIA	2008	2009	2010
ROA (rentabilidade do Activo)	1,10%	0,36%	0,29%
ROE (rentabilidade dos Capitais Próprios)	13,08%	4,28%	3,59%
RAI / Activo Líquido	1,35%	0,42%	0,34%
Produto Bancário/Activo Líquido	4,68%	3,60%	3,52%
Rácio de Eficiência (custos de estrutura / produto bancário)	55,51%	69,45%	67,15%

* Considerando a média dos valores dos extremos do Activo líquido e dos Capitais Próprios de cada exercício

2. Evolução do Balanço

O activo líquido consolidado do SICAM registou em 2010 um significativo incremento, de 9,2%, em relação ao exercício anterior, ao mesmo tempo que se verificou uma modificação acentuada da sua estrutura.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO
SICAM

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2008	2009	2010	Variação 10/09	
				Abs.	%
Activo					
Disponibilidades	476,7	387,6	361,1	-26,5	-6,8%
Aplicações em Instituições de Crédito	1.429,5	907,6	76,7	-830,9	-91,5%
Crédito a Clientes (líquido)	7.945,3	8.391,5	8.068,5	-323,0	-3,8%
Aplicações em Titulos (líquido)	913,1	1.617,6	3.819,7	2.202,0	136,1%
Investimentos em Filiais, tangíveis e Intangíveis	354,2	359,9	357,5	-2,4	-0,7%
Activos por impostos (correntes e diferidos)	77,0	93,7	98,0	4,3	4,6%
Outros Activos	251,5	339,0	431,3	92,3	27,2%
Total Activo	**11.447,3**	**12.096,9**	**13.212,8**	**1.115,9**	**9,2%**
Passivo + Capital					
Recursos de Instituições de Crédito	496,5	700,8	1.878,3	1.177,5	168,0%
Recursos de Clientes	9.612,5	10.070,1	9.988,7	-81,4	-0,8%
Provisões	8,4	11,1	9,0	-2,1	-19,0%
Instrumentos Representativos de Capital	17,7	33,7	32,2	-1,5	-4,5%
Passivos subordinados	188,6	155,1	136,4	-18,7	-12,1%
Outros passivos	144,5	126,5	141,8	15,3	12,1%
Total Passivo	**10.468,2**	**11.097,2**	**12.186,4**	**1.089,1**	**9,8%**
Capitais Próprios	**979,1**	**999,7**	**1.026,4**	**26,7**	**2,7%**
Total	**11.447,3**	**12.096,9**	**13.212,8**	**1.115,9**	**9,2%**

As razões para a alteração na composição do activo do SICAM vêm na linha do processo já encetado em 2009, e são essencialmente as que já foram referidas a propósito da Caixa Central, no relatório anual desta última.

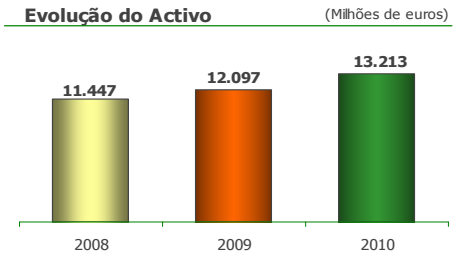
Em 2009 pesaram sobretudo nas decisões que conduziram a essa alteração da estrutura do balanço os seguintes factores:

- a percepção do aumento do risco nas aplicações interbancárias na sequência da falência do banco americano Lehman Brothers;

- a descida incessante das taxas de juro no mercado monetário, em resultado das

políticas de emergência adoptadas pelo BCE, visando a sustentação e estabilização do sistema financeiro, e o relançamento da actividade económica;

- a rarefacção das transacções no mercado interbancário em virtude de as diferentes instituições terem passado a recorrer ao BCE, em grau incomparavelmente superior ao que se verificava antes da crise, para a satisfação das suas necessidades de liquidez.



Em 2010 estes factores continuaram a ser relevantes, se bem que com alguma atenuação do primeiro – uma vez que, gradualmente, começou a estabelecer-se alguma diferenciação de risco entre as instituições financeiras menos afectadas pela crise e aquelas que sofreram, com ela, pesadas perdas, susceptíveis de porem em causa a sua sobrevivência e que tiveram de ser resgatadas com fundos públicos.

Manteve-se, assim, pouco atractiva a aplicação dos excedentes de liquidez do Grupo, que à Caixa Central cabe gerir, no mercado interbancário, pelo que os fundos disponíveis continuaram a ser progressivamente deslocados para aplicações com melhores níveis de remuneração, embora de maturidades mais longas e envolvendo, em consequência disso, risco financeiro acrescido, nomeadamente de taxa de juro.

Sobre este pano de fundo, a emergência, no 2º trimestre de 2010, da crise da dívida soberana focada nos países periféricos da Zona Euro, ao criar oportunidades de investimento no mercado da dívida pública veio constituir uma razão adicional para a redução da exposição directa ao mercado interbancário e para a canalização dos recursos para aplicações melhores remuneradas, e desde logo as aplicações em dívida pública nacional.

Foi igualmente relevante nesta orientação estratégica a necessidade de criar, ao nível da Caixa Central, uma carteira de cobertura, baseada em dívida pública, para permitir às Caixas Associadas tirarem partido, através de depósitos com taxas indexadas à remuneração da dívida soberana, das oportunidades de investimento que se apresentavam nesse mercado, e que veio complementar o Depósito Especial, criado já em 2009, baseado numa carteira de dívida titulada de instituições de crédito de referência.

Neste sentido, e para ganhar maior margem de manobra, a Caixa Central decidiu complementar os recursos decorrentes dos excedentes das Caixas com fundos obtidos junto de instituições privadas estrangeiras, mas sobretudo do Banco Central Europeu, através de operações de repo de dívida pública, o que se traduziu na expansão do seu balanço, em base individual, e se repercutiu igualmente num crescimento significativo do balanço consolidado do SICAM.

Nos investimentos em dívida pública tem-se privilegiado, por razões de gestão do risco de liquidez, e de taxa de juro, dívida de prazo relativamente curto, preferencialmente até dois anos. Por outro lado, a quase totalidade do investimento está contabilizado em investimentos detidos até à maturidade.

O ajustamento do balanço que o processo descrito implicou conduziu a que o valor das aplicações directas do SICAM noutras instituições através do mercado monetário se tenha reduzido de 908 milhões de euros no final de 2009 para apenas 77 milhões de euros em 2010, consistindo na totalidade em exposição a instituições residentes. No final de 2010, o SICAM não tinha exposição no mercado monetário a qualquer instituição não residente.

Em relação às suas aplicações em instituições de crédito, operou-se no SICAM, na verdade, através da acção da Caixa Central no quadro da gestão de tesouraria, a substituição da cedência de fundos no mercado interbancário, dados os níveis muito baixos das taxas euribor, por aplicações em títulos emitidos por instituições de bom rating e de grande relevância nos seus mercados domésticos, títulos que nalguns casos dispõem da garantia dos Estados da sede das instituições emitentes. Parte importante das aplicações do SICAM em títulos de dívida de instituições bancárias consiste, aliás, em títulos de bancos portugueses.

A grande alteração na composição do balanço do SICAM em 2010 relacionou-se porém com a dívida pública nacional, cujo valor global perfazia, em Dezembro último, 2.278,7 milhões de euros, contra 429,8 milhões no final de 2009.

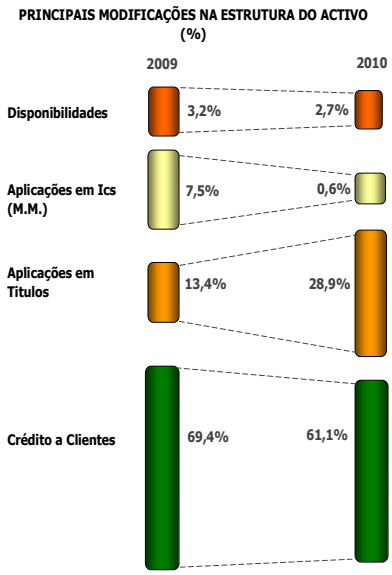
O impacto de todos estes factores na composição do balanço do SICAM está bem evidenciado no seguinte:

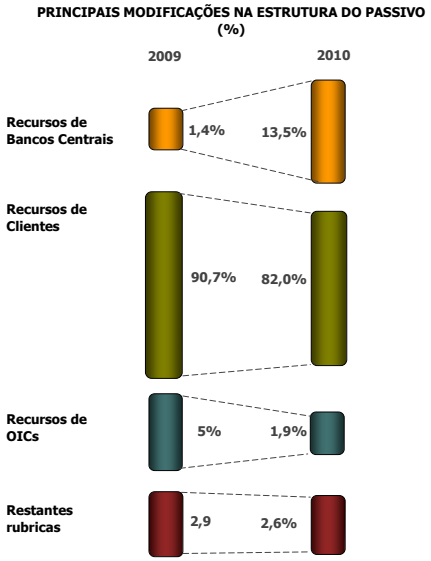
O peso das aplicações em títulos, em que se inclui a dívida pública e a dívida titulada de bancos, elevou-se de 13,4% do activo total em finais de 2009 para 28,9% no fim de 2010;

O peso das aplicações em instituições de crédito, excepto dívida titulada, reduziu-se, em contrapartida, de 7,5% em 2009 para apenas 0,6% em 2010, tendo caído, em valor absoluto, como já se disse, de 908 milhões para 77 milhões de euros;

O crédito a clientes, que também se reduziu em termos absolutos, de 8.392 milhões em 2009 para 8.069 milhões de euros em 2010, baixou o seu peso no activo total para 61,1%, contra 69,4% em 2009.

Para a redução do valor total do crédito a clientes em 2010 contribuiu a redução da carteira de papel comercial, detida pela Caixa Central, que desceu de 463 milhões de euros no final de 2009 para 94 milhões, redução não compensada pelas restantes categorias de crédito, dados os constrangimentos que decorrem da actual conjuntura que conduziram a uma reduzida dinâmica da actividade creditícia. O SICAM em termos consolidados não enfrenta restrições de balanço que limitem efectivamente a expansão do crédito, dada a confortável posição de liquidez de que desfruta e o rácio Tier 1 de mais de 12% que continua a apresentar, mas escassearam as oportunidades comerciais para o aumento do crédito a clientes.



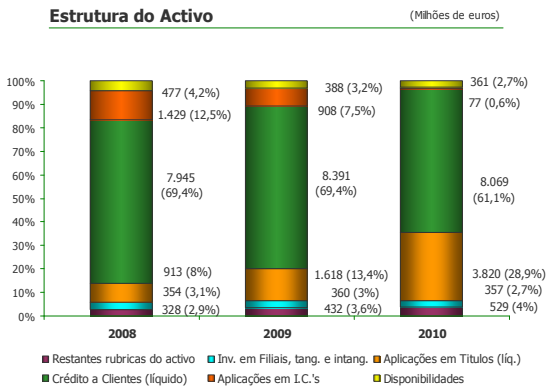


Em linha com a evolução do passado recente, observou-se igualmente em 2010 uma redução do peso no activo do SICAM das disponibilidades em outras instituições de crédito e em bancos centrais, reflexo do esforço de melhoria na gestão destes activos, de baixa remuneração. Assim, as disponibilidades reduziram-se em 27 milhões de euros (cerca de 7%) entre Dezembro de 2009 e Dezembro de 2010, passando de 3,2% do total do activo para 2,7%.

ESTRUTURA DO ACTIVO LÍQUIDO

(percentagem do activo total)

	2008	2009	2010
Disponibilidades	4,2%	3,2%	2,7%
Aplicações em Instituições de Crédito	12,5%	7,5%	0,6%
Crédito a Clientes (líquido)	69,4%	69,4%	61,1%
Aplicações em Titulos (líquido)	8,0%	13,4%	28,9%
Inv. em Filiais, tangíveis e Intangíveis	3,1%	3,0%	2,7%
Activos por impostos (correntes e diferidos)	0,7%	0,8%	0,7%
Outros Activos	2,2%	2,8%	3,3%
	100,0%	**100,0%**	**100,0%**

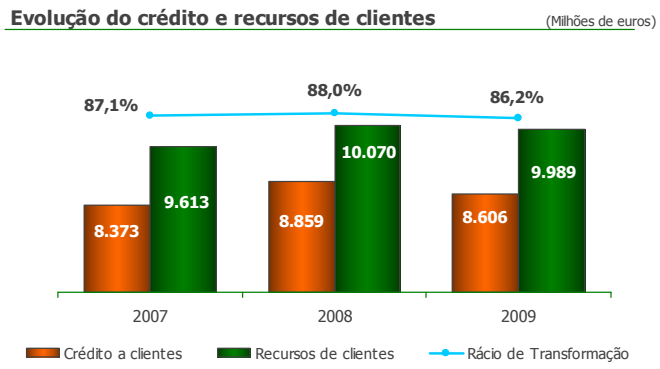


No tocante ao passivo, têm peso dominante os recursos de clientes (depósitos), que em 2010 registaram um decréscimo de cerca de 0,8% em relação ao valor do final de 2009, passando de 10.070 para 9.989 milhões de euros (-81,4 milhões). Esta evolução explica-se, essencialmente, pela acrescida concorrência de outras instituições na esfera da captação, num contexto em que as CCAM mantêm uma postura defensiva e moderada face a esse clima concorrencial.

Apesar da redução do valor dos depósitos, o rácio de transformação de depósitos em crédito baixou em 2010 para 86,2% – contra 88% em 2009 – uma vez que se registou igualmente uma diminuição no valor global da carteira de crédito.

Quanto aos recursos captados junto de outras instituições de crédito, são de assinalar as operações de reporte (repos) efectuadas pela Caixa Central com contrapartes privadas estrangeiras (essencialmente bancos da Bélgica e Alemanha). Em 2010 ganharam, porém, expressão as operações de tomada de fundos junto do BCE, também sob a forma de repos, o que facilitou a constituição e o incremento da carteira de dívida pública e a melhoria da rentabilidade ao nível da tesouraria.

Em termos de estrutura, assinale-se que o rácio de leverage do balanço do SICAM, que se mantivera quase invariante entre 2008 e 2009 - em cerca de 11,8 -, se elevou em 2010 para 12,49 (nível ainda bastante conservador).



Qualidade da carteira

O sector bancário nacional tem vindo a sofrer as incidências da presente crise, com repercussões no crescimento do crédito vencido ao nível de todo o sistema, o que igualmente se verifica no SICAM.

No último exercício, em particular, o aumento do crédito vencido no SICAM foi de 12,4% em relação ao ano anterior. Considerando, no entanto, a evolução desde Dezembro de 2007 (antes da crise), o aumento do incumprimento do crédito no SICAM é inferior ao verificado no conjunto do sistema bancário nacional.

No crédito vencido a menos de 90 dias, o SICAM registou mesmo, em 2010, uma diminuição do seu valor global, de 37,7 milhões no final de 2009 para 33,9 milhões de euros no fecho de 2010 (-10%). No crédito vencido a mais de 90 dias, por sua vez, verificou-se um aumento de 14,7% no último exercício, de 366,8 milhões em 2009 para 420,7 milhões de euros.

EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2008	2009	2010	Variação 10/09	
				Abs.	%
Crédito total sobre clientes	8.372,7	8.858,8	8.606,2	-252,6	-2,9%
Crédito e juros vencidos	356,6	404,5	454,6	50,1	12,4%
do qual:					
vencido< 90 dias	42,4	37,7	33,9	-3,8	-10,0%
vencido> 90 dias	314,2	366,8	420,7	53,9	14,7%
Rácios de crédito vencido					
< 90 dias	0,5%	0,4%	0,4%		
> 90 dias	3,8%	4,1%	4,9%		

Esta evolução, apesar de traduzir um aumento do crédito vencido com expressão significativa face à redução do valor global da carteira de crédito, indicia, à luz da conjuntura actual, uma actividade relativamente bem sucedida, quer por parte da Caixa Central quer das Caixas Agrícolas no seu conjunto, no acompanhamento da carteira de crédito e na resolução dos problemas mais instantes.

O rácio de crédito vencido do SICAM a mais de 90 dias situou-se em 4,9% em Dezembro de 2010 contra 4,1% em Dezembro de 2009, agravamento para o qual em parte contribuiu a redução do valor global da carteira. Confrontando, no entanto, este nível de crédito vencido com o que se verifica no sistema bancário nacional no segmento "empresas" para os escalões - por valor das responsabilidades -, que correspondem à clientela predominante das Caixas Agrícolas (ver ponto 1.4), concluímos que o rácio de crédito vencido do SICAM é significativamente inferior ao evidenciado pelo sector bancário no seu conjunto para esses escalões de crédito.

No tocante ao nível de provisões, estas cresceram de 467,3 milhões em 2009 para 537,7 milhões em 2010, mantendo-se praticamente invariante, em 128%, o rácio de cobertura de provisões do crédito vencido a mais de 90 dias. Em 2009 fora de 127%. Para a manutenção deste rácio de cobertura de provisões, que embora descendo em relação a 2008 se compara com um índice de cobertura de apenas 73,6% em 2002, tem contribuído a política prudente seguida nos últimos anos no respeitante ao reforço de provisões, envolvendo a constituição ou manutenção de montantes significativos de provisões extraordinárias quer na Caixa Central quer nas Caixas Agrícolas.

COBERTURA DE PROVISÕES

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2008	2009	2010
Crédito vencido a mais de 90 dias	314,2	366,8	420,7
Provisões	427,5	467,3	537,7
Provisões - CV > 90 dias	113,3	100,5	117,0
Provisões / CV > 90 dias %	136%	127%	128%

Em termos absolutos, o montante total das provisões para crédito do SICAM excedia no termo do exercício findo em cerca de 117 milhões de euros o valor do crédito vencido nessa data, tendo sido, por conseguinte, reforçado o excesso de que se dispunha quer no final de 2009, da ordem de 100 milhões, quer no final de 2008, de 113 milhões.

Reflectindo esta situação de provisionamento do crédito, os rácios de incumprimento, calculados nos termos do Aviso nº 16/2004 do Banco de Portugal, registaram no exercício de 2010 uma evolução favorável, tendo, em particular, o rácio de incumprimento líquido passado de -0,7% em 2009 para -0,9% em 2010 (o valor negativo significa nível de provisões superior ao valor do crédito vencido).

RÁCIOS DE INCUMPRIMENTO*

	2008	2009	2010
Crédito com incumprimento / Crédito total	4,0%	4,6%	5,4%
Crédito com incumprimento líquido / Crédito total líquido	-1,1%	-0,7%	-0,9%

(*) Calculados nos termos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução nº. 16/2004

Solvabilidade

Os capitais próprios do SICAM eram, em Dezembro de 2010, de 1.026 milhões de euros, traduzindo um reforço de 26,7 milhões em relação ao final de 2009, mercê sobretudo da retenção dos resultados obtidos no exercício anterior, na linha do que é a prática predominante no conjunto das Caixas e da Caixa Central. No período 2002-2010 o SICAM aumentou a sua situação líquida em mais de 500 milhões de euros.

No final do exercício de 2010, o rácio de solvabilidade global do SICAM ficou em 13,7% e o rácio relativo a fundos próprios de base (Tier 1) situou-se em 12,6%. Este último indicador, que aumentou em 4 pontos percentuais desde 2002, apresenta-se como o mais elevado entre as instituições bancárias portuguesas de maior dimensão, e confere ao Crédito Agrícola uma margem de segurança significativa para absorção de eventuais perdas que é de registar no contexto da actual crise económica e financeira. O nível mínimo para este rácio recomendado pelo Banco de Portugal é de 8%, nível que entretanto se tornou obrigatório (em termos de core Tier 1, conceito em que o Crédito Agrícola se encontra igualmente em posição confortável).

Em 2010, as componentes dos fundos próprios elegíveis como fundos próprios de base cresceram 3,1% em relação a 2009, de 995,7 milhões para 1.026,1 milhões de euros, enquanto as elegíveis como fundos próprios complementares se reduziram em 2,1%.

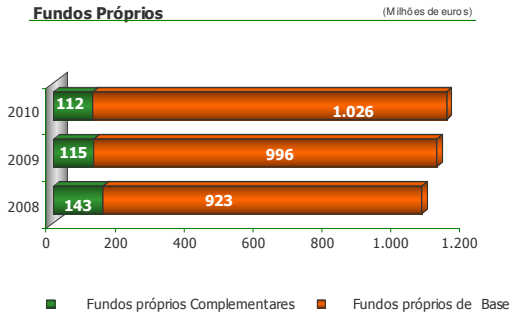
Por sua vez, o montante das exposições ponderadas pelos coeficientes de risco, em activos, elementos extrapatrimoniais e instrumentos derivados (estes últimos continuando com valor pouco significativo), aumentaram em 3,2 %, ao mesmo tempo que os requisitos relativos ao risco operacional se reduziram em 2,5%. Deste modo, o valor total dos requisitos de fundos próprios aumentou 2,5%, passando de 634,8 milhões em 2009 para 650,7 milhões em 2010.

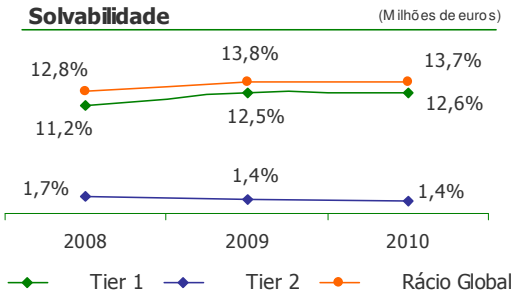
REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE SICAM

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

Solvabilidade	2008	2009	2010	Δ % 2010/2009
Fundos Próprios elegíveis				
Base (*)	922,8	995,7	1.026,1	3,1%
Complementares	143,0	114,9	112,5	-2,1%
Dos quais:				
UPPER TIER 2	8,6	9,3	9,4	1,8%
LOWER TIER 2	137,8	108,9	106,0	-2,7%
Deduções aos Fundos Próprios Totais	14,7	19,1	24,6	28,7%
Total	1.051,1	1.091,4	1.113,9	2,1%
Riscos ponderados				
Crédito	7.290,8	6.953,4	7.176,4	3,2%
Operacional	505,4	523,4	510,4	-2,5%
Total	7.796,2	7.476,9	7.686,8	2,8%
Requisitos de fundos próprios				
Crédito	583,3	556,3	574,1	3,2%
Operacional	75,8	78,5	76,6	-2,5%
Total	659,1	634,8	650,7	2,5%
Rácios de solvabilidade				
Tier 1	11,20%	12,55%	12,62%	0,07 p.p.
Tier 2	1,74%	1,45%	1,38%	-0,07 p.p.
Global	12,76%	13,75%	13,70%	-0,05 p.p.
Rácio de *"Leverage"*	11,84	11,89	12,49	

* Incluindo os resultados do exercicio





No contexto das alterações regulamentares de Basileia III, torna-se igualmente relevante o rácio de alavancagem (leverage), que corresponde ao rácio Activo Líquido/Situação Líquida, no qual a posição do Crédito Agrícola, e do SICAM em particular, se apresenta bastante favorável como já se indicou.

3. Grupo Crédito Agrícola

Considerando o Grupo Crédito Agrícola no seu todo, que integra, para além do SICAM, as empresas do Grupo, os fundos de investimento e a FENACAM, há a registar o crescimento do Activo Líquido consolidado em 9,9% - de 12.947,6 milhões em 2009 para 14.224,1 milhões de euros no exercício findo - que se compara com o crescimento de 9,2% verificado no SICAM.

EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS DO BALANÇO
GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

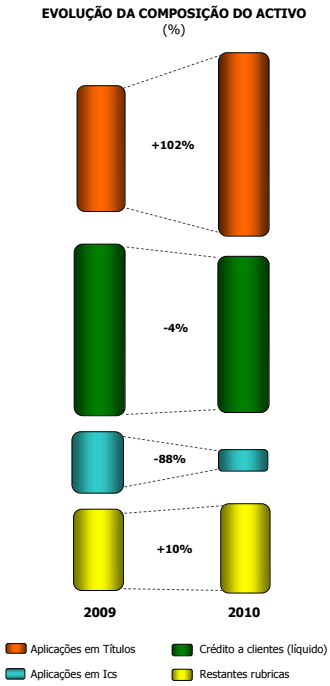
Valores em milhões de euros, excepto percentagens

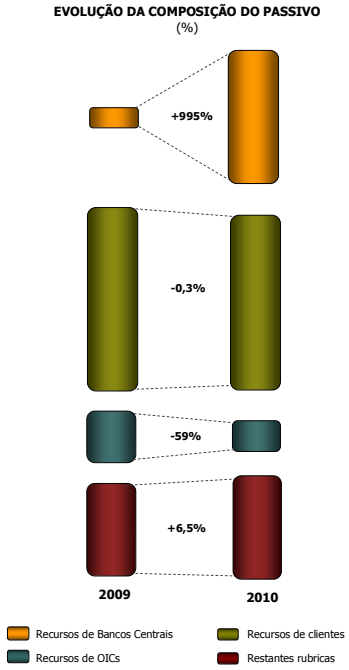
	2008	2009	2010	Variação 10/09	
				Abs.	%
Activo líquido	12.122,4	12.947,6	14.224,1	1.276,5	9,9%
Crédito a clientes (líquido)	7.926,5	8.366,0	8.041,1	-324,9	-3,9%
Passivo	11.134,9	11.872,3	13.102,1	1.229,8	10,4%
Capitais Próprios	987,5	1.075,4	1.122,0	46,6	4,3%

Os capitais próprios do Grupo atingiram no final do exercício 1.122 milhões de euros, incluindo 82,4 milhões correspondentes a interesses minoritários. Excluindo a parcela correspondente a estes interesses, o valor dos capitais próprios em termos consolidados registou um aumento de 25 milhões de Euros, inferior ao resultado consolidado do exercício (35,5 milhões de Euros). Este facto explica-se, sobretudo, pela redução de "reservas de reavaliação" em cerca de 8,1 milhões de euros. Tal é reflexo de menos valias potenciais, reconhecidas em reserva, nas carteiras de obrigações do tesouro e de outros títulos detidas pelas seguradoras, que se encontram contabilizados como activos financeiros disponíveis para venda, essencialmente nessas companhias, o que explica a relevância desta rubrica no balanço consolidado do Grupo. O valor de tais activos em 2010 perfazia cerca de 996,7 milhões de euros, contra 953,2 milhões no ano anterior (+4,6%).

Para além deste aspecto, na composição do activo ressaltam as modificações já assinaladas a propósito do balanço do SICAM, a saber, a forte redução nas aplicações em instituições de crédito e o concomitante reforço das aplicações em títulos – que, excluindo as seguradoras, são na sua maioria classificadas como investimentos detidos até à maturidade –, a par da diminuição das disponibilidades.

Comparando os valores do crédito a clientes constantes dos balanços do SICAM e do Grupo, cuja diferença respeita, naturalmente, aos financiamentos a empresas do próprio Grupo – incluídos no valor do crédito do SICAM mas cujo montante é anulado na consolidação do Grupo – pode concluir-se que o crédito interno no seio do Crédito Agrícola tem pouca relevância face ao valor total do crédito a clientes, o que se deve valorar positivamente, tanto mais que se conjuga com um valor igualmente reduzido em termos relativos das participações nessas empresas. Mesmo tendo em conta o valor dos suprimentos a empresas do Grupo, que ganhou maior expressão em 2010, expresso em "outros activos" no balanço do SICAM, o peso do crédito a empresas do Grupo mantém-se pouco significativo face ao valor global do crédito.





No lado do passivo, por sua vez, a diferença mais saliente entre o balanço do Grupo Crédito Agrícola e o do SICAM reside nas provisões técnicas de contratos de seguros que, espelhando a evolução crescente da actividade seguradora do Crédito Agrícola, atingiram 918,7 milhões de euros no final de 2010, contra 842,1 milhões no ano anterior (+ 9,1%).

No tocante à exploração corrente, o Grupo Crédito Agrícola, em linha com o verificado ao nível do SICAM, registou igualmente um decréscimo da margem financeira, embora em termos mais esbatidos, de 340,7 milhões de euros em 2009 para 334,9 milhões no exercício findo (-1,7%).

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS
GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2008	2009	2010	Variação 10/09	
				Abs.	%
Margem Financeira	424,8	340,7	334,9	-5,7	-1,7%
Margem técnica de seguros	13,7	8,7	5,2	-3,5	-39,8%
Comissões	81,3	81,9	93,2	11,3	13,8%
Outros rendimentos líquidos	17,2	26,1	44,3	18,1	69,4%
	536,9	457,4	477,6	20,2	4,4%
Custos de estrutura	305,2	314,6	326,0	11,4	3,6%
Provisões e imparidades	81,2	78,8	103,5	24,7	31,4%
Resultados antes de impostos	150,3	64,1	47,3	-16,8	-26,2%
Interesses minoritários	1,6	2,2	2,2	---	---
Resultado líquido consolidado	120,7	52,4	35,5	-16,9	-32,2%

* As diferenças para os totais resultam de arredondamentos e de itens de equivalência patrimonial quase sem expressão

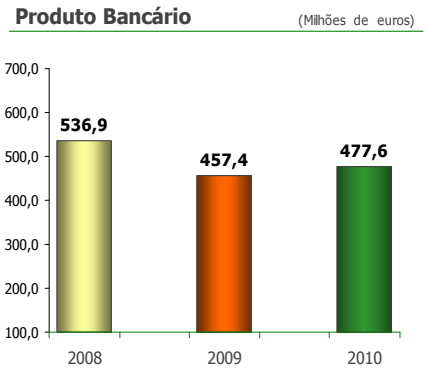
A margem técnica liquida da actividade de seguros, situou-se em 2010 em 5,2 milhões de euros, o que traduziu uma diminuição em relação ao valor que atingira em 2009, que fora de 8,7 milhões (-39,8%), o qual era já inferior ao valor registado em 2008 (13,7 milhões).

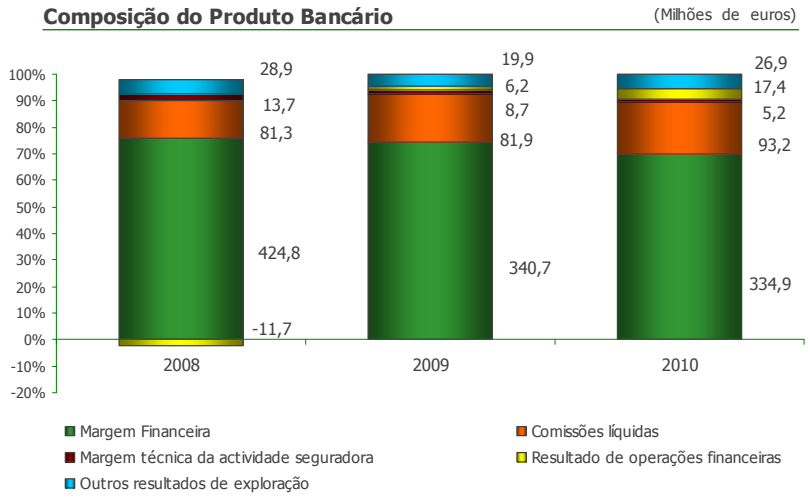
O saldo de comissões, por sua vez, expandiu-se de 81,9 milhões em 2009 para 93,2 milhões em 2010 (+13,8%) e a rubrica residual "outros rendimentos líquidos" apresentou um crescimento percentual acentuado, de 69,4%, atingindo 44,3 milhões de euros contra 26,1 milhões em 2009.

PRODUTO BANCÁRIO

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2008	2009	2010	Estrutura		
				2008	2009	2010
Margem Financeira	**424,8**	**340,7**	**334,9**	**79,1%**	**74,5%**	**70,1%**
Comissões líquidas	81,3	81,9	93,2	15,1%	17,9%	19,5%
Margem técnica da actividade seguradora	13,7	8,7	5,2	2,5%	1,9%	1,1%
Resultado de operações financeiras	-11,7	6,2	17,4	-2,2%	1,4%	3,6%
Outros resultados de exploração	28,9	19,9	26,9	5,4%	4,4%	5,6%
Margem complementar	**112,2**	**116,7**	**142,7**	**20,9%**	**25,5%**	**29,9%**
Total	**536,9**	**457,4**	**477,6**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**





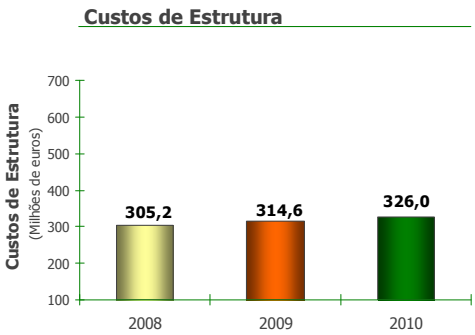
O valor total dos proveitos operacionais (produto bancário e segurador), devido ao aumento das comissões (+ 13,8%) e dos resultados de operações financeiras (+ 3,6%), registou um aumento de 4,4%, em relação ao respectivo valor de 2009, situando-se em 477,6 milhões de euros, contra 457,4 milhões nesse ano. Em 2008 o produto bancário e segurador do Grupo Crédito Agrícola atingira 536,9 milhões de euros.

Os custos de estrutura subiram 3,6% comparativamente ao ano anterior e as provisões no seu conjunto, aumentaram em 31,4% (em valor 24,7 milhões de euros). Esta evolução das diferentes componentes da exploração conduziu a uma redução dos resultados antes de impostos de 64,1 milhões de euros em 2009 para 47,3 milhões no ano findo (-26,2%), e a uma diminuição do resultado líquido consolidado de 52,4 milhões naquele ano para 35,5 milhões em 2010 (-32,2%).

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE FUNCIONAMENTO

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2008	2009	2010	Variação 10/09	
				Abs.	%
Custos de Funcionamento	272,4	280,7	288,6	7,9	2,8%
dos quais:					
Custos de Pessoal	174,0	181,1	185,9	4,8	2,6%
Gastos Gerais Administativos	98,5	99,5	102,7	3,2	3,2%
Amortizações	32,7	33,9	37,4	3,5	10,3%
Custos de estrutura	305,2	314,6	326,0	11,4	3,6%



Os fundos próprios de base do Grupo Crédito Agrícola (antes das deduções) elevaram-se de 986 milhões de euros em 2009 para 1.038 milhões em 2010. Os fundos complementares, por sua vez, reduziram-se, no mesmo período, de 117 milhões de euros para 113 milhões, reflectindo o reembolso por parte de algumas Caixas e da própria Caixa Central, nomeadamente ao FGCAM, de empréstimos subordinados.

Considerando as deduções previstas nos normativos em vigor, os fundos próprios de base elegíveis representavam, no termo do exercício findo, 1.023,3 milhões de euros, contra 959,6 milhões em 2009, sendo os fundos complementares elegíveis, por sua vez, de 98,7 milhões de euros em 2010, contra 90,1 milhões em 2009. No entanto, há igualmente a considerar as deduções aos fundos próprios totais, que aumentaram de 20,7 milhões em 2009 para 28,2 milhões no final de 2010. Apesar desta dedução, os fundos totais elegíveis ainda registaram um acréscimo de 1.028,9 milhões de euros em 2009 para 1.093,8 milhões no ano findo (+6,3%).

Os requisitos de fundos próprios ascenderam, em 2010, a 651,9 milhões de euros, dos quais 78,2 milhões correspondem ao risco operacional, contra 650,7 milhões em 2009 para os requisitos globais, incluindo 79,1 milhões para risco operacional. Assim, em relação ao ano anterior, os requisitos de fundos próprios no final do exercício de 2010 apresentavam-se praticamente invariantes (+0,2%).

Dado que os requisitos de fundos próprios se mantiveram quase estáveis, perante um acréscimo nos fundos elegíveis, o rácio de solvabilidade do Grupo Crédito Agrícola elevou-se de 12,65% para 13,42%, reforçando o nível amplamente confortável face aos normativos em vigor, e continuando a ser o mais elevado no conjunto das instituições bancárias preponderantes no sistema financeiro português.

O rácio *Tier 1*, correspondente aos fundos próprios de base, registou igualmente uma significativa melhoria em relação ao nível que apresentava no final de 2009, de 11,8% para 12,56%, continuando bem acima do nível mínimo definido pelo Banco de Portugal.

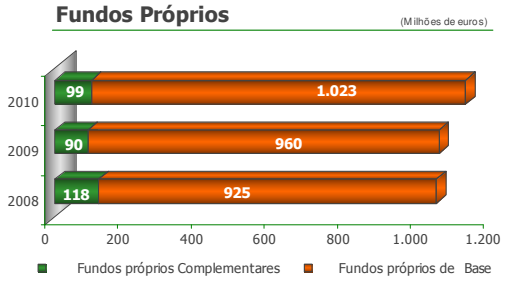
Merece igualmente referência o rácio de *leverage*, importante no novo enquadramento regulamentar, e no qual o Grupo Crédito Agrícola registou uma ligeira subida, de 12,15 para 12,37, nível que se mantém bastante conservador.

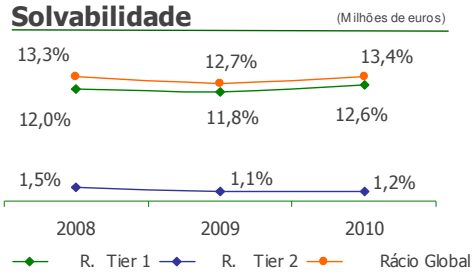
REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE
GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2008	2009	2010	Δ %
Fundos Próprios elegíveis				
Base (*)	924,8	959,6	1.023,3	6,6%
Complementares	117,9	90,1	98,7	9,5%
Dos quais:				
UPPER TIER 2	8,9	7,6	7,4	-1,9%
LOWER TIER 2	126,2	108,9	106,0	-2,7%
Deduções aos Fundos Próprios Totais	14,8	20,7	28,2	35,9%
Total	1.027,9	1.028,9	1.093,8	6,3%
Riscos ponderados				
Crédito	6.748,2	7.144,9	7.170,9	0,4%
Operacional	512,7	527,5	977,8	85,4%
Total	7.260,9	7.672,3	8.148,7	6,2%
Requisitos de fundos próprios				
Crédito	539,9	571,6	573,7	0,4%
Operacional	76,9	79,1	78,2	-1,1%
Total	616,8	650,7	651,9	0,2%
Rácios de solvabilidade				
Tier 1	12,00%	11,80%	12,56%	0,76 p.p.
Tier 2	1,53%	1,11%	1,21%	0,1 p.p.
Global	13,33%	12,65%	13,42%	0,77 p.p.
Rácio de *"Leverage"*	12,43	12,15	12,37	

* Incluindo os resultados do exercicio





IV. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO

1. Balanço e Demonstração de Resultados

SICAM - SISTEMA INTEGRADO DO CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	2010 Activo Bruto	2010 Provisões, imparidade e amortizações	2010 Activo líquido	2009 Activo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	272.414.293		272.414.293	277.383.301
Disponibilidades em outras instituições de crédito	88.710.190		88.710.190	110.249.263
Activos financeiros detidos para negociação	1.386.212		1.386.212	2.967.755
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	13.324.450		13.324.450	7.155.706
Activos financeiros disponíveis para venda	341.605.071	(1.747.446)	339.857.625	358.504.493
Aplicações em instituições de crédito	76.716.905	-	76.716.905	907.641.643
Crédito a clientes	8.606.225.173	(537.717.699)	8.068.507.474	8.391.465.092
Investimentos detidos até à maturidade	3.465.099.641	-	3.465.099.641	1.249.012.802
Outros activos tangíveis	447.065.683	(178.267.329)	268.798.354	271.164.763
Activos intangíveis	14.884.681	(14.278.460)	606.221	508.207
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	89.996.587	(1.903.309)	88.093.278	88.234.812
Activos por impostos correntes	3.265.830		3.265.830	16.722.498
Activos por impostos diferidos	94.723.937		94.723.937	76.958.214
Outros activos	480.385.211	(49.107.171)	431.278.040	338.953.417
Total do Activo	13.995.803.864	(783.021.414)	13.212.782.450	12.096.921.966

PASSIVO E CAPITAL	2010	2009
Recurso de bancos centrais	1.650.886.111	150.791.667
Passivos financeiros detidos para negociação	660.166	1.439.752
Recursos de outras instituições de crédito	227.415.030	549.965.243
Recursos de clientes e outros empréstimos	9.988.676.153	10.070.052.632
Provisões	9.021.347	11.136.275
Passivos por impostos correntes	10.184.678	1.636.225
Passivos por impostos diferidos	622.478	684.662
Instrumentos representativos de capital	32.188.360	33.692.110
Outros passivos subordinados	136.382.890	155.079.800
Outros passivos	130.324.426	122.752.272
Total do Passivo	12.186.361.639	11.097.230.638
Capital	823.462.101	776.679.616
Reservas de reavaliação	(1.783.253)	4.764.183
Outras reservas e resultados transitados	168.406.026	175.913.302
Lucro do exercício	36.335.937	42.334.227
Total do Capital	1.026.420.811	999.691.328
Total do Passivo e do Capital	13.212.782.450	12.096.921.966

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

SICAM - SISTEMA INTEGRADO DO CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICA	2010	2009
Juros e rendimentos similares	456.628.614	516.582.174
Juros e encargos similares	(151.022.084)	(201.366.874)
Margem financeira	305.606.530	315.215.300
Rendimentos de instrumentos de capital	964.483	456.435
Rendimentos de serviços e comissões	121.600.485	101.572.564
Encargos com serviços e comissões	(11.132.125)	(10.468.449)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	4.682.726	574.840
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	688.572	288.900
Resultados de reavaliação cambial	813.280	1.437.576
Resultados de alienação de outros activos	723.278	305.619
Outros resultados de exploração	21.310.233	14.267.514
Produto bancário	445.257.462	423.650.299
Custos com pessoal	(158.646.642)	(155.245.512)
Gastos gerais administrativos	(124.232.304)	(123.626.690)
Amortizações do exercício	(16.098.636)	(15.352.256)
Provisões líquidas de reposições e anulações	880.461	(2.603.946)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	(104.338.393)	(77.928.218)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(167.527)	(3.547)
Resultado antes de impostos	42.654.421	48.890.130
Impostos		
correntes	(19.614.440)	(16.044.543)
diferidos	13.295.956	9.488.640
Resultado líquido do exercício	36.335.937	42.334.227

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2010 Activo Bruto	2010 Provisões, imparidade e amortizações	2010 Activo líquido	2009 Activo líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	272.417.271	-	272.417.271	277.386.784
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	88.764.653	-	88.764.653	110.249.203
Activos financeiros detidos para negociação	8	1.604.207	-	1.604.207	3.173.029
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	13.373.031	-	13.373.031	7.180.374
Activos financeiros disponíveis para venda	10	996.698.168	(1.700.417)	994.997.751	953.266.035
Aplicações em instituições de crédito	11	112.151.385	-	112.151.385	924.624.236
Crédito a clientes	13	8.533.521.811	(492.427.835)	8.041.093.976	8.365.981.099
Investimentos detidos até à maturidade	14	3.465.099.641	-	3.465.099.641	1.249.012.802
Outros activos tangíveis	15	670.608.812	(235.428.929)	435.179.883	387.866.700
Activos intangíveis	16	184.843.311	(132.136.938)	52.706.373	44.460.539
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	17	8.945.669	-	8.945.669	10.571.144
Activos por impostos correntes	18	4.574.168	-	4.574.168	17.087.239
Activos por impostos diferidos	18	97.793.984	-	97.793.984	78.736.792
Outros activos	20	686.388.727	(50.988.875)	635.399.852	518.040.456
Total do Activo		15.136.784.838	(912.682.994)	14.224.101.844	12.947.636.432

PASSIVO E CAPITAL	Notas	2010	2009
Recursos de bancos centrais	21	1.650.886.111	150.791.667
Passivos financeiros detidos para negociação	12	1.994.507	2.411.880
Recursos de outras instituições de crédito	21	227.419.192	549.965.243
Recursos de clientes e outros empréstimos	22	9.938.725.616	9.965.032.817
Provisões	23	8.167.312	10.170.875
Provisões técnicas de contratos de seguros	19	918.705.439	842.091.561
Passivos por impostos correntes	18	12.199.884	2.472.976
Passivos por impostos diferidos	18	1.862.578	2.589.522
Instrumentos representativos de capital	24	32.188.360	33.692.110
Outros passivos subordinados	25	136.382.890	155.079.800
Outros passivos	26	173.560.982	157.957.973
Total do Passivo		13.102.092.871	11.872.256.424
Capital	28	823.462.101	776.679.616
Reservas de reavaliação	29	(170.987)	8.298.018
Outras reservas e resultados transitados	29	180.792.575	177.252.849
Resultado consolidado do exercício	30	35.501.401	52.370.461
Interesses minoritários	31	82.423.883	60.779.064
Total do Capital		1.122.008.973	1.075.380.008
Total do Passivo e do Capital		14.224.101.844	12.947.636.432

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICA	Notas	2010	2009
Juros e rendimentos similares	32	485.638.168	542.336.519
Juros e encargos similares	33	(150.703.301)	(201.682.662)
Margem financeira		334.934.867	340.653.857
Margem técnica da actividade de seguros	42	5.228.878	8.679.930
Rendimentos de instrumentos de capital	34	2.595.464	5.226.556
Rendimentos de serviços e comissões	35	110.592.778	97.190.660
Encargos com serviços e comissões	36	(17.377.313)	(15.258.897)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	37	4.616.643	(4.140.250)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	38	9.372.038	3.676.367
Resultados de reavaliação cambial	39	813.280	1.433.657
Resultados de alienação de outros activos	40	1.253.431	1.430.307
Outros resultados de exploração	41	25.614.324	18.505.561
Produto bancário		477.644.390	457.397.748
Custos com pessoal	43	(185.918.700)	(181.135.631)
Gastos gerais administrativos	44	(102.688.681)	(99.527.436)
Amortizações do exercício	15 e 16	(37.369.005)	(33.894.018)
Provisões líquidas de reposições e anulações	23	1.824.495	(1.494.520)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	23	(96.169.637)	(70.556.014)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	23	(9.119.013)	(6.718.096)
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	30	(890.172)	23.423
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		47.313.677	64.095.456
Impostos			
correntes	18	(22.964.579)	(14.324.935)
diferidos	18	13.319.790	4.810.913
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários		37.668.888	54.581.434
Interesses minoritários	30 e 31	(2.167.487)	(2.210.973)
Resultado consolidado do exercício		35.501.401	52.370.461

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

	2010	2009
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	596.230.946	639.527.179
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(168.080.614)	(216.941.559)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(285.191.970)	(275.993.094)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões	(3.415.411)	(4.669.973)
(Pagamentos)/recebimentos do Imposto sobre o rendimento	(9.644.789)	(9.023.042)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional	170.246.407	222.242.781
	300.144.569	355.142.292
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Crédito a clientes	(252.204.874)	482.718.551
Activos financeiros detidos para negociação e outros activos avaliados ao justo valor através de resultados	7.192	3.048.919
Activos financeiros disponíveis para venda	113.514.048	276.496.386
Aplicações em instituições de crédito	(812.472.851)	(532.861.021)
Investimentos detidos até à maturidade	2.216.086.839	634.010.253
Outros activos	133.024.292	155.899.294
	1.397.954.646	1.019.312.382
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	1.177.548.393	140.691.414
Recursos de clientes e outros empréstimos	(26.307.201)	437.284.985
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura	(417.373)	1.200.122
Outros passivos	6.879.673	70.115.996
	1.157.703.492	649.292.517
Caixa líquida das actividades operacionais	59.893.415	(14.877.573)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Dividendos	(2.595.464)	(5.226.556)
Aquisições de filiais e associadas, líquidas de alienações	(1.601.336)	(747.633)
Aquisições de activos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, líquidas de alienações	91.443.937	67.157.948
Caixa líquida das actividades de investimento	87.247.137	61.183.759
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	(18.696.910)	(40.926.915)
Interesses minoritários	21.644.819	26.173.979
Aumento (diminuição) de capital	(2.048.250)	1.703.850
Caixa líquida das actividades de financiamento	899.659	(13.049.086)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(26.454.063)	(89.110.418)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	387.635.987	476.746.405
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	361.181.924	387.635.987

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

			Outras reservas e resultados transitados						
	Capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	Total	Resultado consolidado do exercício	Sub-total	Interesses minoritários	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	**706.245.096**	**(1.051.869)**	**281.414.514**	**(154.410.852)**	**127.003.662**	**120.692.320**	**952.889.209**	**34.605.085**	**987.494.294**
Aplicação do resultado do exercício de 2008:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	98.501.312	22.191.008	120.692.320	(120.692.320)	-	-	-
Distribuição de resultados a sócios	-	-	(1.712.463)	-	(1.712.463)	-	(1.712.463)	-	(1.712.463)
Aumento de capital por incorporação de reservas	68.730.670	-	(68.730.670)	-	(68.730.670)	-	-	-	-
Aumento de capital por entrada de novos sócios	5.291.575	-	-	-	-	-	5.291.575	-	5.291.575
Diminuição de capital por reembolso a sócios	(3.587.725)	-	-	-	-	-	(3.587.725)	-	(3.587.725)
Aumento de interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	26.173.979	26.173.979
Rendimento integral consolidado do exercício de 2009	-	9.349.887	-	-	-	52.370.461	61.720.348	-	61.720.348
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	**776.679.616**	**8.298.018**	**309.472.693**	**(132.219.844)**	**177.252.849**	**52.370.461**	**1.014.600.944**	**60.779.064**	**1.075.380.008**
Aplicação do resultado do exercício de 2009:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	32.461.407	19.909.054	52.370.461	(52.370.461)	-	-	-
Distribuição de resultados a sócios	-	-	(3.372.253)	-	(3.372.253)	-	(3.372.253)	-	(3.372.253)
Aumento de capital por incorporação de reservas	45.458.482	-	(45.458.482)	-	(45.458.482)	-	-	-	-
Aumento de capital por entrada de novos sócios	6.897.235	-	-	-	-	-	6.897.235	-	6.897.235
Diminuição de capital por reembolso a sócios	(5.573.232)	-	-	-	-	-	(5.573.232)	-	(5.573.232)
Aumento de interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	21.644.819	21.644.819
Rendimento integral consolidado do exercício de 2010	-	(8.469.005)	-	-	-	35.501.401	27.032.396	-	27.032.396
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	**823.462.101**	**(170.987)**	**293.103.365**	**(112.310.790)**	**180.792.575**	**35.501.401**	**1.039.585.090**	**82.423.883**	**1.122.008.973**

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA

OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

	2010	2009
Resultado consolidado do exercício	35.501.401	52.370.461
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda, líquido	(15.116.004)	27.161.042
Transferência da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda para as provisões técnicas de produtos com participação nos resultados a atribuir aos segurados (Nota 19)	-	(15.019.096)
Variação da reserva de reavaliação de imobilizado	(163.318)	(1.760.794)
Transferência para resultados por alienação	345.971	58.458
	(14.933.351)	10.439.610
Impacto fiscal:		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda, líquido	6.459.760	(1.074.232)
Variação da reserva de reavaliação de imobilizado	(100.332)	(15.491)
Actualização das reservas por impostos diferidos à taxa da derrama estadual	104.918	-
	6.464.346	(1.089.723)
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	(8.469.005)	9.349.887
Rendimento integral consolidado	27.032.396	61.720.348

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

2. Notas Explicativas Anexas às Contas Consolidadas

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Com a constituição, em 1991, do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), constituído pela Caixa Central e pelas Caixas Associadas, estabelece-se um regime de co-responsabilidade entre estas. As Caixas têm liberdade de associação à Caixa Central podendo, prosseguir a sua actividade fora do SICAM, mas submetendo-se a regras mais exigentes, semelhante às aplicadas para as restantes instituições de crédito.

As contas consolidadas apresentadas reflectem a situação patrimonial do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), conjunto formado pela Caixa Central e Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas, que com as respectivas empresas filiais e associadas formam o Grupo Financeiro do Crédito Agrícola Mútuo (ou Grupo Crédito Agrícola – "GCA"), sendo elaboradas em conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor constantes no Artigo n.º 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, Decreto-Lei n.º 36/92 e das instruções previstas no Artigo n.º 7º deste diploma.

Assim, o Grupo Crédito Agrícola é um Grupo Financeiro de âmbito nacional, integrado por um vasto número de bancos locais (Caixas Agrícolas) e por empresas especializadas, tendo como estruturas centrais a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, instituição bancária dotada igualmente de competências de supervisão, orientação e acompanhamento das actividades das Caixas Associadas e a Fenacam, instituição de representação cooperativa e prestadora de serviços especializados ao GCA.

Na actividade do Grupo Crédito Agrícola no exercício de 2010 não há factos particularmente salientes a registar que tenham constituído uma alteração marcante em relação ao exercício anterior.

Em 2010, é apenas de destacar os processos de fusão ocorridos entre Caixas Agrícolas Associadas, reduzindo o seu número de 88 para 85, aumentando a sua dimensão e solidez financeira, potenciando uma maior competitividade nos mercados em que operam e visando uma estratégia de optimização de gestão.

Dos factos mais salientes ocorridos no exercício de 2009, é de destacar a publicação do novo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, o qual alarga o âmbito das operações activas do Grupo Crédito Agrícola, que passa a abranger todas as actividades permitidas aos bancos (Decreto-Lei n.º 142/2009, de 16 de Junho). Consequentemente, a Caixa Central e as Caixas Agrícolas procederam à alteração dos seus Estatutos ainda no decorrer do ano de 2009. Adicionalmente, com esta alteração, passaram a sujeitar a exoneração dos associados a uma decisão da Assembleia Geral.

No primeiro semestre de 2009, a filial Times Business mudou de denominação para Crédito Agrícola Imóveis, Unipessoal Lda..

As alterações ocorridas no âmbito do SICAM decorreram apenas de fusões entre Caixas Agrícolas associadas.

As contas consolidadas integram as contas das 85 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo associadas à data de 31 de Dezembro de 2010.

O Grupo Crédito Agrícola detém, directa e indirectamente, participações financeiras em empresas filiais e associadas. São consideradas empresas filiais aquelas em que a percentagem de participação excede 50% do seu capital. Empresas associadas são aquelas em que a percentagem de participação se situa entre 20% e 50% do seu capital ou em que o SICAM, directa ou indirectamente, exerce uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do GCA foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), nos termos adoptados pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para a legislação nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e de acordo com as normas específicas de consolidação de contas constantes no artigo nº. 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março e Instrução n.º 71/96 do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do GCA que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são preparados ajustamentos de conversão para IAS/IFRS.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010:

Norma/Interpretação	Data de eficácia exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (revisão de 2008)	1-Jul-09	Esta revisão vem trazer algumas alterações ao nível do registo de concentrações de actividades empresariais, nomeadamente no que diz respeito: (a) à mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; e (d) ao registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de transacções de venda de interesses sem que de tal resulte a perda de controlo e (e) ao cálculo do resultado na venda de participação com perda de controlo e necessidade de remensuração dos interesses retidos na participação alienada.
IAS 28 (revisão de 2008) Investimentos em associadas	1 – Jul-09	Os princípios descritos acima e adoptados para a IAS 27 (2008) relativamente ao apuramento do resultado da venda é alargado à IAS 28.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2009	Várias (usualmente 1-Jan-10)	Este processo envolveu a revisão de 12 normas contabilísticas.
Alterações à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e	1-Jul-09	Clarifica a aplicação da contabilidade de cobertura à componente inflação dos instrumentos financeiros e aos contratos de

Mensuração – Instrumentos: Itens Cobertos Elegíveis	opções, quando utilizados como instrumentos de cobertura.

A aplicação destas Normas e Interpretações não teve impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Crédito Agrícola em 31 de Dezembro de 2010.

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração Executivo, as Normas e Interpretações relevantes que estão disponíveis para aplicação antecipada são as seguintes:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas (revisão)	1-Jan-11	Esta revisão vem trazer algumas clarificações relacionadas com as divulgações a efectuar de partes relacionadas, em particular no tocante a entidades ligadas à administração pública.
IAS 32 – Emenda (Classificação das emissões de direitos)	1-Fev-10	Esta emenda vem clarificar em que condições os direitos emitidos podem ser classificados como instrumentos de capital próprio.

Estas normas apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adoptadas pelo GCA nos exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.

As demonstrações financeiras consolidadas do GCA em 31 de Dezembro de 2010, estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, é convicção do Conselho de Administração Executivo do GCA que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

A consolidação de contas do Grupo Crédito Agrícola é efectuada para dar cumprimento aos requisitos da seguinte legislação:

- Artigo nº. 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola (Decreto Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 142/2009, de 16 de Junho);

- Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março; e

- Instrução n.º 71/96 do Banco de Portugal.

a) Empresas filiais

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L. (Caixa Central), das Caixas de Crédito Agrícola Associadas e das empresas filiais e associadas controladas directamente e indirectamente pelo Caixa Central (Nota 4).

A nível das empresas participadas, são consideradas "filiais" aquelas nas quais o GCA exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

A consolidação das contas das empresas filiais foi efectuada pelo método da integração global, desde o momento em que a Caixa Central assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo Crédito Agrícola.

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção de controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos directamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais" são registados pelo respectivo justo valor.

Até 1 de Janeiro de 2006, e conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o *goodwill* era totalmente anulado por contrapartida de reservas no ano de aquisição das participações. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, o GCA não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o *goodwill* gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2006 permanece registado em reservas.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do SICAM e das empresas filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

b) Empresas associadas

As empresas associadas são entidades nas quais o GCA exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. Os eventuais dividendos recebidos são registados por contrapartida de uma diminuição do valor do investimento financeiro.

As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o GCA passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao GCA do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pela empresa associada.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2006, são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição. O *goodwill* é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade de acordo com o IAS 36, não sendo amortizado. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor é superior ao custo de aquisição (*goodwill* negativo), o diferencial é reconhecido em resultados.

Em 31 de Dezembro de 2010, o GCA não tem registado montantes relativos a *goodwill*.

2.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O GCA adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras consolidadas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Operações em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros ao câmbio de "fixing" da data do balanço, com excepção dos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, às taxas de câmbio em vigor na data em que foram realizadas. Adicionalmente, são adoptados os seguintes procedimentos contabilísticos:

- a posição cambial à vista por moeda, que corresponde ao saldo líquido dos activos e passivos numa determinada moeda, é reavaliada diariamente de acordo com os câmbios de "fixing" indicados pelo Banco de Portugal, por contrapartida de resultados;

- a posição cambial a prazo numa moeda, que corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, é reavaliada à taxa de câmbio a prazo de mercado ou, na ausência desta, a uma taxa calculada com base nas taxas de juro de mercado para essa moeda e para o prazo residual da operação. A diferença entre os saldos convertidos para Euros às taxas de reavaliação utilizadas e os saldos convertidos às taxas contratadas, corresponde à reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registada em resultados.

c) Crédito e outros valores a receber

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial), sendo reconhecidas pelo valor nominal.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são registados ao custo amortizado, sendo submetidos a análises periódicas de imparidade.

A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados. Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo o método da taxa efectiva, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria devem ser, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa efectiva.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo as comissões e custos associados aos créditos periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

Imparidade

Periodicamente, o GCA analisa o crédito a clientes e outros valores a receber para identificar evidências de imparidade. Considera-se que um activo financeiro se encontra em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos.

Para efeitos de apuramento de imparidade do crédito concedido, o GCA segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito;
- Outros créditos a particulares;
- Extrapatrimoniais.

Adicionalmente, foram incluídas as responsabilidades relativas a papel comercial, operações em moeda estrangeira e contratos de locação financeira.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no GCA para a carteira de crédito a clientes, é analisada a existência de perdas por imparidade em termos individuais, através de análise casuística, e em termos colectivos. Quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais dos activos desse grupo e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares.

Sempre que o GCA entende necessário, a informação histórica é actualizada com base nos dados correntes observáveis, para reflectirem os efeitos das condições actuais.

Os critérios de selecção dos clientes alvo de análise individual foram os seguintes:

- Todos os clientes com responsabilidades superiores a 1.000.000 Euros; e
- Clientes com crédito vencido (à mais de 90 dias) superior a 50.000 Euros.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo GCA está relacionada com a observação de diversos eventos denominados “eventos de perda”, entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
    - das condições e/ou capacidade de pagamento;
    - das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na

capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de incumprimento (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos cash flows dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar numa situação de incumprimento durante um período de emergência Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percepcionada pelos Serviços do GCA (*incurred but not reported*). Para todos os segmentos da carteira, o GCA considerou um período de emergência de 6 meses.

Se existir evidência de que o GCA incorreu numa perda por imparidade em crédito e outros valores a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos é reduzido pelo saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de juro corrente, determinada pelo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados.

Quando num período subsequente se registe uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

Anulações de capital e juros

Periodicamente, o GCA abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração Executivo do GCA. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas como uma dedução ao saldo das perdas por imparidade reflectidas na demonstração de resultados, na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

De acordo com as políticas em vigor no GCA, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de créditos vencidos que se encontrem garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados. Não obstante, para os créditos com garantia real e hipotecária com prestações de capital vencidas e não pagas há mais de seis e doze meses, respectivamente, o cálculo e o registo de juros sobre o capital vincendo é interrompido.

As recuperações de juros abatidos no activo são igualmente reflectidos a crédito da rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

d) Outros activos e passivos financeiros

Os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

i) Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, bem como derivados. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica de activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados incluem os títulos de rendimento fixo transaccionados em mercados activos que o GCA optou por registar e avaliar ao justo valor através de resultados.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

Os dividendos são reconhecidos quando atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

O justo valor dos activos financeiros detidos para negociação e transaccionados em mercados activos é o seu *bid-price* ou a cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de "*discounted cash flows*".

Quando são utilizadas técnicas de "*discounted cash flows*", os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos derivados que não são transaccionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes bem como a qualidade creditícia das contrapartes.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, investimentos a deter até à maturidade, crédito ou empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio "reserva de justo valor" até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidas directamente em resultados do período.

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos em resultados na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

iii) Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade são investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, sendo do interesse do GCA mantê-los até ao seu reembolso.

Os investimentos financeiros a deter até à maturidade são registados ao custo de aquisição. Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

iv) Aplicações em instituições de crédito

Nesta rubrica são registados apenas os valores a receber de outras instituições de crédito.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros.

No reconhecimento inicial estes activos são valorizados pelo justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

v) Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros.

vi) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida, são inicialmente valorizados ao justo valor, que corresponde à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 182/87, de 21 de Abril, foi criado o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, cujo funcionamento foi regulamentado pelo Decreto-Lei 345/98, de 9 de Novembro. Este último visou reconverter o Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo, por forma a que o mesmo tivesse por objecto (i) garantir o reembolso de depósitos constituídos na Caixa Central e nas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo suas associadas e (ii) promover e realizar acções que visem assegurar a solvabilidade e liquidez das referidas instituições, com vista à defesa do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM).

Em 31 de Dezembro de 2010, o GCA possuía empréstimos subordinados concedidos pelo Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo no montante de 102.301.428 Euros (116.660.562 Euros em 31 de Dezembro de 2009), descritos na Nota 25.

vii) Imparidade em activos financeiros

O GCA efectua análises periódicas de imparidade aos activos financeiros, efectuando para o crédito a clientes e outros valores a receber o referido na Nota 2.3.c).

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade registam-se por contrapartida de resultados.

Para títulos cotados, considera-se que existe evidência de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Para títulos não cotados, é considerado evidência de imparidade a existência de impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com razoabilidade.

Caso num período subsequente se registe uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuída a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

No caso de activos disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa e prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

No caso de activos financeiros disponíveis para venda com evidência de imparidade, a perda potencial acumulada em reservas é transferida para resultados.

e) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nominal. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);

- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash flows descontados e modelos de valorização de opções.

Os derivados são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados", respectivamente.

f) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo GCA para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	4 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 10
Viaturas	4

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do GCA, são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilização esperada ou do contrato de arrendamento.

Conforme previsto no IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2006 foram registados pelo valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que corresponde ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da lei, decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Periodicamente são efectuadas avaliações aos imóveis de modo a identificar eventuais perdas por imparidade.

g) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente as despesas da fase de desenvolvimento de projectos relativos a sistemas de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados. Anualmente é efectuada uma análise para apuramento de perdas por imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica inclui os montantes de 27.104.229 Euros e 21.639.550 Euros, respectivamente, relativos a custos incorridos com os colaboradores afectos a software desenvolvido internamente na CA Serviços (Nota 16).

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 a 6 anos.

h) Activos tangíveis disponíveis para venda

O GCA regista em "Outros activos" os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação para pagamento de operações de crédito vencido, sendo registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do bem, na data da dação. Os imóveis são objecto de avaliações periódicas que dão lugar ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados. Os activos tangíveis são registados nesta rubrica a partir do momento da celebração do contrato promessa de dação ou da arrematação.

O GCA não reconhece mais-valias potenciais nestes activos.

i) Provisões

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face a riscos fiscais, processos judiciais e outros riscos específicos decorrentes da actividade do Crédito Agrícola, de acordo com o IAS 37 (Nota 23).

j) Benefícios de empregados

O SICAM subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o Crédito Agrícola (denominado por Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo) pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência. No entanto, uma vez que os empregados estão inscritos na Segurança Social, as responsabilidades do SICAM com pensões relativamente aos seus colaboradores consistem no pagamento de complementos face aos níveis previstos no ACTV.

Para cobertura das suas responsabilidades o SICAM dispõe de um Fundo de Pensões do Grupo Crédito Agrícola, o qual se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela Segurança Social. Estes complementos são calculados, por referência ao ACTV, de acordo com (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma, (ii) com o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo e o número total de anos de serviço à data de reforma.

Este Fundo, cujos benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões são os definidos no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Crédito Agrícola Mútuo, assume, assim, a natureza de um Fundo solidário, estando a sua gestão a cargo da Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida S.A..

De acordo com os estatutos do SICAM, os membros dos seus órgãos sociais não são abrangidos pelos benefícios descritos.

Para o cálculo das pensões do ACTV, o tempo de serviço assumido foi calculado a partir das seguintes datas:

- Para as diuturnidades futuras e respectiva evolução automática na carreira, considerou-se a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades;

- Para o cálculo das percentagens do anexo V na atribuição das pensões, assumiu-se a data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões.

Para a repartição das responsabilidades por serviços passados a cargo do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, admitiu-se o seguinte:

- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é posterior à data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo dos tempos de serviço passado e total;

- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é anterior à data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo do tempo de serviço passado e da data de antiguidade para efeitos de nível e diuturnidades para o tempo de serviço total, uma vez que esta corresponde à da admissão na Banca.

Os métodos de cálculo utilizados foram o do *Projected Unit Credit* para a reforma por velhice e sobrevivência diferida e o dos Prémios Únicos Sucessivos para a reforma por invalidez e sobrevivência imediata.

O cálculo da pensão de sobrevivência aplicou-se somente aos participantes efectivamente casados, admitindo-se como idade do cônjuge a do participante diminuída ou acrescida de três anos, consoante este seja do sexo masculino ou feminino. O cálculo deste benefício encontra-se em função do nível de remuneração do participante, de acordo com o Anexo VI do ACTV.

O SICAM regista anualmente como custo a contribuição para o Fundo de Pensões que é estimada pela Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida S.A. para cada entidade contribuinte em função do número de trabalhadores inscritos.

Em 1 de Janeiro de 2006 o SICAM optou por não aplicar retrospectivamente o IAS 19, não tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse sido adoptado desde o início dos planos de pensões. Deste modo, a totalidade dos ganhos e perdas actuariais já existentes e os acréscimos de responsabilidades calculados à data de transição decorrentes da aplicação pela primeira vez do IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados na data de transição.

Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), os quais foram calculados com base nos mesmos pressupostos que as responsabilidades com complementos de pensões.

Os ganhos e perdas actuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo numa rubrica de desvios actuariais e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

De acordo com o método do corredor os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do valor actual das responsabilidades totais ou do valor do fundo, dos dois o maior, reportados igualmente ao início do ano, são imputados a resultados durante o período estimado de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos activos dos planos e dos ganhos e perdas actuariais não reconhecidos em resultados devido ao método do corredor, são registadas em "Outros passivos".

O Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos de pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no activo. No entanto, estabelece um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção do IAS 19. O SICAM reconheceu na rubrica "Outras reservas e resultados transitados" o impacto da adopção do IAS no dia 1 de Janeiro de 2006.

k) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACTV, o SICAM assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O SICAM determina o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método *Projected Unit Credit*. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade utilizadas para o apuramento das responsabilidades com pensões. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de rating elevado e prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

I) Impostos sobre os lucros

As entidades do GCA são tributadas individualmente e estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

As contas das sucursais são integradas nas contas da Caixa Central para efeitos fiscais. As Sucursais Financeiras Exteriores na Região Autónoma da Madeira e na Região Autónoma dos Açores beneficiam, ao abrigo do Artigo 34º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto na Portaria nº 555/2002, de 4 de Junho, considera-se que pelo menos 80% do lucro tributável da actividade global da Caixa Central é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional das Zonas Franca da Madeira e dos Açores.

Até 31 de Dezembro de 2009, a taxa fiscal utilizada no cálculo de impostos diferidos foi de 26,5% para as diferenças temporárias geradas no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício. No exercício de 2010, os impostos diferidos foram actualizados a uma taxa adicional de 2,5%, denominada de Derrama Estadual. Assim, à taxa de 26,5% acresce uma taxa adicional de 2,5%, incidente sobre a parte do lucro tributável superior a 2.000.000 Euros, sujeito e não isento de IRC, que seja apurado por sujeitos passivos residentes em território português e que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza industrial, comercial ou agrícola bem como por não residentes com estabelecimento estável neste território.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais também são registados como impostos diferidos activos.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. No entanto, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;

- Diferenças tributárias dedutíveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que a Caixa Central tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

m) Locação financeira

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

n) Seguros

i) Contratos de Seguro

O registo das transacções associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pelo GCA respeita as disposições do IFRS 4 – "Contratos de seguro". Esta Norma veio permitir aos emissores de contratos de seguro a manutenção das políticas contabilísticas utilizadas antes da adopção dos IFRS, desde que seja assegurado o cumprimento de determinados requisitos mínimos, estabelecidos pela referida norma, incluindo a realização com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras de um teste de adequacidade dos passivos associados aos contratos detidos.

Neste sentido, no registo dos contratos de seguro emitidos e dos contratos de resseguro detidos pelo GCA foram aplicados os princípios contabilísticos previstos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma nº 4/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma nº 20/2007-R, de 31 de Dezembro, do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), e as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

Os principais impactos decorrentes da introdução do IFRS 4 nas demonstrações financeiras das companhias de seguros detidas pelo GCA respeitam à classificação dos contratos emitidos ou adquiridos pelo GCA em contratos de seguro ou contratos de investimento. Os contratos com risco de seguro significativo são classificados como contratos de seguro e registados no âmbito do IFRS 4. Os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39, situação que não se aplicou no GCA.

Adicionalmente, de acordo com o permitido pelo IFRS 4, o GCA manteve a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de investimento com participação nos resultados, quando essa participação inclui uma componente de discricionariedade por parte das companhias, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo o correspondente aumento de responsabilidades.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros com participação nos resultados, são repartidos entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos e no historial de participações de resultados atribuídas.

ii) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados quando emitidos, na rubrica "Prémios, líquidos de resseguro", da demonstração de resultados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo o custo reflectido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

As principais políticas contabilísticas e bases de mensuração das provisões técnicas, são as seguintes:

i) Provisão para prémios não adquiridos

Reflecte a parte dos prémios emitidos contabilizados no exercício, respeitantes a riscos ainda não incorridos à data do balanço e a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes, com o objectivo de garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos dele resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro. É determinada, para cada contrato em vigor, pela aplicação do método prorata temporis aos prémios brutos emitidos.

Ao montante calculado da provisão para prémios não adquiridos é deduzido a parte do custo a diferir das remunerações pela mediação de seguros e de outros custos de aquisição.

ii) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro directo, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência, de despesas e de rendimentos, de acordo com o definido pelo ISP.

iii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não participados ("IBNR") e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização. A provisão para sinistros participados e não participados é estimada pelo GCA com base na experiência passada, informação disponível e pela aplicação de métodos estatísticos.

Para o cálculo da provisão para IBNR, nos ramos automóvel, acidentes de trabalho, habitação, comércio e serviços e responsabilidade civil (exploração e geral), foram efectuadas estimativas actuariais, baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo. Para os restantes ramos, aplicou-se uma taxa genérica de 4% ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados, para provisionar a responsabilidade com sinistros a serem participados após o fecho do exercício. A provisão para custos de gestão de sinistros é calculada utilizando o método do custo médio.

Considerou-se ainda uma provisão matemática no ramo de acidentes de trabalho, relativa às seguintes responsabilidades com sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 2010: (i) pensões a pagar já homologadas pelo Tribunal do Trabalho; (ii) pensões a pagar com acordo de conciliação já realizado; (iii) pensões de sinistros já ocorridos mas que se encontram pendentes de acordo final ou sentença. As provisões matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de acidentes de trabalho, são calculadas utilizando pressupostos actuariais baseados em métodos actuariais reconhecidos e na legislação laboral vigente.

Adicionalmente, constitui-se uma provisão matemática para fazer face: (i) às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento; e (ii) a sinistros já ocorridos e ainda não participados.

As provisões para sinistros não são reconhecidas pelo seu valor actual, com excepção da provisão matemática de acidentes de trabalho, que é calculada com base numa estimativa dos fluxos de caixa futuros, actualizados a uma taxa de desconto de 3,5%.

Qualquer insuficiência ou excesso da provisão para sinistros, se vier a existir, é registada nos resultados correntes, quando determinada.

iv) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No âmbito dos riscos assumidos pelo CGA, esta provisão é apenas constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um factor de risco, definido pelo ISP para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pelo CGA.

v) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em consideração as percentagens de cessão ao resseguro, bem como outras cláusulas constantes nos tratados de resseguro em vigor.

vi) Provisão matemática do ramo vida

As provisões matemáticas do Ramo Vida têm como objectivo registar o valor actuarial das responsabilidades futuras do CGA relativamente às apólices emitidas e são calculadas com base em métodos actuariais reconhecidos e aprovados pelo ISP.

Em termos quantitativos, os principais pressupostos considerados no cálculo das provisões matemáticas relativas a seguros de vida são:

	Tábua de mortalidade	Taxa técnica
Planos Poupança Reforma e Produtos de Capitalização		
. Produtos lançados até 2008	GKM 80	3%
. Produtos lançados após 2008	GKM 80	Taxa variável por ano civil
Seguros em caso de morte	GKM 80	3%

vii) Provisão para participação nos resultados

Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afectos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato. A estimativa dos montantes a atribuir aos segurados sob a forma de participação nos resultados em cada modalidade ou conjunto de modalidades deve ser calculada tendo por base um plano adequado, aplicado de forma consistente, que tenha em consideração o plano de participação nos resultados, a maturidade dos compromissos, dos activos afectos e ainda outras variáveis específicas da modalidade ou modalidades em causa.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde deve ser integralmente utilizado pela compensação dos ajustamentos negativos do justo valor dos investimentos e pela sua transferência para a provisão para participação nos resultados atribuída.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados que não tenham ainda sido distribuídos mas que já foram atribuídos.

viii) Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

Conforme acima referido, o GCA manteve a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que a participação nos resultados inclui uma componente de discricionariedade por parte das companhias, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respectivas condições contratuais prevêem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e

- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discrição do emissor; e

- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As responsabilidades originadas por contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são incluídas nos testes de adequacidade de passivos realizados pelo GCA.

ix) Derivados embutidos em contratos de seguro

De acordo com o permitido pelo IFRS 4, as opções detidas pelos tomadores dos contratos de seguro de resgatar antecipadamente os contratos em vigor por um montante fixo, ou por um montante fixo acrescido de uma componente de juro, não são destacadas do contrato de acolhimento.

x) Testes de adequacidade de passivos

De acordo com os requisitos do IFRS 4, o GCA realiza com referência à data das demonstrações financeiras, testes de adequacidade dos passivos relacionados com os contratos de seguro em vigor, considerando estimativas do valor actual dos *cash flows* futuros associados aos contratos, incluindo as despesas a incorrer com a regularização dos sinistros e os *cash flows* associados a opções e garantias implícitas nos contratos de seguro.

Caso o valor actual das responsabilidades estimadas através destes testes seja superior ao valor dos passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, líquido do valor contabilístico dos custos de aquisição diferidos e dos activos intangíveis relacionados com os referidos contratos, são registadas provisões adicionais por contrapartida da demonstração de resultados do exercício.

A metodologia e os principais pressupostos utilizados na realização dos testes de adequacidade de passivos são os seguintes:

Ramo vida

O teste da adequação dos passivos é feito através da actualização, à taxa de juro de mercado sem risco dos cash-flows futuros de sinistros, resgates, vencimentos, comissões e despesas de gestão, deduzidos dos cash-flows futuros de prémios.

Estes cash-flows futuros são projectados apólice a apólice, atendendo às bases técnicas prudentes em utilização, as quais são calculadas com base na análise histórica dos seus dados do seguinte modo:

Mortalidade:

Com base em ficheiros extraídos dos seus sistemas informáticos, obtém-se o número de pessoas seguras por idade no início, no fim e as sinistradas no ano. A partir destes dados, calcula-se o número de pessoas expostas ao risco em cada idade, e multiplicando-se este valor pela probabilidade de morte de uma determinada tábua de mortalidade determina-se o número esperado de sinistros, de acordo com essa tábua. Comparando esse valor com o real obtém-se a sinistralidade real do ano em percentagem da tábua. Analisando os valores dos últimos cinco anos determina-se então o pressuposto de mortalidade. Esta análise é feita em separado para os produtos de Vida Risco e Capitalização.

Resgates:

Com base em ficheiros extraídos dos seus sistemas informáticos, obtém-se as provisões matemáticas no início e fim do ano e os montantes resgatados, por produto. A partir destes dados, calcula-se o valor médio de provisões matemáticas de cada produto, e dividindo-se o montante de resgates por esse valor obtém-se a taxa de resgate do ano. Analisando os valores dos últimos cinco anos determina-se o pressuposto de resgate de cada produto.

Despesas:

As despesas repartem-se em despesas de investimento, administrativas e com sinistros. Por forma a obter os custos unitários, divide-se as despesas de investimento pelo valor médio de provisões matemáticas, as administrativas pelo número médio de pessoas seguras e as de sinistros pelo número total de sinistros do ano.

Taxas de Rendimento:

A determinação das taxas de rendimento futuras, a aplicar às provisões matemáticas, é feita com base na taxa de juro de mercado sem risco. Com base nas taxas de rendimento obtidas são projectadas participações nos resultados futuras, as quais são posteriormente incorporadas nas provisões matemáticas, sendo depois projectadas nos vencimentos, sinistros e resgates futuros.

Provisões para Sinistros:

São projectados os cash flows futuros do run-off da empresa nas coberturas de morte e invalidez tendo em vista determinar o seu custo futuro por comparação com o custo actual. Para este efeito usam-se métodos estatísticos. Os cash flows, sendo de curto prazo, são calculados sem desconto de provisões.

Ramos não vida

Os actuários responsáveis avaliam regularmente a adequabilidade das provisões socorrendo-se para isso da análise das responsabilidades das companhias nas vertentes da incerteza, duração contratual, natureza dos sinistros e despesas de regularização de sinistros. Aplicam ainda um conjunto de cenários micro e macroeconómicos para a verificação da adequação dos mesmos.

xi) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o GCA avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos activos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respectivos activos é reduzido por contrapartida da demonstração de resultados do exercício, sendo o custo reflectido na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela gestão, que podem afectar o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Benefícios a empregados

As responsabilidades com complemento de pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando pressupostos actuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas.

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

Avaliação dos colaterais nas operações de crédito

As avaliações dos colaterais de operações de crédito, nomeadamente hipotecas de imóveis, foram efectuadas com o pressuposto da manutenção de todas as condições de mercado imobiliário, durante o período de vida das operações, tendo correspondido à melhor estimativa do justo valor dos referidos colaterais na data da concessão do crédito.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o GCA valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizadas técnicas de valorização baseadas nas ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Investimentos detidos até à maturidade

A classificação dos títulos registados na rubrica "Investimentos detidos até à maturidade" pressupõe a capacidade do Grupo Crédito Agrícola de os manter até ao seu vencimento.

Imparidade de imóveis de serviço próprio

Os imóveis de serviço próprio encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. As avaliações dos imóveis de serviço próprio, utilizadas na realização dos testes de imparidade, foram efectuadas com o pressuposto da continuidade das operações e utilizando o método do custo da reposição depreciado.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.3. n) acima. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas contas consolidadas reflectem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2010, as entidades que integram o Grupo Crédito Agrícola são:

	Capitais Próprios	Activo Líquido	Lucro/(prejuízo) do exercício	Participação directa	Participação efectiva	Método de consolidação
Bancos						
Caixas de Crédito Agrícola Mútuo [1]	1.095.414.380	11.251.859.519	34.532.074	100,00%	100,00%	Integral
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	147.251.679	5.633.234.164	2.268.545	100,00%	100,00%	Integral
Crédito especializado						
Rural Rent-Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis S.A.	(387.336)	8.900	(11.263)	100,00%	100,00%	Integral
Gestão de activos e corretagem						
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	3.579.138	4.285.689	133.227	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Imóveis, Unipessoal, Lda.	285.519	89.427.465	(187.314)	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Finance - Gestão de Activos (I.F.I.), Sociedade Unipessoal S.A..	386.128	423.813	(77.360)	100,00%	100,00%	Integral
Prestação de Serviços						
FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	3.834.929	6.519.947	524.701	99,98%	99,98%	Integral
Crédito Agrícola Consult - Assessoria Financeira e de Gestão S.A.	217.415	943.662	(257.834)	100,00%	100,00%	Integral
CA Informática-Serviços de Informática S.A.	5.498.777	33.113.585	146.365	99,45%	99,45%	Integral
Capital de risco						
Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	916.966	1.061.407	(15.199)	66,67%	66,67%	Integral
Fundos de investimento						
FII CA Património Crescente	127.026.330	158.706.654	3.253.149	35,87%	35,87%	Integral
FII CA Imobiliário	182.707.066	189.070.965	(5.746.953)	100,00%	100,00%	Integral
FII CA Arrendamento Habitacional	49.309.388	49.433.170	(585.643)	100,00%	100,00%	Integral
FCR Central Frie	2.723.153	2.725.594	(1.897.725)	30,00%	30,00%	Eq. Patrimonial
FCR InovCapital Global 2 [2]	13.669.456	14.136.693	(1.456.863)	26,05%	26,05%	Eq. Patrimonial
FCR Agrocapital 1	15.192.804	15.318.410	71.439	27,78%	30,00%	Eq. Patrimonial
Seguros						
Crédito Agrícola Seguros	22.655.039	154.839.987	3.096.651	97,40%	97,40%	Integral
Crédito Agrícola Vida	45.289.864	872.792.809	6.107.050	89,92%	99,92%	Integral
Outras						
CA Serviços - Serviços Informáticos e de Gestão - ACE	-	54.824.497	-	97,62%	99,98%	Integral
Crédito Agrícola SGPS S.A.	65.778.152	150.863.479	2.119.516	100,00%	100,00%	Integral
CCCAM SGPS Unipessoal Lda	1.244.340	1.246.728	(5.444)	100,00%	100,00%	Integral

Nota: Os valores reportam-se a 31 de Dezembro de 2010 (saldos contabilísticos antes de ajustamentos de consolidação)

[1] Estes valores correspondem à soma algébrica dos balanços das Caixas Agrícolas Associadas

[2] Última informação disponível, respeita a 30 de Junho de 2010

As sedes das entidades do Grupo são as seguintes:

A Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, a Rural Rent – Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, S.A., a Crédito Agrícola SGPS S.A. e a Crédito Agrícola Vida, S.A. e a Crédito Agrícola Imóveis, Unipessoal, Lda têm sede na Rua Castilho, n.º 233 – 1099-004 Lisboa.

A Crédito Agrícola Seguros, S.A., tem a sua sede na Rua Tierno Galvan, Torre 3 – 10.º Amoreiras, 1070 Lisboa.

A CA Informática – Serviços de Informática, S.A. e a CA Serviços – Serviços Informáticos e de Gestão - ACE têm sede na Rua Teófilo Braga, Lote 43 Damaia – 2720-526 Amadora.

A Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., a Crédito Agrícola Consult S.A., a CCCAM SGPS Unipessoal Lda e a Agrocapital SCR S.A. têm sede na Avenida da Republica, n.º 23 – 1050-185 Lisboa.

A FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL, tem sede na Rua Pascoal de Melo, 49 – 1000-232 Lisboa.

A Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco S.A. tem sede na Rua Júlio Dinis nº.535 – 4050-325 Porto.

O FII CA Património Crescente, o FII CA Imobiliário e o FII CA Arrendamento Habitacional são fundos de investimento imobiliário, cuja sociedade gestora é a Square Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A, que tem sede na Rua Tierno Galvan, Torre 3, Piso 7, Sala 706, 1070-274 Lisboa.

O FCR Agrocapital 1 é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a Agrocapital SCR S.A..

O FCR Central Frie é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a Caixa Central CRL, que tem sede na Rua Castilho, n.º. 233 – 1099-004 Lisboa.

O FCR InovCapital Global 2 é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a InovCapital – Sociedade de Capital de Risco SA, que tem sede na Av. Dr. Antunes Guimarães, 103 – 4100-079 Porto.

As alterações ocorridas no perímetro de consolidação em 2010 e 2009 encontram-se descritas na Nota 1.

5. RELATO POR SEGMENTOS

De forma a cumprir o disposto na norma IFRS 8, o Grupo Crédito Agrícola efectuou uma análise às suas linhas de negócio, tendo identificado quatro segmentos materialmente relevantes. A saber:

Banca comercial/de retalho: Inclui todas as actividades relacionadas com a carteira própria, derivados, aplicações e recursos de outras instituições de crédito, operações de tesouraria.

Gestão de fundos investimento e patrimónios: Inclui as operações relacionadas principalmente com a gestão de fundos de investimento imobiliário.

Actividade seguradora: Inclui as operações relacionadas com a comercialização e gestão dos seguros do ramo vida e de ramos reais (não vida).

Serviços de consultoria: Inclui a prestação de serviços de assesssoria económico-financeira ou estratégia especializada, a prestação de serviços de natureza contabilística ou de consultoria de direcção e gestão de empresas, a elaboração ou a revisão de estudos económico-financeiros.

Outros: Inclui todas as restantes operações, nomeadamente as relacionadas com a prestação de outros serviços de apoio ao negócio do GCA.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a segmentação dos resultados do GCA por linhas de negócio é a seguinte:

	2010						
			Actividade seguradora				
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos investimento e patrimónios	Ramo vida	Ramo não vida	Serviços de consultoria	Outros	Total
Margem financeira	305.075.245	106.584	28.400.840	3.289.730	(4.773)	(1.932.759)	334.934.867
Rendimentos de instrumentos de capital	(1.641.680)	-	1.898.259	75.000	-	2.263.885	2.595.464
Resultados de serviços e comissões	110.612.003	(5.175.014)	(6.575.836)	(7.714.385)	-	2.068.697	93.215.465
Outros resultados de exploração e outros	(41.649.918)	6.179.657	(10.160.601)	23.898.676	1.545.193	67.085.587	46.898.594
Produto bancário	372.395.650	1.111.227	13.562.662	19.549.021	1.540.420	69.485.410	477.644.390
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(215.805.057)	(3.505.388)	(5.246.223)	(13.185.069)	(1.710.251)	(49.155.393)	(288.607.381)
Amortizações do exercício	(17.770.912)	(35.564)	(475.818)	(1.862.072)	(19.975)	(17.204.664)	(37.369.005)
Provisões e imparidade	(102.577.345)	(500.000)	(154.639)	-	(58.534)	(173.637)	(103.464.155)
Resultados de participações em associadas	(890.172)	-	-	-	-	-	(890.172)
Resultado antes de impostos e de int. minoritários	35.352.164	(2.929.725)	7.685.982	4.501.880	(248.340)	2.951.716	47.313.677
Impostos	(6.245.204)	(44.217)	(1.578.932)	(1.405.229)	(9.494)	(361.713)	(9.644.789)
Resultado após impostos e antes de int. minoritários	29.106.960	(2.973.942)	6.107.050	3.096.651	(257.834)	2.590.003	37.668.888
Interesses minoritários	(2.167.487)	-	-	-	-	-	(2.167.487)
Resultado líquido do exercício	26.939.473	(2.973.942)	6.107.050	3.096.651	(257.834)	2.590.003	35.501.401

	2009						
			Actividade seguradora				
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos investimento e patrimónios	Ramo vida	Ramo não vida	Serviços de consultoria	Outros	Total
Margem financeira	314.084.913	81.460	26.210.051	2.959.112	1.863	(2.683.542)	340.653.857
Rendimentos de instrumentos de capital	1.658.516	-	2.535.818	-	-	1.032.222	5.226.556
Resultados de serviços e comissões	94.034.430	(2.852.294)	(3.557.068)	(5.692.493)	(812)	-	81.931.763
Outros resultados de exploração e outros	(53.182.328)	5.800.509	(12.608.064)	22.863.689	1.520.970	65.190.796	29.585.572
Produto bancário	356.595.531	3.029.675	12.580.737	20.130.308	1.522.021	63.539.476	457.397.748
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(213.408.805)	(2.577.087)	(5.192.561)	(13.357.135)	(1.629.305)	(44.498.174)	(280.663.067)
Amortizações do exercício	(13.459.716)	(67.341)	(516.739)	(3.169.154)	(14.916)	(16.666.152)	(33.894.018)
Provisões e imparidade	(78.305.135)	(362.000)	-	-	(18.849)	(82.646)	(78.768.630)
Resultados de participações em associadas	23.423	-	-	-	-	-	23.423
Resultado antes de impostos e de int. minoritários	51.445.298	23.247	6.871.437	3.604.019	(141.049)	2.292.504	64.095.456
Impostos	(6.993.651)	(74.736)	(856.084)	(1.039.407)	(6.067)	(544.077)	(9.514.022)
Resultado após impostos e antes de int. minoritários	44.451.647	(51.489)	6.015.353	2.564.612	(147.116)	1.748.427	54.581.434
Interesses minoritários	(2.210.973)	-	-	-	-	-	(2.210.973)
Resultado líquido do exercício	42.240.674	(51.489)	6.015.353	2.564.612	(147.116)	1.748.427	52.370.461

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a segmentação dos principais activos e passivos do GCA por linhas de negócio é a seguinte:

	2010						
			Actividade seguradora				
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos investimento e patrimónios	Ramo vida	Ramo não vida	Serviços de consultoria	Outros	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	357.914.965	-	881.888	2.385.071	-	-	361.181.924
Activos financeiros detidos para negociação	1.386.211	-	-	-	-	217.996	1.604.207
Activos financeiros disponíveis para venda	68.238.107	-	827.876.027	96.537.965	-	2.345.652	994.997.751
Aplicações em instituições de crédito	30.006.511	20.008.279	35.820.355	21.451.340	-	4.864.900	112.151.385
Crédito a clientes	8.041.093.976	-	-	-	-	-	8.041.093.976
Investimentos detidos até à maturidade	3.465.099.641	-	-	-	-	-	3.465.099.641
Outros	1.206.794.395	-	8.214.540	32.964.025	-	-	1.247.972.960
Activo líquido total	13.170.533.806	20.008.279	872.792.810	153.338.401	-	7.428.548	14.224.101.844
Recursos de bancos centrais	(1.650.886.111)	-	-	-	-	-	(1.650.886.111)
Passivos financeiros detidos para negociação	(660.166)	-	(1.334.341)	-	-	-	(1.994.507)
Recursos de outras instituições de crédito	(69.217.174)	(1.706.817)	-	(1.939.953)	(190.000)	(154.365.248)	(227.419.192)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(9.938.725.616)	-	-	-	-	-	(9.938.725.616)
Outros	(327.706.949)	-	(827.502.944)	(127.857.552)	-	-	(1.283.067.445)
Passivo total	(11.987.196.016)	(1.706.817)	(828.837.285)	(129.797.505)	(190.000)	(154.365.248)	(13.102.092.871)

	2009						
			Actividade seguradora				
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos investimento e patrimónios	Ramo vida	Ramo não vida	Serviços de consultoria	Outros	Total
Caixa e disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	381.775.774	-	2.743.714	3.116.499	-	-	387.635.987
Activos financeiros detidos para negociação	2.967.755	-	-	-	-	205.274	3.173.029
Activos financeiros disponíveis para venda	92.831.309	-	766.093.509	90.370.757	-	3.970.460	953.266.035
Aplicações em instituições de crédito	816.504.134	54.681.616	23.409.808	26.488.229	-	3.540.449	924.624.236
Crédito a clientes	8.365.981.099	-	-	-	-	-	8.365.981.099
Investimentos detidos até à maturidade	1.249.012.802	-	-	-	-	-	1.249.012.802
Outros	1.031.753.765	-	5.360.649	26.828.830	-	-	1.063.943.244
Activo líquido total	11.940.826.638	54.681.616	797.607.680	146.804.315	-	7.716.183	12.947.636.432
Recursos de bancos centrais	(150.791.667)	-	-	-	-	-	(150.791.667)
Passivos financeiros detidos para negociação	(1.439.752)	-	(972.128)	-	-	-	(2.411.880)
Recursos de outras instituições de crédito	(439.853.590)	(501.818)	-	(1.305)	-	(109.608.530)	(549.965.243)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(9.965.032.817)	-	-	-	-	-	(9.965.032.817)
Outros	(332.886.595)	-	(753.436.907)	(117.731.315)	-	-	(1.204.054.817)
Passivo total	(10.890.004.421)	(501.818)	(754.409.035)	(117.732.620)	-	(109.608.530)	(11.872.256.424)

6. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Caixa	93.876.672	99.212.662
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	178.540.599	178.174.122
	272.417.271	277.386.784

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

7. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Disponibilidades em Instituições de Crédito no País:		
Cheques a cobrar	79.276.424	94.308.714
Depósitos à ordem	5.688.637	7.732.715
	84.965.061	102.041.429
Disponibilidades em Instituições Crédito no Estrangeiro:		
Depósitos à ordem	3.798.314	8.207.323
Cheques a cobrar	450	-
	3.798.764	8.207.323
Juros a receber	828	451
	88.764.653	110.249.203

8. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de capital	1.160.458	634.903
Instrumentos de dívida	183.814	905.694
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo (Nota 12):		
. Opções compradas	-	526.009
. Forwards cambiais	155.567	349.048
. Swaps de taxa de juro	104.368	757.375
	1.604.207	3.173.029

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

9. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Títulos		
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	13.324.450	7.155.706
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	48.581	24.668
	13.373.031	7.180.374

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	878.421.944	796.255.111
Instrumentos de capital	82.422.721	99.805.637
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	32.307.528	55.294.813
Instrumentos de capital	3.545.975	3.738.532
	996.698.168	955.094.093
Imparidade (Nota 23)	(1.700.417)	(1.828.058)
	994.997.751	953.266.035

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

11. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009
Aplicações em instituições de crédito no país:		
Em outras instituições de crédito:		
Depósitos	96.252.254	814.400.331
Papel comercial a desconto	-	35.000.000
Empréstimos	5.000.000	20.000.000
Outras aplicações	10.002.377	10.005.293
	111.254.631	879.405.624
Em outras instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos	-	36.041.432
Juros a receber	896.754	9.177.180
	896.754	45.218.612
	112.151.385	924.624.236

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	2010	2009
Até três meses	83.753.022	765.346.214
Entre três meses e um ano	27.501.609	150.100.842
	111.254.631	915.447.056
Juros a receber	896.754	9.177.180
	112.151.385	924.624.236

Em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe desta rubrica por entidade, apresenta-se de seguida:

. Barclays Bank	30.658.000
. Banco Santander Totta, S.A.	28.451.729
. Banco Espírito Santo, S.A.	23.602.300
. Unicre – Instituição Financeira de Crédito, S.A.	15.000.000
. Banco Comercial Português, S.A.	5.000.000
. Banco Finantia , S.A.	4.490.345
. Banco Português de Gestão, S.A.	4.000.000
. Outras	52.257
	111.254.631
Juros a receber	896.754
	112.151.385

12. DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010			
	Montante nocional	Valor contabilístico		
	Derivados de negociação	Activos detidos para negociação (Nota 8)	Passivos detidos para negociação	Total
Operações Cambiais a Prazo				
Forwards Cambiais		155.567	(170.243)	(14.676)
Compras	1.582.353			
Vendas	1.428.478			
Swaps	209.000.000	104.368	(1.824.264)	(1.719.896)
	212.010.831	259.935	(1.994.507)	(1.734.572)

	2009			
	Montante nocional	Valor contabilístico		
	Derivados de negociação	Activos detidos para negociação (Nota 8)	Passivos detidos para negociação	Total
Operações Cambiais a Prazo				
Forwards Cambiais		349.048	(2.142)	346.906
Compras	12.376.323			
Vendas	12.110.216			
Opções		526.009	(526.009)	-
Compras	15.891.500			
Vendas	15.689.500			
Swaps	660.866.822	757.375	(1.883.729)	(1.126.354)
	716.934.361	1.632.432	(2.411.880)	(779.448)

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica "Opções" refere-se a opções compradas com o objectivo de cobrir a remuneração a pagar no produto "Depósito Energia 24", produto que se venceu em 18 de Agosto de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2009, a Caixa Central tinha contratado futuros de taxa de juro, com valor nocional de 10.000.000 Euros, cujo valor de reavaliação é pago/recebido no próprio dia, ficando por isso registado nas contas de correspondentes de depósito à ordem. Em 31 de Dezembro de 2009, o montante da reavaliação positiva líquida ascendia a 72.670 Euros. Em 31 de Dezembro de 2010, a Caixa Central não tem futuros de taxa de juro contratados.

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do GCA em 31 de Dezembro de 2010 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	Total
Operações Cambiais a Prazo					
Forwards Cambiais					
Compras	-	1.582.353	-	-	1.582.353
Vendas	-	1.428.478	-	-	1.428.478
Swaps	130.000.000	-	50.000.000	29.000.000	209.000.000
	130.000.000	3.010.831	50.000.000	29.000.000	212.010.831

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do GCA em 31 de Dezembro de 2010 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	Valor Nocional	Valor Contabilístico
Operações Cambiais a Prazo		
Forwards Cambiais		
Clientes	3.010.831	(14.676)
Swaps		
Swaps de Taxa de Juro		
Instituições Financeiras	209.000.000	(1.719.896)
	212.010.831	(1.734.572)

13. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Crédito interno		
Médio e longo prazo:		
Empréstimos com garantia real	3.275.949.858	3.272.297.949
Empréstimos sem garantia real	977.294.035	1.034.374.229
Empréstimos à habitação regime geral	2.089.452.525	1.956.546.839
Empréstimos à habitação bonificado	290.215.389	316.763.576
Papel comercial	94.133.333	465.373.333
Contratos de locação financeira	180.009.353	163.382.479
Curto prazo:		
Créditos em conta corrente	592.221.780	619.612.953
Outros créditos		
Cartões de crédito	35.704.862	38.341.996
Outros créditos	493.214.596	453.911.188
Descobertos em depósitos à ordem	17.218.588	20.490.104
	8.045.414.319	8.341.094.646
Crédito ao exterior		
Médio e longo prazo:		
Empréstimos	12.396.225	10.901.711
Curto prazo		
Descobertos depósitos à ordem	195	902.484
Outros créditos	1.055.032	2.594.126
	13.451.452	14.398.321
Juros a receber	35.087.134	36.342.591
Comissões associadas ao custo amortizado:		
Receitas com rendimento diferido	(15.505.508)	(15.331.432)
Despesas com encargo diferido	72.205	68.594
	(15.433.303)	(15.262.838)
Total crédito não vencido	8.078.519.602	8.376.572.720
Crédito e juros vencidos (Nota 47)		
Crédito vencido	446.193.424	393.774.665
Juros vencidos	8.808.785	10.713.568
	455.002.209	404.488.233
	8.533.521.811	8.781.060.953
Imparidade (Nota 23)		
Para crédito e juros vencidos	(321.416.641)	(255.324.247)
Para créditos de cobrança duvidosa	(171.011.194)	(159.755.607)
	(492.427.835)	(415.079.854)
	8.041.093.976	8.365.981.099

Em 31 de Dezembro de 2010, o crédito concedido a clientes apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	Crédito vivo	Crédito vencido	Total
Empresas			
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	388.770.708	17.794.235	406.564.943
Pesca	11.675.648	3.194.772	14.870.420
Indústrias extractivas			
Extracção de produtos energéticos	62.744	-	62.744
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	16.353.744	2.808.369	19.162.113
Indústrias transformadoras			
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	279.317.683	17.708.035	297.025.718
Indústria têxtil	26.152.231	6.182.105	32.334.336
Indústria do couro e de produtos de couro	7.420.469	1.295.573	8.716.042
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	41.376.054	7.827.381	49.203.434
Indústrias de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	13.244.166	2.097.205	15.341.371
Fabrico de coque, produtos petrol., refinados e combustível nuclear	355.780	20.554	376.334
Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	32.380.063	589.189	32.969.251
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	10.530.662	1.981.673	12.512.335
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	35.945.430	8.077.804	44.023.234
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	48.825.072	6.900.479	55.725.551
Fabrico de máquinas e de equipamentos	5.927.979	948.312	6.876.291
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica	3.179.041	68.271	3.247.311
Fabrico de material de transporte	6.923.979	1.534.272	8.458.251
Fabrico de mobiliário e colchões	21.221.999	2.916.768	24.138.766
Indústrias transformadoras não especificadas	6.212.965	263.762	6.476.727
Reparação, manutenção e instalação de máq. e equipamentos	4.575.273	448.127	5.023.399
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	30.258.872	131.667	30.390.539
Construção	612.149.646	53.907.784	666.057.431
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e domest.	742.140.210	56.902.520	799.042.730
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	240.670.300	9.404.407	250.074.707
Transportes, armazenagem e comunicações	84.066.690	7.390.181	91.456.871
Actividades financeiras, de seguros e intermediação	158.954.024	3.443.557	162.397.581
Actividades imobiliárias	315.540.045	19.231.396	334.771.441
Actividades de consultoria, cientificas, técnicas e similares	83.192.279	4.538.711	87.730.990
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	39.927.696	3.105.578	43.033.274
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	194.951.486	35.272	194.986.758
Educação	32.993.000	1.897.709	34.890.709
Saúde e segurança social	147.402.246	1.292.826	148.695.071
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	98.715.700	2.462.163	101.177.862
Familias com empregados domésticos	34.704	46.747	81.451
Outros	46.837.328	6.132.357	52.969.685
	3.788.285.914	252.579.758	4.040.865.672
Particulares			
Habitação	2.379.667.914	40.760.164	2.420.428.078
Outros fins	1.890.911.943	161.662.287	2.052.574.230
	4.270.579.857	202.422.451	4.473.002.308
Juros e comissões			
Juros a receber	35.087.134	-	35.087.134
Comissões ao custo amortizzado	(15.433.303)	-	(15.433.303)
	19.653.831	-	19.653.831
	8.078.519.602	455.002.209	8.533.521.811

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos residuais dos créditos de clientes apresentavam a seguinte estrutura:

	2010	2009
Até três meses	729.916.875	1.338.654.538
Entre três meses e um ano	841.473.351	789.634.062
Entre um ano e três anos	1.444.798.731	1.439.216.352
Entre três e cinco anos	4.862.004.839	4.688.462.722
Mais de cinco anos	635.674.184	504.013.526
	8.513.867.980	8.759.981.200
Juros a receber	35.087.134	36.342.591
Comissões associadas ao custo amortizado	(15.433.303)	(15.262.838)
	8.533.521.811	8.781.060.953

14. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009
Titulos detidos até à maturidade:		
Títulos cotados:		
Títulos emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida		
De dívida pública portuguesa	2.246.472.793	421.657.746
De outros residentes	811.962.031	443.462.513
Títulos emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida		
De emissores públicos estrangeiros	103.328.284	164.655.221
De outros não residentes	247.590.655	196.340.742
	3.409.353.763	1.226.116.222
Juros a receber	55.745.878	22.896.580
	3.465.099.641	1.249.012.802

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os investimentos financeiros a deter até à maturidade encontram-se registados ao custo de aquisição. Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares". Em 31 de Dezembro de 2010, estes títulos apresentam menos valias potenciais no montante de 81.624.675 Euros, face ao seu justo valor, apurado pelo GCA através da utilização do preço máximo de um conjunto de ofertas de compra indicadas por dez entidades externas com quem o GCA efectua transacções.

A Caixa Central adquiriu nos primeiros meses de 2010 um conjunto de Obrigações do Tesouro, inicialmente registadas na carteira de "Activos financeiros detidos para negociação" e, no decurso do exercício de 2010, reclassificadas para a carteira de "Instrumentos detidos até à maturidade". Com esta reclassificação, a Caixa Central registou ganhos no montante de 5.832.100 Euros na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados" (Nota 37).

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

15. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2009 Valor líquido	Aquisições	Amortizações	Imparidade (Nota 23)	Abates, alienações e outros	31-12-2010 Valor líquido
Imóveis:						
De serviço próprio	302.568.398	66.337.159	(5.699.392)	(37.716)	(1.662.854)	361.505.595
Obras em imóveis arrendados	9.793.350	939.872	(931.225)	-	(275.659)	9.526.338
Outros imóveis	2.064.819	63.915	(77.931)	-	(69.832)	1.980.971
	314.426.567	67.340.946	(6.708.548)	(37.716)	(2.008.345)	373.012.904
Equipamento	56.615.948	13.579.652	(17.067.335)	-	(1.808.181)	51.320.084
Património artistico	959.483	3.400	-	-	(13.717)	949.166
Equipamento em locação financeira:						
Equipamento	569.833	128.143	(205.276)	-	(10.151)	482.549
Outros activos em locação financeira	5.585	-	(13.150)	-	-	(7.565)
	575.418	128.143	(218.426)	-	(10.151)	474.984
Outros activos tangíveis:						
Activos tangíveis em curso	14.968.385	173.520	-	-	(6.105.990)	9.035.915
Outros	320.899	143.365	(77.433)	-	(1)	386.830
	15.289.284	316.885	(77.433)	-	(6.105.991)	9.422.745
	387.866.700	81.369.026	(24.071.742)	(37.716)	(9.946.385)	435.179.883

Descrição	31-12-2008 Valor líquido	Aquisições	Amortizações	Imparidade (Nota 23)	Transferências	Abates, alienações e outros	31-12-2009 Valor líquido
Imóveis:							
De serviço próprio	266.809.470	38.225.600	(5.258.649)	(22.696)	15.673.135	(12.858.462)	302.568.398
Obras em imóveis arrendados	8.987.374	871.778	(818.966)	-	753.164	-	9.793.350
Outros imóveis	1.322.400	1.273.162	(61.394)	-	-	(469.349)	2.064.819
	277.119.244	40.370.540	(6.139.009)	(22.696)	16.426.299	(13.327.811)	314.426.567
Equipamento	60.621.246	12.811.211	(17.087.081)	-	270.572	-	56.615.948
Património artistico	905.549	5.085	-	-	48.849	-	959.483
Equipamento em locação financeira:							
Equipamento	665.430	247.043	(246.673)	-	-	(95.967)	569.833
Outros activos em locação financeira	(6.035)	-	(9.000)	-	20.620	-	5.585
	659.395	247.043	(255.673)	-	20.620	(95.967)	575.418
Outros activos tangíveis:							
Activos tangíveis em curso	16.590.873	15.187.331	-	-	(16.809.819)	-	14.968.385
Outros	326.877	7.685	(57.143)	-	43.479	-	320.898
	16.917.750	15.195.016	(57.143)	-	(16.766.340)	-	15.289.283
	356.223.184	68.628.895	(23.538.905)	(22.696)	-	(13.423.778)	387.866.700

Durante os exercícios de 2010 e 2009, as mais e menos valias apuradas na alienação de activos tangíveis encontram-se registadas na rubrica "Resultados de alienação de outros activos – Outros activos tangíveis" (Nota 40).

16. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2009 Valor líquido	2010 Aquisições	2010 Amortizações	2010 Abates, alienações, transferências e outros	31-12-2010 Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	33.462.678	12.671.687	(13.280.204)	12.462.149	45.316.310
Outros activos intangíveis	222.504	-	(17.059)	(22.708)	182.737
Activos intangíveis em curso	10.775.357	11.397.980	-	(14.966.011)	7.207.326
	44.460.539	24.069.667	(13.297.263)	(2.526.570)	52.706.373

Descrição	31-12-2008 Valor líquido	2009 Aquisições	2009 Amortizações	2009 Abates, alienações, transferências e outros	31-12-2009 Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	33.904.846	1.972.988	(10.325.598)	7.910.442	33.462.678
Outros activos intangíveis	205.139	35.768	(29.515)	11.112	222.504
Activos intangíveis em curso	7.843.059	11.868.904	-	(8.936.606)	10.775.357
	41.953.044	13.877.660	(10.355.113)	(1.015.052)	44.460.539

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica inclui os montantes de 27.104.229 Euros e 21.639.550 Euros, respectivamente, relativos a custos incorridos com os colaboradores afectos a software desenvolvido e em fase de desenvolvimento interno na CA Serviços (Nota 2.3 g)). O valor incorrido relativo ao exercício de 2010 ascendeu a 5.464.679 Euros.

17. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
FCR Agrocapital 1	4.557.842	4.560.551
FCR InovCapital Global 2	3.560.894	3.940.406
FCR Central Frie	816.947	2.060.201
Rurabela	9.986	9.986
	---	---
	8.945.669	10.571.144
	========	========

Em 31 de Dezembro de 2010, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras não auditadas destas empresas encontram-se resumidos na Nota 4.

18. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 eram os seguintes:

	2010	2009
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	97.173.591	77.799.127
Por prejuízos fiscais reportáveis	620.393	937.665
	97.793.984	78.736.792
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	(1.862.578)	(2.589.522)
	95.931.406	76.147.270
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	4.574.168	17.080.513
Outros	-	6.726
	4.574.168	17.087.239
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(12.199.884)	(2.472.976)
	7.625.716	14.614.263

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	2010					
	Saldo em 31-12-2009	Variação em resultados: Alteração pela taxa da derrama estadual	Variação em resultados: Alteração da base	Variação em resultados: Total	Variação em Reservas	Saldo em 31-12-2010
. Activos tangíveis e imparidade	669.984	32.026	(340.982)	(308.956)	-	361.028
. Activos intangíveis	22.625	1.082	(11.515)	(10.433)	-	12.192
. Provisões não aceites fiscalmente:						
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	38.684.812	1.318.735	6.257.862	7.576.597	-	46.261.409
Provisões para crédito e juros vencidos	26.792.657	380.476	7.784.271	8.164.747	-	34.957.404
Provisões para riscos gerais de crédito	4.706.574	77.867	399.989	477.856	-	5.184.430
Provisão para aplicações financeiras	233.229	116	(98.127)	(98.011)	-	135.218
Provisões para imóveis	314.127	-	12.889	12.889	-	327.016
Provisões para outras aplicações	1.006.907	-	(722.809)	(722.809)	-	284.098
Provisões para outros riscos e encargos	1.400.875	74.329	(23.407)	50.922	-	1.451.797
. Pensões						
Reformas antecipadas	267.048	-	2.629	2.629	-	269.677
Contribuição efectuada	986	-	(986)	(986)	-	-
Prémio de antiguidade	3.688.932	55.779	19.512	75.291	-	3.764.223
Encargos com saúde	161.153	-	(9.874)	(9.874)	-	151.279
. Valorização ao justo valor por reservas de activos financeiros disponíveis para venda	-	(7.488)	(4.649.690)	(4.657.178)	6.464.346	1.807.168
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(1.981.411)	(4.182)	304.236	300.054	-	(1.681.357)
. Valias fiscais	(203.967)	-	66.178	66.178	-	(137.789)
. Prejuízos fiscais reportáveis	51.162	-	569.231	569.231	-	620.393
. Comissões	650.642	8.434	(305.590)	(297.156)	-	353.486
. Valorização dos activos disponíveis para venda	(404.144)	-	360.712	360.712	-	(43.432)
. Outros	85.079	23.113	1.744.974	1.768.087	-	1.853.166
	76.147.270	1.960.287	11.359.503	13.319.790	6.464.346	95.931.406

	2009			
	Saldo em 31-12-2008	Variação em Resultados	Variação em Reservas	Saldo em 31-12-2009
. Activos tangíveis e imparidade	1.070.162	(400.178)	-	669.984
. Activos intangíveis	4.146.937	(4.124.312)	-	22.625
. Provisões não aceites fiscalmente:				
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	25.517.225	13.167.587	-	38.684.812
Provisões para crédito e juros vencidos	23.976.986	2.815.671	-	26.792.657
Provisões para riscos gerais de crédito	4.427.954	278.620	-	4.706.574
Provisão para aplicações financeiras	944.454	(711.225)	-	233.229
Provisões para imóveis	7.541.863	(7.227.736)	-	314.127
Provisões para outras aplicações	241.185	765.722	-	1.006.907
Provisões para outros riscos e encargos	1.502.237	(101.362)	-	1.400.875
. Pensões				
Reformas antecipadas	87.794	179.254	-	267.048
Contribuição efectuada	144.950	(143.964)	-	986
Prémio de antiguidade	3.069.136	619.796	-	3.688.932
Encargos com saúde	132.250	28.903	-	161.153
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(292.161)	(1.689.250)	-	(1.981.411)
. Valias fiscais	(13.789)	(190.178)	-	(203.967)
. Prejuízos fiscais reportáveis	852.794	(801.632)	-	51.162
. Comissões	1.016.366	(365.724)	-	650.642
. Valorização dos activos disponíveis para venda	(1.881.076)	2.566.655	(1.089.723)	(404.144)
. Outros	(59.187)	144.266	-	85.079
	72.426.080	4.810.913	(1.089.723)	76.147.270

O aumento dos impostos diferidos activos nos exercícios de 2010 e 2009 resulta maioritariamente de provisões para crédito concedido com garantia hipotecária.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2010 e 2009 pode ser demonstrada como segue:

	2010		2009	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Resultado antes de impostos		47.313.677		64.095.456
Imposto apurado com base na taxa de imposto nominal	26,50%	12.538.124	26,50%	16.985.296
Taxa adicional (derrama estadual)	0,92%	437.537	0,00%	-
Actualização dos impostos diferidos à taxa da derrama estadual	(4,14%)	(1.960.287)	0,00%	-
Proveitos não tributados	(0,11%)	(49.755)	(3,37%)	(2.161.030)
Correcções de impostos relativos a exercicios anteriores	(1,53%)	(725.765)	(4,28%)	(2.744.071)
Operações efectuadas ao abrigo de regimes de taxa reduzida	(3,88%)	(1.835.446)	(3,79%)	(2.429.886)
Beneficios fiscais	(0,21%)	(98.739)	(0,09%)	(58.762)
Outros	2,83%	1.339.120	(0,12%)	(77.525)
Imposto registado na demonstração de resultados	20,38%	9.644.789	14,84%	9.514.022

No exercício de 2010, a rubrica "Outros" inclui o montante de 1.110.814 Euros relativo a tributações autónomas sobre bónus e outras remunerações variáveis de gestores, custos com viaturas e despesas de representação.

No exercício de 2010, a rubrica "Proveitos não tributados" refere-se essencialmente a dividendos não tributados de títulos estrangeiros detidos pela CA Vida. No exercício de 2009, esta rubrica inclui também mais valias obtidas na venda de imobilizado financeiro.

No exercício de 2010 e 2009, a rubrica "Operações efectuadas ao abrigo de regimes de taxa reduzida" refere-se a operações tributadas à taxa de 20% prevista no Estatuto Fiscal Cooperativo e a operações tributadas à taxa de 15% correspondente ao regime de incentivos fiscais à interioridade, previsto no Artigo 43º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Nos exercícios de 2010 e 2009, a rubrica "Correcções de imposto de exercícios anteriores" corresponde a reembolsos recebidos de IRC relativos a acertos de pagamentos de imposto efectuados pelo GCA em exercícios anteriores.

Até 31 de Dezembro de 2009, a taxa fiscal utilizada no cálculo de impostos diferidos foi de 26,5% para as diferenças temporárias geradas no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício. No exercício de 2010, os impostos diferidos foram actualizados a uma taxa adicional de 2,5%, denominada de Derrama Estadual. Assim, à taxa de 26,5% acresce uma taxa adicional de 2,5%, incidente sobre a parte do lucro tributável superior a 2.000.000 Euros, sujeito e não isento de IRC, que seja apurado por sujeitos passivos residentes em território português e que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza industrial, comercial ou agrícola bem como por não residentes com estabelecimento estável neste território. No exercício de 2010, a percentagem média de taxa da derrama estadual apurada no GCA é de 0,92%, uma vez que a maioria das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas apresentam um lucro tributável inferior a 2.000.000 Euros.

19. PROVISÕES TÉCNICAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009
Ramo vida:		
Provisão matemática	796.028.773	715.831.413
Provisão para sinistros	3.243.130	2.951.473
Outras provisões técnicas:		
. Provisão para participação nos resultados	1.348.930	16.790.336
. Provisão para estabilização da carteira	16.136.668	8.374.068
	816.757.501	743.947.290
Ramos não vida:		
Provisão para sinistros	84.565.557	82.189.499
Provisão para prémios não adquiridos	14.118.693	13.552.328
Outras provisões técnicas:		
. Provisão para riscos em curso	2.819.307	2.025.809
. Provisão para desvios de sinistralidade	444.381	376.635
	101.947.938	98.144.271
	918.705.439	842.091.561

O movimento ocorrido nas provisões técnicas durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

Saldo em 31-12-2008	Reforços líquidos de reposições e anulações (Nota 42)	Transfe-rências (Nota 23)	Regula-rizações	Saldo em 31-12-2009	Reforços líquidos de reposições e anulações (Nota 42)	Utilizações	Saldo em 31-12-2010
707.249.104	119.698.705	124.656	15.019.096	842.091.561	92.854.075	(16.240.197)	918.705.439

No exercício de 2009, as regularizações no montante de 15.019.096 Euros, diz respeito à transferência da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda para provisões técnicas, relativa a produtos com participação nos resultados a atribuir aos segurados da CA Vida. No exercício de 2010, este montante foi distribuído aos segurados, tendo a CA Vida utilizado esta provisão.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a provisão matemática apresenta a seguinte composição:

Protecção Poupança Investimento	275.660.311	379.504.696
Protecção Poupança Reforma	165.792.578	174.006.706
Protecção Poupança Educação	20.391.292	20.922.300
CA Poupança Activa	221.431.332	17.770.861
CA PPR+6	18.431.435	82.542.762
CA PPR	94.126.343	40.988.695
Protecção Super-Crédito	10.837	11.382
CA Protecção Livre	172.919	81.118
CA Vida Plena	11.726	2.893
	---	---
	796.028.773	715.831.413
	==========	==========

20. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009
Outros activos		
Outras disponibilidades	6.499	36.488
Ouro e outros metais preciosos	558.494	563.108
Devedores por operações sobre futuros	5.540	12.965
Aplicações conta-caução	322.041	232.040
Outras aplicações	59.856	509.856
Sector Público Administrativo		
IVA a recuperar	4.479.084	5.034.593
IMT – reembolsos pedidos	1.270.989	1.654.695
Outros valores a receber	3.088.358	1.612.690
Devedores por capital não realizado	730	3.730
Despesas de crédito em contencioso	3.034.935	2.247.144
Suprimentos	1.176.317	9.168
Bonificações a receber	5.479.183	6.308.057
Devedores diversos - adiantamentos	6.793.311	6.564.963
Clientes de locação financeira	1.127.457	820.879
Outros devedores diversos	56.142.810	46.139.220
	83.545.604	71.749.596
Rendimentos a receber		
Por compromissos irrevogáveis assumidos	144.980	103.706
Por serviços bancários prestados	1.638.071	1.442.140
Outros rendimentos a receber	395.609	685.536
	2.178.660	2.231.382
Despesas com encargo diferido		
Comissões por prestação de serviços	1.712.277	2.716.226
Rendas e alugueres	69.968	78.008
Seguros	990.873	819.351
Outras despesas a diferir	4.636.993	6.181.762
Contribuições para o FGD, FGCAM e SII	-	25.232
	7.410.111	9.820.579

	2010	2009
Valores a regularizar		
Caixas automáticas Multibanco (compensação ATM)	48.531.658	47.599.065
Operações cambiais a liquidar	258.082	270.988
Economato	1.915.122	2.266.230
Outras operações a regularizar	4.207.381	8.804.006
	54.912.243	58.940.289
Activos tangíveis disponíveis para venda		
Imóveis	536.225.580	417.188.508
Equipamento	427.950	776.978
Outros	1.688.579	1.791.539
	538.342.109	419.757.025
	686.388.727	562.498.871
Imparidade (Nota 23)		
Outros devedores diversos	(16.740.072)	(16.844.795)
Activos tangíveis disponíveis para venda:		
Imóveis	(33.939.475)	(27.132.162)
Equipamento	(173.430)	(358.741)
Outros	(135.898)	(122.717)
	(50.988.875)	(44.458.415)
	635.399.852	518.040.456

O movimento dos activos tangíveis disponíveis para venda durante os exercícios de 2010 e 2009 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2009				Imparidade			31-12-2010		
	Valor bruto	Imparidade	Aquisições	Alienações	Utilizações	Dotações	Reposições	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Activos tangíveis disponíveis para venda										
Imóveis	417.188.508	(27.132.162)	149.412.097	(30.375.025)	582.177	(10.124.587)	2.735.097	536.225.580	(33.939.475)	502.286.105
Equipamento	776.978	(358.741)	169.007	(518.035)	196.381	(18.570)	7.500	427.950	(173.430)	254.520
Outros	1.791.539	(122.717)	137.127	(240.087)	(13.181)	-	-	1.688.579	(135.898)	1.552.681
	419.757.025	(27.613.620)	149.718.231	(31.133.147)	765.377	(10.143.157)	2.742.597	538.342.109	(34.248.803)	504.093.306

	31-12-2008				Imparidade			31-12-2009		
	Valor bruto	Imparidade	Aquisições	Alienações	Utilizações	Dotações	Reposições	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Activos tangíveis disponíveis para venda										
Imóveis	279.584.259	(24.514.507)	162.178.624	(24.574.375)	1.515.553	(5.882.277)	1.749.069	417.188.508	(27.132.162)	390.056.346
Equipamento	289.342	(125.251)	562.598	(74.962)	182	(240.700)	7.028	776.978	(358.741)	418.237
Outros	1.706.488	(211.315)	185.775	(100.724)	88.598	-	-	1.791.539	(122.717)	1.668.822
	281.580.089	(24.851.073)	162.926.997	(24.750.061)	1.604.333	(6.122.977)	1.756.097	419.757.025	(27.613.620)	392.143.405

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outros devedores diversos” inclui os montantes de 13.747.315 Euros e 11.895.994 Euros, respectivamente, relativos a bonificações a receber do IFADAP pela CA Seguros.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Comissões por prestação de serviços” diz respeito ao montante pago à Cotavalor pela aquisição do negócio de agenciamento da Western Union. O montante pago ascendeu a 4.100.000 Euros e encontra-se a ser diferido ao longo do período de duração do contrato, que ascende a 5 anos, pelo método da taxa efectiva.

21. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2010	2009
Recursos de Bancos Centrais		
Recursos do Banco de Portugal		
Depósitos a prazo	1.650.000.000	150.000.000
Juros a pagar	886.111	791.667
	1.650.886.111	150.791.667
Recursos de instituições de crédito no país		
Depósitos	27.036.036	70.740.950
Outros recursos	25.710	-
	27.061.746	70.740.950
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Outras instituições de crédito:		
Operações de venda com acordo de recompra	191.977.204	464.365.045
Depósitos	7.768.930	14.305.980
Outros recursos	597.761	543.074
	200.343.895	479.214.099
Juros a pagar	13.551	10.194
	227.419.192	549.965.243
	1.878.305.303	700.756.910

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Recursos do Banco de Portugal - Depósitos a prazo" inclui quatro empréstimos no montante total de 1.650.000.000 Euros, que vencem juros a uma taxa anual de 1% e que têm vencimentos entre Janeiro e Março de 2011.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica "Recursos do Banco de Portugal" incluía um empréstimo no montante de 150.000.000 Euros, com vencimento em Julho de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Operações de venda com acordo de recompra" diz respeito maioritariamente a operações de reporte de títulos de dívida pública portuguesa efectuadas com contrapartes estrangeiras, tendo em vista a obtenção de liquidez.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o prazo residual dos recursos de Bancos Centrais e de outras instituições de crédito apresenta a seguinte estrutura:

	2010	2009
Até três meses	1.877.405.641	148.360.319
Entre três meses e um ano	-	551.594.730
	1.877.405.641	699.955.049
Juros a pagar	899.662	801.861
	1.878.305.303	700.756.910

22. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Depósitos:		
À ordem	2.628.656.231	2.497.749.563
De poupança	3.317.843.558	3.639.053.045
A prazo	3.952.162.208	3.777.090.862
Outros recursos de clientes	396.694	552.370
Cheques e ordens a pagar	7.749.782	13.820.543
Outros	2.533.766	2.324.095
	9.909.342.239	9.930.590.478
Juros a pagar	29.383.377	34.442.339
	9.938.725.616	9.965.032.817

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos, apresentavam a seguinte estrutura:

	2010	2009
Até três meses	6.022.712.403	6.401.723.702
Entre três meses e um ano	2.701.934.285	3.028.217.243
Entre um ano e cinco anos	1.177.292.087	494.353.184
Mais de cinco anos	7.403.464	6.296.349
	9.909.342.239	9.930.590.478
Juros a pagar	29.383.377	34.442.339
	9.938.725.616	9.965.032.817

23. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

		2010			
	Saldos em 31-12-2009	Reforços liquidos de rep. e anulações	Utilizações	Transferências	Saldos em 31-12-2010
Provisões para créditos sobre clientes (Nota 13):					
Créditos de cobrança duvidosa	159.755.607	11.255.587	-	-	171.011.194
Crédito e juros vencidos	255.324.247	84.914.050	(21.084.654)	2.262.998	321.416.641
	415.079.854	96.169.637	(21.084.654)	2.262.998	492.427.835
Provisões:					
Outros riscos e encargos	10.170.875	(1.824.495)	-	(179.068)	8.167.312
	10.170.875	(1.824.495)	-	(179.068)	8.167.312
Imparidade de outros activos financeiros:					
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	1.828.058	167.527	(545.168)	250.000	1.700.417
Imparidade de outros activos:					
Outros activos (Nota 20)	44.458.415	8.989.202	(124.812)	(2.333.930)	50.988.875
Activos tangíveis (Nota 15)	501.567	(37.716)	(3.633)	-	460.218
	46.788.040	9.119.013	(673.613)	(2.083.930)	53.149.510
	472.038.769	103.464.155	(21.758.267)	-	553.744.657

		2009			
	Saldos em 31-12-2008	Reforços liquidos de rep. e anulações	Utilizações	Transferências (Nota 23)	Saldos em 31-12-2009
Provisões para créditos sobre clientes (Nota 13):					
Créditos de cobrança duvidosa	164.622.279	(6.245.972)	(230.076)	1.609.376	159.755.607
Crédito e juros vencidos	208.696.521	76.801.986	(27.152.268)	(3.021.992)	255.324.247
	373.318.800	70.556.014	(27.382.344)	(1.412.616)	415.079.854
Provisões:					
Outros riscos e encargos	7.685.518	1.494.520	(489.130)	1.479.967	10.170.875
	7.685.518	1.494.520	(489.130)	1.479.967	10.170.875
Imparidade de outros activos financeiros:					
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	1.593.068	3.740	-	231.250	1.828.058
Imparidade de outros activos:					
Outros activos (Nota 20)	40.263.157	6.737.052	(2.103.687)	(438.107)	44.458.415
Activos tangíveis (Nota 15)	509.413	(22.696)	-	14.850	501.567
	42.365.638	6.718.096	(2.103.687)	(192.007)	46.788.040
	423.369.956	78.768.630	(29.975.161)	(124.656)	472.038.769

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Provisões – outros riscos e encargos" inclui provisões constituídas para fazer face a riscos fiscais, legais e outros riscos específicos decorrentes da actividade do GCA.

24. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
C.C.A.M. Costa Azul, CRL	17.928.420	18.811.115
C.C.A.M. Açores, CRL	7.180.885	7.180.885
C.C.A.M. Guadiana Interior, CRL	1.835.415	1.850.415
C.C.A.M. Porto de Mós, CRL	1.726.670	1.811.715
C.C.A.M. Nordeste Alentejano, CRL	792.190	794.690
C.C.A.M. Beira Baixa (Sul), CRL	659.595	659.595
C.C.A.M. Pernes, CRL	431.870	483.230
C.C.A.M. Ribatejo Norte, CRL	430.415	432.835
C.C.A.M. Sotavento Algarvio, CRL	400.280	400.280
C.C.A.M. Tramagal, CRL	321.285	342.970
C.C.A.M. Beira Douro, CRL	134.010	236.765
C.C.A.M. Douro, Corgo e Tâmega, CRL	124.655	193.750
C.C.A.M. Médio Ave, CRL	117.960	145.400
C.C.A.M. Oliveira do Hospital, CRL	58.765	40.245
C.C.A.M. Baixo Vouga, CRL	32.435	33.675
C.C.A.M. Serra da Estrela, CRL	10.340	269.900
C.C.A.M. Campo Maior, CRL	2.870	2.870
C.C.A.M. Estremoz, CRL	190	190
C.C.A.M. Mogadouro e Vimioso	100	100
C.C.A.M. Alentejo Central, CRL	10	10
C.C.A.M. Terra Quente, CRL	-	500
C.C.A.M. Vila Franca de Xira, CRL	-	500
C.C.A.M. Vale do Távora e Douro, CRL	-	475
	32.188.360	33.692.110

De acordo com o IAS 32, os títulos de capital são instrumentos de capital próprio caso a entidade tenha um direito incondicional de recusar o seu reembolso. A introdução dos IAS/IFRS implicou um ajustamento com referência a 1 de Janeiro de 2006 no montante de 41.447.495 Euros, resultante da classificação dos títulos de capital especial como passivo (Nota 28).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as condições de remuneração dos títulos de capital variavam entre 3,5% e 6%, e o prazo de reembolso de 3 a 5 anos.

25. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Empréstimos subordinados concedidos pelo FGCAM:		
Não titulados	102.301.428	116.660.562
Títulos de investimento:		
Emitidos	33.757.440	37.896.700
	136.058.868	154.557.262
Juros a pagar	324.022	552.538
	136.382.890	155.079.800

Tendo em consideração os prazos de vencimento dos passivos subordinados, a duração residual do saldo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 analisa-se como segue:

	2010	2009
Menos de três meses	3.500.000	250.000
Entre três meses e um ano	16.617.543	32.350.254
Entre um ano e três anos	22.283.580	33.486.295
Entre três e cinco anos	66.071.917	30.963.382
Mais de cinco anos	27.585.828	57.507.331
Juros a pagar	324.022	552.538
	136.382.890	155.079.800

O saldo do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo analisa-se como segue:

Descrição	Entidade detentora dos títulos	Moeda	Data de vencimento dos juros	Taxa de Juro em vigor a 31.12.2010	Data de vencimento	2010			
						Saldo 31.12.2009	Reembolsos	Emissões	Saldo 31.12.2010
Empréstimo do FGCAM	Álcacer Sal e Montemor-Novo	Euro	30-Nov	0,5000%	30-11-2015	12.000.000	-	-	12.000.000
Empréstimo do FGCAM	Costa Verde	Euro	31-Jan	0,5000%	31-01-2018	11.000.000	-	-	11.000.000
Empréstimo do FGCAM	Entre Tejo e Sado	Euro	29-Out	0,3000%	31-12-2014	10.000.000	-	-	10.000.000
Empréstimo do FGCAM	Alcobaça	Euro	23-Dez	0,5000%	23-12-2011	9.975.958	-	-	9.975.958
Empréstimo do FGCAM	Moravis	Euro	15-Dez	0,5000%	12-12-2015	8.000.000	-	-	8.000.000
Empréstimo do FGCAM	Alentejo Central	Euro	23-Out	0,5000%	23-10-2015	7.481.968	-	-	7.481.968
Empréstimo do FGCAM	CCCAM	Euro	-	-	28-04-2010	7.459.134	7.459.134	-	-
Empréstimo do FGCAM	Bairrada e Aguieira	Euro	16-Jun	0,5000%	16-06-2021	6.000.000	-	-	6.000.000
Empréstimo do FGCAM	Vale de Sousa e Baixo Tâmega	Euro	16-Jun	0,5000%	16-06-2013	5.000.000	-	-	5.000.000
Empréstimo do FGCAM	Bairrada e Aguieira	Euro	05-Mai	0,5000%	05-05-2016	5.000.000	-	-	5.000.000
Empréstimo do FGCAM	Bairrada e Aguieira	Euro	05-Mai	0,5000%	05-05-2018	5.000.000	-	-	5.000.000
Empréstimo do FGCAM	Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2014	5.000.000	-	-	5.000.000
Empréstimo do FGCAM	CCCAM	Euro	23-Dez	2,6250%	23-12-2011	4.800.000	2.400.000	-	2.400.000
Empréstimo do FGCAM	Albergaria e Sever	Euro	-	-	31-05-2010	4.500.000	4.500.000	-	-
Empréstimo do FGCAM	Beira Baixa (Sul)	Euro	15-Mai	0,5000%	15-05-2013	4.000.000	-	-	4.000.000
Empréstimo do FGCAM	Área Metropolitana do Porto	Euro	23-Dez	0,5000%	23-12-2011	3.491.585	-	-	3.491.585
Empréstimo do FGCAM	Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2014	2.493.990	-	-	2.493.990
Empréstimo do FGCAM	Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2014	2.493.989	-	-	2.493.989
Empréstimo do FGCAM	Alentejo Central	Euro	23-Out	0,5000%	23-10-2015	1.995.192	-	-	1.995.192
Empréstimo do FGCAM	Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2014	968.745	-	-	968.745
						116.660.562	14.359.134	-	102.301.428

Os títulos de investimento têm a seguinte composição:

Descrição	Entidade detentora dos títulos	Número de Obrigações	Moeda	Valor Nominal Unitário	Data de vencimento dos juros	Taxa de Juro em vigor a 31.12.2010	Data de vencimento	2010			
								Saldo 31.12.2009	Reembolsos	Emissões	Saldo 31.12.2010
Tit.Investimento/2005	C.da Rainha, Óbidos e Peniche	1.000.000	Euro	5	-	-	10-08-2010	5.000.000	5.000.000	-	-
Tit.Investimento/2004	Guadiana Interior	800.000	Euro	5	-	-	01-07-2010	4.000.000	4.000.000	-	-
Tit.Investimento/2007- 2ª Emissão	CCCAM	40.000	Euro	500	10-Out	1,2500%	10-10-2012	2.599.400	1.253.400	-	1.346.000
Tit.Investimento/2006	Noroeste	5.000	Euro	500	30-Abr	4,8000%	30-03-2012	2.500.000	-	-	2.500.000
Tit.Investimento/2005	Vagos	500.000	Euro	5	-	-	15-07-2010	2.500.000	2.500.000	-	-
Tit.Investimento/2006	Vale de Sousa e Baixo Tâmega	500	Euro	5	30-Set	2,5000%	31-03-2011	2.500.000	-	-	2.500.000
Tit.Investimento/2007	Aljustrel e Almodovar	400.000	Euro	500	1-Abr	1,9000%	01-10-2012	2.000.000	-	-	2.000.000
Tit.Investimento/2008	Noroeste	10.000	Euro	500	02-Fev	1,5000%	02-02-2014	1.566.500	-	-	1.566.500
Tit.Investimento/2008 - 1ª Emissão	Vale do Távora	3.000	Euro	500	01-Jul	3,5625%	01-07-2013	1.500.000	-	-	1.500.000
Tit.Investimento/2008	Terra Quente	2.965	Euro	500	01-Jul	1,5625%	01-07-2013	1.482.500	-	-	1.482.500
Tit.Investimento/2005	Cantanhede e Mira	278.900	Euro	5	-	-	19-12-2010	1.394.500	1.394.500	-	-
Tit.Investimento/2007	Vila Verde e Terras do Bouro	219.260	Euro	5	12-Jun	1,5000%	12-06-2012	1.096.300	-	-	1.096.300
Tit.Investimento/2007	Vale do Távora	2.146	Euro	500	02-Jul	1,5000%	30-06-2012	1.073.000	-	-	1.073.000
Tit.Investimento/2008	Médio Ave	2.025	Euro	500	30-Jun	1,7380%	31-12-2013	1.012.500	-	-	1.012.500
Tit.Investimento/2005	Alcanhões	10.000	Euro	100	-	-	31-12-2010	1.000.000	1.000.000	-	-
Tit.Investimento/2007	Vale de Cambra	1.000.000	Euro	5	1-Fev	6,0000%	01-02-2011	1.000.000	-	-	1.000.000
Tit.Investimento/2008 - 2ª Emissão	Vale do Távora	1.899	Euro	500	1-Jul	1,3125%	01-07-2013	949.500	-	-	949.500
Tit.Investimento/2007	Terra Quente	1.721	Euro	500	02-Jul	1,5625%	02-07-2012	860.500	-	-	860.500
Tit.Investimento/2006	Albufeira	150.000	Euro	5	04-Dez	1,7500%	01-10-2011	750.000	-	-	750.000
Tit.Investimento/2005	Nordeste Alentejano	123.300	Euro	5	-	-	30-09-2010	616.500	616.500	-	-
Tit.Investimento/2007	Campo Maior	108.800	Euro	5	02-Jan	1,5410%	02-07-2012	544.000	-	-	544.000
Tit.Investimento/2005	Albufeira	100.000	Euro	5	-	-	01-10-2010	500.000	500.000	-	-
Tit.Investimento/2008	Campo Maior	40.900	Euro	5	30-Jan	1,1500%	30-01-2014	300.000	-	-	300.000
Tit.Investimento/2009	Serras de Ansião	60.000	Euro	5	16-Abr	2,2500%	16-04-2014	300.000	-	-	300.000
Tit.Investimento/2004	Serras de Ansião	50.000	Euro	5	-	-	01-01-2010	250.000	250.000	-	-
Tit.Investimento/2005	Serras de Ansião	40.000	Euro	5	-	-	01-12-2010	200.000	200.000	-	-
Tit.Investimento/2009	Vale do Távora	392	Euro	500	30-Set	3,0000%	30-09-2014	196.000	-	-	196.000
Tit.Investimento/2007	Terras Sousa, Ave, Basto e Tâmega	244	Euro	500	-	-	30-04-2010	122.000	122.000	-	-
Tit.Investimento/2006	Guadiana Interior	16.700	Euro	5	02-Mai	2,2000%	02-11-2012	83.500	-	-	83.500
Tit.Investimento/2010	Beira Douro	1.032	Euro	500	15-Jun	3,0625%	15-06-2015	-	-	516.000	516.000
Tit.Investimento/2010	Guadiana Interior	376.228	Euro	5	01-Abr	2,6410%	01-09-2015	-	-	1.881.140	1.881.140
Tit.Investimento/2010	Serras de Ansião	60.000	Euro	5	31-Mar	3,0000%	31-03-2015	-	-	300.000	300.000
Tit.Investimento/2010	Vale de Sousa e Baixo Tâmega	2.000.000	Euro	5	30-Jun	5,0000%	31-12-2015	-	-	10.000.000	10.000.000
								37.896.700	16.836.400	12.697.140	33.757.440

26. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros	541	651
Recursos - conta cativa	1.882.710	1.722.355
Recursos - conta caução	4.722.300	4.220.646
Outros recursos	626.058	430.058
Sector Público Administrativo		
Retenção de impostos na fonte	9.629.150	9.906.731
Contribuições para a Segurança Social	2.858.906	2.671.432
Imposto sobre o Valor Acrescentado	941.493	936.560
Outros impostos	3.426.899	3.214.142
Cobranças por conta de terceiros	181.883	173.653
Contribuições para outros sistemas de saúde	600.965	582.951
Credores diversos		
Credores por fornecimento de bens e serviços	14.265.384	11.760.207
Clientes de operações de valores mobiliários	184	-
Credores por valores a liquidar	353.901	198.007
Credores por valores prescritos	150	150
Credores - parcelas a realizar em títulos subscritos	-	750.067
Credores - cartões de crédito	53.705	61.903
Adiantamentos por contratos-promessa de venda de imóveis	12.676.078	17.813.828
Bonificações a pagar	8.904	8.904
Outros credores	26.512.468	14.232.446
	78.741.679	68.684.691
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 46)		
Responsabilidades totais	50.508.602	56.267.597
Valor patrimonial do fundo de pensões	(41.606.217)	(40.637.935)
Valor a entregar ao Fundo de Pensões	8.902.385	15.629.662
Desvios actuariais	6.855.490	(6.761.255)
	15.757.875	8.868.407
Encargos a pagar		
Por gastos com pessoal		
Provisão para férias e subsídio de férias	21.595.074	20.028.624
Prémio de antiguidade (Nota 46)	18.334.845	18.053.495
Outros	2.092.104	2.053.874
Por gastos gerais administrativos	44.653	32.919
Outros	1.249.786	5.551.942
	43.316.462	45.720.854
Receitas com rendimento diferido		
Comissões sobre garantias prestadas	608.778	670.180
Rendas	633.441	257.931
Outras	265.286	129.809
	1.507.505	1.057.920

	2010	2009
Valores a regularizar		
Posição cambial	156.834	270.988
Operações sobre valores mobiliários a realizar	-	7.841.800
Transferências electrónicas	9.921.457	7.769.439
Valores cobrados – sistema de débitos directos (SDD)	4.522.720	1.769.403
Compensação de valores	5.928.741	5.920.987
Outras operações a regularizar	13.707.709	10.053.484
	---	---
34.237.461	33.626.101	
	---	---
173.560.982	157.957.973	
	=========	=========

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo da rubrica "Credores e outros recursos – Adiantamentos por contratos-promessa de venda de imóveis" inclui o montante de 5.552.278 Euros e 12.247.656 Euros, respectivamente, referente a contratos de promessa de venda de algumas fracções de habitação de imóveis, já recebidos pela CA Imóveis.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo da rubrica "Valores a regularizar – transferências electrónicas" refere-se a transferências bancárias a expedir na respectiva data-valor, através do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo da rubrica "Valores a regularizar – SDD" inclui montantes ao abrigo do sistema de débitos directos. Os valores registados nesta rubrica foram cobrados aos clientes da entidade ordenante, tendo sido compensados através do Banco de Portugal nos primeiros dias de Janeiro de 2011 e 2010, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo da rubrica "Valores a regularizar - Outras operações a regularizar", inclui movimentos às contas dos correspondentes de depósitos à ordem, nomeadamente em moeda estrangeira realizadas por clientes do GCA, que ficam a aguardar a data-valor do movimento para serem realizados. Estes montantes foram regularizados na sua maioria no início de Janeiro de 2011.

27. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2010	2009
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales prestados	251.686.349	323.782.702
Activos dados em garantia - títulos	45.991.035	34.531.390
Créditos documentários abertos	2.698.200	2.561.740
Activos dados em garantia – outros activos	750.000	750.000
Fianças	24.467	11.967
Compromissos perante terceiros		
Por linhas de crédito		
Compromissos irrevogáveis	887.865.186	707.467.378
Compromissos revogáveis	307.580.000	422.498.127
Por subscrição de títulos	110.650.000	-
Responsabilidade potencial para com o sistema de indemnização aos investidores	254.679	258.709
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	1.904.625.412	1.645.154.761
Valores administrados pela instituição	1.151.031.317	1.077.414.067
Valores recebidos para cobrança	148.772.876	208.343.808
Outros	53.500	62.108
	4.812.396.454	4.422.836.757

Em 31 de Dezembro de 2010, as tomadas firmes relativas a papel comercial, registadas em 2009 na rubrica "Garantias e avales prestados" foram transferidos para a rubrica "Compromissos perante terceiros – Por subscrição de títulos". Em 31 de Dezembro de 2010, a totalidade do saldo desta rubrica corresponde a papel comercial.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Activos dados em garantia - títulos" refere-se aos títulos dados em garantia ao Banco de Portugal para cobertura da linha de crédito intradiária disponibilizada no montante de 31.136.000 Euros. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica inclui também o montante de 5.950.000 Euros correspondente a títulos dados em garantia para cobertura de operações com instituições financeiras não residentes, referentes a operações de venda com acordo de recompra.

Apesar de não se encontrar registado nas contas extrapatrimoniais, ao abrigo do regime jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, o Grupo é solidário relativamente ao valor não financiado do fundo de pensões das Caixas Agrícolas que não pertencem ao SICAM (Nota 46).

28. CAPITAL

O capital estatutário do Grupo Crédito Agrícola, dividido e representado por títulos de capital nominativos, com o valor nominal unitário de 5 Euros é de 823.462.101 Euros em 31 de Dezembro de 2010.

Do montante total de capital subscrito, foi transferido para uma rubrica de passivo "Instrumentos representativos de capital com natureza de passivo", o montante de 32.188.360 Euros, por aplicação da IAS 32 – Instrumentos Financeiros (Nota 24).

Com a publicação do novo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, em Diário de Republica (Decreto-Lei n.º 142/2009, de 16 de Junho), conforme mencionado na Nota Introdutória, procedeu-se à adequação dos Estatutos das Caixas de Crédito Agrícola ao novo Regime Jurídico que, no limite, deveriam ser alterados até à data da realização da primeira assembleia geral obrigatória que se realize no exercício de 2010, conforme mencionado nas disposições transitórias constantes no Artigo 5º do decreto-lei n.º 142/2009 de 16 de Junho. Dessa forma, no decorrer do ano de 2009 e inicio de 2010, os Estatutos das CCAM foram alterados e aprovados em Assembleia Geral, de forma a sujeitar a uma decisão da Assembleia Geral a exoneração dos associados, motivo pelo qual se manteve a classificação, nos termos da IAS 32, como capital dos títulos nominativos das Caixas Agrícolas subscritos pelos seus associados, com excepção dos que se enquadram na definição de passivo, de acordo com a IAS 32.

De acordo com os Estatutos das Caixas Agrícolas, as condições de exoneração dos associados são as seguintes:

- Até ao dia trinta e um de Outubro de cada ano, podem os associados que o desejarem apresentar a sua exoneração, ou solicitar a redução da sua participação, por carta dirigida ao Conselho de Administração, de acordo com as condições :

    - Terem decorrido, pelo menos, três anos desde a data da realização dos títulos de capital.

    - O reembolso não implicar a redução do capital social para valor inferior ao capital mínimo previsto nos estatutos, nem implicar o incumprimento ou o agravamento de incumprimento de quaisquer relações ou limites prudenciais fixados por lei ou pelo Banco de Portugal em relação à Caixa Agrícola.

- A exoneração torna-se efectiva após a aprovação pela Assembleia Geral que deliberar sobre o relatório e contas relativos ao ano em que o pedido for apresentado.

- O associado exonerado, bem como o que tenha reduzido a sua participação têm direito ao reembolso dos seus títulos de capital, nos termos do número sete do artigo oitavo dos estatutos, podendo, no entanto, o Conselho de Administração mandar suspender o reembolso conforme previsto no número oito do mesmo artigo oitavo.

- O reembolso poderá ser realizado em três prestações anuais, salvo se prazo inferior for decidido pelo Conselho de Administração.

No exercício de 2010, verificaram-se aumentos de capital, um no montante de 48.830.735 Euros por incorporação de reservas e outro no montante de 6.897.235 Euros por entrada de novos sócios.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital estatutário correspondia aos associados das seguintes Caixas Agrícolas

	2010	2009
CCAM de Pombal, CRL	40.274.405	40.282.265
CCAM Batalha, CRL	31.294.675	30.875.715
CCAM Região Bragança e Alto Douro, CRL	30.432.350	30.276.155
CCAM Costa Azul, CRL	29.591.365	29.535.645
CCAM do Noroeste, CRL	28.862.600	28.228.370
CCAM Açores, CRL	21.314.970	21.085.820
CCAM C. da Rainha, Óbidos e Peniche, CRL	20.201.455	18.238.515
CCAM da Serra da Estrela, CRL	18.424.575	17.505.325
CCAM P. Varzim, V. Conde e Esposende, CRL	18.261.435	18.073.715
CCAM do Sotavento Algarvio, CRL	17.966.660	15.795.850
CCAM Alto Cávado e Basto, CRL	17.867.775	17.239.220
CCAM de São Teotónio, CRL	17.538.210	10.061.115
CCAM do Vale do Távora e Douro, CRL	16.420.085	15.856.985
CCAM Terras Sousa, Ave, Basto e Tâmega, CRL	15.916.385	16.058.240
CCAM do Baixo Mondego, CRL	15.613.855	15.621.115
CCAM do Douro, Corgo e Tâmega, CRL	15.483.660	15.492.445
CCAM de Vale de Sousa e Baixo Tâmega, CRL	14.603.585	14.100.670
CCAM Coimbra, CRL	12.465.560	11.819.175
CCAM Alenquer, CRL	12.407.270	12.012.230
CCAM do Baixo Vouga, CRL	11.984.980	12.039.160
CCAM S. João da Pesqueira, CRL	11.624.690	11.581.785
CCAM Costa Verde, CRL	11.492.940	11.564.105
CCAM da Zona do Pinhal, CRL	11.295.680	10.788.995
CCAM do Guadiana Interior, CRL	11.194.840	11.319.130
CCAM Beja e Mértola, CRL	11.017.465	3.932.320
CCAM Beira Douro, CRL	10.692.240	10.435.970
CCAM Salvaterra de Magos, CRL	10.604.030	10.426.260
CCAM Vale do Dão e Alto Vouga, CRL	10.584.405	10.546.645
CCAM Lourinhã, CRL	10.060.920	9.886.095
CCAM Coruche, CRL	10.023.080	9.951.760
CCAM Albufeira, CRL	9.468.115	9.036.850
CCAM Loures, Sintra e Litoral, CRL	9.443.035	9.449.270
CCAM Médio Ave, CRL	9.065.005	8.952.060
CCAM da Terra Quente, CRL	8.682.875	8.471.975
CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	8.621.650	8.543.665
CCAM S. Bart. Messin. e S. Marcos Serra, CRL	8.506.625	8.117.725
CCAM de Silves, CRL	8.414.730	7.374.815
CCAM Ribatejo Norte, CRL	8.372.600	8.134.145
CCAM de Terras de Viriato, CRL	8.253.325	7.932.490
CCAM Região do Fundão e Sabugal, CRL	8.252.975	8.118.260
CCAM de Moravis, CRL	7.367.355	7.316.045
CCAM de Alcobaça, CRL	7.350.175	7.427.550
CCAM Ferreira do Alentejo, CRL	7.240.465	6.767.110
CCAM Nordeste Alentejano, CRL	7.014.050	6.645.875
CCAM da Bairrada e Aguieira, CRL	6.855.615	6.852.145
CCAM Arruda dos Vinhos, CRL	6.685.190	6.506.270
CCAM Arouca, CRL	6.614.185	6.491.505
CCAM Alcácer-Sal e Montemor-Novo, CRL	6.484.445	6.457.725
CCAM Alentejo Central, CRL	6.459.370	6.415.310
CCAM Cadaval, CRL	6.355.615	6.341.485

	2010	2009
CCAM Oliveira do Bairro, CRL	6.188.945	3.819.975
CCAM Porto de Mós, CRL	5.927.080	5.716.235
CCAM Área Metropolitana do Porto, CRL	5.664.550	5.160.485
CCAM do Ribatejo Sul, CRL	5.560.205	5.332.275
CCAM Estremoz, CRL	5.467.675	3.399.495
CCAM Sousel, CRL	5.434.065	5.256.245
CCAM Vagos, CRL	5.222.585	5.268.340
CCAM Sobral de Monte Agraço, CRL	5.208.770	5.006.270
CCAM Beira Centro, CRL	5.206.505	3.898.690
CCAM Vila Franca de Xira, CRL	5.118.050	4.651.810
CCAM de Lafões, CRL	5.063.170	4.772.095
CCAM Aljustrel e Almodovar, CRL	5.015.530	4.618.015
CCAM Anadia, CRL	4.992.875	2.754.150
CCAM Oliveira de Azeméis, CRL	4.795.580	4.712.280
CCAM Pernes, CRL	4.786.050	2.499.380
CCAM Vila Verde e Terras do Bouro, CRL	4.687.985	4.581.235
CCAM Azambuja, CRL	4.641.135	4.629.950
CCAM do Algarve, CRL	4.555.411	4.567.721
CCAM Elvas, CRL	4.385.905	4.381.715
CCAM Terras de Miranda do Douro, CRL	4.241.315	3.708.200
CCAM Paredes, CRL	4.201.780	3.369.580
CCAM do Norte Alentejano, CRL	4.083.960	3.679.880
CCAM Oliveira do Hospital, CRL	3.829.340	3.560.005
CCAM Borba, CRL	3.765.710	3.613.425
CCAM de Albergaria e Sever, CRL	3.726.280	2.521.200
CCAM Cartaxo, CRL	3.675.180	3.625.230
CCAM Entre Tejo e Sado, CRL	3.552.765	3.530.485
CCAM Tramagal, CRL	3.546.465	3.514.380
CCAM Mogadouro e Vimioso, CRL	3.393.425	3.332.170
CCAM Vale de Cambra, CRL	3.343.410	3.173.785
CCAM Serras de Ansião, CRL	3.099.645	3.003.585
CCAM da Beira Baixa (Sul), CRL	2.964.875	2.900.910
CCAM Estarreja, CRL	2.750.620	2.749.270
CCAM Alcanhões, CRL	2.687.285	1.761.650
CCAM Campo Maior, CRL	1.654.430	1.626.430
Total por Conta:	823.462.101	776.679.616

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a estrutura accionista do GCA encontra-se distribuída por milhares de subscritores de títulos de capital nas Caixas Agrícolas, não existindo detentores de capital com participação superior a 0,1%.

29. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2010	2009
Reservas de reavaliação:		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor, líquido:		
De activos financeiros disponíveis para venda	(7.537.022)	768.665
Reservas de reavaliação do imobilizado, líquido	7.366.035	7.529.353
	(170.987)	8.298.018
Outras reservas	293.103.365	309.472.693
Resultados transitados	(112.310.790)	(132.219.844)
	180.792.575	177.252.849
Lucro do exercício (Nota 30)	35.501.401	52.370.461
	216.122.989	237.921.328

Reserva legal

A reserva legal destina-se a cobrir eventuais perdas do exercício. Nos termos do artigo 33º dos estatutos das Caixas a reserva legal é anualmente creditada com 20% dos excedentes anuais líquidos e quaisquer outras prestações das associadas para o mesmo fim, até que o seu montante seja igual ao capital.

Reserva para formação e educação cooperativa

A reserva para formação e educação cooperativa, destina-se a financiar despesas com programas de formação técnica, cultural e cooperativa das associadas, dirigentes e empregados na Caixa Central, é reforçada no máximo com 2,5% dos excedentes anuais líquidos e ainda as importâncias que, a qualquer título, forem obtidas para aquela finalidade.

Reserva para mutualismo

A reserva para mutualismo, destina-se a custear acções de entreajuda e auxílio mútuo de que careçam associadas ou empregados, sendo creditada, no máximo, com 2,5% dos excedentes anuais líquidos.

Reservas de reavaliação

Esta rubrica inclui a reserva de reavaliação resultante da valorização ao justo valor de activos financeiros de activos disponíveis para venda e de reavaliação do imobilizado. Esta reserva não poderá ser distribuída, podendo, no caso da decorrente da reavaliação do imobilizado, ser utilizada para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

30. LUCRO CONSOLIDADO

Nos exercícios de 2010 e 2009, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como se segue:

	2010
Lucro do exercício das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo	34.532.074
Lucro do exercício da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	2.268.545
	36.800.619
Resultados das CCAMs alvo de fusões no exercício	(594.512)
Impacto no resultado líquido da reconciliação entre saldos comuns no SICAM	129.830
Resultado líquido do SICAM	36.335.937
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:	
CCCAM SGPS Unipessoal Lda	(5.444)
FII CA Património Crescente	3.253.149
FENACAM - Faederação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	524.701
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	133.227
Crédito Agrícola Consult - Acessoria Financeira e de Gestão S.A.	(257.834)
Crédito Agrícola Informática - Serviços de Informática S.A.	146.365
FII CA Imobiliário	(5.746.953)
Crédito Agrícola SGPS S.A.	2.119.516
Rural Rent - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis S.A.	(11.263)
CA Imóveis, Unipessoal Lda	(187.314)
Agrocapital - Sociedade de Capital de Risco S.A.	(15.199)
Crédito Agrícola Vida, Companhia de Seguros S.A.	6.107.050
Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.	3.096.651
FII CA Arrendamento Habitacional	(585.643)
CA Finance– Gestão de Activos, (IFI), Sociedade Unipessoal, S.A.	(77.360)
	8.493.649
Resultados da aplicação da equivalência patrimonial a empresas associadas	
FCR InovCapital Global 2	(379.513)
FCR Central FRIE	(530.505)
FCR Agrocapital 1	19.846
	(890.172)
Anulação do reforço de provisões para imparidade em filiais e associadas registadas nas contas individuais das empresas do Grupo	39.896
Ajustamentos de relações intragrupo e anulações de saldos comuns:	
Anulação das valias obtidas na venda de participações intra-grupo	(183.954)
Amortizações dos imóveis da Caixa Central adquiridos pelo FII CA Património Crescente	(389.015)
Anulação de mais valias intra-grupo	(1.796.270)
Anulação das mais valias potenciais dos imóveis detidos pelos FII CA Imobiliário e FII Património Crescente	(444.364)
Anulação de mais valias e correcção às amortizações de imóveis alienados pela Fenacam a entidades do Grupo	(305.108)
Anulação de dividendos intra-grupo	(2.529.060)
Anulação dos proveitos registados pela CA Serviços e CA Informática relativos às contribuições dos empregados de anos passados para o fundo de pensões	(619.682)
Outros ajustamentos de consolidação	(42.969)
	(6.310.422)
	37.668.888
Resultados atribuível a interesses minoritários (Nota 31)	(2.167.487)
Lucro consolidado do exercício do Grupo Crédito Agrícola	35.501.401

	2009
Lucro do exercício das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo	42.316.065
Lucro do exercício da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	1.236.674
	43.552.739
Resultados das CCAMs alvo de fusões no exercício	(683.523)
Impacto no resultado líquido da reconciliação entre saldos comuns no SICAM	(534.989)
Resultado líquido do SICAM	42.334.227
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:	
CCCAM SGPS Unipessoal Lda	(31.569)
FII CA Património Crescente	3.399.255
FENACAM - Faederação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	309.437
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	104.175
Crédito Agrícola Consult - Acessoria Financeira e de Gestão S.A.	(147.116)
Crédito Agrícola Informática - Serviços de Informática S.A.	711.780
FII CA Imobiliário	(3.449.949)
Crédito Agrícola SGPS S.A.	745.219
Rural Rent - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis S.A.	(18.586)
CA Imóveis, Unipessoal Lda	(24.263)
Agrocapital - Sociedade de Capital de Risco S.A.	56.409
Crédito Agrícola Vida, Companhia de Seguros S.A.	6.015.353
Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.	2.564.612
FII CA Arrendamento Habitacional	(104.970)
	10.129.787
Resultados da aplicação da equivalência patrimonial a empresas associadas	
FCR InovCapital Global 2	87.275
FCR Central FRIE	(145.412)
FCR Agrocapital 1	81.560
	23.423
Anulação do reforço de provisões para imparidade em filiais e associadas registadas nas contas individuais das empresas do Grupo	1.218.084
Ajustamentos de relações intragrupo e anulações de saldos comuns:	
Anulação das valias obtidas na venda de participações intra-grupo	(90.833)
Amortizações dos imóveis da Caixa Central adquiridos pelo FII CA Património Crescente	(301.234)
Anulação das mais valias potenciais dos imóveis detidos pelos FII CA Imobiliário e FII Património Crescente	(456.253)
Anulação dos proveitos líquidos facturados entre entidades do GCA	829.274
Ajustamento ao imobilizado vendido intragrupo pela Fenacam - anulação de mais valias e correcção às amortizações	(328.361)
Anulação de dividendos intra-grupo	(522.279)
Anulação das amortizações do exercicio dos activos intangiveis da CA Serviços considerados como não elegíveis ao abrigo dos IAS/IFRS	1.773.409
Outros ajustamentos de consolidação	(27.810)
	875.913
	54.581.434
Resultados atribuível a interesses minoritários (Nota 31)	(2.210.973)
Lucro consolidado do exercício do Grupo Crédito Agrícola	52.370.461

31. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em empresas do Grupo, em 2010 e 2009, tem a seguinte distribuição por entidade:

	2010		2009	
	Balanço	Demonstração dos resultados	Balanço	Demonstração dos resultados
Crédito Agrícola Informática	30.243	(805)	29.264	(3.892)
Fenacam	767	(105)	652	(62)
Agrocapital SCR	305.625	5.066	307.380	(18.803)
FII Património Crescente	81.461.985	(2.086.244)	59.716.270	(2.116.724)
Crédito Agrícola Vida	36.232	(4.886)	34.559	(4.812)
Crédito Agrícola Seguros	589.031	(80.513)	690.939	(66.680)
	82.423.883	(2.167.487)	60.779.064	(2.210.973)

O movimento nos interesses minoritários durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 apresenta-se de seguida:

Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2008	34.605.085
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses minoritários (Nota 30):	
FII Património Crescente	2.116.724
Crédito Agrícola Seguros	66.680
Agrocapital SCR	18.803
Outros	8.766
	2.210.973
Diminuição da participação detida no FII Património Crescente	23.927.249
Outros	35.757
	26.173.979
Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2009	60.779.064
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses minoritários (Nota 30):	
FII Património Crescente	2.086.244
Crédito Agrícola Seguros	80.513
Outros	730
	2.167.487
Diminuição da participação detida no FII Património Crescente	19.659.471
Outros	(182.139)
	21.644.819
Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2010	82.423.883

32. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Juros de disponibilidades em bancos centrais	1.858.077	1.949.132
Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito		
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país	18.300	61.055
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro	1.248	12.963
	19.548	74.018
Juros de aplicações em instituições de crédito		
Aplicações em instituições de crédito no país	4.976.671	28.091.200
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	118.274	8.226.995
	5.094.945	36.318.195
Juros de crédito a clientes		
Empréstimos	181.548.815	220.318.164
Habitação	48.090.835	71.264.704
Créditos em conta corrente	30.936.494	36.568.745
Descobertos em depósitos à ordem	9.173.930	9.071.365
Outros	52.598.760	63.835.981
	322.452.809	401.058.959
Juros de crédito vencido	20.594.810	21.703.899
Juros de outros activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	685.826	665.120
Juros de activos financeiros detidos para venda	31.897.332	29.722.649
Juros de activos financeiros detidos para negociação	4.426.525	11.053.646
Juros de investimentos detidos até à maturidade	85.654.933	35.767.648
Outros juros e rendimentos similares	12.953.363	4.023.253
	156.212.789	102.936.215
	485.638.168	542.336.519

33. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	112.098.059	177.173.518
Juros de recursos de outras instituições de crédito	4.341.448	5.491.941
Juros de recursos de bancos centrais	7.677.292	1.749.190
Juros de passivos financeiros de negociação		
Instrumentos financeiros derivados	3.301.257	9.361.695
Desconto das operações sobre obrigações no mercado de capitais	457.081	668.524
Juros de passivos subordinados	1.423.043	2.992.243
Outros juros e encargos similares	21.405.121	4.245.551
	150.703.301	201.682.662

34. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Activos financeiros disponíveis para venda:		
Emitidos por residentes	2.012.908	4.730.043
Emitidos por não residentes	582.556	496.513
	2.595.464	5.226.556

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica refere-se a dividendos recebidos de instrumentos de capital constantes nas carteiras de títulos da CA Vida e da Caixa Central.

35. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	5.024.510	5.434.785
Créditos documentários abertos	143.235	167.626
Outras	745	1.014
	5.168.490	5.603.425
Por compromissos assumidos perante terceiros		
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	4.244.025	3.131.124
Outros compromissos irrevogáveis	644.249	404.135
	4.888.274	3.535.259
Por serviços prestados		
Operações de crédito	29.043.990	26.383.180
Anuidades	4.727.440	3.963.128
Transferência de valores	4.329.744	3.794.222
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários		
Comissão de gestão	1.002.211	1.032.190
Comissão de resgate de unidades de participação	24.958	4.292
Comissão de emissão de unidades de participação	313	1.133
Cobrança de valores	1.038.193	1.116.246
Depósito e guarda de valores	430.941	372.827
Gestão de cartões	139.370	146.200
Administração de valores	211	368
Outros serviços prestados		
Colocação e comercialização	1.805.464	1.239.591
Outras comissões interbancárias	338.394	271.558
Outros	27.723.019	25.934.479
	70.604.248	64.259.414
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos		
Em operações de Bolsa	147.235	239.918
Em operações fora de Bolsa	13	525
Outras operações realizadas por conta de terceiros	84.290	179.957
	231.538	420.400
Outras comissões recebidas	29.700.228	23.372.162
	110.592.778	97.190.660

36. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Por garantias recebidas	6.865	5.973
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Depósito e guarda de valores	445.527	285.037
Cobrança de valores	33.458	40.409
Administração de valores	120.024	97.579
Comissões de intermediação	-	5.730
Outros	7.330.423	6.006.445
Por operações realizadas por terceiros	239.405	313.132
Outras comissões pagas	9.201.611	8.504.592
	---	---
	17.377.313	15.258.897
	========	========

37. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros detidos para negociação:			
Títulos	6.201.899	(713.481)	5.488.418
Derivados de negociação	1.356.964	(2.196.584)	(839.620)
Outros activos financ. ao justo valor através de resultados	70.544	(102.699)	(32.155)
	7.629.407	(3.012.764)	4.616.643

	2009		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Activos financeiros detidos para negociação:			
Títulos	174.422	(73.924)	100.498
Derivados de negociação	20.443.929	(25.722.670)	(5.278.741)
Outros activos financ. ao justo valor através de resultados	1.091.599	(53.606)	1.037.993
	21.709.950	(25.850.200)	(4.140.250)

No exercício de 2010, a rubrica "Activos Financeiros detidos para negociação – Títulos" inclui ganhos no montante de 5.832.100 Euros, decorrentes da reavaliação de títulos de dívida pública portuguesa (Nota 14).

38. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	10.456.556	5.927.399
Instrumentos de capital	(1.232.565)	(2.216.400)
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	(206.283)	(34.632)
Instrumentos de capital	354.330	-
	---	---
	9.372.038	3.676.367
	========	=======

39. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

No exercício de 2010 e 2009, os resultados relativos a reavaliação cambial correspondem a operações cambiais à vista.

40. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Resultados em activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda	(131.598)	798.744
Outros activos tangíveis	1.409.143	659.225
Outros activos não financeiros	(24.114)	(27.662)
	---	---
	1.253.431	1.430.307
	========	=======

41. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Outros rendimentos de exploração		
Rendas	3.193.537	1.228.681
Reembolso de despesas	2.739.049	2.236.287
Recuperação de créditos, juros e despesas		
Recuperação de créditos incobráveis	19.660.430	21.499.416
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	15.346.169	16.751.663
Rendimentos da prestação de serviços diversos	3.670.480	4.151.122
Ganhos relativos a anos anteriores	1.330.429	1.160.389
Outros	20.519.656	11.696.585
	---	---
	66.459.750	58.724.143
	---	---
Outros encargos de exploração		
Quotizações e donativos	(1.781.317)	(2.075.657)
Contribuições para FGCAM	(7.854.122)	(14.779.776)
Outros impostos	(3.459.734)	(3.345.995)
Falhas na gestão e execução de procedimentos	(333.096)	(246.922)
Outros encargos e gastos operacionais		
relativos exercícios anteriores	(1.237.015)	(825.280)
Outros encargos e gastos operacionais	(26.180.142)	(18.944.952)
	---	---
	(40.845.426)	(40.218.582)
	---	---
	25.614.324	18.505.561
	=========	========

42. MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2010	2009
Prémios líquidos de resseguro		
Ramo vida		
Prémios brutos emitidos	254.442.080	207.990.282
Prémios de resseguro cedido	(7.479.980)	(7.613.183)
	246.962.100	200.377.099
Ramo não vida		
Prémios brutos emitidos	77.288.813	74.934.321
Prémios de resseguro cedido	(13.083.728)	(12.744.533)
	64.205.085	62.189.788
	311.167.185	262.566.887
Custos com sinistros		
Montantes pagos		
Montantes brutos	220.509.147	141.207.050
Parte dos resseguradores	(7.424.915)	(7.018.798)
	213.084.232	134.188.252
Variação de provisões técnicas, líquidas de resseguro (Nota 19)	(92.854.075)	(119.698.705)
	5.228.878	8.679.930

43. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Salários e vencimentos		
Empregados	133.099.134	133.267.860
Órgãos de Gestão e Fiscalização	14.052.769	10.200.495
Encargos sociais obrigatórios		
Fundo de Pensões (Nota 46):		
Custo do serviço corrente	1.369.538	2.535.752
Custo dos juros	3.073.333	2.884.250
Rendimento esperado dos activos de fundo	(1.723.370)	(1.964.712)
Ganhos e perdas actuariais	(58.078)	263.433
Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	584.048	945.713
Encargos relativos a remunerações:		
Segurança Social	25.308.699	24.286.606
SAMS	6.241.325	6.191.732
Outros	1.648.225	154.996
Outros encargos sociais obrigatórios	959.754	915.343
Encargos sociais facultativos	50.098	132.613
Outros custos com pessoal		
Indemnizações contratuais	206.664	127.658
Outros	1.106.561	1.193.892
	---	---
	185.918.700	181.135.631
	=========	=========

No exercício de 2010, o aumento da rubrica "Salários e vencimentos - Órgãos de Gestão e Fiscalização" está relacionada com o aumento do número de Directores Executivos nas Caixas Agrícolas e com os custos com os Órgãos de Fiscalização (Conselhos Fiscais) das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas do SICAM que, por forma da alteração da legislação, se tornaram obrigatórios.

O número médio de colaboradores do GCA em 2010 e 2009 apresenta a seguinte composição:

	2010	2009
Direcção	211	152
Chefias e gerência	919	925
Quadros técnicos	2.463	2220
Administrativos	972	849
Outros	281	271
	---	---
	4.846	4.417
	====	====

A política de remunerações em vigor para os órgãos sociais da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, casa-mãe do GCA é a seguinte:

Conselho Geral e de Supervisão

A forma de remuneração adoptada consiste no pagamento de um valor único decorrente da participação em reuniões deste órgão, valor esse pago a título de senha de presença, conforme deliberação em Assembleia Geral do SICAM.

Conselho de Administração Executivo (CAE)

A remuneração fixada decorre de deliberação do Conselho Geral e de Supervisão, no âmbito das atribuições que lhe estão estatutariamente cometidas. Essa remuneração consiste na atribuição de um montante fixo mensal, pago catorze vezes por ano e actualizável, anualmente, nos mesmos termos e percentagem em que o forem os salários dos trabalhadores do Crédito Agrícola fixados em Acordo Colectivo de Trabalho.

Atendendo a que as instituições pertencentes ao SICAM, enquanto cooperativas, não têm fins lucrativos, não existe política de remuneração variável, anual ou plurianual, baseada em objectivos assentes em lucros do exercício. Não obstante, para além da remuneração mensal fixa, é ainda atribuído anualmente pelo Conselho Geral e de Supervisão, na base do desempenho global do CAE, mas sem relação directa com os resultados do exercício, um montante pago a título de prémio/bónus de desempenho.

Os membros do CAE não recebem quaisquer outras compensações adicionais às acima referidas, nomeadamente as relativas ao exercício de funções nos corpos sociais de outras empresas do Grupo.

Pelo exercício das suas funções são atribuídos, para utilização nesse contexto, cartão de crédito, telemóvel e viatura de serviço.

Não são atribuídos direitos em matéria de complementos de reforma e de sobrevivência em função do exercício das funções de Administrador neste órgão de gestão, nem são praticadas quaisquer outras situações associáveis a remunerações, nomeadamente, pagamentos desfasados de componente variável ou qualquer outra forma directa ou indirecta de remuneração.

No exercício de 2010, o detalhe das remunerações pagas aos membros dos órgãos sociais apresenta-se de seguida:

	Remuneração		
	Fixa	Variável	Total
Conselho Geral e de Supervisão:			
Carlos Alberto Courelas (Presidente)	54.000	n/a	54.000
Francisco Amâncio Oliveira Macedo	33.000	n/a	33.000
José Artur Palma Estrela	35.250	n/a	35.250
João Fernandes Chendo	36.000	n/a	36.000
Jorge Manuel da Piedade Volante	35.250	n/a	35.250
António Manuel Nobre Louçã	37.500	n/a	37.500
João Lázaro da Cruz Barrote	36.750	n/a	36.750
Henrique Vasconcelos Teixeira	35.250	n/a	35.250
António João Mota Cachulo da Trindade	37.500	n/a	37.500
	340.500		340.500
Conselho de Administração Executivo:			
Presidente	543.904	155.401	699.305
Três membros (valor individual é idêntico)	237.473	50.887	288.360
Membro nomeado em 2010	230.360	-	230.360
Membro cessante	7.660	50.887	58.547
	1.019.397	257.175	1.276.572

44. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Com fornecimentos:		
Água energia e combustíveis	6.640.594	6.032.371
Material de consumo corrente	1.434.625	2.065.516
Material de higiene e limpeza	365.303	419.066
Publicações	161.636	184.658
Material para assistência e reparação	67.783	64.136
Outros fornecimentos de terceiros	1.456.849	1.599.207
	10.126.790	10.364.954
Com serviços:		
Comunicações	14.226.558	13.609.357
Conservação e reparação	8.321.740	7.733.661
Publicidade e edição de publicações	6.409.762	9.295.274
Deslocações, estadas e despesas de representação	5.155.764	5.265.754
Rendas e alugueres	5.181.805	5.190.316
Transportes	2.196.503	1.779.998
Seguros	3.115.703	2.838.821
Formação de pessoal	656.435	1.076.569
Serviços especializados:		
Informática	9.129.115	8.965.508
Avenças e honorários	8.413.783	7.255.649
Judiciais, contencioso e notariado	2.986.614	2.714.758
Segurança e vigilância	999.245	1.172.908
Informações	1.511.151	1.371.264
Mão de obra eventual	135.834	159.885
Bancos de dados	215.535	68.965
Outros serviços especializados:		
Serviços multibanco	7.257.046	6.914.559
Avaliadores externos	603.817	678.884
Outros serviços de terceiros	16.045.481	13.070.352
	92.561.891	89.162.482
	102.688.681	99.527.436

A rubrica "Outros serviços especializados – outros serviços de terceiros" inclui o montante de 1.764.551 Euros relativos aos honorários totais facturados pelos Revisores Oficiais de Contas durante o exercício de 2010, divulgados para efeitos do cumprimento da alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de Agosto, ao Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais.

45. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2010, o montante de créditos concedidos a membros dos órgãos sociais relativos às Caixas Agrícolas que integram o GCA ascende a 16.475.109 Euros (11.449.890 Euros em 31 de Dezembro de 2009).

46. PENSÕES DE REFORMA

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do Grupo Crédito Agrícola relativas a empregados no activo e aos já reformados foram efectuados estudos actuariais pela Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida, S.A. (entidade do Grupo Crédito Agrícola).

Os pressupostos utilizados a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram os seguintes:

	31-12-2010	31-12-2009
Pressupostos financeiros:		
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	2,5%	3%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	2%
Pressupostos demográficos		
Tábua de mortalidade	TV – 88/90	TV – 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Idade de reforma	65	65
Método de avaliação	"Projected Unit Credit"	"Projected Unit Credit"

A comparação entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões do Grupo para os exercícios de 2010 e 2009 e os valores efectivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2010		2009	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de rendimento	5,50%	2,04%	5,50%	6,94%
Taxa de crescimento dos salários	2,50%	2,54%	3,00%	3,30%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,00%	2,00%	1,50%

As responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	2010	2009
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:		
. Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores	33.410.984	39.854.942
. Licenças sem vencimento	913.022	401.243
. Pré-reformados	709.984	491.243
. Pensões em pagamento	15.474.612	15.520.169
Total de responsabilidades (Nota 26)	50.508.602	56.267.597
Cobertura das responsabilidades:		
. Valor patrimonial do Fundo (Nota 26)	41.606.217	40.637.935
Valor financiado em excesso / (insuficiência)	(8.902.385)	(15.629.662)

No exercício de 2010, a rubrica "Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores" inclui o montante de 24.903.204 Euros relativo a responsabilidades com cuidados de saúde (S.A.M.S.), em virtude da alteração do contrato constitutivo do fundo de pensões, por forma a incorporar estas responsabilidades. O IAS 19 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos de pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no activo.

O Fundo de Pensões do SICAM engloba as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, Torres Vedras e Mafra. No entanto, estas não fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Crédito Agrícola. As responsabilidades destas Caixas Agrícolas apuradas nos termos do IAS 19, e a respectiva quota-parte no valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2010, decompõem-se como segue:

Total das responsabilidades por serviços passados	3.288.283
Cobertura das responsabilidades:	
. Valor patrimonial do Fundo	2.868.458
Valor não financiado	(419.825)

Em 31 de Dezembro de 2010, os saldos de balanço do GCA não incluem estes montantes.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os saldos em balanço relativos ao fundo de pensões, são os seguintes (Nota 26):

	2010	2009
Valor das responsabilidades com pensões	(50.508.602)	(56.267.597)
Valor do Fundo de Pensões	41.606.217	40.637.935
Diferencial	(8.902.385)	(15.629.662)
Desvios actuariais diferidos	(6.855.490)	6.761.255
	(15.757.875)	8.868.407

De acordo com o IAS 19, o custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado. Nos exercícios de 2010 e 2009, os custos com pensões têm a seguinte composição (Nota 43):

	2010	2009
Custo do serviço corrente	1.369.538	2.535.752
Custo dos juros	3.073.333	2.884.250
Rendimento esperado dos activos do Fundo	(1.723.370)	(1.964.712)
Amortização de ganhos e perdas actuariais	(58.078)	263.433
Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	584.048	945.713
Acréscimo anual de responsabilidades	3.245.471	4.664.436

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado dos fundos de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor dos fundos de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, deverá ser reconhecido em resultados, no mínimo, um montante correspondente ao referido excesso dividido pelo diferencial entre a idade média dos colaboradores no activo e a idade normal de reforma considerada no estudo actuarial.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a decomposição dos desvios é a seguinte:

Desvios por amortizar em 31 de Dezembro de 2009	6.761.255
Transferência das contribuições acumuladas dos empregados relativas aos exercícios de 2007, 2008 e 2009	(2.858.945)
Correcção aos desvios de 2009	(220.239)
Desvios gerados em 2010	
. Desvio financeiro	(905.157)
. Desvio actuarial	(9.632.404)
Desvios por amortizar em 31 de Dezembro de 2010	(6.855.490)

O desvio actuarial gerado em 2010 deriva essencialmente da alteração dos pressupostos usados face ao ano anterior e da actualização das tabelas salariais do ACT do Grupo Crédito Agrícola abaixo do pressuposto estabelecido, conforme seguinte detalhe:

Alteração do pressuposto da taxa de crescimento dos salários (3% para 2,5%) e da taxa de crescimento das pensões (2% para 1,75%)	(7.602.386)
Actualização de salários e pensões abaixo do pressuposto definido pelo ACT	(2.030.018)
	(9.632.404)

O movimento ocorrido no valor das responsabilidades durante os exercícios de 2009 e 2010 foi o seguinte:

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2008	51.603.161
Custo do serviço corrente	2.535.752
Custo dos juros	2.884.250
Ganhos e perdas actuariais	(1.715.016)
Pensões pagas	(1.090.019)
Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	945.713
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2009	55.163.841
Custo do serviço corrente	1.369.538
Contribuições dos empregados	1.103.756
Custo dos juros	3.073.333
Ganhos e perdas actuariais	(9.632.403)
Pensões pagas	(958.312)
SAMS pago pelo Fundo de Pensões	(300.831)
Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	584.048
Outros	105.632
Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010	50.508.602

O movimento no Fundo de Pensões durante o exercício de 2009 e 2010 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2008	35.438.317
Contribuições do Grupo Crédito Agrícola	2.726.036
Contribuições dos empregados	1.103.756
Rendimento líquido do Fundo	2.459.845
Pensões pagas	(1.090.019)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2009	40.637.935
Contribuições do Grupo Crédito Agrícola	966.733
Contribuições dos empregados	1.209.385
Capitais recebidos de seguro	389.612
Rendimento líquido do Fundo	818.212
Prémios de seguro pagos	(1.156.515)
Pensões pagas	(958.314)
SAMS pago pelo Fundo de Pensões	(300.831)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2010	41.606.217

Tal como referido anteriormente, o Fundo de Pensões do SICAM engloba as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, Torres Vedras e Mafra, no entanto, estas não fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Crédito Agrícola.

Adicionalmente, o Grupo Crédito Agrícola assumiu o compromisso de comparticipação do prémio de antiguidade dos colaboradores (Nota 26). Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades são como seguem:

	2010	2009
Prémio de antiguidade:		
. Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores	17.680.388	17.836.627
. Licenças sem vencimento	654.457	216.868
Total de responsabilidades com prémio de antiguidade (Nota 26)	18.334.845	18.053.495

47. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de Mercado

O risco de mercado reflecte perdas eventuais resultantes de uma alteração adversa do valor de mercado de um instrumento financeiro como consequência da variação, nomeadamente, de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções, preços de mercadorias, *spreads* de crédito ou outras variáveis equivalentes.

As regras de gestão do risco de mercado estabelecidas pelo Departamento Financeiro da Caixa Central para cada carteira, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

De modo a mitigar os riscos associados a uma avaliação dos riscos incorridos, encontra-se implementada uma política de segregação de funções entre a execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido a cada momento decorrente das mesmas.

Eventuais operações de cobertura podem ser propostas tanto pelos gestores das carteiras como pelos responsáveis pelo controlo do risco, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados.

A carteira de títulos da CA Vida é gerida na sua totalidade pela CA Gest, estando definido um *benchmark* de investimento de acordo com o risco que se pretende assumir e a rentabilidade desejada. A referida carteira é valorizada mensalmente com base em relatórios enviados pela CA Gest. No que respeita à gestão do risco de crédito e de mercado da carteira de títulos, a CA Vida efectua os seguintes controlos:

- São mantidos contactos permanentes com a CA Gest, no sentido de se avaliar a evolução da carteira;

- Periodicamente, são elaborados relatórios de análise de risco pela CA Gest, sendo efectuado a respectiva análise; e

- São realizadas reuniões trimestrais com a CA Gest e, sempre que necessário, redefine-se o perfil de risco associado, embora sempre numa óptica conservadora.

Risco Cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem "posições abertas" nessas mesmas moedas.

O controlo e a avaliação do risco cambial são efectuados diariamente a nível individual, para cada uma das Sucursais e a nível consolidado. São calculados valores e cumprimento de limites em termos posição aberta total.

No Grupo Crédito Agrícola, a gestão do risco cambial encontra-se centralizada, sendo responsabilidade do Departamento Financeiro sob enquadramento de limites aprovados pelo Conselho de Administração Executivo.

O Grupo Crédito Agrícola apresenta uma reduzida exposição a este tipo de risco. Efectivamente, o perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida.

Risco de Taxa de Juro

O Grupo Crédito Agrícola incorre em risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, contrata operações com fluxos financeiros futuros cujo valor presente é sensível a variações das taxas de juro.

O risco de taxa de juro agregado suportado deriva de diversos factores, nomeadamente:

- diferentes prazos de vencimento ou revisão das taxas dos activos, passivos e elementos extrapatrimoniais (risco de repricing);

- alterações da inclinação da curva de taxas de juro (risco de curva);

- variações assimétricas das diversas curvas de mercado que afectam as distintas massas patrimoniais e extrapatrimoniais (risco de base); e

- existência de opções explícitas ou implícitas em muitos produtos bancários (risco de opção).

A política de gestão do risco de taxa de juro é definida e monitorizada pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO).

O Departamento Financeiro da Caixa Central avalia mensalmente a sua exposição a este tipo de risco com recurso a uma metodologia baseada no agrupamento dos diversos activos e passivos sensíveis em intervalos temporais de acordo com as respectivas datas de revisão de taxa. Para cada intervalo são calculados os cash flows activos e passivos apurando-se o correspondente gap sensível ao risco de taxa de juro. Procede-se então à avaliação do impacto dos gaps mencionados sobre a evolução da margem financeira e sobre o valor económico da entidade em diversos cenários de evolução das taxas de juro.

A relação risco/ rentabilidade encontra-se enquadrada por limites definidos e monitorizados mensalmente pelo ALCO ao nível da exposição da margem financeira e do valor económico a variações adversas das taxas de juro.

No caso da CA Vida, este risco é monitorizado de forma diária pela CA Gest, sendo observado o diferencial

entre o montante de activos e de passivos que irão estar sujeitos a refixação de taxa de juro com base em intervalos temporais pré-definidos. A CA Gest poderá efectuar a venda de futuros sobre taxas de juro, com o objectivo estrito de realizar a cobertura do risco de variação do património, mediante a autorização prévia da CA Vida. A utilização de futuros, contempla apenas contratos transaccionáveis em bolsa ou mercados regulamentados.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a exposição ao risco de taxa de juro, excluindo derivados, pode ser resumida como se segue (valores em milhares de Euros):

	2010					
	Taxa Fixa	Taxa Variavel	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	272.417	272.417	-	-	272.417
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	88.765	88.765	-	-	88.765
Activos financeiros detidos para negociação	184	-	184	-	1.420	1.604
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	13.373	13.373	-	-	13.373
Activos financeiros disponiveis para venda	808.674	149.992	958.666	21.517	16.515	996.698
Aplicações em Instituições de Crédito	106.254	5.000	111.254	897	-	112.151
Crédito a Clientes (saldo bruto)	1.792.497	6.613.148	8.405.645	35.087	92.790	8.533.522
Investimentos a deter até a maturidade	3.129.037	280.317	3.409.354	55.746	-	3.465.100
	5.836.646	7.423.012	13.259.658	113.247	110.725	13.483.630
Passivo						
Recursos de Bancos Centrais	1.650.000	-	1.650.000	886	-	1.650.886
Recursos de outras instituições de Crédito	204.968	8.900	213.868	13.551	-	227.419
Recursos de clientes e outros empréstimos	9.837.034	47.089	9.884.123	29.404	25.199	9.938.726
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	32.188	-	32.188
Outros passivos subordinados	-	136.059	136.059	324	-	136.383
Passivos financeiros de negociação	1.334	-	1.334	-	661	1.995
	11.693.336	192.048	11.885.384	76.353	25.860	11.987.597
Derivados detidos para negociação	16.000	193.000	209.000	-	-	209.000
Exposição Liquida	(5.840.690)	7.423.964	1.583.274	36.894	84.865	1.705.033

	2009					
	Taxa Fixa	Taxa Variavel	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	277.387	277.387	-	-	277.387
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	110.249	110.249	-	-	110.249
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	3.173	3.173
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	7.180	7.180	-	-	7.180
Activos financeiros disponiveis para venda	559.320	106.960	666.280	267.287	19.699	953.266
Aplicações em Instituições de Crédito	894.932	-	894.932	26.978	2.714	924.624
Crédito a Clientes (saldo bruto)	2.509.276	5.682.542	8.191.818	47.125	542.118	8.781.061
Investimentos a deter até a maturidade	618.362	607.754	1.226.116	22.897	-	1.249.013
	4.581.890	6.792.072	11.373.962	364.287	567.705	12.305.953
Passivo						
Recursos de Bancos Centrais	150.792	-	150.792	-	-	150.792
Recursos de outras instituições de Crédito	511.407	14.667	526.074	17.838	6.053	549.965
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.063.384	2.602.978	9.666.362	34.454	264.217	9.965.033
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	33.692	-	33.692
Outros passivos subordinados	-	154.221	154.221	859	-	155.080
Passivos financeiros de negociação	972	-	972	-	1.440	2.412
	7.575.763	2.771.866	10.346.657	86.843	271.710	10.703.770
Derivados detidos para negociação	16.000	644.867	660.867	-	-	660.867
Exposição Liquida	(2.977.873)	4.665.073	1.688.172	277.444	295.994	2.263.050

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o desenvolvimento dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da sua maturidade ou data de refixação, excluindo derivados, é apresentado no quadro seguinte (valores em milhares de Euros):

	2010									
	Datas de Refixação/Datas de Maturidade									
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	272.417	-	-	-	-	-	272.417	-	-	272.417
Disponibilidades em outras instituições de crédito	88.765	-	-	-	-	-	88.765	-	-	88.765
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	184	184	-	1.420	1.604
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	25	7.250	6.098	-	13.373	-	-	13.373
Activos financeiros disponiveis para venda	-	163.304	56.977	154.246	262.329	321.810	958.666	21.517	16.515	996.698
Aplicações em instituições de crédito	-	83.754	27.500	-	-	-	111.254	897	-	112.151
Crédito a clientes (saldo bruto)	58.599	4.828.572	2.980.919	231.001	100.859	298.485	8.498.435	35.087	-	8.533.522
Investimentos a deter até à maturidade	-	519.400	924.412	758.332	1.079.343	127.867	3.409.354	55.746	-	3.465.100
	419.781	5.595.030	3.989.833	1.150.829	1.448.629	748.346	13.352.448	113.247	17.935	13.483.630
Passivos										
Recursos de Bancos Centrais	-	1.650.000	-	-	-	-	1.650.000	886	-	1.650.886
Recursos de outras instituições de crédito	3.230	199.238	5.467	5.933	-	-	213.868	13.551	-	227.419
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.522	4.064.760	3.636.126	2.149.150	11.221	7.344	9.884.123	29.404	25.199	9.938.726
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	-	32.188	-	32.188
Outros passivos subordinados	-	130.854	5.205	-	-	-	136.059	324	-	136.383
	18.752	4.394.852	3.646.798	2.155.083	11.221	7.344	10.234.050	75.467	25.199	10.334.716
Exposição Liquida	401.029	1.200.178	343.035	(1.004.254)	1.437.408	741.002	3.118.398	37.780	(7.264)	3.148.914

	2009									
	Datas de Refixação/Datas de Maturidade									
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	277.387	-	-	-	-	-	277.387	-	-	277.387
Disponibilidades em outras instituições de crédito	110.249	-	-	-	-	-	110.249	-	-	110.249
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	3.173	3.173
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	7.180	-	-	7.180	-	-	7.180
Activos financeiros disponiveis para venda	-	100.005	59.758	144.925	177.053	184.539	666.280	267.287	19.699	953.266
Aplicações em instituições de crédito	-	736.685	141.302	-	-	-	877.988	26.978	19.658	924.624
Crédito a clientes (saldo bruto)	59.755	4.467.736	2.841.062	420.578	146.617	354.229	8.289.977	47.125	443.959	8.781.061
Investimentos a deter até à maturidade	-	260.653	130.022	309.261	512.560	13.620	1.226.116	22.897	-	1.249.013
	447.391	5.565.080	3.172.144	881.944	836.230	552.387	11.455.177	364.287	486.490	12.305.953
Passivos										
Recursos de Bancos Centrais	-	-	150.792	-	-	-	150.792	-	-	150.792
Recursos de outras instituições de crédito	3.427	132.992	269.785	119.869	-	-	526.073	17.838	6.053	549.965
Recursos de clientes e outros empréstimos	27.949	4.495.836	3.844.172	1.387.120	10.024	6.281	9.771.382	34.454	159.197	9.965.033
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	-	33.692	-	33.692
Outros passivos subordinados	250	141.755	7.416	4.800	-	-	154.221	859	-	155.080
	31.626	4.770.583	4.121.373	1.511.789	10.024	6.281	10.451.676	86.843	165.250	10.703.770
Exposição Liquida	415.765	794.497	(949.228)	(629.845)	826.205	546.106	1.003.501	277.444	321.239	1.602.184

Considerando os valores apurados, os quadros anteriores apresentam uma exposição ao risco de taxa de juro, tanto da margem financeira como do valor económico do capital, pouco significativa. Este risco mede o impacto de uma variação das taxas de juro, positiva ou negativa, sobre os referidos indicadores em função da exposição líquida nos diversos intervalos temporais.

Apresenta-se de seguida a análise de sensibilidade para o risco de taxa de juro a que o GCA se encontra exposto em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, efectuada a partir da simulação, nos activos e passivos sensíveis, da variação até 200 pontos base na taxa de referência, incluindo o impacto na margem financeira (valores em milhares de Euros):

	2010					
	Impacto resultante da variação da taxa de juro de referência					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	464	231	115	(114)	(228)	(454)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.676	827	411	(406)	(805)	(1.589)
Outros activos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	739	362	179	(175)	(347)	(680)
Activos Financeiros disponíveis para venda	83.080	36.343	17.825	(17.206)	(33.865)	(65.380)
Aplicações em instituições de crédito	(297)	(150)	(76)	76	154	310
Crédito a clientes	188.354	89.799	43.879	(41.970)	(82.153)	(157.594)
Investimentos detidos até a maturidade	58.010	28.384	14.042	(13.752)	(27.223)	(53.359)
	332.026	155.796	76.375	(73.547)	(144.467)	(278.746)
Passivos						
Recursos de Bancos Centrais	2.673	1.328	662	(658)	(1.313)	(2.611)
Recursos de outras instituições de crédito	436	216	107	(106)	(211)	(418)
Recursos de clientes e outros empréstimos	139.692	68.885	34.207	(33.746)	(67.042)	(132.314)
Outros passivos subordinados	794	399	200	(201)	(403)	(808)
Passivos financeiros de negociação	(9)	(7)	(3)	3	7	13
	143.586	70.821	35.173	(34.708)	(68.962)	(136.138)
Impacto na margem financeira	188.440	84.975	41.202	(38.839)	(75.505)	(142.608)

	2009					
	Impacto resultante da variação da taxa de juro de referência					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.070	532	265	(263)	(525)	(1.044)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.040	1.007	499	(493)	(980)	(1.933)
Outros activos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	378	185	92	(90)	(179)	(351)
Activos Financeiros disponíveis para venda	106.700	46.802	22.748	(21.544)	(41.978)	(79.812)
Aplicações em instituições de crédito	2.199	1.091	544	(540)	(1.075)	(2.134)
Crédito a clientes	106.878	50.823	24.813	(23.715)	(46.419)	(89.108)
Investimentos detidos até a maturidade	59.214	28.916	14.290	(13.965)	(27.615)	(54.003)
	278.479	129.355	63.252	(60.610)	(118.771)	(228.385)
Passivos						
Recursos de outras instituições de crédito	5.279	2.616	1.302	(1.291)	(2.571)	(5.099)
Recursos de clientes e outros empréstimos	104.731	51.726	25.706	(25.399)	(50.496)	(99.809)
Outros passivos subordinados	929	461	229	(228)	(454)	(900)
Passivos financeiros de negociação	(20)	(11)	(5)	5	11	21
	110.919	54.792	27.233	(26.913)	(53.510)	(105.787)
Impacto na margem financeira	167.560	74.563	36.019	(33.697)	(65.261)	(122.598)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à potencial incapacidade do Grupo Crédito Agrícola financiar o seu activo satisfazendo nas datas contratadas todas as responsabilidades exigíveis.

A política de gestão da liquidez é definida e monitorizada pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), estando a sua gestão diária cometida ao Departamento Financeiro.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco, no curto, médio e longo prazos, são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como avaliar a cobertura dinâmica dos mesmos. É também realizado um acompanhamento por parte do Grupo Crédito Agrícola dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Refira-se que em matéria de liquidez, o Grupo Crédito Agrícola prossegue uma política conservadora que se traduz num rácio de transformação em cada uma das suas unidades claramente abaixo da média do rácio de transformação do sistema financeiro nacional.

Os recursos excedentários do Grupo Crédito Agrícola são canalizados para a Caixa Central, onde são centralmente aplicados em activos de elevada qualidade creditícia e liquidez, nomeadamente obrigações de dívida pública de países da Zona Euro e aplicações de prazo curto sobre Instituições de Crédito de referência, nacionais ou internacionais.

O Grupo Crédito Agrícola dispõe de uma sólida implantação no mercado de retalho, distribuída de forma equilibrada ao longo do país, que se traduz numa rede de 689 balcões e numa base de funding dispersa, estável e com elevada permanência.

Numa óptica de prevenção e de gestão de contingência de risco de liquidez são especialmente tidos em conta e acompanhados os seguintes aspectos:

- Controlo e contenção de eventuais concentrações de recursos comerciais que, tendendo a desenvolver-se, pudessem vir a concorrer para uma maior permeabilidade da carteira diminuindo a sua estabilidade e permanência. São efectuadas regularmente simulações de impactos ao abrigo de hipóteses conservadoras sobre a estabilidade dos recursos de retalho e sem consideração do concurso de fontes de financiamento adicionais.

- Embora sem dependência de tais fontes de financiamento complementares atendendo à posição estrutural de tesouraria do Grupo Crédito Agrícola, manutenção de linhas de financiamento junto de Instituições de Crédito nacionais e internacionais, regularmente testadas;

- Lançamento regular de produtos de passivo que concorram para a manutenção dos padrões de permanência dos recursos projectados.

A tesouraria da CA Vida é acompanhada numa base diária pelo seu Departamento Financeiro. Para o efeito, são elaborados controlos diários dos saldos existentes e dada a orientação necessária para que sejam cumpridas as necessidades de liquidez junto das várias Instituições. Especificamente no que respeita às carteiras de investimento da seguradora, a CA Gest faz a gestão diária da sua tesouraria, tendo em consideração os fluxos de entrada e saída de dinheiro, por um lado, e as liquidações das transacções realizadas sobre valores mobiliários, por outro. Adicionalmente, faz parte da política de investimentos a aquisição privilegiada de valores mobiliários transaccionados em mercados regulamentados.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição (valores em milhares de Euros):

	2010							
	Prazos residuais contratuais							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	272.417	-	-	-	-	-	-	272.417
Disponibilidades em outras instituições de crédito	88.765	-	-	-	-	-	-	88.765
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	184	1.420	1.604
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	25	7.250	6.098	-	-	13.373
Activos financeiros disponiveis para venda	-	26.915	89.723	241.669	315.920	284.439	38.032	996.698
Aplicações em instituições de crédito	-	79.252	32.002	-	-	-	897	112.151
Crédito a clientes	22.843	1.286.758	1.373.491	1.383.191	851.258	3.580.894	35.087	8.533.522
Investimentos a deter até à maturidade	-	294.167	976.544	923.737	1.087.340	127.566	55.746	3.465.100
	384.025	1.687.092	2.471.785	2.555.847	2.260.616	3.993.083	131.182	13.483.630
Passivos								
Recursos de Bancos Centrais	-	1.650.000	-	-	-	-	886	1.650.886
Recursos de outras instituições de crédito	3.230	199.238	5.467	5.933	-	-	13.551	227.419
Recursos de clientes e outros empréstimos	21.024	4.043.229	3.617.453	2.183.852	11.221	7.344	54.603	9.938.726
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	32.188	32.188
Outros passivos subordinados	-	3.500	16.617	22.284	66.072	27.586	324	136.383
	24.254	5.895.967	3.639.537	2.212.069	77.293	34.930	101.552	11.985.602
Diferencial	359.771	(4.208.875)	(1.167.752)	343.778	2.183.323	3.958.153	29.630	1.498.028

O agravamento do deficit de liquidez nos prazos mais curtos (até 3 meses), tem sido suportado com o recurso a financiamentos do Banco Central que se estima virem a ser renovados.

	2009							
	Prazos residuais contratuais							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	277.387	-	-	-	-	-	-	277.387
Disponibilidades em outras instituições de crédito	110.249	-	-	-	-	-	-	110.249
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	3.173	3.173
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	7.180	-	-	-	7.180
Activos financeiros disponiveis para venda	-	15.711	151.836	240.005	210.627	294.800	40.286	953.266
Aplicações em instituições de crédito	-	763.625	141.302	-	-	-	19.696	924.624
Crédito a clientes	29.658	1.302.932	1.550.800	1.462.014	889.861	3.442.409	103.387	8.781.061
Investimentos a deter até à maturidade	-	38.951	221.094	378.715	540.913	13.620	55.720	1.249.013
	417.295	2.121.219	2.065.032	2.087.914	1.641.401	3.750.829	222.262	12.305.953
Passivos								
Recursos de Bancos Centrais	-	-	150.792	-	-	-	-	150.792
Recursos de outras instituições de crédito	3.427	132.992	404.423	3.070	-	-	6.053	549.965
Recursos de clientes e outros empréstimos	27.689	4.472.076	3.814.322	1.440.989	10.024	6.281	193.652	9.965.033
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	33.692	33.692
Outros passivos subordinados	250	-	30.193	49.560	53.038	21.995	44	155.080
	31.366	4.605.068	4.399.731	1.493.618	63.062	28.276	233.441	10.854.562
Diferencial	385.929	(2.483.849)	(2.334.699)	594.297	1.578.339	3.722.553	(11.179)	1.451.391

Risco de Crédito

O GCA, no decurso de 2010, prosseguiu o seu esforço de modernização, para o que continuou a complementar a sua actividade com um conjunto de iniciativas de natureza regulamentar e de negócio, visando a prossecução dos objectivos estratégicos do Grupo Crédito Agrícola.

Dentro deste conjunto de iniciativas, continuou a merecer papel de relevo o projecto de desenvolvimento da "Função Risco", transversal a todo o SICAM, constituído por diversos projectos de diferente natureza e amplitude, mas formando um todo coerente entre si.

Entre os projectos que neste domínio se concluíram, se desenvolveram ou se iniciaram ao longo de 2010, destacam-se os seguintes:

Modelo de imparidade – Promoveu-se o aprofundamento dos processos de cálculo e de distribuição do valor das imparidades pelas Caixas do SICAM, na vertente colectiva, de modo a permitir uma alocação do valor da imparidade mais consistente com a qualidade da carteira. Anteriormente, esta segmentação considerava apenas as características relacionadas com o tipo de operação, desprezando o comportamento (actual e histórico) das operações e o tempo decorrido após uma determinada ocorrência. Com a actual metodologia possibilita-se uma segmentação mais fina da carteira de cada CCAM.

Adequação do capital interno ao perfil de risco – Em linha com as orientações emanadas pelo Banco de Portugal, através da Instrução 15/2007, a Caixa Central continuou a assegurar a análise e a produção do respectivo relatório, em base consolidada, o qual, para além da mera obrigação regulamentar, constitui um importante referencial para a gestão estratégica do GCA. A principal conclusão alcançada neste trabalho permitiu confirmar que o nível de capital interno de que o Grupo dispõe, supera amplamente as necessidades de capital suscitadas pela cobertura dos diversos tipos de risco inerentes à sua actividade corrente.

Testes de esforço – De acordo com a Instrução 32/2009, ajustaram-se os modelos de análise de cenários e de sensibilidade, tomando como referencial as magnitudes projectadas pelo Banco de Portugal para um determinado conjunto de variáveis. Os testes de esforço objectivam sustentar o modelo de planeamento do capital interno e da liquidez do SICAM, tendo-se confirmado, pelos resultados alcançados, que o Grupo continua a dispor de uma elevada capacidade para absorver os choques mais adversos, em condições de mercado desfavoráveis.

Solução de propostas e credit scoring (SPCS) – Conforme disposto no Aviso 5/2007 e na Instrução 11/2007 do Banco de Portugal, de acordo com as melhores práticas ao nível da gestão de risco, as instituições de crédito devem definir metodologias consistentes para avaliar a estabilidade e o desempenho dos seus sistemas de notação de risco e respectivas estimativas dos parâmetros, com o propósito de garantir a sua qualidade e posicioná-los como instrumentos efectivos de apoio à gestão do risco de crédito.

Desta forma, a utilização de modelos analíticos determina a implementação de ciclos periódicos de validação que incluam o acompanhamento dos seus resultados e da sua estabilidade, a revisão da sua especificação, bem como mecanismos que visem a comparação de resultados dos modelos com os resultados observados, considerando a existência de factores que podem provocar a deterioração da sua performance, tais como alterações na carteira de crédito, alterações nos processos de gestão do risco, mudanças nos comportamentos de risco dos clientes, nível de qualidade da informação utilizada e alterações macroeconómicas relevantes.

Com este propósito, a GCA continuou a realizar, regularmente, o exercício de backtesting dos seus modelos os quais, durante 2010, incidiram sobre o modelo do crédito à habitação e crédito multiusos e sobre o modelo de crédito pessoal, tendo os resultados alcançados confirmado o adequado poder discriminante dos mesmos.

Ferramenta de gestão de garantias – Um dos principais objectivos do GCA consiste em dispor de um novo processo de registo de todas as garantias recebidas, subjacentes às operações de crédito do Grupo, onde se assegure uma caracterização detalhada, de forma a sustentar a melhoria dos processos de cálculo de provisões e de requisitos de capital. Com esta finalidade, no decurso do ano transacto, entrou em produção uma emulação do sistema Profile que possibilitará também corrigir e completar a informação actualmente existente.

O processo de recolha de informação foi iniciado em Setembro, esperando-se que este projecto, de assinalável magnitude, se conclua em meados de 2011, sendo posteriormente monitorizado no âmbito da "Qualidade de dados" tendo em vista assegurar a contínua melhoria da informação disponibilizada pelo novo sistema.

Modelo de rating para empresas – O controlo e a gestão dos riscos têm vindo a assumir um papel preponderante na gestão da actividade financeira do Grupo Crédito Agrícola, apresentando-se como um dos pilares estratégicos no suporte ao seu desenvolvimento equilibrado e sustentado.

Assinala-se assim o desenvolvimento e a implementação de um modelo heurístico de rating, suportado na Plataforma de Automatização de Processos, cuja entrada em produção veio a ocorrer já na 1ª quinzena de Janeiro de 2011.

Com esta nova metodologia de notação de risco para empresas visa-se uniformizar a análise, do ponto de vista do risco intrínseco, dos clientes e das respectivas operações de crédito, possibilitando ao Grupo continuar a desenvolver e a melhorar a sua capacidade de gestão do risco, com base numa visão mais exacta do perfil de risco da sua carteira.

Sistema de controlo interno – Prosseguiram os trabalhos conducentes à estruturação do sistema de controlo interno da Caixa Central (e do SICAM), dando cumprimento aos requisitos regulamentares definidos pelo Aviso 5/2008, do Banco de Portugal.

Em particular e em estreita articulação com o DFOA, iniciou-se a análise do actual modelo organizativo de cada uma das 43 Caixas que, de acordo com os requisitos definidos no mencionado Aviso, carecem de dispor de uma Função Risco independente, constituindo propósito do GCA contribuir para o progressivo alinhamento do SICAM nesta matéria, procurando sempre as soluções casuisticamente recomendadas e que, melhorando a eficiência operacional na gestão do risco, minimizem os potenciais custos decorrentes desta necessária reestruturação.

Infra-estrutura de suporte ao risco – Os desafios impostos no quadro de Basileia II induzem a uma gestão integrada do risco, de molde a diminuir o risco implícito na actividade do GCA e a assegurar-se o cumprimento dos requisitos regulamentares.

Com este objectivo, foi decidido proceder à implementação de uma "Infra-estrutura de Suporte ao Risco (ISR)" a qual, dando continuação ao trabalho desenvolvido com a "Infra-estrutura de Suporte ao Marketing (ISM)", utilizará a mesma arquitectura tecnológica e partilhará o Datawarehouse corporativo de arquitectura SAS, entretanto criado, completando-o com a informação referente ao risco.

O processo de implementação, de elevada complexidade, iniciou-se em Setembro de 2010, prevendo-se que os Datamart relativos ao cálculo da imparidade e ao cálculo dos fundos próprios e dos requisitos de capital, bem como do reporte prudencial, entrem em produção até meados de 2011, potenciando deste modo a integração da informação residente nos diferentes sistemas operacionais do Crédito Agrícola.

Disciplina de mercado – Conforme disposto no Aviso 10/2007, do Banco de Portugal, procedeu-se à elaboração, em base consolidada, e à divulgação pública do relatório anual onde se detalhou as principais políticas e práticas do Grupo Crédito Agrícola na gestão dos diferentes riscos.

Central de balanços – Visando acomodar o novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), procedeu-se ao desenho das novas funcionalidades a implementar nesta base de dados e, em simultâneo, procedeu-se à realização de diversas acções de formação, essenciais à actualização de conhecimentos de toda a estrutura comercial e, em particular, dos analistas de risco do Grupo Crédito Agrícola.

Em paralelo e beneficiando da experiência adquirida desde a entrada em produção da Central de Balanços, aproveitou-se a oportunidade para melhorar o desempenho desta base de dados, mediante a identificação de um conjunto de pequenos ajustamentos a implementar.

Enquanto ferramenta crítica de suporte ao modelo de rating para empresas, está previsto o seu integral alinhamento até meados de 2011.

Risco de concentração - A concentração de riscos constitui um dos principais factores potenciais de perda a que uma instituição de crédito se encontra sujeita. Num cenário de concentração, as perdas originadas por um número reduzido de exposições podem ter um efeito desproporcionado, confirmando o relevo da gestão deste risco na manutenção de níveis adequados de solvabilidade. A gestão do risco de concentração constitui-se assim como um importante instrumento na tomada de decisões relativamente à constituição das carteiras do Grupo e às actividades de controlo e mitigação a implementar.

Assim e conforme orientação emanada do Banco de Portugal através da Instrução n.º 2/2010, o GCA iniciou, no ano transacto e em base consolidada, o processo de organização, documentação e operacionalização de uma prática recorrente de gestão de risco de concentração, resultante das actividades desenvolvidas pelas várias entidades do Grupo, tendo produzido o primeiro relatório, cujas conclusões confirmam a não existência deste risco na carteira de crédito do SICAM.

Melhoria de processos – Prosseguindo o esforço de adequação às recomendações do Banco de Portugal, designadamente em matéria de supervisão prudencial, o GCA desenvolveu, ainda, diversos projectos com o objectivo de:

a) Aperfeiçoar o processo de cálculo de provisões de acordo com o Aviso 3/95;

b) Identificar, de forma automática, os contratos renegociados e os contratos reestruturados na sua carteira de crédito, de forma a suportar os adequados cálculos de imparidade;

c) Implementar a gestão automatizada e descentralizada dos Grupos Económicos e de Risco, cuja entrada em produção se prevê que venha a ocorrer até ao final do 1º semestre de 2011;

d) Manter actualizado todo a estrutura normativa da Caixa Central, no que se refere à gestão do risco de crédito, pelo que iniciou o processo de actualização da Norma Geral de Crédito, da Norma de Crédito à Habitação e do Manual de Procedimentos de Imparidade; e

e) Promover a difusão regular, junto das Caixas de todas as orientações adoptadas pela Caixa Central visando alcançar uma homogeneidade de práticas e comportamentos em todo o SICAM.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, excluindo os títulos em carteira, pode ser resumida como segue:

	2010	2009
Patrimoniais:		
Crédito a clientes	8.533.521.811	8.781.060.953
Disponibilidades em outras instituições de crédito	88.764.653	110.249.203
Aplicações em instituições de crédito	112.151.385	924.624.236
	8.734.437.849	9.815.934.392
Extrapatrimoniais:		
Garantias prestadas	251.686.349	323.782.702
Compromissos irrevogáveis	887.865.186	707.467.378
	1.139.551.535	1.031.250.080
	9.873.989.384	10.847.184.472

Qualidade do crédito dos activos financeiros sem incumprimentos ou imparidade

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a qualidade de crédito dos activos financeiros de acordo com o rating de referência interno, pode ser resumida como se segue (valores em milhares de euros):

Activo	2010								
	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	Entre A1 e A3	Entre Baa1 a Baa3	Caa	Indeterminado	Total
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	52.452	-	-	59.699	112.151
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	184	-	-	1.420	1.604
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	13.324	-	49	-	-	-	13.373
Activos financeiros disponíveis para venda	325.779	114.836	70.998	54.671	261.860	65.782	783	100.289	994.998
Activos financeiros a deter até à maturidade	29.954	32.118	152.144	22.396	3.116.583	56.462	-	55.443	3.465.100
	355.733	146.954	236.466	77.067	3.431.128	122.244	783	216.851	4.587.226

Activo	2009								
	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	Entre A1 e A3	Entre Baa1 e Baa2	Caa	Indeterminado	Total
Aplicações em instituições de crédito	2.200	24.000	20.000	335.433	393.484	39.513	-	109.994	924.624
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	906	-	-	-	-	2.267	3.173
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	7.180	-	-	-	-	-	7.180
Activos financeiros disponiveis para venda	293.898	89.124	233.546	58.491	178.417	43.947	785	55.058	953.266
Investimentos a deter até à maturidade	59.073	38.931	801.585	33.865	254.181	27.711		33.667	1.249.013
	355.171	152.055	1.063.217	427.789	826.082	111.171	785	200.986	3.137.256

No exercício de 2010 e 2009, o GCA utiliza como rating de referência o rating divulgado pela agência internacional Moody's, ou caso este não exista, o maior dos ratings divulgados pelas agências Fitch e Standard & Poors.

Relativamente ao crédito a clientes, e tal como referido acima, o Grupo não dispõe actualmente ratings internos ou externos de modo a aferir da qualidade da sua carteira. O GCA implementou recentemente um sistema de scoring para particulares para auxílio à decisão da concessão de crédito e planeia implementar brevemente um sistema de rating para empresas.

Antiguidade do incumprimento das operações de crédito vencidas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a antiguidade do incumprimento das operações de crédito vencidas pode ser resumida como segue (Nota 13):

	2010	2009
Até 3 meses	25.112.100	26.960.646
De 3 a 6 meses	27.905.199	29.061.246
De 6 a 12 meses	74.592.081	85.298.127
De 1 a 3 anos	206.403.226	168.087.364
De 3 a 5 anos	112.180.818	84.367.282
Juros a receber	8.808.785	10.713.568
	---	---
	455.002.209	404.488.233
	=========	=========

Riscos específicos da actividade seguradora

O resseguro é um meio de gerir o risco de seguro. No entanto, como primeiro intermediário, as Companhias continuam expostas a este risco. No caso de incumprimento por parte do ressegurador, as companhias continuam obrigadas a pagar ao cliente. A qualidade de crédito do ressegurador é observada numa base anual, sendo a sua condição financeira analisada antes da finalização dos contratos.

A CA Seguros implementou durante o ano de 2007 a Unidade de Gestão de Risco, tendo iniciado diversas actividades e projectos relacionados com o desenvolvimento do Sistema integrado de Gestão de Risco e de Controlo Interno. Ao nível da componente de Risco mais relevante, o Risco Específico de Seguros, foram implementadas novas metodologias de avaliação de suficiência das Provisões Técnicas e da adequação das tarifas, incluindo modelos estocásticos (Bootstrap, Thomas Mack), as quais confirmaram a adequação dos actuais níveis de provisionamento de responsabilidades para com Segurados e Sinistrados.

Justo valor de activos e passivos financeiros

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos registados pelo custo amortizado em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é apresentado no quadro seguinte (montantes em milhares de Euros):

	2010				
	Saldos Analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	272.417	272.417	-	-	272.417
Disponibilidades em outras instituições de crédito	88.765	88.765	-	-	88.765
Aplicações em Instituições de Crédito	110.659	112.211	1.552	1.492	112.151
Crédito a Clientes (Liq. de provisões)	7.949.197	7.926.229	(22.968)	91.897	8.041.094
Investimentos detidos até à maturidade	3.465.100	3.383.475	(81.625)	-	3.465.100
	11.886.138	11.783.097	(103.041)	93.389	11.979.527
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais	1.650.886	1.650.886	-	-	1.650.886
Recursos de outras instituições de Crédito	227.419	227.454	35	-	227.419
Recursos de clientes e outros empréstimos	9.938.726	9.884.363	(54.363)	-	9.938.726
Outros passivos subordinados	136.383	148.661	12.278	-	136.383
	11.953.414	11.911.364	(42.050)	-	11.953.414

	2009				
	Saldos Analisados			Saldos não analisados	
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	Valor de balanço Total
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	277.387	277.387	-	-	277.387
Disponibilidades em outras instituições de crédito	110.249	110.249	-	-	110.249
Aplicações em Instituições de Crédito	904.927	906.701	1.774	19.696	924.624
Crédito a Clientes (Liq. de provisões)	8.157.885	8.153.855	(4.031)	208.096	8.365.981
Investimentos detidos até à maturidade	1.249.013	1.248.841	(172)	-	1.249.013
	10.699.462	10.697.034	(2.428)	227.792	10.927.254
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais	150.792	150.792	-	-	150.792
Recursos de outras instituições de Crédito	543.912	543.444	(468)	6.053	549.965
Recursos de clientes e outros empréstimos	9.673.804	9.664.995	(8.809)	291.229	9.965.033
Outros passivos subordinados	155.080	155.080	-	-	155.080
	10.523.587	10.514.311	(9.276)	297.282	10.820.869

As principais considerações sobre o justo valor dos activos e passivos financeiros são as seguintes:

- Relativamente aos saldos à vista, considerou-se que o valor de balanço corresponde ao justo valor;

- Relativamente aos investimentos a deter até à maturidade, utilizou-se o bid de mercado máximo de uma pool de 10 contribuidores;

- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Grupo Crédito Agrícola com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, incluindo:

  a) Taxas de juro de mercado para "Aplicações em Instituições de Crédito" e "Outros Passivos Subordinados";

  b) Taxa de juro praticadas nas operações concedidas pela Caixa Central para tipos de créditos comparáveis;

  c) Taxas de juro de referência para emissão de produtos para colocação no retalho.

Foram utilizadas curvas especificas para as rubricas de "Crédito a Clientes", "Aplicações em outras instituições de crédito" e "Recursos de outras instituições de crédito" que tiveram por base a aplicação sobre a curva Euribor/SWAP a 31 de Dezembro de 2010 dos spreads médios das operações efectuadas nos últimos 3 meses até 31 de Dezembro de 2010. As taxas aplicadas foram as seguintes:

	Euribor - Euribor / Swap	Spread Crédito Habitação	Spread Crédito Particular	Spread Crédito Negócio	Spread Recursos Clientes	Spread Recursos OIC's
1 day (overnight)	0,82%					
1 month(s)	0,78%					
2 month(s)	0,89%					
3 month(s)	1,01%					
4 month(s)	1,10%					
5 month(s)	1,14%					
6 month(s)	1,23%					
9 month(s)	1,37%					
12 month(s)	1,51%	1,30%	3,39%	2,99%	1,02%	0,82%
2 year(s)	1,56%					
3 year(s)	1,89%					
4 year(s)	2,20%					
5 year(s)	2,56%					
8 year(s)	3,09%					
10 year(s)	3,32%					
15 year(s)	3,64%					
20 year(s)	3,70%					
30 year(s)	3,50%					

Em 31 de Dezembro de 2010, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras, pode ser resumida como se segue:

	Activos valorizados ao custo histórico (1)	Cotações em mercado activo (2)	Técnicas de Valorização		Total
			Dados de mercado (3)	Modelos (4)	
Activos financeiros detidos para negociação	-	1.160.457	443.750	-	1.604.207
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	7.180.374	13.373.031
Activos financeiros disponíveis para venda	10.205.507	74.062.773	-	910.729.471	994.997.751
	10.205.507	75.223.230	443.750	917.909.845	1.009.974.989

(1) Títulos não cotados para os quais não é possível determinar de forma fiável o justo valor.

(2) Para além dos instrumentos financeiros cotados em Bolsas de Valores, esta categoria inclui os títulos valorizados com base em preços de mercados activos divulgados através de plataformas de negociação.

(3) Valorização baseada em taxas de mercado (curvas de swap).

(4) correspondem a títulos valorizados através de Bids indicativos.

44. FUNDOS PRÓPRIOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe dos fundos próprios da Caixa Central apresenta-se de seguida:

	2010	2009
Fundos próprios de base	176.167.833	179.423.724
Fundos próprios complementares	57.210.370	68.947.725
Deduções	(1.874.192)	(483.807)
Fundos próprios totais	231.504.011	247.887.641
Riscos ponderados totais	1.990.559.318	2.158.616.070
Rácio TIER I	8,3%	7,8%
Rácio TIER II	2,6%	3,0%
Rácio de solvabilidade	10,8%	10,8%

O Responsável pela Contabilidade

O Conselho de Administração Executivo

CAIXA CENTRAL DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO, C.R.L.
INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Montantes expressos em Euros)

Natureza e espécie	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Reserva de justo valor	Imparidade	Valias (+/-) potenciais	% de participação	
														Capital	Direitos de voto
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO															
Instrumentos de capital															
RAÍZ VALOR ACUMULADO	AFDN	PTYCFKMM0001	OUT	PRT	N	10,2853	91.632	--	JV	942.462	-	-	-		
Instrumentos financeiros derivados															
Swaps de taxa de juro										104.368					
Forward's cambiais										155.567					
Total							91.632			1.202.397	-	-	-		
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS															
Instrumentos de dívida															
Emitida por não residentes															
SVSKHB 08/12	OAFJVAR	XS0447005223	IC	SWE	S	102,12%	7.000.000	1	JV	7.225.776	-	-	-		
ISPIM 01/15	OAFJVAR	XS0478285389	IC	ITA	S	98,44%	6.000.000	1	JV	6.098.674	-	-	-		
Total							13.000.000			13.324.450	-	-	-		
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA															
Instrumentos de dívida															
De dívida pública															
CONSOLIDADO 41	AFDV	PTCON1OE0008	OUT	PRT	S	58,00%		1	JV	-	-	-	-		
CONSOLIDADO 42	AFDV	PTCON2OE0007	OUT	PRT	S	55,00%		1	JV	-	-	-	-		
CONSOLIDADO 43	AFDV	PTCON3OE0006	OUT	PRT	S	40,00%	10	1	JV	5	(1)	-	-		
CONSOLIDO CENTENÁRIOS 40	AFDV	PTCON4OE0005	OUT	PRT	S	53,00%		1	JV	-	-	-	-		
Dívida não subordinada de outros emissores															
BBVA 11/2011	AFDV	XS0272590570	IC	ESP	S	98,90%	3.000.000	1	JV	3.451.119	(19.919)	-	-		
BES 19/03/12	AFDV	PTBERHOM0013	IC	PRT	S	90,00%	5.000.000	1	JV	4.501.873	(437.574)	-	-		
BFT CAY.2015	AFDV	XS0218220191	IC	CYM	S	100,00%	2.000.000	1	JV	2.010.946	-	-	-		
DANSKE BANK 06/11	AFDV	XS0372093921	IC	DNK	S	102,10%	2.000.000	1	JV	2.103.768	43.614	-	-		
DNBNOR 2/12	AFDV	XS0385623128	IC	NOR	S	100,87%	3.000.000	1	JV	3.031.153	41.833	-	-		
DNBNOR 4/11	AFDV	XS0249881474	IC	NOR	S	100,02%	2.000.000	1	JV	2.005.332	3.113	-	-		
DOLOMITE 3/14	AFDV	XS0280470450	IC	USA	S	26,10%	3.000.000	1	JV	783.000	(2.168.586)	-	-		
INTNED 2011	AFDV	XS0384169446	IC	NLD	S	100,38%	3.000.000	1	JV	3.017.460	12.480	-	-		
MDPASCHI 06/11	AFDV	XS0371161653	IC	ITA	S	101,72%	2.000.000	1	JV	2.098.510	35.662	-	-		
PARFLEX 04/2017	AFDV	XS0297481870	IC	FRA	S	83,97%	3.000.000	1	JV	2.519.100	(480.900)	-	-		
RIVIERA 16	AFDV	XS0277521877	IC	USA	S	75,36%	3.000.000	1	JV	2.260.800	(401.540)	-	-		
SANTANDER 01/12	AFDV	XS0283070554	IC	ESP	S	99,25%	2.000.000	1	JV	1.989.035	(3.480)	-	-		
SOCGEN 2011	AFDV	XS0382730272	IC	FRA	S	100,41%	5.000.000	1	JV	5.031.676	21.412	-	-		
SWEDBK 03/11	AFDV	XS0386339294	IC	SWE	S	100,15%	2.000.000	1	JV	2.005.631	5.468	-	-		
Instrumentos de capital															
ADRAVE	AFDV	--	OUT	PRT	N		100	4,99	CH	499	-	-	-	0,13%	0,13%
AGROGARANTE	AFDV	--	OIF	PRT	N		164.550	1	CH	164.550	-	-	-	3,33%	3,33
BFN 87 - Tit.Par.	AFDV	PTBFNDPE0001	OUT	PRT	S	100%	1.547	1	JV	1.547	-	-	-		
BFN 87 - Tit.Part. 2ª Em	AFDV	PTBFNEPE0000	OUT	PRT	S	100%		1	JV	-	-	-	-		
CA AGROVALORIZAÇÃO	AFDV	PTYCFKMM0001	OUT	PRT	N	11,2047	7.670	--	JV	85.940	9.078	-	-		
CA ARRENDHAB	AFDV	PTSQUCIM0000	OUT	PRT	N	98,6188	415.859	--	JV	41.011.516	(574.384)	-	-		
CA IMOBILIARIO	AFDV	PTSQUAHM0003	OUT	PRT	N	9,1299	20.278.195	--	JV	185.137.893	(10.749.389)	-	-		
CA PATRIMONIO CRESCENTE	AFDV	PTSQUBHM0002	OUT	PRT	N	12,5178	1.877.012	--	JV	23.496.061	4.426.235	-	-	32,37%	-
CREDIVALOR	AFDV	--	OIF	PRT	N		400	5	CH	-	-	2.000	-	4%	4%
FCR AICEP Capital Global - FIEP	AFDV	--	OUT	PRT	N		685	1000	CH	652.606	-	32.394	-	2,5%	-
FLORESTA AT (B)	AFDV	PTFLTBIM0004	OUT	PRT	N	50,2276	18.000	--	JV	904.097	4.097	-	-		
GARVAL	AFDV	--	OUT	PRT	N		79.500	1	CH	79.500	-	-	-	1,67%	1,67%
LISGARANTE	AFDV	--	OUT	PRT	N		100.000	1	CH	100.000	-	-	-	1,67%	1,67%
MATAD.BEIRA LITORAL, SA (PEC-LUSA)	AFDV	--	OUT	PRT	N		687	4,99	CH	3.428	-	-	-	0,11%	0,11%
MATADOURO REG.ALGARVE	AFDV	--	OUT	PRT	N		19.992	4,99	CH	-	-	998	-	7,08%	7,08%
NORGARANTE	AFDV	--	OUT	PRT	N		86.860	1	CH	86.860	-	-	-	1,58%	1,58%
PROPAÇO	AFDV	--	OUT	PRT	N		1	--	CH	-	-	194	-	3,88%	3,88%
RAIZ CONSERVADOR	AFDV	PTYCFGLMOOO8	OUT	PRT	N	5,4625	199.996	--	JV	1.092.478	55.239	-	-		
RAIZ EUROPA	AFDV	PTYCFFLM0009	OUT	PRT	N	3,8141	505.416	--	JV	1.927.707	(99.466)	-	-		
RAIZ GLOBAL	AFDV	PTYCFELM0000	OUT	PRT	N	4,8549	339.329	--	JV	1.647.408	87.445	-	-		
SIBS	AFDV	--	OUT	PRT	N		25.680	5	CH	1.171.864	-	-	-	0,52%	0,52%
SWIFT	AFDV	--	OUT	PRT	N		5	--	CH	46.928	-	-	-	0,08%	0,08%
UNICAMPUS	AFDV	UNICAMPUS	OUT	PRT	N	1007,6552	500	--	JV	503.828	3.828	-	-		
UNICRE	AFDV	--	OUT	PRT	N		7.207	5	CH	460.223	-	-	-	0,29%	0,29%
UNITÊNIS	AFDV	--	OUT	PRT	N		1	150	CH	3.990	-	-	-	0,29%	0,29%
VISA EUROPE LIMITED	AFDV	--	OUT	PRT	N		1	10	CH	10	-	-	-	0,01%	0,01%
VISA INC.	AFDV	--	OUT	USA	N		2.585	--	CH	66.218	-	-	-		
Total							64.131.768			295.454.557	(10.185.736)	35.585	-		

Natureza e espécie	Categoria do activo Instrução nº 23/2004	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/ N/ cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Reserva de justo valor	Imparidade	Valias (+/-) potenciais	% de participação	
														Capital	Direitos de voto
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE															
Instrumentos de dívida															
De dívida pública															
BT 18/02/11	IDM	PTPBTDGE0012	OUT	PRT	S	99,58%	45.000.000	1	CA	44.865.807	-	-	(54.807)		
BT 18/03/11	IDM	PTPBTEGE0011	OUT	PRT	S	99,27%	124.000.000	1	CA	123.359.718	-	-	(264.918)		
BT 18/11/11	IDM	PTPBTOGE0019	OUT	PRT	S	96,24%	50.000.000	1	CA	48.331.852	-	-	(211.852)		
BT 19/08/11	IDM	PTPBTYGE0017	OUT	PRT	S	97,70%	110.000.000	1	CA	108.033.107	-	-	(563.107)		
BT 21/01/11	IDM	PTPBTCGE0013	OUT	PRT	S	99,85%	50.000.000	1	CA	49.890.835	-	-	34.165		
BT 21/10/11	IDM	PTPBT1GE0012	OUT	PRT	S	96,58%	55.000.000	1	CA	53.406.155	-	-	(287.155)		
BT 22/07/11	IDM	PTPBTXGE0018	OUT	PRT	S	98,01%	146.000.000	1	CA	144.023.036	-	-	(928.436)		
BT 23/09/11	IDM	PTPBTNGE0010	OUT	PRT	S	97,17%	45.000.000	1	CA	43.825.596	-	-	(99.096)		
BTPS 02/12	IDM	IT0003190912	OUT	ITA	S	102,73%	5.000.000	1	CA	5.088.397	-	-	47.853		
BTPS 03/11	IDM	IT0004026297	OUT	ITA	S	100,41%	40.000.000	1	CA	39.946.041	-	-	215.959		
BTPS 08/13	IDM	IT0003472336	OUT	ITA	S	102,76%	10.000.000	1	CA	10.003.795	-	-	272.505		
BTPS 15/09/11	IDM	IT0004112816	OUT	ITA	S	101,09%	38.500.000	1	CA	38.308.724	-	-	610.926		
IRISH JAN 14	IDM	IE00B3KWYS29	OUT	IRL	S	91,21%	10.000.000	1	CA	9.981.327	-	-	(860.127)		
OT ABR 11	IDM	PTOTE4OE0040	OUT	PRT	S	99,95%	196.975.000	1	CA	197.122.589	-	-	(242.137)		
OT JUN 11	IDM	PTOTEJOE0006	OUT	PRT	S	100,25%	242.100.000	1	CA	244.386.110	-	-	(1.678.439)		
OT JUN 12	IDM	PTOTEKOE0003	OUT	PRT	S	101,04%	192.658.000	1	CA	196.470.047	-	-	(1.802.624)		
OT JUN 14	IDM	PTOTE1OE0019	OUT	PRT	S	97,91%	16.171.000	1	CA	16.500.719	-	-	(668.340)		
OT JUN 20	IDM	PTOTECOE0029	OUT	PRT	S	87,40%	23.000.000	1	CA	20.386.459	-	-	(283.769)		
OT OUT 14	IDM	PTOTEOOE0017	OUT	PRT	S	94,29%	12.000.000	1	CA	12.270.241	-	-	(955.081)		
OT OUT 15	IDM	PTOTE3OE0017	OUT	PRT	S	90,28%	49.500.000	1	CA	46.027.352	-	-	(1.338.752)		
OT OUT 17	IDM	PTOTELOE0010	OUT	PRT	S	89,60%	5.000.000	1	CA	5.015.680	-	-	(535.930)		
OT SET 13	IDM	PTOTEGOE0009	OUT	PRT	S	102,16%	700.300.701	1	CA	738.303.149	-	-	(22.889.959)		
PARPUB 7/13	IDM	PTPETQOM0006	OUT	PRT	S	93,91%	23.900.000	1	CA	23.808.619	-	-	(1.364.248)		
Dívida não subordinada de outros emissores															
B COOP ESPANOL 2/4/2012	IDM	ES0313377014	IC	ESP	S	99,36%	10.000.000	1	CA	9.986.938	-	-	(51.138)		
BARC 01/13	IDM	XS0459903620	IC	GBR	S	100,22%	5.000.000	1	CA	4.997.957	-	-	13.193		
BBPI 25/1/12	IDM	PTBB5VOM0004	IC	PRT	S	95,32%	42.700.000	1	CA	42.491.103	-	-	(1.791.171)		
BBPI19/1/11	IDM	XS0240718717	IC	CYM	S	99,82%	22.250.000	1	CA	22.223.373	-	-	(13.423)		
BBVA 01/14	IDM	XS0408528833	IC	CYM	S	105,94%	3.750.000	1	CA	3.969.865	-	-	2.885		
BBVASM 01/13	IDM	XS0479528753	IC	ESP	S	96,10%	9.000.000	1	CA	8.977.265	-	-	(328.391)		
BBVASM 05/12	IDM	XS0427109896	IC	ESP	S	100,16%	7.000.000	1	CA	6.997.513	-	-	13.687		
BCP 09/05/14	IDM	PTBCT3OM0000	IC	PRT	S	75,66%	8.105.000	1	CA	7.695.298	-	-	(1.563.055)		
BCP 17/06/11	IDM	PTBCLSOE0018	IC	PRT	S	96,00%	34.350.000	1	CA	34.450.816	-	-	(1.474.816)		
BCP 18/01/12	IDM	PTBCSKOM0019	IC	PRT	S	90,00%	35.000.000	1	CA	34.023.865	-	-	(2.523.865)		
BCP 19/01/12	IDM	PTBCP9OM0051	IC	PRT	S	98,82%	105.100.000	1	CA	104.955.204	-	-	(1.092.231)		
BCP 23/04/14	IDM	PTBCLQOM0010	IC	PRT	S	84,50%	29.400.000	1	CA	31.117.569	-	-	(6.274.569)		
BCP 24/05/11	IDM	PTBCT5OM0008	IC	PRT	S	96,50%	4.000.000	1	CA	3.977.301	-	-	(117.301)		
BCP 28/02/13	IDM	PTBCP7OM0061	IC	PRT	S	81,84%	12.600.000	1	CA	12.552.189	-	-	(2.240.916)		
BCP 28/03/13	IDM	PTBCPUOM0010	IC	PRT	S	80,50%	3.000.000	1	CA	2.993.411	-	-	(578.411)		
BCPF 02/12	IDM	XS0284019659	IC	CYM	S	98,37%	21.000.000	1	CA	20.692.362	-	-	(34.032)		
BES 08/05/13	IDM	PTBERLOM0017	IC	PRT	S	81,00%	7.800.000	1	CA	7.488.969	-	-	(1.170.969)		
BES 19/01/12	IDM	PTBEMPOE0018	IC	PRT	S	98,95%	135.150.000	1	CA	135.096.994	-	-	(1.370.124)		
BES 19/03/12	IDM	PTBERHOM0013	IC	PRT	S	90,00%	13.500.000	1	CA	13.289.313	-	-	(1.139.313)		
BES 21/01/15	IDM	PTBLMXOM0019	IC	PRT	S	81,00%	3.000.000	1	CA	2.942.120	-	-	(512.120)		
BES 27/05/11	IDM	PTBLMEOM0004	IC	PRT	S	97,31%	5.000.000	1	CA	4.856.597	-	-	(91.347)		
BESF 02/11	IDM	XS0242314291	IC	CYM	S	99,85%	2.400.000	1	CA	2.394.470	-	-	1.978		
BESF 04/11	IDM	XS0190583012	IC	CYM	S	98,00%	4.013.000	1	CA	3.994.837	-	-	(62.097)		
BESF 07/11	IDM	XS0261040173	IC	CYM	S	99,92%	4.440.000	1	CA	4.400.969	-	-	35.479		
BESPL 06/14	IDM	PTBLMGOM0002	IC	PRT	S	87,00%	42.900.000	1	CA	44.789.483	-	-	(7.466.483)		
BESPL 25/2/13	IDM	PTBLMWOM0002	IC	PRT	S	83,00%	19.200.000	1	CA	18.980.180	-	-	(3.044.180)		
BFCM 12/2011	IDM	XS0471464882	IC	FRA	S	100,13%	5.000.000	1	CA	4.996.256	-	-	8.094		
BNFPL 8/5/12	IDM	PTBAFPOE0003	IC	PRT	S	97,37%	67.673.000	1	CA	67.131.704	-	-	(1.240.534)		
BPCE 20/07/12	IDM	FR0010844381	IC	FRA	S	99,75%	3.500.000	1	CA	3.497.285	-	-	(5.965)		
CAIXA GALICIA 04/12	IDM	ES0314843303	IC	ESP	S	99,16%	10.000.000	1	CA	9.996.986	-	-	(81.486)		
CAJAMM 04/12	IDM	ES0314950470	IC	ESP	S	99,04%	9.100.000	1	CA	9.135.680	-	-	(123.040)		
CAJAMM 09/11	IDM	ES0314950587	IC	ESP	S	98,98%	5.000.000	1	CA	4.997.392	-	-	(48.287)		
CAJAMM 1/6/12	IDM	ES0214950133	IC	ESP	S	97,79%	5.000.000	1	CA	4.942.474	-	-	(52.924)		
CGD 02/2014	IDM	PTCG1LOM0007	IC	PRT	S	106,44%	68.400.000	1	CA	68.876.785	-	-	3.928.175		
CGD 12/12/11	IDM	PTCG1HOM0003	IC	PRT	S	99,16%	58.400.000	1	CA	58.653.560	-	-	(744.120)		
CSFLD 01/13	IDM	XS0472310860	IC	CHE	S	100,16%	3.000.000	1	CA	2.998.195	-	-	6.665		
CXGD 05/13	IDM	PTCG16OM0004	IC	PRT	S	85,00%	45.300.000	1	CA	46.005.476	-	-	(7.500.476)		
DANBNK 06/14	IDM	XS0431725901	IC	DNK	S	105,78%	3.750.000	1	CA	3.938.564	-	-	28.036		
DANBNK 09/11	IDM	XS0266920320	IC	DNK	S	100,01%	5.000.000	1	CA	4.963.595	-	-	36.705		
ISPIM 01/12	IDM	XS0478281396	IC	ITA	S	99,54%	3.500.000	1	CA	3.498.844	-	-	(14.804)		
ISPIM 12/12	IDM	XS0470624205	IC	ITA	S	99,83%	2.500.000	1	CA	2.498.942	-	-	(3.192)		
MONTPI01/11	IDM	XS0241903821	IC	CYM	S	99,46%	10.600.000	1	CA	10.588.446	-	-	(45.792)		
MONTPI05/12	IDM	XS0217992030	IC	CYM	S	99,16%	7.330.000	1	CA	7.234.903	-	-	33.818		
MONTPI05/13	IDM	PTCMHXOM0006	IC	PRT	S	79,40%	6.000.000	1	CA	5.800.235	-	-	(1.036.235)		
MONTPI09/11	IDM	XS0267837473	IC	CYM	S	96,82%	23.000.000	1	CA	22.856.867	-	-	(588.497)		
NORDEAB12/12	IDM	XS0472575066	IC	SWE	S	100,28%	7.000.000	1	CA	7.000.000	-	-	19.740		
RABOBK 01/14	IDM	XS0408832151	IC	IRL	S	106,09%	30.000.000	1	CA	29.953.917	-	-	1.872.183		
REN 12/2013	IDM	PTRELAOM0000	IC	PRT	S	107,01%	5.000.000	1	CA	5.106.362	-	-	244.088		
SANTAN 06/12	IDM	PTCPP4OM0023	IC	PRT	S	95,54%	34.850.000	1	CA	34.778.880	-	-	(1.482.842)		
SANTANDER 01/13	IDM	XS0477243843	IC	ESP	S	96,43%	7.000.000	1	CA	6.960.356	-	-	(210.116)		
SANTANDER 03/11	IDM	XS0247647539	IC	ESP	S	99,94%	900.000	1	CA	898.074	-	-	1.404		
SANTANDER 04/11	IDM	XS0423949394	IC	ESP	S	100,00%	5.000.000	1	CA	4.998.522	-	-	1.478		
SANTANDER 10/11	IDM	XS0269184130	IC	ESP	S	99,20%	2.000.000	1	CA	1.984.288	-	-	(360)		
SOCGEN 2014	IDM	XS0446860826	IC	FRA	S	102,91%	1.000.000	1	CA	1.023.636	-	-	5.464		
SVSKHB 01/13	IDM	XS0478420184	IC	SWE	S	100,17%	10.000.000	1	CA	9.989.884	-	-	27.116		
Juros a receber										52.730.200					
Total							3.224.565.701			3.307.829.623	-	-	(73.685.801)		

3. Certificação Legal de Contas

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na ORCC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo (Caixa Central), Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas e Subsidiárias (Grupo Crédito Agrícola), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010 que evidencia um total de 14.224.101.844 Euros e capitais próprios de 1.122.008.973 Euros, incluindo um resultado líquido de 35.501.401 Euros, as demonstrações dos resultados consolidados, do rendimento integral consolidado, dos fluxos de caixa consolidados e das alterações no capital próprio consolidado do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, os seus fluxos de caixa consolidados e as alterações no seu capital próprio consolidado, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração Executivo, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa | Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso 61 - 13º, 4150-146 Porto

Member of Deloitte Touche Tohmatsu

Reserva

4. No processo de consolidação, as demonstrações financeiras das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas (Caixas Agrícolas) e Subsidiárias da Caixa Central foram integradas no pressuposto da utilização de princípios, critérios, politicas contabilísticas uniformes e divulgações de acordo com o normativo em vigor. No exercício de 2010, as demonstrações financeiras de todas as Caixas Agrícolas e das Subsidiárias da Caixa Central foram, em cumprimento com o Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, objecto de certificação legal de contas. Contudo, o nosso trabalho incluiu apenas a auditoria das demonstrações financeiras da Caixa Central e de uma Caixa Agrícola, o que incidiu sobre aproximadamente 40% dos activos líquidos consolidados e 10% dos resultados líquidos consolidados. Adicionalmente, nos termos do âmbito acordado para os nossos serviços, também não efectuámos, na qualidade de Auditor do Grupo, outros procedimentos específicos ao nível das restantes Caixas Agrícolas e Subsidiárias da Caixa Central. Deste modo, com base no exposto acima, não podemos assegurar o cumprimento do pressuposto acima referido, a ausência de ajustamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, nem a totalidade das divulgações requeridas.

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Caixas de Crédito Agrícola Associadas e Subsidiárias em 31 de Dezembro de 2010, bem como o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, os seus fluxos de caixa consolidados e as alterações ao capital próprio consolidado para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios descritos na Nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2010.

Lisboa, 3 de Maio de 2011

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

4. Parecer do Conselho Consultivo

PARECER DO CONSELHO CONSULTIVO

Correspondendo à solicitação do Conselho Geral e de Supervisão da Caixa Central, efectuada nos termos da alínea g) do Artigo 35º dos Estatutos da Caixa Central, vem o Conselho Consultivo emitir o seu parecer sobre o Relatório Consolidado, e as Contas do Grupo Crédito Agrícola respeitantes ao exercício de 2010.

Constata-se da apreciação do Relatório, que o Grupo Crédito Agrícola realizou nesse exercício um resultado líquido de cerca de 36 milhões de euros, valor que sendo inferior ao que o Grupo obteve em 2009, já de si também menor que os resultados dos anos anteriores, é bem revelador das condições de exploração que as Caixas Agrícolas enfrentaram no pretérito exercício.

Os resultados de 2010 foram fortemente penalizados sobretudo pela evolução adversa da margem financeira, a qual, reflectindo a política monetária em vigor no período, que conduziu ao esmagamento das taxas *euribor*, se mostrou e manteve para o Crédito Agrícola como um factor exógeno bastante desfavorável, como já ocorrera em 2009, sobretudo no segundo semestre desse ano. Em relação a 2008, o valor da margem financeira em 2010 representa uma diminuição de 98 milhões de euros.

O crescimento constatado no saldo de comissões, com impacto na margem complementar, que percentualmente atingiu os 21%, contribuiu para compensar parcialmente o decréscimo da margem financeira, permitindo, assim, que o produto bancário ainda aumentasse cerca de 5%. Os membros do Conselho Consultivo saúdam esta evolução que vem na linha da recomendação que deixou expressa no seu Parecer sobre o Relatório de 2009 quanto a este tipo de proveitos.

Nesta conjuntura de crise, o valor de crédito vencido regista uma evolução crescente, pelo que os resultados de 2010 foram igualmente penalizados pela necessidade de reforço de provisões para a carteira de crédito, as quais excedem o nível do provisionamento do exercício anterior em cerca de 23 milhões de euros, havendo porém a notar que parte do provisionamento efectuado corresponde a provisões extraordinárias, constituídas por razões prudenciais.

Tendo o aumento do crédito vencido sido uma das consequências mais manifestas da actual crise sobre a situação do sector bancário no seu conjunto, é de assinalar o facto, referido no Relatório, de que o aumento do incumprimento desde o final de 2007 – antes da crise, portanto – até ao final do exercício transacto ter sido inferior, no SICAM, ao que se registou, no mesmo período, na banca nacional no seu todo. Neste contexto, julgamos ser de referir o caso da Caixa Central, na qual o crédito vencido total, e sobretudo o vencido há menos de 90 dias, se reduziu em 2010 em termos absolutos.

De referir, porém, da necessidade sentida e que não encontrou resposta em 2010 da existência de programas informáticos específicos, que ajudem as Caixas Agrícolas, através dos seus departamentos de pré e contencioso, no acompanhamento e mais célere cobrança dos seus créditos vencidos e não pagos.

No contexto das condições agravadas de exploração que caracterizam o exercício de 2010, a margem financeira encontra-se também ela ameaçada, atendendo à necessidade de desalavancagem em que as demais ICs se encontram no sistema financeiro português, dados os seus elevados rácios de transformação.

No entanto, a defesa da base de depósitos é crucial para o Grupo no contexto da actual crise, pois disso depende a nossa situação favorável em termos de liquidez, pelo que, num espírito de entreajuda e partilha de sacrifícios entre a Caixa Central e as Caixas Associadas, temos de continuar a envidar os melhores esforços para a retenção de clientes e depósitos no Grupo, mantendo presentes as soluções desenvolvidas em 2010 e criando novos instrumentos que se mostrem necessários para o efeito.

Deseja-se continuar a dar crescente atenção à melhoria da margem complementar, para reduzirmos ainda mais a nossa dependência da rentabilidade da actividade de intermediação, cujas perspectivas não se mostram animadoras no futuro próximo, uma vez que se mostra previsível que os excepcionais e elevados níveis de remunerações associados à dívida soberana não terão continuidade.

Neste estado de coisas, impõe-se a melhoria das condições operativas, de modo a promover a eficiência e reduzir custos, sendo de relevar que o SICAM conseguiu em 2010

uma evolução moderada dos seus custos de funcionamento, os quais ainda cresceram, no entanto, 1,4%, sobretudo pelo incremento dos custos de pessoal (+2,2%) já que nos gastos gerais administrativos o aumento foi de apenas 0,5%.

A evolução positiva nos custos de funcionamento verificada em 2010, em grande medida decorrente das poupanças que as próprias Caixas conseguiram fazer ao seu nível, que complementaram economias também realizadas a nível central, deve ser intensificada, através de programas abrangentes, concretos e passíveis de execução a curto prazo para cortar custos em todas as principais áreas, e nomeadamente no domínio dos sistemas de informação, que apenas referimos expressamente por corresponder a uma das componentes dos custos de funcionamento de maior expressão, como acontece hoje em dia na generalidade das instituições financeiras, sendo portanto uma das áreas prioritárias para a realização de economias.

Fica, pois, aqui expresso uma recomendação reiterada de contenção de custos, com especial enfoque na área das tecnologias de informação entre outras.

O Conselho Consultivo considera igualmente de grande relevância dar continuidade às iniciativas que se encontram em curso de reformulação da organização central do Grupo, com incidência nas actividades na Caixa Central. O modelo de organização actual, como é do conhecimento, assenta num modelo estabelecido há mais de duas décadas, que se encontra esgotado, podendo até ser gerador de ineficiências e de eventuais entropias.

É nosso entendimento, que urge encontrar soluções urgentes em quadro legal para alienação ou transferência de inúmeros imóveis denominados "não de serviço próprio", que se encontram na posse das Caixas Agrícolas por força das dações em cumprimento, assim como na defesa dos seus créditos na esfera de processos da acção executiva. Cremos acreditar que o Grupo em breve ficará dotado de melhores meios e condições para libertar, sempre que necessário, esses activos dos balanços das suas associadas.

O Crédito Agrícola, na conjuntura complexa que estamos a atravessar, tem de saber tirar partido dos avanços significativos que conseguiu nos últimos anos na esfera financeira, nomeadamente em termos de solvabilidade e liquidez, e no plano das infraestruturas

tecnológicas e sistemas de informação, bem como do esforço realizado pelas próprias Caixas na modernização, ampliação e racionalização da sua rede, e profissionalização das suas estruturas funcionais, para defender e, se possível, reforçar a sua posição entre as instituições de referência do sistema bancário nacional.

Para tal, é necessário o esforço conjugado e determinado de todos, começando por nós dirigentes, pondo sempre acima dos interesses e das considerações pessoais os superiores valores do Grupo Crédito Agrícola.

Acreditamos, pois, que a confiança manifesta e expressa em 2010, se traduzirá no reforço do rigor colocado, assim como da eficiência demonstrada pelos membros do Conselho Geral e de Supervisão, bem como do Conselho de Administração Executivo, encontrando expressão na inequívoca dedicação, inovação, trabalho e organização que manifestaram.

É o que se nos oferece transmitir à Assembleia Geral sobre o Relatório e Contas consolidadas do Grupo e sobre o momento que estamos a viver, bem como solicitar, após análise e discussão, a competente aprovação por parte das Caixas Associadas.

Lisboa, 09 de Maio de 2011

O Conselho Consultivo

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Baixo Vouga (*Presidente)*
José Luís Sereno Gomes Quaresma

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albufeira
João Manuel Correia da Saúde

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alenquer
Hélio José de Lemos Rosa

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Batalha
Afonso de Sousa Marto

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Beja e Mértola
Francisco José Salgueiro Correia

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Douro, Corgo e Tâmega
Alcino Pinto dos Santos Sanfins

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lourinhã
António Augusto Nascimento Mateus

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Ribatejo Norte
Arnaldo Filipe Rodrigues Santos

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Zona do Pinhal
Ângelo de Jesus Antunes

Por inerência, nos termos do nº 2 do artigo 35º dos Estatutos da Caixa Central
Adriano Augusto Diegues

1. CAIXA CENTRAL AND GROUP COMPANIES

CAIXA CENTRAL DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO, C.R.L.

Rua Castilho, 233 - 233 A · 1099-004 LISBOA

Tel.: 213 809 900 · Fax: 213 855 861

CRÉDITO AGRÍCOLA INFORMÁTICA – SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, S.A.

Rua Teófilo Braga, Lote 63 C/V · DAMAIA · 2720-526 AMADORA

Tel.: 214 909 250 · Fax: 214 900 016

CRÉDITO AGRÍCOLA GEST – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO, S.A.

Avenida da República, 23 · 1050-185 LISBOA

Tel.: 213 197 700 · Fax: 213 197 712

CRÉDITO AGRÍCOLA CONSULT – ASSESSORIA FINANCEIRA E DE GESTÃO, S.A.

Avenida da República, 23 · 1050-185 LISBOA

Tel.: 213 197 660 · Fax: 213 197 666

CRÉDITO AGRÍCOLA VIDA – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Rua Castilho, 233 – 7º piso · 1099-004 LISBOA

Tel.: 211 129 241 · Fax: 211 129 244

CRÉDITO AGRÍCOLA SEGUROS – COMPANHIA DE SEGUROS DE RAMOS REAIS, S.A.

Av. Eng. Duarte Pacheco, 19 - 2º Piso · 1070-100 LISBOA

Tel.: 213 806 000 · Fax: 213 806 001

CRÉDITO AGRÍCOLA SERVIÇOS – SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E DE GESTÃO, A.C.E.

Rua Teófilo Braga, Lote 63 C/V · DAMAIA · 2720-526 AMADORA

Tel.: 214 909 200 · Fax: 214 900 016

CCCAM SGPS – UNIPESSOAL, LDA.

Avenida da República, 23 · 1050-185 LISBOA

CRÉDITO AGRÍCOLA SGPS, S.A.

Rua Castilho, 233 - 233 A · 1099-004 LISBOA

AGROCAPITAL – SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, S.A.

Avenida da República, 23 · 1050-185 LISBOA

Tel.: 213 197 660 · Fax: 213 197 666

RURAL RENT – COMÉRCIO E ALUGUER DE AUTOMÓVEIS, S.A.

Rua Castilho, 233 - 233 A · 1099-004 LISBOA

Tel.: 213 805 590 · Fax: 213 805 589

CRÉDITO AGRÍCOLA IMÓVEIS, UNIPESSOAL, LDA.

Rua Castilho, 233 · 1099-004 LISBOA

CRÉDITO AGRÍCOLA FINANCE – GESTÃO DE ACTIVOS (I.F.I.), SOCIEDADE UNIPESSOAL, S.A.

Avenida Cidade de Lisboa – Edifício Palazzo Ocean Drive, 2º Esq.

CIDADE DA PRAIA – REPÚBLICA DE CABO VERDE

FENACAM – FEDERAÇÃO NACIONAL DAS CAIXAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO, F.C.R.L.

Rua Pascoal de Melo, 49 · 1000-232 LISBOA

Tel.: 213 136 900 · Fax: 213 136 991

2. ASSOCIATED CAIXAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

AÇORES

Largo da Matriz, 35 · 9500-094 PONTA DELGADA

Tel.: 296 282 485 · Fax: 296 282 156

ALBERGARIA E SEVER

Rua Almirante Reis, 10 · 3850-121 ALBERGARIA-A-VELHA

Tel.: 234 529 100 · Fax: 234 523 153

ALBUFEIRA

Rua 5 de Outubro, 39 · 8200-508 PADERNE ABF

Tel.: 289 370 100 · Fax: 289 367 549

ALCÁCER DO SAL E MONTEMOR-O-NOVO

Avenida dos Aviadores · 7580-151 ALCÁCER DO SAL

Tel.: 265 610 000 · Fax: 265 622 001

ALCANHÕES

Rua Paulino da Cunha e Silva, 315 - 319 · 2000-369 ALCANHÕES

Tel.: 243 427 020 · Fax: 243 427 029

ALCOBAÇA

Rua Dr. Brilhante, 20 - 22 · 2460-040 ALCOBAÇA

Tel.: 262 505 070 · Fax: 262 596 393

ALENQUER

Rua Sacadura Cabral, 53 · 2580-371 ALENQUER

Tel.: 263 730 220 · Fax: 263 730 229

ALGARVE

Rua de Santo António, 119 - 121 · 8000-284 FARO

Tel.: 289 806 745 · Fax: 289 801 578

ALJUSTREL E ALMODÔVAR

Rua José Francisco Silva Álvaro, 4 · 7600-105 ALJUSTREL

Tel.: 284 601 455 · Fax: 284 601 456

ALENTEJO CENTRAL

Praça do Giraldo, 12 – 15 · 7000-508 ÉVORA

Tel.: 266 702 419 · Fax: 266 701 297

AMARES

Praça do Comércio · 4720-337 FERREIROS AMR

Tel.: 253 993 190 · Fax: 253 993 619

ANADIA

Av. do Cabeinho, S/N · 3780-203 ANADIA

Tel.: 231 515 495 · Fax: 231 515 246

ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Avenida Visconde Barreiros, 85 · 4470-151 MAIA

Tel.: 229 478 910 · Fax: 229 488 813

AROUCA

Avenida 25 de Abril · 4540-102 AROUCA

Tel.: 256 940 060 · Fax: 256 944 973

ARRUDA DOS VINHOS

Rua Irene Lisboa, 3 · 2630-246 ARRUDA DOS VINHOS

Tel.: 263 975 196 · Fax: 263 975 506

AZAMBUJA

Rua Eng. Moniz da Maia, 57-A · 2050 AZAMBUJA

Tel.: 263 406 430 · 263 406 439

BAIRRADA E AGUIEIRA

Rua Branquinho de Carvalho · 3050-335 MEALHADA

Tel.: 231 200 800 · Fax: 231 203 340

BAIXO MONDEGO

3140-011 ABRUNHEIRA

Tel.: 239 676 132 · Fax: 239 676 472

BAIXO VOUGA

Avenida 25 de Abril · 3750-101 ÁGUEDA

Tel.: 234 610 111 · Fax: 234 610 119

BATALHA

Rua do Infante Dom Fernando, 2 · 2440-118 BATALHA

Tel.: 244 769 270 · Fax: 244 769 279

BEIRA BAIXA (SUL)

Largo do Município · 6060-163 IDANHA-A-NOVA

Tel.: 277 200 240 · Fax: 277 200 249

BEIRA CENTRO

Avenida das Forças Armadas · 3300-011 ARGANIL

Tel.:235 200 120 · Fax: 235 200 123

BEJA E MÉRTOLA

Largo Eng. Duarte Pacheco, 12 · 7800-019 BEJA

Tel.: 284 314 430 · Fax: 284 314 439

BORBA

Avenida do Povo, 48 - 52 · 7150-103 BORBA

Tel.: 268 894 218 · Fax: 268 894 644

CADAVAL

Avenida dos Bombeiros, 36 · 2550-102 CADAVAL

Tel.: 262 699 120 · Fax: 262 699 121

CALDAS DA RAINHA, ÓBIDOS E PENICHE

Rua Coronel Soeiro de Brito · 2500-149 CALDAS DA RAINHA

Tel.: 262 837 400 · Fax: 262 837 401

CAMPO MAIOR

Avenida da Liberdade, 4 - 4 A · 7370-077 CAMPO MAIOR

Tel.: 268 699 070 · Fax: 268 699 079

CANTANHEDE E MIRA

Rua dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede · 3060-163 CANTANHEDE

Tel.: 231 419 720/680 · Fax: 231 419 729

CARTAXO

Rua Dr. Manuel Gomes da Silva, 24 · 2070-096 CARTAXO

Tel.: 243 702 433 · Fax: 243 704 046

COIMBRA

Rua João Machado, 86 · 3000-226 COIMBRA

Tel.: 239 851 200 · Fax: 239 851 208

CORUCHE

Rua da Misericórdia, 36 · 2100-134 CORUCHE

Tel.: 243 617 544 · Fax: 243 617 196

COSTA AZUL

Avenida D. Nuno Álvares Pereira, 2 · 7540-102 SANTIAGO DO CACÉM

Tel.: 269 829 340 · Fax: 269 829 345

COSTA VERDE

Avenida da República, 1342 A · 4430-192 VILA NOVA DE GAIA

Tel.: 223 745 970 · Fax: 223 745 979

DOURO, CORGO E TÂMEGA

Rua José Teixeira de Melo e Castro, 38 - R/C · 5000-669 VILA REAL

Tel.: 259 302 880 · Fax: 259 373 470

ELVAS

Rua de Olivença, 7 · 7350-075 ELVAS

Tel.: 268 622 118 · Fax: 268 621 975

ENTRE TEJO E SADO

Avenida Alexandre Herculano, 50 B · 2900-205 SETÚBAL

Tel.: 265 230 695 · Fax: 265 237 842

ESTARREJA

Avenida 25 de Abril, 55-B · 3860-352 ESTARREJA

Tel.: 234 840 470 · Fax: 234 840 471

ESTREMOZ, MONFORTE E ARRONCHES

Largo da República, 1 - 2 · 7100-510 ESTREMOZ

Tel.: 268 339 170 · Fax: 268 339 174

FERREIRA DO ALENTEJO

Avenida General Humberto Delgado, 40 · 7900-554 FERREIRA DO ALENTEJO

Tel.: 284 738 800 · Fax. 284 738 809

GUADIANA INTERIOR

Rua das Terçarias · 7860-035 MOURA

Tel.: 285 250 850 · Fax: 285 250 866

LAFÕES

Rua Dr. Guilherme Coutinho · 3670-235 VOUZELA

Tel.: 232 771 229 · Fax: 232 771 253

LAMEGO E CASTRO D'AIRE

Av. 5 de Outubro, 73 · 5100-065 LAMEGO

Tel.: 254 609 800 · Fax: 254 609 809

LOURES, SINTRA E LITORAL

Avenida Combatentes da Grande Guerra, 8 A · 2670-426 LOURES

Tel.: 219 839 860 · Fax: 219 839 868

LOURINHÃ

Largo da República, 14 · 2530-120 LOURINHÃ

Tel.: 261 416 100 · Fax: 261 422 921

MINHO

Praça do Município, 73 · 4700-435 BRAGA

Tel.: 253 263 458 · Fax: 253 264 119

MOGADOURO E VIMIOSO

Avenida do Sabor, 59 - 61 · 5200-205 MOGADOURO

Tel.: 279 340 070 · Fax: 279 341 260

MORAVIS

Praça Conselheiro Fernando Sousa · 7490-221 MORA

Tel.: 266 409 140 · Fax: 266 409 149

NORDESTE ALENTEJANO

Rua D. Augusto Eduardo Nunes · 7300-127 PORTALEGRE

Tel.: 245 201 392 · Fax: 245 205 316

NOROESTE

Rua de Aveiro, 119 · 4900-495 VIANA DO CASTELO

Tel.: 258 820 430 · Fax: 258 821 122

NORTE ALENTEJANO

Rua da Lagoa, 14 · 7460-116 FRONTEIRA

Tel.: 245 600 060 · Fax: 245 604 119

OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Rua Luís de Camões, 76 · 3720-230 OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Tel.: 256 661 380 · 256 661 381

OLIVEIRA DO BAIRRO

Rua do Foral, 39 · 3770-218 OLIVEIRA DO BAIRRO

Tel.: 234 740 050 · Fax: 234 747 882

OLIVEIRA DO HOSPITAL

Rua Prof. António Ribeiro Garcia Vasconcelos, 9 C · 3400-132 OLIVEIRA DO HOSPITAL

Tel.: 238 600 230 · Fax: 238 600 238

PAREDES

Rua Campo das Laranjeiras, 8 · 4580-058 PAREDES

Tel.: 255 780 930 · Fax: 255 781 204

PERNES

Rua Eng. António Torres, 140 · 2000-495 PERNES

Tel.: 243 446 010 · Fax: 243 440 858

POMBAL

Praça da República · 3100-901 POMBAL

Tel.: 236 209 380 · Fax: 236 209 381

PORTO DE MÓS

Avenida de Sto. António, 20 C · 2480-860 PORTO DE MÓS

Tel.: 244 499 090 · 244 499 095

PÓVOA DE VARZIM, VILA DO CONDE E ESPOSENDE

Avenida Mouzinho de Albuquerque · 4490-409 PÓVOA DO VARZIM

Tel.: 252 615 843 · Fax: 252 615 050

REGIÃO DE BRAGANÇA E ALTO DOURO

Avenida João da Cruz, 94 - 98 · 5300-178 BRAGANÇA

Tel.: 273 300 830 · Fax: 273 300 837

REGIÃO DO FUNDÃO E SABUGAL

Rua dos Três Lagares · 6230-421 FUNDÃO

Tel.: 275 750 420 · Fax: 275 752 511

RIBATEJO NORTE

Rua da Misericórdia, 37 · 2350-418 TORRES NOVAS

Tel.: 249 819 100 · Fax: 249 819 109

RIBATEJO SUL

Rua Direita · 2080-329 BENFICA DO RIBATEJO

Tel.: 243 588 060 · Fax: 243 588 067

SALVATERRA DE MAGOS

Avenida Dr. Roberto Ferreira da Fonseca, 96 · 2120-117 SALVATERRA DE MAGOS

Tel.: 263 500 000 · Fax: 263 500 009

SANTO TIRSO

Rua José Luis de Andrade, 65 · 4780-487 SANTO TIRSO

Tel.: 252 800 800 · Fax: 252 800 809

SÃO BARTOLOMEU DE MESSINES E S. MARCOS DA SERRA

Rua da Liberdade · 8375-109 S. BARTOLOMEU DE MESSINES

Tel.: 282 333 200 · Fax: 282 330 104

SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Avenida Marquês de Soveral · 5130-321 SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Tel.: 254 489 100 · Fax: 254 484 354

SÃO TEOTÓNIO

Rua 25 de Abril, 8 · 7630-611 SÃO TEOTÓNIO

Tel.: 283 950 090 · Fax: 283 958 361

SERRA DA ESTRELA

Largo Marques da Silva · 6270-490 SEIA

Tel.: 238 310 190 · Fax: 238 310 199

SERRAS DE ANSIÃO

Rua Adriano Rego, 14 · 3240-126 ANSIÃO

Tel.: 236 677 221 · Fax: 236 677 223

SILVES

Rua Comendador Vilarinho, 22 · 8300-128 SILVES

Tel.: 282 440 250 · Fax: 282 440 259

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Avenida Marquês de Pombal, 27 - 29 · 2590-041 SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Tel.: 261 940 700 · Fax: 261 940 709

SOTAVENTO ALGARVIO

Rua Borda d'Água de Aguiar, 1 · 8800-326 TAVIRA

Tel.: 281 320 620 · Fax: 281 324 591

SOUSEL

Praça da República · 7470-220 SOUSEL

Tel.: 268 550 070 · Fax: 268 554 491

TAROUCA

Avenida Vice-Almirante Adriano Saavedra · 3610-130 TAROUCA

Tel.: 254 671 020 · Fax: 254 679 639

TERRA QUENTE

Rua Jerónimo Barbosa · 5140-080 CARRAZEDA DE ANSIÃES

Tel.: 278 610 060 · Fax: 278 616 525

TERRAS DE MIRANDA DO DOURO

Rua da Indústria · 5225-032 PALAÇOULO

Tel.:273 459 146 · Fax : 273 459 176

TERRAS DE VIRIATO

Praça do Município , 3520-001 NELAS

Tel.: 232 949 505 · Fax : 232 949 439

TERRAS DO SOUSA, AVE, BASTO E TÂMEGA

Avenida Dr. Leonardo Coimbra · 4610-105 FELGUEIRAS

Tel.: 255 310 480 · Fax : 255 310 489

TRAMAGAL

E.N.118, 626 · 2200-645 TRAMAGAL

Tel.: 241 899 030 · Fax : 241 899 039

VAGOS

Rua Padre Vicente Maria da Rocha · 3840-453 VAGOS

Tel.: 234 793 885 · Fax : 234 793 648

VALE DE CAMBRA

Rua do Hospital, 402 - 404 · 3730-250 VALE DE CAMBRA

Tel.: 256 423 628 · Fax : 256 423 941

VALE DO DÃO E ALTO VOUGA

Avenida da Liberdade, 62 - 64 · 3530-113 MANGUALDE

Tel.: 232 623 604 · Fax : 232 623 090

VALE DO SOUSA E BAIXO TÂMEGA

Largo da Deresa · 4560-496 PENAFIEL

Tel.: 255 710 960 · Fax: 255 710 969

VALE DO TÁVORA E DOURO

Rua Sá de Albergaria · 5120-423 TABUAÇO

Tel.: 254 780 110 · Fax: 254 780 119

VILA FRANCA DE XIRA

Largo Marquês de Pombal, 1 - 2 · 2600-222 VILA FRANCA DE XIRA

Tel.:263 276 971 · Fax: 263 281 601

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Rua Adriano Pinto Basto, 220 · 4760-114 VILA NOVA DE FAMALICÃO

Tel.: 252 501 860 · Fax: 252 501 878

VILA VERDE E TERRAS DO BOURO

Praça 5 de Outubro · 4730-731 VILA VERDE

Tel.: 253 312 722 · Fax: 253 311 063

ZONA DO PINHAL

Praça da República, 31 · 6100-748 SERTÃ

Tel.: 274 600 200 · Fax: 274 600 208

ANEXOS

RELATÓRIO ANUAL DA COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS

I - Introdução

A Comissão para as Matérias Financeiras (CMF) da Caixa Central de Credito Agrícola Mútuo, CRL (CAIXA CENTRAL), constituída no âmbito do Conselho Geral e de Supervisão (CGS) e cujos membros foram nomeados na reunião do CGS realizada em quinze de Janeiro de 2010, vem apresentar o relatório anual da sua acção fiscalizadora, elaborado para cumprimento, nomeadamente, do disposto no n.º 4 do artigo 444º do Código das Sociedades Comerciais.

Nos termos das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, compete à CMF o desempenho, entre outras, das seguintes funções:

- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, assim como a situação de quaisquer bens ou valores possuídos pela Caixa a qualquer titulo;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;
- Dar parecer sobre o relatório de gestão e as contas do exercício;
- Fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna;
- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por caixas associadas, colaboradores da sociedade ou outros;
- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- Habilitar o CGS com tudo o necessário para que este possa propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contes;
- Fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade;
- Fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- Emitir parecer sobre os contratos, com especial relevo para os de crédito concedido sob qualquer forma ou modalidade, incluindo prestação de garantias, que a Caixa Central celebre com membros dos seus órgãos sociais, bem como com entidades que, nos termos do Regime Geral das Sociedades Financeiras, estejam com qualquer um destes relacionados.

Comissão para as Matérias Financeiras
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL

II – Actividades desenvolvidas

Para o desempenho das suas actividades, a Comissão manteve contacto regular com o Administrador responsável pela Área Financeira e, por seu intermédio, obteve do Revisor Oficial de Contas, do Departamento de Risco de Crédito, Gabinete de Riscos e do Departamento de Compliance e Informação de Gestão, bem como do Responsável pela Auditoria Interna as informações necessárias para o desempenho das suas funções. A Comissão tem ainda capacidade para convocar qualquer Director Coordenador que entenda ouvir. Com base nesta prerrogativa a Comissão reuniu com os responsáveis pelas Direcções de Contabilidade, Departamento Financeiro e Departamento de Tesouraria e Mercados.

Ao longo de 2010, após a sua constituição, a CMF reuniu numa base mensal sendo que quando as contas a analisar se reportavam ao trimestre a reunião era alargada a todo o CGS; foram elaboradas actas de todas as reuniões realizadas.

No desenvolvimento efectivo das suas funções, a Comissão solicitou e obteve todas as informações e esclarecimentos apropriados para o efeito, as quais incluíram, designadamente, as verificações julgadas oportunas e adequadas sobre o cumprimento dos estatutos e dos preceitos legais e regulamentares aplicáveis. A Comissão informou regularmente o CGS sobre as suas actividades fornecendo cópias das actas e prestando os esclarecimentos considerados relevantes.

Ao longo do exercício, a Comissão desenvolveu, especificamente, as seguintes actividades:

Supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira

A Comissão apreciou as principais políticas contabilísticas aplicadas, de acordo com as normas IAS/IFRS com os ajustamentos definidos pelo Banco de Portugal, bem como propostas em discussão a elas referentes, em particular aquelas com impacto ao nível das demonstrações financeiras da Caixa Central, designadamente as relativas à valorimetria das carteiras de títulos.

A Comissão tomou conhecimento da evolução das maiores exposições de crédito e imparidades da Caixa Central e analisou os efeitos das políticas adoptadas na gestão dos processos de recuperação.

Apreciou ainda a informação referente ao Fundo de Pensões do Grupo do Credito Agrícola e os pressupostos actuariais utilizados para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma, ao tratamento contabilístico dos impostos diferidos activos e passivos, bem como às contingências fiscais e de contencioso administrativo e judicial.

Com base na informação disponibilizada, a Comissão apreciou as demonstrações financeiras mensais e os resultados e principais indicadores financeiros das entidades do Grupo. Analisou também periodicamente os rácios de liquidez, de eficiência e de solvabilidade da Caixa.

Com referência ao final do exercício, a CMF apreciou o Relatório de Gestão e Contas elaborado pelo CAE e a Certificação Legal de Contas.

Comissão para as Matérias Financeiras
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL

serviços adicionais. Verificou também a carta da Deloitte & Associados -SROC., emitida aos termos legais e no cumprimento dos requisitos que regem a sua actividade, a qual contêm o resumo dos serviços prestados, incluindo os serviços adicionais, no período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2010, bem como os respectivos honorários e a confirmação de independência.

A CMF desenvolveu as diligências necessárias para a selecção de Revisor Oficial de Contas para o próximo exercício, através de abertura de concurso para que foram convidadas quatro das entidades mais representativas no espaço nacional na prestação de serviços de auditoria ao sector bancário.

Emissão de pareceres sobre crédito concedido a membros dos órgãos sociais e a detentores de participações qualificadas

A Comissão tem ainda por missão apreciar a exposição de crédito da Caixa Central a membros dos seus órgãos sociais e de entidades com eles relacionadas. Não foi requerida pelo CAE a emissão de qualquer parecer.

Recepção das comunicações de irregularidades apresentadas por Caixas associadas, colaboradores da sociedade ou outros

A Comissão analisou a informação disponível sobre queixas e reclamações de clientes e quaisquer indicações de irregularidades.

III — Agradecimento

A CMF expressa o seu agradecimento aos Órgãos Sociais, em especial ao Administrador responsável pelas matérias financeiras, e aos Serviços da Caixa Central com que contactou, e em particular ao secretariado de apoio, por toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 23 Março de 2011

João Fernandes Chendo (Presidente)

Henrique Vasconcelos Teixeira (Vogal)

José Artur Palma Estrela (Vogal)

Comissão para as Matérias Financeiras
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL

PARECER DA COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS
AO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

1. A Comissão para as Matérias Financeiras informou regularmente o Conselho Geral e de Supervisão dos trabalhos desenvolvidos e conclusões obtidas quanto à acção fiscalizadora que desenvolveu relativamente ao exercício de 2010.

2. No cumprimento das suas competências, a Comissão para as Matérias Financeiras apreciou o relatório de gestão e as contas referentes ao exercício de 2010 elaborados pelo Conselho de Administração Executivo, a Certificação Legal das Contas apresentada pela Deloitte & Associados, SROC sobre as demonstrações financeiras, em base individual, emitida sem reservas ou ênfases.

3. A Comissão para as Matérias Financeiras analisou o relatório de gestão e contas.

4. Os subscritores declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação financeira analisada foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Caixa Central, contendo uma descrição apropriada dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

5. Em conclusão e resultado dos trabalhos efectuados, a Comissão para as Matérias Financeiras recomenda ao Conselho Gerai e de Supervisão a emissão de parecer favorável sobre o relatório de gestão e contas da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, elaborados pelo Conselho de Administração Executivo.

Lisboa, 23 de Março de 2011

João Fernandes Chendo (Presidente)

Henrique Vasconcelos Teixeira (Vogal)

José Artur Palma Estrela (Vogal)

Comissão para as Matérias Financeiras
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL